

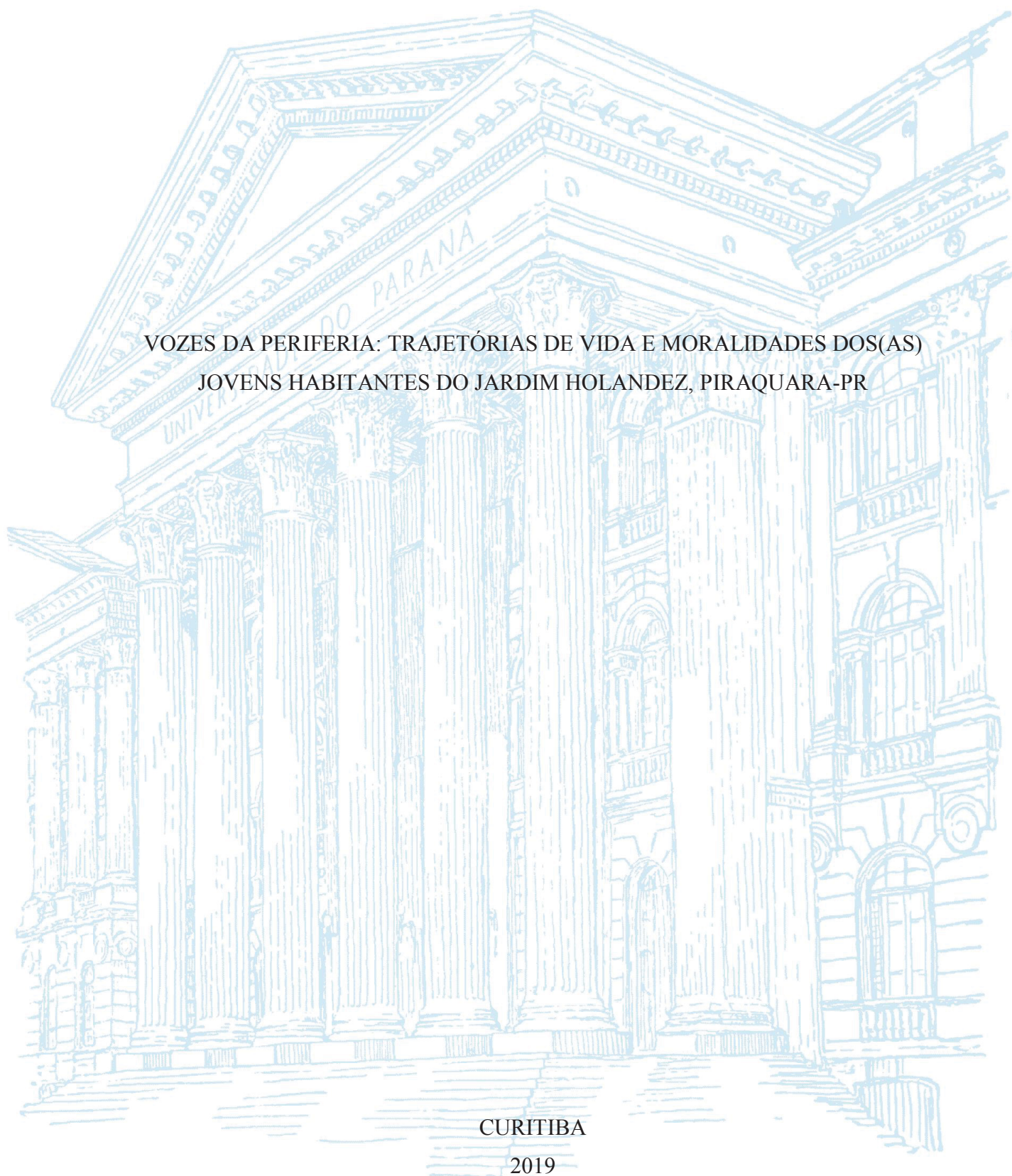
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA CORRÊA DE AZEVEDO

VOZES DA PERIFERIA: TRAJETÓRIAS DE VIDA E MORALIDADES DOS(AS)
JOVENS HABITANTES DO JARDIM HOLANDEZ, PIRAQUARA-PR

CURITIBA

2019



MARIANA CORRÊA DE AZEVEDO

VOZES DA PERIFERIA: TRAJETÓRIAS DE VIDA E MORALIDADES DOS(AS)
JOVENS HABITANTES DO JARDIM HOLANDEZ, PIRAQUARA-PR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Azevedo, Mariana Corrêa de

Vozes da periferia : trajetórias de vida e moralidades dos(as)
jovens habitantes do Jardim Holandez, Piraquara-PR / Mariana Corrêa
de Azevedo. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

1. Jovens pobres – Aspectos sociais - Piraquara (PR). 2. Jovens –
Condições sociais. 3. Periferias – Piraquara (PR). 4. Etnografia. I. Título.

CDD – 305.235

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MARIANA CORREA DE AZEVEDO**, intitulada: **VOZES DA PERIFERIA: TRAJETÓRIAS DE VIDA E MORALIDADES DOS(AS) JOVENS HABITANTES DO JARDIM HOLANDÊS - PIRAQUARA - PR**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

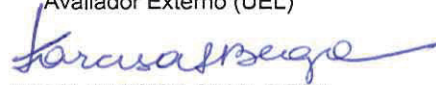
Curitiba, 20 de Março de 2019.


PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES
Presidente da Banca Examinadora


LUIS ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA
Avaliador Externo (UNESP)


ANA LUISA FAYET SALLAS
Avaliador Interno (UFPR)


P/ LETICIA FIGUEIRA MOUTINHO KULAITIS
Avaliador Externo (UEL)


MARIA TARCISA SILVA BEGA
Avaliador Interno (UFPR)

Obs.: A Prof.^a Dr.^a Leticia Figueira Moutinho Kulaitis participou da banca por videoconferência (skype), com arguição oral. Assim, a ata segue assinada pela presidente da banca.

Ao meu pai (*in memoriam*), pela vida, pela morada e por me ensinar a escutar a voz do
silêncio.

Ao menino William (*in memoriam*).

Aos jovens que habitam as periferias deste mundo em cólera.

Com amor.

AGRADECIMENTOS

Às e aos jovens que me doaram suas histórias e memórias, me ensinando com paciência sobre suas vidas e sobre a vila.

Ao pessoal da Secretaria Municipal de Assistência de Piraquara, por autorizar com gentileza e entusiasmo a realização desta pesquisa. À Cris, ao Luiz Heleno (Carlão), à Cecília, à Tati, à Cíntia e outros queridos com os quais pude conviver ao longo de quase uma década. Um salve especial à Regina, por sentar comigo algumas vezes e me explicar sobre a política e compartilhar tantas coisas que foram fundamentais para a minha compreensão sobre os(as) jovens, as lógicas do serviço, do município e de seus territórios.

À toda a equipe do CISA Betonex. À Joseane, que abriu as portas do equipamento para a confecção da etnografia. Muito afetuosamente, à Rô e à Ligi, que foram a ponte através da qual eu pude me sentir parte muito bem-vinda daquele espaço. À Silvana, pelas inúmeras conversas e por compartilhar comigo os ossos do ofício de assistente social. Ao Fábio, querido, por todas as prosas e risadas que faziam o tempo na quadra passar de um jeito gostoso. Aos demais que me acolheram com atenção e graça: Liz, Sofia, Cleide, Fernando, Danny-boy, Ricardinho, Mestre Sergipe, Beto, Carlinhos, Marcelo, dentre outras tantas pessoas da Rede sócio-assistencial de Piraquara que sempre me receberam muito bem.

À Universidade Federal do Paraná, minha *Alma mater*, onde fiz todo o meu percurso acadêmico, entre 2003 e 2019; ela já faz parte mim. Ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, ao Departamento de Sociologia e, principalmente, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia onde concluí o Mestrado e, agora, chego ao término do Doutorado.

Ao Katiano, secretário do Programa, com muita gratidão e carinho. Por ser o elo de ligação com a Universidade e por resolver tantas vezes problemas delicados, em especial com relação aos prazos. Mais recentemente, ao Marcel, por auxiliar com os detalhes da banca final.

Ao Estado, na figura da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação), que concedeu bolsa de estudos no período de março de 2014 a março de 2018 – permitindo sustentar a vida e a dedicação à pesquisa.

Aos queridos da Copiadora Reitoria, por mais de quinze anos de textos e impressões.

Aos professores de todas as disciplinas e colegas de jornada e de turma no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR e também do Setor de Ciências Humanas, a quem não seria possível citar nominalmente, mas que foram importantes de alguma forma na confecção deste trabalho.

Ao Professor Pedro, orientador, querido professor e caro amigo. Pela companhia durante esta longa e, por horas, árdua caminhada, onde somos não mais que passageiros.

À Professora Leticia quem foi uma pessoa inspiradora desde 2013, quando passei a frequentar as reuniões do grupo de estudos. Pelo seu cuidado e zelo, pela amizade e as conversas entre mãos, pelas parcerias em textos conjuntos, pela generosidade na abertura de um campo sociológico. Mais recentemente, por ter aceito participar da banca de qualificação, apontando importantes pontos a serem aprimorados. E, por fim, pela adesão em compor a banca de defesa final.

Ao professor Luís Antônio, um verdadeiro transmissor de saber e muito atencioso em seus comentários e na qualidade de seu debate sociológico. Agradeço pela participação na qualificação, pelas críticas e sugestões, pelas conversas posteriores e por ter compreendido aonde eu tentava chegar, quando ainda me debatia para descobrir. Espero ansiosamente que na versão final deste trabalho seja possível perceber o quanto suas colaborações foram valiosas.

À Professora Ana Luisa, uma mulher com uma presença de espírito e uma afetividade imensas. Pelas suas leituras e sugestões ao material da qualificação. Muita gratidão pelo fundamental apoio e acolhimento durante o difícil processo de saúde que vivi, alinhado à perda de meu pai. Esta postura amorosa me auxiliou muito na reconstrução da pesquisa, que enfim chega ao seu momento final. Não acredito que isto seria possível sem algumas conversas com ela, em tom tranquilo e macio.

À Professora Tarcisa, quem me ensinou muito sobre o campo de pesquisa das políticas públicas de juventude, mediando interessantes debates sobre a conjuntura política brasileira dos últimos anos. E pelo aceite do convite, visto por mim com muita honra, em participar da banca de defesa final.

À Fábria, amiga do peito e colega de trabalho, cuja presença foi inestimável no término e na melhoria deste texto, depois de algumas experiências pessoais turbulentas. A ela devo o resgate gradual do ofício. Só posso agradecer com amor pela leitura cautelosa da versão preliminar do trabalho final, pelo seu profissionalismo e seu apreço pelas normas. E por compartilharmos as dores e delícias da jornada acadêmica nas ciências sociais.

Ao amigo querido e sempre presente, Marcelo. Pela confecção gentil e prestimosa dos mapas utilizados no primeiro capítulo e pelas conversas e partilha de angústias na execução de uma pesquisa em segurança pública e direito humanos.

À Marcinha, amiga zelosa e colega de grupo de estudos, que se fez presente quando da morte de meu pai. Agradeço atenciosamente pela ajuda na resolução do impasse com relação à

categorização de raça e cor dos(as) entrevistados(as), tendo em vista alguns impasses, e pela conferência do quadro relativo à amostragem.

Aos colegas do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR, por oferecerem um lar durante um tempo sombrio para aqueles e aquelas que leem a sociedade com as ferramentas das ciências sociais e humanas; uns já citados, outros a serem citados.

Muito carinhosamente ao Professor Gediel, co-coordenador do CESPDH, um autêntico *gentleman*, uma pessoa de suma delicadeza, competência e de índole ímpar. Pela inspiração em seguir na luta pelos direitos dos humanos.

Às parceiras de Instituto Não-Violência, Drica, Joyce, Samara e outros que passaram pela ONG. Lá aprendi tanto que é impossível expressar em palavras; tenho orgulho de ter feito parte desta empreitada que nos instigava. À Joy, especialmente, por ter sido minha mentora, por ter auxiliado na construção do pré-projeto, pela irmandade e, mais recentemente, por ter encarado ler o material da qualificação e auxiliar no redesenho da tese.

Mais destacadamente, quero agradecer ao meu pai (*in memoriam*), Henrique Sérgio Corrêa de Azevedo (04 de outubro de 1947, Curitiba – 12 de maio de 2018, Curitiba) – Pingo para os chegados – pelo corpo, pela vida, pelo nome e pelas casas que habitei. Pela estrutura. Pelas heranças materiais e imateriais. Pelo gosto cultural, pela música sobretudo, talvez nosso elo maior, dentro das divergências de sempre. Pelos gestos de afeto, pelos lanchinhos preferidos por mais de trinta anos. Pelos embates e disputas ferrenhos, por me forçar a definir em qual dos lados ideológicos do mundo eu queria estar. Por ser meu melhor amigo; afinal de contas eu me lembrei disso. Por me ensinar a ser uma colecionadora de gentilezas, com todo o amor que houver nesta vida.

À minha mãe, Daysi, uma mulher forte, selvagem, política e maravilhosa – que segue se procurando. Aos solavancos, estamos descobrindo como nos amar. Muita gratidão pela vida, pelo aconchego do lar e por me ensinar a ver o mundo das energias sutis e por detrás daquilo que tem no jornal. Te amo imenso.

Às minhas irmãs, Renata e Paula, parceiras de vida desde o berço. Estaremos sempre juntas, desatando os nós da memória, investigando as histórias da vida, cuidando do nosso menino. Pelo apoio fundamental desde sempre. Amo vocês.

À minha vó, que já está gagá, mas continua me recordando como era bom ser criança, confeitaria com ela, lambertina na colher, tomar chá de erva doce e experimentar suas joias e pijamas. E que a vida já foi muito diferente nesta cidade.

À Elvira por cuidar da gente, da casa, dos cachorros, da roupa, da louça, da calçada, da comida, de tudo que junta um lar. Sem você, não seríamos.

À Agilda e nosso místico encontro de almas na cozinha. Por todas as comidas divinas e os sucos nutritivos quando eu estava escrevendo o material da qualificação, em 2017. Por me ajudar a entender minha mãe. Por ser minha mãe preta e me dar colo quando eu precisava mais. Por dividirmos tantas coisas em nossas histórias, tão iguais e tão diferentes.

Ao Alexandre, pela vida do nosso filho, desde o fim até o começo.

À todas e todos os amigos que ofereceram abrigo, para os risos e as lágrimas.

À Elena, minha querida parceira, com quem divirjo rotineiramente e com muito amor. Nossa amizade resiste e se fortalece; aliás, é para mim uma fortaleza.

À Marina, irmã de alma e fiel escudeira, que me ajuda a navegar no universo das emoções. Sua presença diária nas horas alegres e tristes é um piso sobre o qual se assentam os meus dias. Sem nossos longos áudios e trocas de detalhes e impressões sobre o mais banal da vida eu não chegaria à conclusão deste trabalho; eu não estaria inteira.

À Caro, por ser minha *hermana* argentina, por partilharmos tantas visões de mundo sobre as cidades, sobre as sociedades, sobre a vida acadêmica, sobre os sentidos da existência. Por podermos dividir os significados profundos e a beleza silenciosa da maternidade.

À Edna, *hermana* mexicana, a quem devo muita gratidão pela amizade, pela massagem na barriga, por me centrar, pelo apoio na morte de meu pai e pela ajuda na compreensão do sentido desta passagem, *la muerte*.

As minhas queridas e fofas amigas de longa data, Bia e Josie, com quem posso ser livre, linda e louca. Sem o suporte emocional e o amor destas mulheres musas, eu padeceria.

A minha família estendida, Soledad, Celeste e Sabrina (*hermanas*), Marisa (*abuela*) e Nélio, caro amigo. Pelo apoio incondicional, pelas comidinhas, pela bagunça das crianças, por sermos família em tempos de separação e ódio. Pela partilha.

Às lindas Carla, Manu e Tati, pelos círculos sagrados femininos.

À aliadas na luta feminista dentro e fora da universidade, Amélia, Fernanda, Lennita e Valéria. Mulheres que me apoiam e me inspiram, que me fazem sentir que estamos mesmo juntas, não importa o tempo e o lugar no mapa.

Às divinas Beth, Anna Lúcia e Aline pelo carinho e amizade de tantos anos.

Àqueles ainda não citados do CESPDPH, parceiros e irmãos do nosso divertido e resiliente grupo de pesquisa, que transborda em amor e em indignação: Aknaton, pela paixão à ciência e toda a receptividade, Diego, Giovane, Henri, Jéssica, José Franze, Manu (pela confiança), Matheus e outros.

Aos camaradas do movimento Paraná Contra a Redução da Maioridade Penal.

À Rosa Maria, minha psicanalista, uma montanha que estou sempre escalando, em busca da beleza de um horizonte mais amplo. Por fazer-se meu espelho. Pela aposta no sujeito. Pela escuta. Pelo cuidado.

Ao Doutor João, pelo atendimento psiquiátrico, pelo ajuste de medicamentos e pelas orientações para a vida. Por me ajudar a me ler dentro de uma outra perspectiva.

Ao Hospital de Clínicas da Universidade, pelo atendimento em 2016.

À equipe da Única, Unidade Intermediária de Apoio e à Vida, em Curitiba, onde fui acolhida na hora mais difícil, quando em estado de imensa fragilidade psíquica e emocional em vias de finalizar este trabalho. E a todos os meus parceiros e parceiras de “instituição total”, que me ensinaram muito sobre mim mesma, sobre a vida e sobre o amor. Foi uma experiência incrível.

À Denise, minha professora de francês, com quem li e traduzi um pouquinho de Durkheim e de Bourdieu. Deste modo aprendi a expressão francesa “*tordre l’esprit*”. Sem ela eu não teria êxito na prova de suficiência em língua estrangeira.

À Luciane, minha professora de yoga, por me ensinar a vibrar em outra sintonia e manter o equilíbrio da mente, do espírito e do corpo. Por todas as dicas, mantras e práticas de como encontrar o *moksha*. E as minhas preciosas colegas: Bárbara, Hane e Teresinha, que me deram luz nas horas mais tensas.

Aos meus cachorros, Bife e Brownie, por proverem amor puro, companhia e proteção. À Billie, com eternas saudades, pelo resgate mútuo.

Por fim e mais importante, ao meu filho, Francisco. Por suportar as ausências e loucuras de sua mãe. Por ser forte e delicado. Pela paciência, pelo apoio e por tentar entender e compartilhar desde sempre essa aventura errante que é acreditar na democracia e nos direitos humanos. Você é vida, tesouro, futuro, esperança. Me encanta te ver crescer, para se tornar um homem, um ser verdadeiramente humano.

À todas e todos, meu muito obrigada, com afeto.

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais seus tapetes de *viludos*, almofadas de *setim*. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.
Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo.

Eu vi o menino correndo,
Eu vi o tempo, brincando ao redor do caminho daquele menino.
Caetano Veloso, Força Estranha (canção popular).

A Periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor. Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune. Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado.
Sérgio Vaz, Manifesto da Antropofagia periférica.

RESUMO

Nas representações sociais dominantes e oficiais, as juventudes das periferias urbanas brasileiras são tomadas como “perigosas” e “vulneráveis”, alvos de um conjunto de estigmas associados ao desvio. Esta visão vem acompanhada de práticas normalizadoras de controle social repressivo nas margens do espaço urbano considerado seguro. Esta tese busca apresentar as trajetórias de vida e as moralidades dos e das jovens habitantes de uma vila periférica, a partir de suas próprias vozes e percepções. O Jardim Holandez é considerado um lugar de “perigo” e está localizado no município de Piraquara-PR (Região Metropolitana de Curitiba), um dos mais violentos do Brasil, de acordo com índices estatísticos. Foi a partir de um equipamento público de assistência social, o Centro de Inclusão Social do Adolescente (CISA Betonex), que a pesquisadora teve acesso a estes sujeitos. Sua criação foi uma resposta aos altos índices de mortalidade juvenil na região. A metodologia da pesquisa consiste em uma etnografia que foi realizada no decorrer do ano de 2016, dividida em dois momentos inter-relacionados: a observação participante e a coleta de relatos orais. Através de uma “cartografia das moralidades juvenis” foram mapeadas condições sócio-culturais, fronteiras morais e visões de mundo, tais quais as concepções sobre o território habitado, as relações de gênero e as sexualidades, a vida escolar e do trabalho, as drogas e o mundo do crime, as religiosidades, as práticas de lazer e os consumos culturais, os significados de ser jovem e os projetos de futuro. Como resultado desta investigação é possível afirmar que há uma diferenciação da experiência juvenil na periferia, permeada por particularidades reveladoras. Apesar das múltiplas governamentalidades e violências institucionais que permeiam as suas trajetórias, os sujeitos pesquisados atuam como atores políticos e reflexivos, com patrimônios individuais a partir dos quais negociam constantemente os nomes e lugares sociais que lhes são dados em uma sociedade marcada por profundas desigualdades e assimetrias.

Palavras-chave: Juventude pobre. Periferia urbana. Etnografia das margens. Trajetórias de vida. Moralidades juvenis.

ABSTRACT

In the dominant and official social representations, the youths of the Brazilian urban peripheries are taken as “dangerous” and “vulnerable”, targets of a set of stigmas associated with deviance. This vision is accompanied by normalizing practices of repressive social control in the margins of urban space considered safe. This thesis seeks to present the life trajectories and morals of the young inhabitants of a peripheral village, from their own voices and perceptions. Jardim Holandez is considered a “danger” place and is located in Piraquara-PR (Metropolitan Region of Curitiba), one of the most violent cities in Brazil, according to statistical indexes. It was from a public social assistance equipment, the Center for Adolescent Social Inclusion (CISA Betonex), that the researcher had access to these subjects. Its creation was a response to the high rates of juvenile mortality in the region. The research methodology consists of an ethnography that was carried out during the year 2016, divided into two interrelated moments: the participant observation and the collection of oral reports. Through a “cartography of juvenile morals” socio-cultural conditions, moral boundaries and world views were mapped, such as the conceptions of inhabited territory, gender relations and sexualities, school and work life, drugs and the criminal world, religiosities, leisure practices and cultural consumption, the meanings of being young and projects for the future. As a result of this investigation it is possible to affirm that there is a differentiation of the juvenile experience in the periphery, permeated by revealing peculiarities. In spite of the multiple governmentalities and institutional violence that permeate their trajectories, the subjects studied act as political and reflexive actors, with individual patrimonies from which they constantly negotiate the names and social places that are given to them in a society marked by deep inequalities and asymmetries.

Keywords: Poor youth. Urban outskirts. Ethnography of the margins. Life trajectories. Juvenile morals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	– LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.....	34
MAPA 2	– LOCALIZAÇÃO DOS JARDINS GUARITUBA E HOLANDEZ NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.....	37
MAPA 3	– LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO DA RMC.....	38
TABELA 1	– OS 30 MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTOS EM 2015.....	40
GRÁFICO 1	– PARTICIPAÇÃO (%) DAS CAUSAS DE MORTALIDADE. POPULAÇÃO JOVEM E NÃO JOVEM (2014).....	131
GRÁFICO 2	– HOMICÍDIOS (%), POR SEXO E IDADE SIMPLES (2015).....	132
GRÁFICO 3	– TAXAS DE HOMICÍDIO POR AF (POR 100 MIL), POR IDADE SIMPLES (2016).....	133

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– ROTEIRO GUIA DE CONSTRUÇÃO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS.....	147
QUADRO 2	– DADOS BASE DA AMOSTRAGEM, POR IDADE, SEXO E RAÇA/COR.....	150
QUADRO 3	– SÍNTESE DO CADERNO DE CAMPO.....	186

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1	– CISA FACHADA DA ÁREA INTERNA E ESTACIONAMENTO FRONTAL.....	104
FOTOGRAFIA 2	– CISA FACHADA LATERAL (PERSPECTIVA 1), ENTRADA DO EQUIPAMENTO.....	105
FOTOGRAFIA 3	– CISA FACHADA LATERAL (PERSPECTIVA 2), AO FUNDO AVENIDA BETONEX.....	105
FOTOGRAFIA 4	– PANORÂMICA CISA, ÁREA EXTERNA (PÓS- REFORMA).....	105
FOTOGRAFIA 5	– PLACAS DE REFORMA CISA E SUBPREFEITURA REGIONAL GUARITUBA.....	106
FOTOGRAFIA 6	– CISA FUNDOS, BURACO VISTO DE DENTRO PARA FORA, “BECO DA MORTE” (ANTES DA REFORMA).....	106
FOTOGRAFIA 7	– CISA FUNDOS, BURACO VISTO DE FORA PARA DENTRO.....	107
FOTOGRAFIA 8	– CISA FUNDOS, VISTA PARA A ÁREA DE CAVAS.....	107
FOTOGRAFIA 9	– DETALHE “POLICIA BOM É POLICIA MORTO”.	108
FOTOGRAFIA 10	– CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DAS OFICINAS OFERTADAS NO CISA.....	108
FOTOGRAFIA 11	– FRONTEIRA DE MUROS ENTRE O CISA E CE IVONETE.....	109
FOTOGRAFIA 12	– A “ÁRVORE DO FUMO”	109
FOTOGRAFIA 13	– MURO FUNDOS CISA (ANTES DA REFORMA), ATRÁS “ÁRVORE DO FUMO”	110
FOTOGRAFIA 14	– BATIDA POLICIAL NOS FUNDOS DA PISTA DE <i>SKATE</i>	110
FOTOGRAFIA 15	– SEDE SUBPREFEITURA LOGO APÓS FINALIZAÇÃO DA OBRA.....	111
FOTOGRAFIA 16	– INAUGURAÇÃO SUBPREFEITURA E NOVA ÁREA EXTERNA CISA.....	111

FOTOGRAFIA 17	– MURO FUNDOS CISA, LIMPO APÓS A REFORMA.....	112
FOTOGRAFIA 18	– CISA COMO PONTO DE ENCONTRO E SOCIABILIDADES I.....	112
FOTOGRAFIA 19	– CISA COMO PONTO DE ENCONTRO E SOCIABILIDADES II.....	113
FOTOGRAFIA 20	– GRAFITAGEM MURO CISA, MAIO DE 2017.....	113

LISTA DE SIGLAS

APA	–	Área de Proteção de Manancial
B.O.	–	Boletim de Ocorrência
BF	–	Bolsa Família
BPC	–	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	–	Cadastro Único no SUAS
CAPS	–	Centro de Atenção Psicossocial
CE	–	Colégio Estadual
CESPDH	–	Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos
CF	–	Constituição Federal
CISA	–	Centro de Inclusão Social do Adolescente
CJ	–	Centro da Juventude
CNAS	–	Conselho Nacional de Assistência Social
Cohapar	–	Companhia de Habitação do Paraná
COMEC	–	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONJUVE	–	Conselho Nacional de Juventude
CRAS	–	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	–	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	–	Conselho Tutelar
D.O.	–	Declaração de Óbito
DUDH	–	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
EJuve	–	Estatuto da Juventude
EM	–	Ensino Médio
EM	–	Escola Municipal
FBSP	–	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
HAF	–	Homicídios por Arma de Fogo
IAP	–	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	–	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INV	–	Instituto de Educação para a Não-Violência

IPARDES	–	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Ipea	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC	–	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LOAS	–	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	–	Medida Provisória
MSE	–	Medida Sócio-Educativa
NOB/SUAS	–	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONG	–	Organização Não-Governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PEC	–	Proposta de Emenda Constitucional
PL	–	Projeto de Lei
PM	–	Polícia Militar
PMAJ	–	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PNAS	–	Política Nacional de Assistência Social
PNJ	–	Política Nacional de Juventude
PPU	–	Plano Preliminar de Urbanismo
PSB	–	Proteção Social Básica
PSE	–	Proteção Social Especial
RMC	–	Região Metropolitana de Curitiba
ROTAM	–	Ronda Tático Motorizada
SCFV	–	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDS	–	Secretaria da Família e Desenvolvimento Social
SEED-PR	–	Secretaria de Educação do Paraná
SESP-PR	–	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná
SGDCA	–	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Rede)
SIM/MS	–	Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
SISC	–	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMAS	–	Secretaria Municipal de Assistência Social de Piraquara

SUAS	–	Serviço Único de Assistência Social
SUS	–	Sistema Único de Saúde
UBS	–	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP	–	Unidade de Polícia Pacificadora
UPS	–	Unidade Paraná Seguro
UTP	–	Unidade Territorial de Planejamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. UM ENCONTRO COM A PERIFERIA.....	29
1.1. A VIAGEM ATÉ O JARDIM HOLANDEZ.....	29
1.2. CARTOGRAFIAS: A CIDADE E SUAS MARGENS.....	33
1.2.1. A gestão violenta das cidades.....	41
1.3. QUADRO CONCEITUAL E FERRAMENTAS DE PESQUISA.....	50
1.3.1. O problema de investigação.....	60
2. EM DEFESA DA ETNOGRAFIA.....	63
2.1. PASSOS METODOLÓGICOS: ETNOGRAFIAS URBANAS.....	63
2.1.1. Contatos iniciais com o universo pesquisado.....	74
2.1.2. Esclarecimentos sobre a política de assistência e o SCFV.....	82
2.2. O CISA BETONEX “DE PERTO E DE DENTRO”.....	85
2.3. ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS.....	104
3. JOVENS, MOSAICO DE IDENTIDADES.....	114
3.1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA “JUVENTUDE”.....	114
3.1.1. A juventude na agenda das políticas públicas.....	124
3.1.2. Mortalidade violenta na periferia.....	129
3.2. TÉCNICAS DE COLETA DOS RELATOS ORAIS.....	136
3.2.1. Condições de realização das entrevistas.....	142
3.3. TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS.....	149
4. VOZES JUVENIS.....	177
4.1. PERCEPÇÕES SOBRE A VILA E SEUS HABITANTES.....	177
4.1.1. Rótulos e sistemas de classificação.....	183
4.2. DESVENTURAS DA VIDA ESCOLAR.....	186
4.2.1. Exclusão intra-escolar.....	187
4.2.2. Defender a honra a facadas.....	192
4.2.3. O ponto de vista de um operador.....	199
4.3. DROGAS, CARREIRAS MORAIS E MUNDO DO CRIME.....	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
REFERÊNCIAS.....	221
ANEXO 1- SÍNTESE DO CADERNO DE CAMPO.....	233

INTRODUÇÃO

Toda época anseia por um mundo mais belo. Quanto mais profundos o desespero e a consternação diante de um presente incerto, tanto maior será esse desejo.
Johan Huizinga, O outono da Idade Média.

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe o tapete que possa ocultar a sujeira da memória.
Eduardo Galeano, O livro dos abraços.

O medo foi um dos meus primeiros mestres. Antes de ganhar confiança em celestiais criaturas aprendi a temer monstros, fantasmas e demônios. Os anjos quando chegaram já era pra me guardarem.
Mia Couto, Murar o medo.

Apresentar uma tese é o resultado de uma longa travessia. Termina uma grande aventura, uma verdadeira jornada de alma, a um só tempo dolorosa e transformadora. Ela culmina num escrito, na tessitura de um texto, cujo sentido aqui é o de traduzir um universo social através de palavras. Esta travessia que a tese representa se dá por meio de um sujeito produtor de conhecimento, em direções cognitivas e subjetivas. Como em toda pesquisa científica, fui então guiada por um conjunto de inquietações. Nestas notas introdutórias explícito sobre o que versa este trabalho e quais foram os caminhos para a sua realização – julgando fundamental relatar e aclarar os complexos encontros e desencontros entre a pesquisa e a pesquisadora.

Esta investigação sociológica tem como tema as trajetórias de vida e as percepções de mundo dos e das jovens que habitam o Jardim Holandez, um bairro ou “vila”¹, localizado em uma periferia urbana no município de Piraquara na Região Metropolitana de Curitiba. Esta vila é especialmente estigmatizada, nos termos de ser vista como altamente “perigosa” e “violenta”. Acessamos o espaço e seus sujeitos a partir de um centro de convivência, via contatos anteriormente estabelecidos com profissionais trabalhadores das políticas públicas ali operantes. O Centro de Inclusão Social do Adolescente, mais conhecido como CISA, é um equipamento público municipal que além de ser um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), também oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), voltado para aqueles entre os doze e os vinte e nove anos de idade. Para obter um olhar “de

¹ Em Curitiba e Região o termo “vila” é utilizado por vezes como um sinônimo de “favela”. No curso do trabalho utilizamos diversas expressões para situar o Jardim Holandez, para fins comunicativos: “periferia”, “margem”, “quebrada”, “comunidade”, “bairro”, dentre outros. Privilegiamos o uso da expressão *vila* por ser a mais corrente na fala das e dos moradores. Enquanto “comunidade”, por exemplo, é o termo utilizado pelos operadores das políticas públicas no território. Os sentidos e usos de cada uma destas denominações serão explorados ao longo do trabalho.

perto e de dentro”, optei pelo uso da etnografia como estratégia, realizada no decorrer do ano de 2016. O fazer etnográfico demandou pensar nos termos de um entrelaçamento das políticas: Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação e Segurança Pública – dada a presença durante os meses de confecção da pesquisa de campo destes múltiplos operadores nesta comunidade.

O objetivo foi captar, pela observação participante e pela coleta de relatos orais, as percepções dos(as) jovens sobre o seu local de moradia e sobre as múltiplas formas de governamentalização de suas vidas. Durante o percurso surgiram muitas dúvidas e incertezas sobre qual seria de fato o eixo estruturante de investigação. Ora oscilava em estar tecendo uma tese sobre políticas públicas voltadas para os e as jovens de uma periferia urbana, ora entre estar dando voz aos jovens e a tese ser afinal sobre eles. Certo tempo foi preciso para a elaboração da problemática de pesquisa: como os jovens em questão percebem sua comunidade e de que formas estes atores negociam em escala individual, na esfera da vida concreta, com todas as formas de governo presentes ali – que naturalmente influem diretamente em suas vidas. Para obter narrativas inteiras sobre cada um dos doze “personagens” das entrevistas individuais, usamos a técnica das trajetórias de vida, que permite vislumbrar uma vida (jovem) no decorrer do seu tempo.

Sabemos por meio da teoria social e da vasta quantidade de pesquisas no campo das ciências humanas e sociais que nas franjas e bordas do espaço urbano considerado “seguro” estão presentes mecanismos de controle social violento, regidos pelo Estado e através das polícias. A marginalização e a criminalização da pobreza e das periferias são fenômenos globais. Os índices de mortalidade juvenil violenta, majoritariamente de rapazes e negros, nas periferias brasileiras não são, contudo, um problema social e político que possua visibilidade em nosso país. Há, ao contrário, ampla reverberação de discursos fervorosos que clamam por mais polícia, mais punição e mais prisão para esses sujeitos sociais considerados violentos por natureza: os pobres e habitantes das periferias, os potenciais “bandidos”, especialmente os jovens. O problema que lançamos vai no sentido de desnaturalizar estas visões e divisões sobre qualidades diferentes de seres humanos, partindo de um compromisso de inserção em um universo empírico específico e da escuta de seus agentes, dando-lhes a voz comumente vetada e restituindo seu papel de atores sociais e políticos num espaço social periférico, mapeado pelas lentes da pesquisadora e apresentado para a comunidade acadêmica.

Foi a partir de minha trajetória profissional que cheguei até este centro de convivência, e, por extensão, aos jovens habitantes deste lugar que possui uma série de estigmas associados à violência, ao crime e à morte. O Instituto Não-Violência foi uma organização do terceiro setor na qual trabalhei durante cinco anos bastante intensos (de 2010 a 2014). A ONG fora fundada

em 1998 com a missão de “Desenvolver e fortalecer uma cultura de paz por intermédio das escolas”, um trabalho que se tentava viabilizar pela realização de cursos e oficinas em escolas públicas e outras instituições de Curitiba e da Região Metropolitana. Trabalhávamos com temas variados, com educadores e alunos(as), a partir da chancela do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (CESPDH-UFPR), a partir da qual podíamos certificar nossas capacitações. Éramos uma equipe enxuta que vivia se deslocando de carro pelas periferias da cidade, carregando projetor, computador, caixas de som e algumas apostilas e livretos. Estes encontros permitiram o conhecimento de inúmeras instituições e pessoas ligadas à Rede de Garantia de direitos da criança e do adolescente². Municípios, colégios, bairros periféricos, casas lares, todos esses eram lugares pelos quais eu nunca tinha circulado, por ser moradora do centro urbano incluído de Curitiba, num bairro de alto padrão social, o segundo mais rico da cidade.

Nestas experiências profissionais, através das quais aprendi muito sobre a utilidade do que estudara na graduação em Ciências Sociais, me intrigavam sobretudo os discursos de segregação e criminalização dos(a) adolescentes e jovens estudantes. Em cada aula ou ciclo de palestras que se iniciava – com professores e funcionários de alguma escola ou outra agência socializadora – se repetiam os mesmos jargões: “os jovens de hoje em dia...” ou “no meu tempo...”. Eu não enxergava nestes jovens – com os quais também trabalhava – os monstros e monstras das fábulas contadas e recontadas por muitos adultos destas instituições. Eu via pessoas, algumas com piores condições sociais, está certo; mas pessoas jovens mais ou menos pobres que viviam suas vidas como podiam. Algumas com histórias de violação, histórias de dor.

Lembro com detalhe da primeira vez que escutei um relato sobre violência doméstica e intra-familiar, quando dava cursos em uma escola do Cajuru, um bairro periférico de Curitiba, com muitas vilas e vielas. A adolescente em questão, quem participava do grupo de jovens que coordenávamos na escola chamado de “Tribos da Paz”, dizia que estava com a cabeça roxa pois sua mãe tinha lhe batido com o cabo de vassoura. Lembro de ter agido com naturalidade e de ter sido atenciosa e preocupada com o que ela narrava. Mas aquilo me chocou, o “cabo de vassoura” mexeu com as minhas sensibilidades pessoais, culturais e sociológicas. Observava as engrenagens da evasão e ia compondo um quadro mental explicativo dos porquês de tão poucos(as) estudantes chegarem ao final de suas trajetórias na educação básica, que se encerra

² Trata-se da Rede vinculada ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), criado em 2006 com vistas a implementar o ECA (Lei 8.069/1990), a qual chamaremos de Rede de Garantias, Rede sócio-assistencial ao longo do trabalho.

no Ensino Médio. Muitos adultos das escolas violavam e feriam diariamente seus orgulhos, mas o discurso hegemônico estabelecido era o dos(as) jovens tomados como os “desordeiros(as)” e “indisciplinados(as)”. Estas foram as primeiras sinapses que resultam hoje, um bocado de anos depois, nesta pesquisa.

Minha própria trajetória escolar e acadêmica é, pois, muito distinta das trajetórias pesquisadas. Fiz todo o ensino básico em escolas particulares consideradas as “melhores” instituições de Curitiba e escolas tidas como progressistas. Tive todos os privilégios para vencer os processos seletivos e chegar até a universidade pública. Em 2003 ingressei na Universidade Federal do Paraná para cursar Ciências Sociais. Em 2006 me tornei mãe jovem e conheci na carne os prazeres e desprazeres desta peripécia por todos vista como um “acidente”. Um filho e depois, em 2008, a monografia de conclusão de curso. Tratou-se de uma investigação de cunho teórico sobre a influência de Freud e dos freudo-marxistas na crítica ao esclarecimento feita por Theodor W. Adorno³. Entre cuidar de uma criança pequena, ser separada de seu pai com quem tinha inúmeros conflitos, coabitar com meus pais cuja relação com eles e entre eles era difícil, tentava começar minha vida profissional. Por um tempo dei aulas como professora substituta na rede estadual de educação do estado. Em 2009 engatei o mestrado em Sociologia na UFPR. Sob a orientação da Professora Miriam Adelman, realizei uma pesquisa sobre representações de gênero e relações de poder em famílias de camadas médias, heteronormativas, intitulada “Por mim ou pelos outros?”⁴. Logo em seguida veio o INV e os anos trabalhando com capacitação. A partir da ONG passei a frequentar as reuniões do Centro de Estudos (CESPDH-UFPR) coordenado pelo Professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, o orientador desta tese. Depois destes anos de atuação profissional, de escuta à exaustão de discursos normalizadores repetidos sobre “os jovens de hoje em dia” que “não querem nada com nada” – enraizados e difíceis de transgredir –, sentia que era a hora de voltar para a universidade, desta vez “mais vivida” e embutida de um desejo, já antigo, de fazer uma pesquisa de caráter etnográfico.

O propósito de refazer este percurso individual é apontar para uma questão de dupla ordem: epistemológica e metodológica. Minhas próprias desventuras juvenis foram o substrato inconsciente pelo qual o objeto de pesquisa me elegeu. Muito mais do que laçar, fui laçada por

³ AZEVEDO, Mariana Corrêa de. **Esclarecimento, pessimismo cultural e natureza decaída**: a fundamentação psicanalítica da crítica da Razão em Theodor W. Adorno. 90 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

⁴ AZEVEDO, Mariana Corrêa de. **Por mim ou pelos outros?** Relações de gênero e poder em famílias curitibanas de camadas médias. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ele. Isso foi se revelando aos poucos, no decorrer destes anos que se passaram, desde 2013 quando escrevi o projeto de pesquisa para ingressar como doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Em certas horas, ao longo de muitas sessões de psicanálise, parecia que havia algum tipo de feitiçaria em jogo. Na medida em que eu adentrava o universo pesquisado, parecia que eu descortinava meu próprio inconsciente, meu próprio passado. Mas havia explicação para o mistério. Eram os significados latentes e os conteúdos subjetivos que emergiam na medida em que eu buscava o distanciamento necessário para a apreciação científica de um certo fenômeno de ordem social. As idades e os tempos da vida me incomodavam, me causavam e ainda me causam desassossego. As disputas etárias são afinal disputas de poder e de prestígio, perpassadas pelo tempo, este inexorável. Não tenho dúvidas de que as minhas próprias experiências errantes e dissidentes, do despertar da adolescência ao auge da juventude – quando já era mãe –, auxiliaram muito na compreensão das vidas, das histórias e dos dilemas existenciais dos(as) jovens da vila.

Ser mulher e branca coloca ainda algumas questões éticas adicionais sobre a dimensão das relações de poder. Quando a pesquisadora tem gênero e cor? Antes mesmo do nome próprio, recebemos um corpo marcado pelo sexo e pela cor da pele. Foi o corpo da pesquisadora, quem esteve lá, etnografando, escutando, interagindo; a partir de uma posição no mundo que é corporificada, uma vez que temos apenas os nossos “saberes localizados”⁵. O corpo é um mapa. Um mapa da diferença. Estes apontamentos permitem expressar aos leitores e às leitoras o trânsito, a distância geográfica e cultural, as inúmeras fronteiras entre a vida da pesquisadora e a vida dos(as) pesquisados(as). Assumir tais distâncias nos permite buscar defender nesta introdução que o que faz um(a) pesquisador(a) não é a sua origem social; o que o(a) autoriza é a sua caminhada. Em tempos de sectarismo e de fragmentação não parece demais dizê-lo. A pesquisa é esta travessia, a passagem, a ponte; é habitar – entre a dor e a delícia – dois mundos distintos. Neste caso, o “centro” e a “periferia”.

É preciso também dizer de saída que a confecção destes escritos está entrecortada por um grande incômodo com os níveis ético e político dos problemas investigados. Como Paul Ricoeur (2007) aponta, o historiador ou aquele que irá contar uma história na perspectiva de uma narrativa, funciona como um dos três pontos de um “círculo hermenêutico”: leitores e

⁵ Utilizamos esta expressão de acordo com artigo de Donna Haraway, donde a autora explica: “Minha simples, talvez simplista, manobra obviamente não é novidade na filosofia ocidental, mas tem um gume feminista específico em relação a ela no que diz respeito à questão da ciência para o feminismo e às questões relacionadas de gênero como diferença localizada e da corporificação da fêmea.” HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. p. 37.

narradores-testemunhas são conectados por um intermediário que produz uma narrativa e o resultado é um encontro de mundos. Foram muitas as minhas reflexões sobre este aspecto da produção do conhecimento, defendendo aqui que o presente trabalho tem um compromisso com o “dever de memória”, com uma “política de justa memória” destas histórias por mim colecionadas. Através delas espero poder restituir a vida de seus autores, tratando com o maior respeito possível as suas narrativas. Este dever parte de uma preocupação com a “dor social”, com os esquecidos, os invisíveis, os indesejáveis, os que habitam os quartos de despejo da cidade – para fazer uma analogia com uma das epígrafes da tese. A sociologia, pensada como uma história do tempo presente, impõe imensos desafios e riscos, pois fala geralmente em nome dos vivos e do agora. Os desafios se acumulam especialmente no contexto político em que vivemos, no qual os significados da democracia e do Estado de Direitos no Brasil e no mundo soam tão problemáticos e transitórios.⁶

Foram várias as noites mal dormidas por conta do sentimento de responsabilidade de falar sobre as experiências juvenis observadas e narradas, de falar sobre *a vida dos outros*. Me assolava uma dupla imagem: de um lado via jovens morrendo nas valas comuns da história sem um lugar de nomeação, sem processo jurídico, sem responsabilização legal. De outro, ouvia a proliferação dos discursos de ódio e de extermínio, a exemplo do jargão “bandido bom é bandido morto”. Em muitos momentos deste ofício sociológico me sentia espremida e por vezes só. Curiosamente, ao mesmo tempo sempre estava acompanhada da vivacidade e dos acontecidos da vila que registrava no caderno de campo e de vez em quando compartilhava com alguma ou algum colega. O(a) sociólogo(a) parece inverter a ordem das coisas e das sociabilidades comuns: quando está com todos, sente-se só e observa; quando está só, pensa em todos e arquiteta relações. É como se tivesse um “coração vagabundo”, para citar mais uma canção. Este é, portanto, um trabalho tecido sobre razões e sensibilidades.

Nos termos de uma justificativa científica, esta é uma pesquisa sobre violência de Estado, e queremos destacar este ponto. Se encontra numa intersecção de campos com os quais dialoga: sociologia da juventude, sociologia e antropologia urbanas, sociologia da segurança pública e das políticas públicas. Procura indagar sobre as formas de governo e as fáceis associações entre juventude, pobreza e violência, por vezes reproduzidas mesmo na produção acadêmica. Este um universo no qual, com certa frequência, “os constrangimentos sociais assumem a forma de constrangimentos lógicos” (BOURDIEU, 2001). Para romper com estas noções vulgares que reiteram a degradação material e moral das periferias e de seus habitantes, a margem é neste

⁶ Ver: RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

trabalho, antes de tudo, tomada como um *lugar de vida*. Vidas inteiras, pulsantes e encarnadas, ainda que vividas em um território marcado pela gestão urbana violenta e por diversas precariedades. Propomos pensar a juventude enquanto categoria política em negociação. Para melhor compreender e mapear as experiências destes jovens é indispensável operar a partir da articulação dos marcadores sociais da diferença: classe, raça, sexo e gênero, dentre outras categorias de estratificação. Outro ponto relevante a ser enumerado é que não tive em nenhum momento o intuito de esconder os erros e atrapalhos de pesquisa. Ao contrário, quis trazer a “cozinha sociológica” para dentro do texto.⁷ Talvez mais do que oferecer respostas, estamos lançando problemas, ensaiando caminhos interpretativos e esboçando novas formulações de perguntas a um objeto móvel e transitório, a juventude.

Quando construí o projeto de pesquisa inicial pretendia realizar o campo empírico no Centro da Juventude de Piraquara, que havia sido recém inaugurado. Mudei o roteiro em 2014 por ocasião de alguns cursos ministrados para toda a Rede sócio-assistencial atuante no Guarituba (o grande território onde se localiza o Jardim Holandez), composta por operadores da Educação, da Assistência Social e da Saúde. Esta troca foi feita em função de muitas escutas sobre o CISA da Avenida Betonex. Ali ninguém queria trabalhar, no sentido do contágio moral formulado por Mary Douglas (2012) era um lugar poluído e com agentes poluidores: residência de “traficantes e criminosos” e de jovens “impossíveis”. Nestas ocasiões de formação também apareciam os conflitos de lógicas e agendas entre as diferentes políticas públicas ofertadas no local, especialmente entre os(as) profissionais das escolas *versus* os(as) educadores sociais, os(as) assistentes sociais e os(as) psicólogos. Estes conflitos entre instituições me interessavam pois permitiam pensar na articulação da Rede e nos seus limites a partir das práticas cotidianas – muito distintas dos postulados nas normas e legislações oficiais.

Iniciei a pesquisa de campo em abril de 2016 e encerrei em dezembro do mesmo ano. Foram quase nove meses de “gestação”, divididos em dois momentos complementares: o etnográfico e o das entrevistas individuais com os(as) jovens recrutados(as). Como já apontado, os primeiros contatos se deram por meio do INV e da aproximação com a Secretaria de Assistência Social de Piraquara. A ONG foi a “porta de entrada” para a periferia. O pontapé inicial foi um telefonema para agendar oficialmente a primeira visita ao CISA da Avenida Betonex. O espaço fora inaugurado em agosto de 2011, tendo em vista a preocupação dos

⁷ Expressão emprestada de Loïc Wacquant, ao recuperar a obra de Pierre Bourdieu, quando este se pergunta por que “[...] o ‘trabalho sujo’ levado a cabo na cozinha sociológica é muitas vezes ‘escondido’ como o eram as pinceladas dos pintores clássicos?” WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 95-110, nov. 2002. p. 105.

gestores da SMAS com os altos índices de mortalidade juvenil violenta na região. Em termos de estrutura, para situar melhor nossos(as) leitores, lá eram oferecidos tanto os serviços da Assistência como um todo, como o cadastro e o acesso a certos benefícios sociais, dentre eles o Bolsa Família; quanto as atividades voltadas especificamente para o público juvenil, pautadas na lógica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ou seja, oficinas de variados tipos, como artes, luta ou dança de rua.

A equipe era composta por uma coordenadora geral, com formação de assistente social; outras duas assistentes sociais responsáveis pelos serviços sócio-assistenciais gerais e pelo atendimento às famílias; uma profissional que cuidava da recepção; dois a três estagiários responsáveis pelo Cadastro Único no SUAS; três funcionários contratados via concurso público: uma artista plástica, um educador físico e uma psicóloga – estes responsáveis pelo trabalho com adolescentes e jovens; uma pessoa responsável pelos serviços gerais de limpeza e um motorista. Os instrutores das oficinas eram contratados por meio de licitações, ou seja, terceirizados e, portanto, oscilantes. Em abril, quando comecei a pesquisa, atuavam os seguintes instrutores: um de *skate*; um de *muay thai* (luta de rua); dois de violão; um de capoeira; um de *breaking*; um de dança de salão. Em linhas gerais este era “o equipamento”, nome oficial e utilizado pelos operadores e usuários, o qual empregamos diversas vezes no curso de texto.

O CISA estava localizado na Avenida Betonex e além do espaço interno, contava com uma ampla área externa que passava por uma grande reforma – a qual acompanhamos durante a realização da pesquisa. Havia uma quadra de esportes, em processo de construção uma pista de *skate*, uma pracinha com academia ao ar livre (com aparelhos de ginástica leve) e um parquinho para crianças; dois amplos estacionamentos, um frontal e um nos fundos. É importante mencionar que o centro era vizinho de um Colégio Estadual e de uma UBS, uma Unidade Básica de Saúde. Com a reforma, foi também implementada uma sede da Subprefeitura, onde se ofertavam serviços simples, como a confecção de documentos de identidade. Ou seja, era um complexo de instituições interligadas em um grande quarteirão que tinha no seu miolo uma praça pública recém construída, a primeira da região.

Depois da primeira viagem fui dando os primeiros passos na constituição de uma rotina de pesquisa. Foram no total quarenta e sete dias de campo, divididos entre as tardes passadas no CISA (majoritariamente), sempre das 13:00 às 17:00 horas, o fim do expediente. Outras incursões incluíram conversas com gestores e demais atores-chaves, encontros onde fui chamada para ministrar cursos para os jovens (dois momentos), acompanhamento em alguns passeios culturais e algumas ocasiões onde acontecia a formação da Rede (não apenas dos funcionários do CISA Betonex, mas de outras instituições do município). Houve ainda outras

situações particulares, como o dia de aniversário do equipamento ou a inauguração da Sub-prefeitura, em fins de semana. A assiduidade permitiu também algumas andanças pela vila, apesar das fortes recomendações contrárias de alguns funcionários e funcionárias. Os(as) próprios(as) jovens por vezes ficavam surpresos com minha “falta de medo” de circular na vila. Desde o início procurei ter muita delicadeza com relação às normas da casa e a sua decodificação. Este momento etnográfico está relatado no caderno de campo da forma mais completa que foi possível, somando 173 páginas escritas à mão.

Foram meses até a chegada das entrevistas, elas foram uma conquista em que, além do meu próprio amadurecimento, o tempo dos e das jovens teve de ser respeitado. Coletei doze relatos individuais, com ênfase na trajetória de vida, sendo metade com jovens do sexo masculino e a outra metade com jovens do sexo feminino; todos(as) entre dezesseis e vinte e cinco anos de idade. As entrevistas foram realizadas em algum espaço interno do CISA, gentilmente cedido pelos operadores, ora na sala de artes, ora na sala do serviço de convivência, dependendo de quais as dinâmicas do dia. Todas elas foram gravadas e posteriormente transcritas. É importante fazer uma nota sobre o processo de transcrição: busquei ter muito cuidado para traduzir os relatos orais para a forma escrita, respeitando a linguagem utilizada pelos jovens, a cadência da fala, a sonoridade, os silêncios e pausas, os artifícios e onomatopeias, as gírias. A intenção foi aproximar ao máximo a experiência de fala e de escuta da experiência de leitura.

A partir de uma etnografia política do estado precário e do contato e de entrevistas com doze jovens periféricos, cujas vidas giram em torno do CISA, pode-se perceber que a perspectiva deles não corresponde às expectativas e valores propugnados pelo centro: trabalho, lazer, família, escola, mundo do crime, relações sociais de gênero, drogas e morte ganham uma nova significação pautada pela construção de uma identidade periférica em busca de significações outras para estas experiências. Postos estes esclarecimentos e justificativas, vamos então à estrutura da tese. Cada capítulo reflete diferentes momentos da pesquisa e seus objetivos específicos. No primeiro capítulo, “Um encontro com a periferia”, iniciamos com uma descrição da chegada até o Jardim Holandez, seguida por uma caracterização do território de Curitiba e RMC em termos oficiais, a partir de mapas e tabela, e uma discussão pormenorizada sobre a gestão violenta das cidades. Após este mapeamento, apresentamos o quadro conceitual e a elaboração teórica do objeto, colocando em tensão a dicotomia “centro” e “margem” – buscando um referencial analítico relacional e apropriado. Uma maleta de ferramentas, digamos assim. Por fim, explicitamos o problema de investigação e a tese a ser tecida.

No capítulo dois, intitulado “Em defesa da etnografia”, tratamos mais a fundo de questões metodológicas, apresentando uma revisão de literatura sobre o ofício sócio-antropológico e a particularidade das etnografias realizadas em espaços urbanos periféricos. Explicamos então de forma pormenorizada como foram feitos os primeiros contatos que permitiram a inserção no universo social pesquisado, seguida de alguns pontos-chaves para a compreensão da missão e das dinâmicas de funcionamento do equipamento (a PNAS, o SCFV e o CISA Betonex). Preparado o terreno, apresentamos nossas notas etnográficas e as redes de interação e sociabilidades presentes no local que foram observadas no decorrer de 2016, sob o prisma dos nativos. Em uma seção separada (Seção 2.3.) estão agrupadas vinte fotografias, coletadas por mim, que são uma espécie de “etnografia visual”, que ilustra a descrição sócio-antropológica textual.

No terceiro capítulo, o mais longo do trabalho, começamos com reflexões necessárias sobre a juventude enquanto um problema sociológico, pensadas em conjunto com o marco jurídico-político (sociogênese das políticas de juventude) e os índices de mortalidade violenta na periferia. Na sequência fundamentamos com revisão de literatura as técnicas utilizadas na coleta dos relatos orais e contamos para os(as) leitores sobre as condições de realização das entrevistas e seus impasses para, por fim, explorar as doze trajetórias de vida de nossa amostra. Elas foram construídas com o propósito de restituírem memórias, detalhes, minúcias, pequenas cenas destas histórias particulares que falam sobre o espaço social e as moralidades vigentes.

No capítulo quatro adentramos mais a fundo no universo dos e das jovens entrevistados(as), trazendo os seus próprios relatos a partir de três eixos de análise eleitos como reveladores das suas visões de mundo e das suas sensibilidades. As percepções sobre o território habitado e seus habitantes; as trajetórias “normais” e “desviantes” na escola; e, por fim, as drogas, a violência e o universo criminal. Este capítulo final procura pôr a prova o problema de pesquisa, ao explorar as vozes destes atores sociais e como agenciam suas vidas no seio de mecanismos perversos de controle aos quais estão cotidianamente expostos, em múltiplas instituições. Apesar dos muitos rótulos sociais negativos e das muitas formas de governo da juventude, os(as) jovens da periferia reinventam suas trajetórias de vida e seus lugares no mundo, a partir da posição de sujeitos políticos e reflexivos. Posta a densidade das narrativas, alguns temas importantes não puderam ser aqui aprofundados e abrem novas possibilidades interpretativas para o futuro, especialmente no que tange aos ricos relatos dos e das entrevistadas sobre relações de gênero, sexualidade e o despertar afetivo-sexual e parentalidades.

1. UM ENCONTRO COM A PERIFERIA

Eu não sou eu, nem sou o outro, sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio, que vai de mim para o Outro.

Mário de Sá-Carneiro, 7.

1.1. A VIAGEM ATÉ O JARDIM HOLANDEZ

O Jardim Holandez é um bairro de periferia localizado na Região Metropolitana de Curitiba, o qual possui todos os estigmas de um território considerado violento (cf. GOFFMAN, 2008). Lá realizei a pesquisa de campo durante o ano de 2016, junto de seus habitantes, percorrendo ruas e vielas por meio dos(as) profissionais e frequentadores de um centro juvenil de convivência de uma vila da periferia urbana. O capítulo que segue inicia com uma prévia destes quase nove meses de empreendimento etnográfico, um exercício de identificação e de alteridade, cuja descrição será aprofundada posteriormente. Em seguida faço a caracterização do território a partir das cartografias do espaço urbano investigado, partindo do centro para a sua margem. Caberá também uma discussão sobre o estado da arte das pesquisas sócio-antropológicas⁸ sobre os controles sociais nas bordas do espaço urbano tido como seguro. Na terceira seção, está construído o quadro conceitual de análise, a partir de reflexões teóricas fundamentais sobre as fronteiras morais que separam “centro” e “periferia” – dicotomia esta que será problematizada e posta em relação no decorrer de toda a tese.

A viagem de carro até a vila era longa, a paisagem ia se modificando conforme passavam os quilômetros. Do bairro rico com seus jardins, onde eu habitava, até o centro de Curitiba, e mais adiante chegando na Região Metropolitana, o município de Pinhais. Ali era considerado um terreno ainda seguro, vizinho direto ao que se convencionou pensar como civilizado e urbano. O cenário se modificava passando mais alguns trechos da Avenida Leopoldo Jacomel, que liga Curitiba a Pinhais e Pinhais a Piraquara. A rodovia estava em obras de duplicação no início da pesquisa, uma transformação de grande porte. O tráfego ali era intenso nos horários de pico. Chegando no começo da fronteira com Piraquara, marcada por uma linha de trem, a beleza natural da região de mananciais se tornava evidente, um horizonte desigual se revelava aos olhos. Por outro lado, ao passar aquela linha havia também um ar de mistério e neblina que combinariam com um *thriller* de suspense. Em algumas das muitas passagens anteriores por

⁸ É válido esclarecer que aproximamos antropologia e sociologia no curso de todo o trabalho, uma vez que a etnografia é uma abordagem partilhada pelas duas áreas; podemos neste sentido de filiação afirmar que adotamos uma perspectiva *sócio-antropológica*.

aquela rodovia, quando era funcionária da ONG que me guiara até ali, eu já havia feito várias piadas com uma colega de trabalho sobre a semelhança daquele trecho com um local de desova de corpos. Mais tarde eu viria a ouvir muitos relatos de meus e minhas informantes sobre corpos mortos encontrados em situações que me soavam tenebrosas, ali no Holandez e na vizinhança.

Antes de chegar ao centro do município de Piraquara, no meio do caminho, estava a entrada para o Grande Guarituba. A área mais populosa do município e marcada como a de maior risco social e periculosidade. Em situações anteriores esta visão já havia me chamado atenção. Numa das primeiras palestras ministradas para a Rede sócio-assistencial da região, em 2010, quando trabalhava na ONG, me marcou um episódio que pareceu fazer com que as teorias estudadas na graduação de Ciências Sociais se tornassem vivas. Profissionais que viviam no Guarituba contavam que ao falar sobre o seu local de moradia ou mesmo de trabalho, as pessoas instantaneamente torciam o nariz e imaginavam logo um antro de marginais, marcado exclusivamente pelo perigo e pela sujeira. Os estigmas de lugar estavam muito presentes ali, de modo que era comum a referência separada de cidade e de bairro. Fulano ia para a cidade se saísse do Guarituba para o centro de Piraquara, como se este não fizesse parte da malha urbana. De fato, confundia-se o rural com o urbano, de modo que o espaço era constituído por chácaras de pessoas abastadas com moradias simples de pessoas pobres, que se assemelhavam com o que caracterizamos como “favela” – uma denominação em disputa, conforme pudemos perceber ao longo da etnografia. A “vila”, a “comunidade”, o “bairro”, a “quebrada”. Muitos nomes circulavam, com diferentes propósitos e apropriações, por diferentes atores.

A Avenida Betonex começa na rodovia Leopoldo Jacomel e corta todo o Grande Guarituba, levando até o Holandez, uma de suas inúmeras vilas. Entrando pela avenida eu passava por todo o tipo de comércio, lojinhas, oficinas, aviários, brechós, lanchonetes e botecos. Muitas igrejas pentecostais, algumas lojas populares de departamento relativamente novas e o Ideal, o maior mercado do bairro. Algumas escolas e colégios públicos. Era visível que o espaço estava se transformando. Na avenida tinha asfalto, mas as ruas e vielas eram muitas de terra. Passava o convento, os conjuntos de habitação popular, a sede da Cohapar⁹ e vastos terrenos desocupados. Sempre circulavam os ônibus de transporte metropolitano, caminhões e carros de todas as marcas e qualidades, pois notava-se os carros caros dos proprietários de chácaras ou dos chefes do crime e os carros populares dos demais moradores. Chamava a atenção a mistura de veículos, motocicletas, passantes, cavalos e, como marca registrada, os(as) moradores de bicicleta que carregavam crianças e bebês com suas mochilinhas. Alguns vendedores

⁹ Companhia de Habitação do Paraná, fundada em 1965.

ambulantes, carrinheiros, trabalhadores e trabalhadoras apressados. Moleques soltando pipa, montes de cachorros circulando, uns cheios de sarna. A vida pulsava. A principal sensação era a de mistura, de uma certa desordem, um suposto desgoverno. Em nada semelhante ao imaginário da Curitiba europeia e planejada, publicidade cuja eficácia é bastante ampla.

Se o Grande Guarituba tem a sua fama e os seus estigmas, ao final da avenida, onde fica localizado o Jardim Holandez e o CISA Betonex¹⁰, o centro de convivência a partir do qual realizamos a pesquisa, a imagem negativa fica ainda mais acentuada. Foram inúmeras as vezes em que escutei que aquela vila era quase impenetrável, que era a encarnação do “pior do pior”, onde residiam somente traficantes e criminosos. Em ocasiões atuando como coordenadora de cursos naquele território, já em 2014, ouvia técnicos, professores e educadores sociais que faziam trabalhos na vila se queixarem copiosamente do quanto sofriam por atender crianças que já vinham marcadas de berço, como se fossem malnascidas e degeneradas, sem nenhuma educação, violentas por natureza. O medo rondava aquele lugar, era socialmente poluído. Nas manchetes de jornal as chamadas confirmavam estes temores compartilhados: em uma reportagem antiga, lê-se: “‘Rua do sangue’ tira a paz de Piraquara”. Em notícia mais recente, “Piraquara é a cidade mais mortal do Paraná”¹¹. Se assim se constituía a imagem de fora para dentro, as minhas andanças por aquele lugar ao longo dos meses da pesquisa de campo contradiziam tal sensacionalismo.

Tendo acessado o espaço por intermédio de alguns contatos e chegando na posição de pesquisadora – desprovida destes preconceitos, ou ao menos fazendo um exercício de desconstrução destes ideais pré-fabricados para melhor compreendê-los –, era possível perceber outras nuances. A vila parecia até mais amistosa do que os bairros de classe média de Curitiba, onde os nativos são conhecidos como um povo esnobe e de poucos amigos. Ali a sociabilidade extravasava o espaço privado e exclusivo, as pessoas frequentavam a rua como um espaço de continuidade, de sociabilidades, de cadeiras na calçada. Essa ambiguidade era interessante e foi possível mais tarde notar que fazia parte da concepção dos próprios habitantes: a vila vista de fora e a vila vista de dentro. Nas primeiras visitas me sentia mais insegura, mas como já conhecia minimamente o lugar, não era um temor de ser alvo de uma violência difusa e

¹⁰ O Centro de Inclusão Social do Adolescente, equipamento da Secretaria de Assistência Social do Município, que é também um CRAS (Centro de Referência em Assistência Social). Em Piraquara há dois CISA, um no Jardim Holandez e outro próximo, na Vila Macedo – também no Grande Guarituba, ambos voltados para o atendimento aos jovens moradores.

¹¹ MORAES, Bia. “Rua do Sangue” tira paz de Piraquara. Curitiba, **Tribuna**, 06 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/rua-do-sangue-tira-paz-de-piraquara/>> Acesso em: 04 ago. 2017. RESENDE, Narley. Piraquara é a cidade mais mortal do Paraná. Curitiba, **Paraná Portal**, 06 jun. 2017. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/piraquara-e-a-cidade-mais-mortal-do-parana/>> Acesso em: 04 ago. 2017.

desenfreada. Era uma apreensão de pesquisadora iniciante, que mal sabia como se portar diante de seu objeto de estudo. Eram dúvidas sobre o que eu estava procurando ali afinal de contas e sobre como deveria proceder para obter algumas respostas às minhas indagações.

De todo o modo, a chegada no Holandez era uma viagem em duplo sentido. O trajeto em si, a distância geográfica, os quilômetros rodados; e o hiato de classes, a *distância social* do mundo no qual eu morava e convivia, incluindo sobretudo ser frequentadora do meio universitário, o qual justificava minha empreitada. Não é um fato desconhecido que dentro do ambiente universitário brasileiro a maioria dos pobres está em seus postos de trabalho, fazendo serviços gerais, cuidando de portas, pintando paredes, varrendo salas, esfregando carteiras ou limpando banheiros. Muitos são trabalhadores terceirizados. A universidade é um espaço social bastante distante da periferia e distinto do universo no qual eu adentrava gradualmente. Era sem dúvidas este sentimento de estar rompendo alguma fronteira de ordem simbólica que me motivava à pesquisa e à escolha do Holandez para realizar minha aventura etnográfica na periferia. Conforme várias prescrições, minha origem social era evidente e me impossibilitaria de transitar por ali e de estabelecer interações que fossem reveladoras dos modos de vida dos(as) jovens e de suas percepções sobre o território e as políticas públicas ofertadas; eu insistia em pensar o contrário.

Muitas e muitos etnógrafos haviam passado por rituais semelhantes em busca de entendimento sobre universos sociais distintos dos seus.

O que me atraía e repelia ao mesmo tempo era a possibilidade de romper uma barreira, cuja visibilidade não é posta ao alcance do olho nu, mas cuja força se faz sempre presente nos menores gestos, nos olhares, nos rituais de dominação, nos hábitos diários de comer, falar e vestir, a barreira que separa a classe trabalhadora pobre das outras classes sociais que gozam de inúmeros privilégios, entre eles o de receber “educação”. (ZALUAR A., 1985, p. 11).

Sei que, como apontado por Alba Zaluar (1985), num texto seminal sobre confecção de pesquisas na periferia urbana, da viagem eu não saí a mesma. Digo, do empreendimento etnográfico. Foram meses de elaboração, os quais por vezes pareciam insuportáveis pela diferença de sensibilidade com os acontecidos da vila, com as narrativas de dor, com as diversas precariedades, com as violências múltiplas, com as histórias de direitos violados expressas de forma tão natural e tão corriqueira. A própria noção de “direitos” soava tão problemática e um bocado imprecisa no chão da vila. Em muitos momentos a posição de participante das cenas sobrepujava totalmente a de pesquisadora cética e o distanciamento era com frequência inviável.

Mas foram também meses de intensa vivacidade, risadas e interações ricas e prazerosas. Fazer parte deste universo era como receber um abraço da periferia. A vila se tornou também uma espécie de casa, uma espécie de lar, uma espécie de abrigo em tempos politicamente turbulentos. Com jovens e trabalhadores da rede descobri muitas formas de passar as horas e as tardes de um modo diverso do que costumamos fazer dentro das universidades, onde nossas histórias e queixas giram em torno do volume de trabalho, da produção de artigos, das idas a congressos e das diversas coisas a corrigir. Na vila o tempo passava de um jeito diferente. Foi com ele que eu fui aprendendo a me guiar, fazer perguntas, seguir pistas e intuições, sacar o movimento, o burburinho dos dias. De fato, não há manual para a produção de uma pesquisa sociológica. Para usar uma figura de linguagem, temos mesmo que ser bem-aventurados(as).

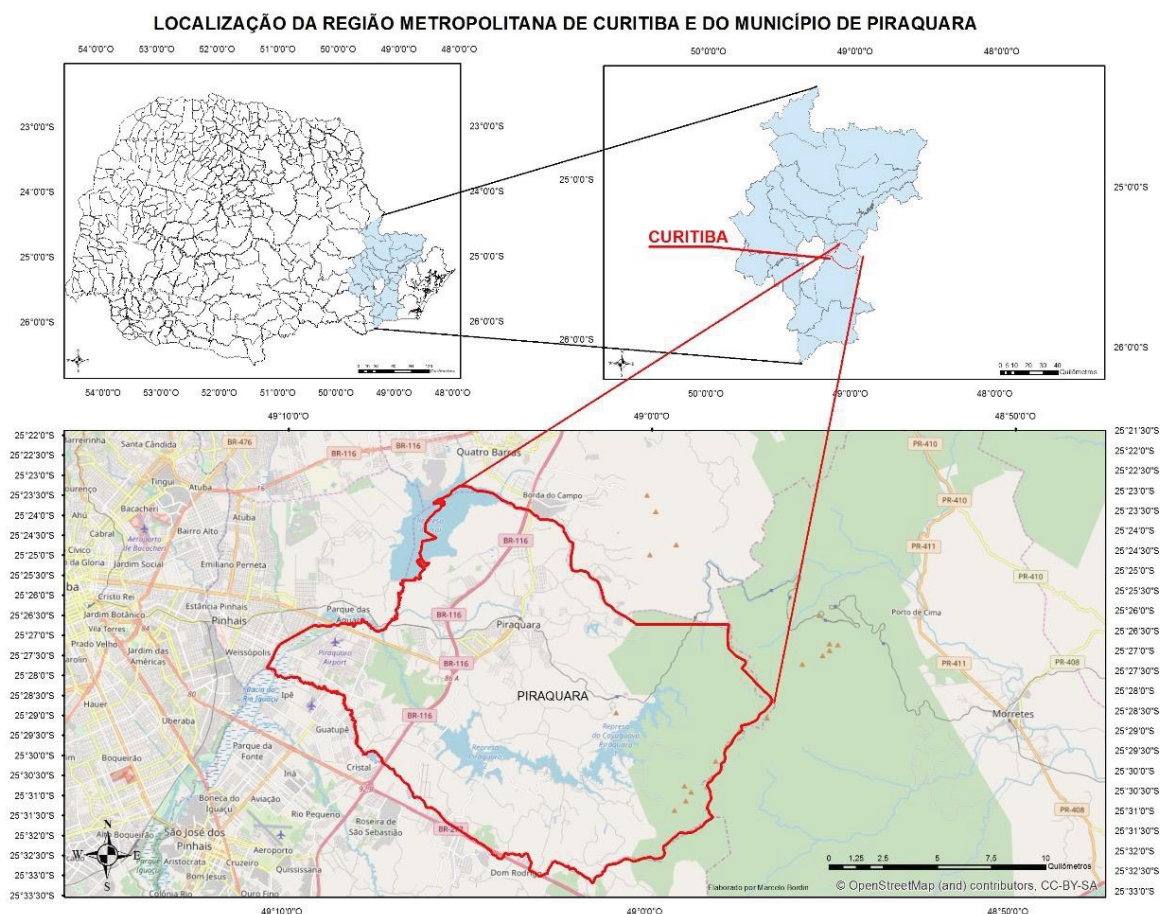
1.2. CARTOGRAFIAS: A CIDADE E SUAS MARGENS

A partir desta seção serão apresentados com maior detalhe o mapeamento e a caracterização do território, iniciando pela cidade de Curitiba e algumas de suas características distintivas, para então situar o município de Piraquara, na Região Metropolitana, onde está localizado o Jardim Holandez. Em seguida abordarei algumas investigações sócio-antropológicas sobre as cidades, com especial atenção aos dispositivos de segurança pública operados nas franjas do espaço urbano socialmente incluído, no contexto local e brasileiro.

A cidade de Curitiba está localizada na região sul do Brasil, sendo a capital do estado do Paraná. Fundada em 1693, sua população estimada é de 1.908.359 habitantes (IPARDES, 2018a). A chamada “Grande Curitiba” agrega a Região Metropolitana, onde está localizado o município de Piraquara (ver o Mapa 1, localizado na página seguinte). A Revista da Coordenação da RMC, órgão estadual ligado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano¹², descreve em sua última publicação:

Constituída por 29 municípios, a RMC é a oitava região metropolitana mais populosa do Brasil, com 3.223.836 habitantes, e concentra 30.86% da população do Estado. Também é a segunda maior região metropolitana do país em extensão, com 16.581,21km². [...] Cercada por áreas de proteção da natureza, a região se destaca pelas belas paisagens, pelo cinturão verde e pela tradição deixada pelos imigrantes, fatores que têm sido atrativos para o desenvolvimento do turismo rural, ecológico e de esportes radicais. (COMEC, 2017, p. 24).

¹² A Lei estadual 6.517/1974 institui a COMEC. De acordo com esta legislação: “Art. 7º - Compete basicamente a COMEC: II – promover, elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da Região”.



Mapa 1. Localização da Região Metropolitana de Curitiba e do município de Piraquara. **Elaboração:** Marcelo Bordin.

Conhecida como a “capital ecológica” do país, a cidade é tida como um modelo de sustentabilidade pelo enaltecido cuidado com as questões ambientais no curso de sua modernização e de seu desenvolvimento urbano. A partir desta ótica, presente no imaginário nacional e internacional, é como se Curitiba estivesse isenta das mazelas sociais atribuídas comumente à vida metropolitana – como a pobreza, a violência e a poluição –, o que garantiria um alto nível de qualidade de vida aos seus moradores e moradoras.

Cantado pela “Família Folhas” no início dos anos 1990, o *jingle* “lixo-que-não-é-lixo, não vai pro lixo, se-pa-re!” é uma relíquia para os curitibanos desta geração. Fez parte de uma campanha da prefeitura municipal pela reciclagem de lixo, iconizada por uma família nuclear vestida em trajes de folhas verdes, em um comercial de televisão adorado pelas crianças. A família também estampa os caminhões de lixo reciclável, que passam até hoje pelas ruas da cidade tocando um sino. Um blog local relembra:

A campanha foi realizada em duas etapas, a primeira com o conceito “Lixo que não é Lixo: SE-PA-RE”, que fez absoluto sucesso e rapidamente gravou na memória da

população. Porém o principal objetivo era preparar a nova geração para cuidar das questões ecológicas da cidade e para isso chamaram o renomado cartunista Ziraldo para dar vida a Família Folhas, que viria a se tornar um dos maiores símbolos do cuidado dos curitibanos com a natureza, respeito com a limpeza da cidade e reciclagem.¹³

Este é um caso particular que traz à vida uma memorável tática publicitária de fabricação dos mitos de “cidade ecológica” e “cidade modelo”.

Dennison de Oliveira (2000) investiga em uma perspectiva histórica as dinâmicas sociais que explicam a eficácia desta estratégia. A imagem de sucesso no planejamento urbano tem seu corolário no campo político-partidário (2000, p. 14-15), e se inicia na década de 1970 com a implementação do Plano Diretor. O íntimo relacionamento entre empresários e urbanistas, um ex-prefeito arquiteto com muito poder eleitoral (que também ocupou o cargo de governador), o monopólio do IPPUC¹⁴ e a hegemonia sobre o plano urbanístico; estas são algumas linhas explicativas que ajudam a restituir de maneira crítica a aura que a cidade possui. Fernanda Sánchez (1999) também aponta neste sentido, abordando o fenômeno a partir do registro do “urbanismo espetáculo”:

A cidade de Curitiba foi transformada em marca nacional da qualidade de vida urbana. Com efeito, ali se instaurou plenamente nos anos 90 um processo de consolidação de uma identidade socioespacial positiva em relação ao país bem como em nível internacional. (1999, p. 122).

Neste período há a construção de diversos parques étnicos, centros culturais e áreas de lazer que configuram o cartão postal da cidade. Antes de revelarem e zelarem pelos modos de vida de seus habitantes, estes processos operam a partir de propósitos mercadológicos: “Com evidentes conexões entre sociedade de consumo e uma nova concepção de cidadania, o cidadão é confundido com consumidor e, por sua vez, a cidade com o mercado.” (1999, p. 124). Deste modo se planificam as experiências, ostentando-se uma visão de espaço urbano sem conflitualidades, sem disputas, sem contradições entre seus diferentes pontos de acesso.

Nelson Rosário de Souza (2001) ao analisar o discurso técnico do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), instituído em 1965, nos permite também compreender a modulação da cidade inspirada no urbanismo modernista por meio da separação racional das parcelas “carentes” da população. Sob o pressuposto de uma racionalidade técnica, o agente urbanista

¹³ Extraído de: A ICÔNICA campanha da Família Folhas. **Blog Petit Pavê**. 19 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.petipave.com.br/single-post/2016/12/19/A-iconica-campanha-da-Familia-Folhas>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

¹⁴ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Para histórico e outras informações, como a legislação do Plano Diretor da cidade, consultar o site <<http://www.ippuc.org.br/>>.

figura como uma autoridade acima das necessidades reais dos e das habitantes, atuando não de maneira neutra, mas como porta voz de relações de poder entre diferentes camadas sociais.

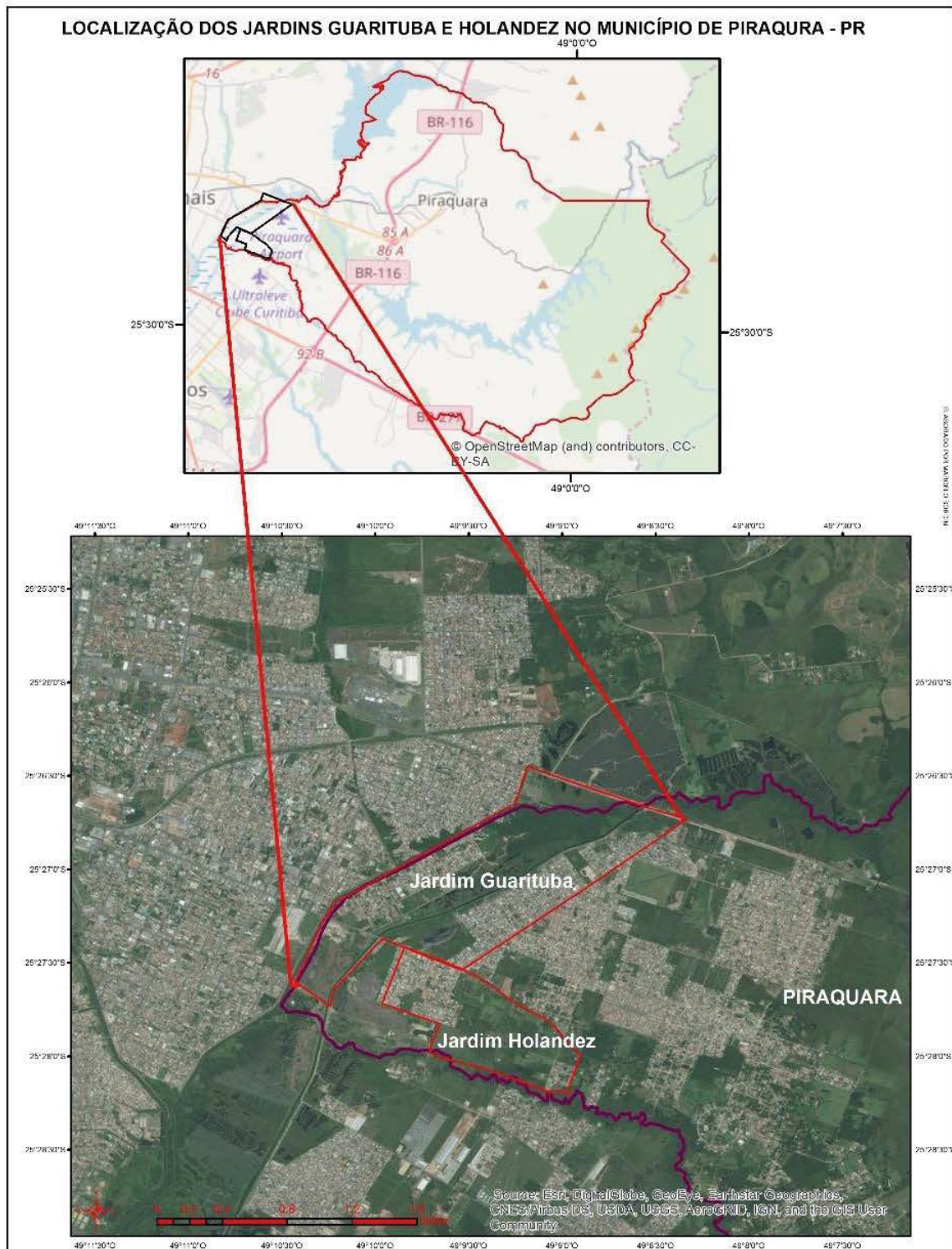
Os equipamentos urbanos cuidadosamente planejados e distribuídos na cidade expressam, e ao mesmo tempo atuam sobre, o jogo de forças pela apropriação dos bens urbanos de ordem material e simbólica, ainda que apresentem uma aparência de simples instrumentos funcionais da vida na cidade. (ROSÁRIO DE SOUZA, 2001, p. 109).

Foi a partir destes instrumentos normativos que as camadas populares foram tomadas como insignificantes e invisíveis para o planejamento urbano (2001, p. 111). Os investimentos públicos, realizados em função da categoria de “densidade”, moldaram uma cidade ambivalente, com nítidas fronteiras entre o “dentro” e o “fora” da fronteira urbana tida como saudável e orgânica. Deste modo, os pobres não serão sujeitos das políticas de ordenamento, mas objetos delas, tomados como *elementos residuais* da cidade.

Outro ponto relevante a ser destacado é o do transporte público. Suelen Christine Caviquiolo (2017), tensionando materialidades e visualidades para pensar o transporte coletivo curitibano no período de 1991 a 2011, chega a conclusões semelhantes. Por meio da análise tanto histórica quanto de imagens de demandas populares pela democratização da mobilidade, a autora salienta o hiato entre a constituição da rede de transporte viário (baseada em interesses corporativos) e as necessidades reais dos seus usuários e usuárias. O desenho da rede nas décadas de 1960 e 1970, bem como a construção dos mitos de cidade modelo nos anos 1990, consolidaram uma noção vendável de sucesso neste serviço. Nos seus usos cotidianos estes mesmos artifícios são sentidos como “imobilidades urbanas”. A catraca tornou-se o símbolo destes entraves, de modo que “Pular a catraca é romper com a função original do artefato, que incorpora a obrigatoriedade de pagamento para poder passar de um lugar a outro e assim tomar para si o direito de circular pela cidade.” (2017, p. 105).

Passando agora para o outro lado da linha do trem, Piraquara, possui extensão territorial de 225.223 km². Fundada em 1890, a população estimada é de 107.751 habitantes, sendo mais da metade em área rural (IPARDES, 2018b). Como já indicado, no meio do caminho de Pinhais ao centro do município de Piraquara, está localizado o Grande Guarituba, cortado pela Avenida Betonex. Apesar de situado oficialmente, como se vê no Mapa 2 (na página seguinte), numa área circunscrita, o Guarituba é popularmente conhecido como todo o território em que se agrupam inúmeras vilas e loteamentos, incluindo o Jardim Holandez. Naturalmente, os nomes e classificações dos espaços estavam em constante disputa pelos moradores e pelos operadores

das variadas políticas, para citar o mínimo: assistência social, educação, saúde, habitação e segurança pública.



Mapa 2: Localização dos Jardins Guarituba e Holandez no município de Piraquara. **Elaboração:** Marcelo Bordin.

De um lado, Piraquara é conhecida como a “cidade das águas”: 93% de seu território está localizado em áreas de proteção ambiental (APAs). Abriga as bacias dos rios Iguaçu, Piraquara e Iraí, sendo responsável por quase metade do abastecimento hídrico de toda a Grande Curitiba (COMEC, 2017, p. 40-41). Algumas áreas de proteção de mananciais são também intituladas de “UTPs”, Unidades Territoriais de Planejamento (ver Mapa 3), definidas como “[...] espaços territoriais que sofrem *pressão por ocupação* e estão situadas em áreas urbanas dos municípios integrantes das áreas de interesse de proteção de mananciais.” (2017, p. 39 - grifo nosso).

Localização das Unidades Territoriais de Planejamento da RMC

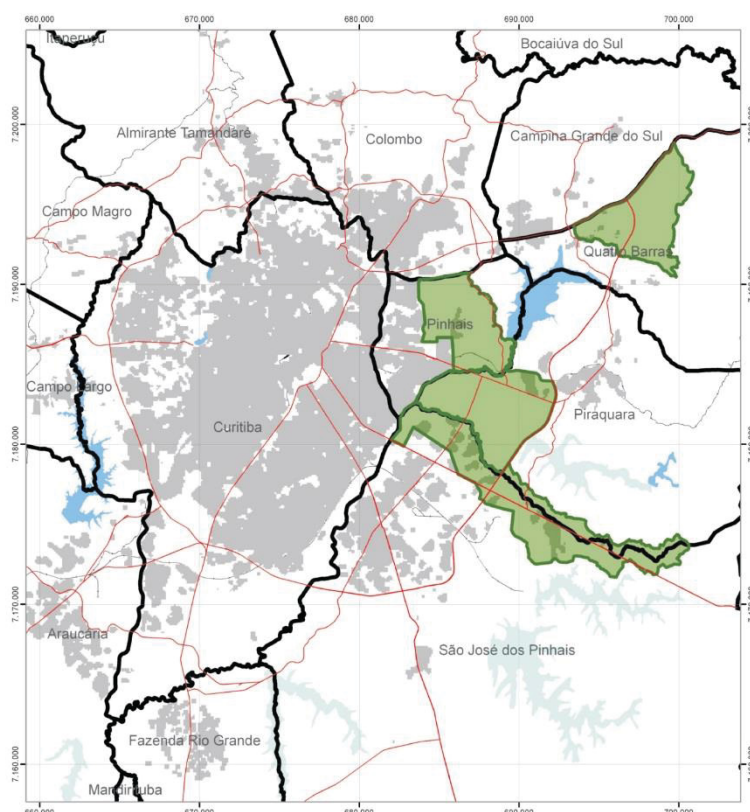
Legenda

- UTPs da RMC
- Mancha urbanizada 2004*
- Sistema viário principal
- Ferrovias
- Represas existentes
- Represas projetadas

*Campo Largo 2000

0 5.000 Meters

FONTE: COMEC, 2010
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Meridiano Central 51° W.GR
 Datum vertical SAD-69
 Datum horizontal Imbituba-Santa Catarina



Mapa 3: Localização das Unidades Territoriais de Planejamento da RMC. **Fonte:** COMEC, 2017.

Uma descrição mais precisa do que seriam estas unidades, chamadas de “figuras espaciais” (COMEC, 2007, p.37), está na Lei Estadual 12.248 de 31 de janeiro de 1998, assinada pelo então governador Jaime Lerner. Esta última cria e dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC, conhecida como “lei especial de proteção dos mananciais”. A mencionada lei define o grande Guarituba como uma UTP; a área regulamentada foi ajustada mais recentemente pelo Decreto estadual 6.314 de 29 de março de

2006, assinado pelo governador na época, Roberto Requião. Citamos aqui o Artigo 2º, que versa especialmente sobre a região e define os objetivos desta medida:

Art. 2º. Ficam criadas na Unidade Territorial de Planejamento do Guarituba, áreas de intervenção, com o objetivo de assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, mediante a preservação e recuperação do ambiente natural e antrópico com o efetivo controle de processos de degradação e de poluição ambiental. (PARANÁ, 2006).

As UTPs são áreas de “pressão por ocupação”, cuja “intervenção” serve à “preservação e recuperação do ambiente natural e antrópico com o efetivo controle de processos de degradação e de poluição”. O *ambiente antrópico*, degradado e poluído. Salta aos olhos que nos documentos e leis consultados está ausente uma referência clara e direta aos habitantes, como se estes não possuíssem nas classificações oficiais o estatuto de seres humanos e cidadãos.

Para preservar a qualidade da água, é vetada a instalação de indústrias que possam poluir o meio ambiente do município. Em virtude disto, ele recebe o “ICMS Ecológico”, um benefício criado no estado do Paraná para compensar a baixa arrecadação de impostos¹⁵. Ainda no intuito caracterizarmos o território donde se realizou a pesquisa de campo, segundo as considerações de Beatriz Lemos de Almeida (2014), arquiteta e urbanista,

A área delimitada como Guarituba, que se localiza na zona rural do município de Piraquara, abriga atualmente uma grande população, distribuída entre ocupações irregulares, loteamento aprovados e loteamentos clandestinos. A área está inserida no maior centro de abastecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, denominado várzea do rio Iraí. Um dos objetivos da intervenção governamental é a preservação desta área de manancial. (2014, p. 254).

Nos termos oficiais, esta área é alvo de ações do estado que visam proteger os mananciais. Com vistas à regularização fundiária foi realizado em 2008 o reassentamento de 803 famílias que moravam em área de risco, em banhados à beira do Rio Iraí, no Guarituba, realocando cerca de quatro mil pessoas. De acordo com o site da Cohapar,

No total, o “Novo Guarituba” – maior projeto de regularização fundiária e salvação dos mananciais do País – vai receber R\$ 91,7 milhões do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), já incluídas as contrapartidas do Estado e do Município, beneficiando, no total, 12 mil famílias – 11.197 terão garantidas as posses de suas

¹⁵ É possível consultar a legislação que ampara o citado imposto no site do IAP, Instituto Ambiental do Paraná (órgão ligado à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), no link <<http://www.iap.pr.gov.br/pagina-418.html>>, bem como consultar os valores recebidos pelos municípios contemplados. A título de exemplo, no ano de 2010, Piraquara recebeu R\$ 206.416,04, o maior valor do estado. Localizamos também o site do ICMS Ecológico em nível federal, que pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.icmsecologico.org.br/site/>>.

terras. O projeto é desenvolvido pela Cohapar em parceria com diversos órgãos da administração estadual e da prefeitura de Piraquara.¹⁶

Além das questões fundiárias relacionadas ao meio ambiente da região, é preciso também registrar que o município de Piraquara abriga o maior Complexo Penal do estado do Paraná. Para tecer uma reflexão metafórica, que me parece funcionar, o centro bebe a água das margens, e ainda lá deposita seus agentes poluidores indesejáveis, a população carcerária. Possivelmente em função destes processos urbanos dinâmicos e conflituos, no quadro geral, como informa o “Atlas da Violência de 2017” (CERQUEIRA et al., 2017), Piraquara já figurou como a oitava cidade mais violenta do Brasil (ver Tabela 1, com dados de 2015).

Tabela 2.2 – Os 30 municípios mais violentos em 2015, com população superior a 100 mil habitantes, segundo a soma das taxas de homicídio e de MVCI

#	UF	Município	População	Número de Homicídio	Número de MVCI	Taxa de Homicídio	Taxa de MVCI	Taxa de Homicídio +MVCI
1	PA	Altamira	108.382	114	2	105,2	1,8	107,0
2	BA	Lauro de Freitas	191.436	177	10	92,5	5,2	97,7
3	SE	Nossa Senhora do Socorro	177.344	159	12	89,7	6,8	96,4
4	MA	São José de Ribamar	174.267	159	9	91,2	5,2	96,4
5	BA	Simões Filho	133.202	112	11	84,1	8,3	92,3
6	CE	Maracanaú	221.504	172	26	77,7	11,7	89,4
7	BA	Teixeira de Freitas	157.804	114	25	72,2	15,8	88,1
8	PR	Piraquara	104.481	83	8	79,4	7,7	87,1
9	BA	Porto Seguro	145.431	123	2	84,6	1,4	86,0
10	PE	Cabo de Santo Agostinho	200.546	147	24	73,3	12,0	85,3
11	PA	Marabá	262.085	201	15	76,7	5,7	82,4
12	RS	Alvorada	206.561	162	4	78,4	1,9	80,4
13	CE	Fortaleza	2.591.188	1729	295	66,7	11,4	78,1
14	BA	Barreiras	153.918	1	119	0,6	77,3	78,0
15	BA	Camaçari	286.919	207	16	72,1	5,6	77,7
16	PA	Marituba	122.916	94	0	76,5	0,0	76,5
17	PR	Almirante Tamandaré	112.870	72	14	63,8	12,4	76,2
18	BA	Alagoinhas	154.495	103	14	66,7	9,1	75,7
19	BA	Eunápolis	113.191	66	19	58,3	16,8	75,1
20	GO	Novo Gama	106.677	79	1	74,1	0,9	75,0
21	GO	Luziânia	194.039	143	2	73,7	1,0	74,7
22	PB	Santa Rita	134.940	100	0	74,1	0,0	74,1
23	MA	São Luís	1.073.893	758	36	70,6	3,4	73,9
24	GO	Senador Canedo	100.367	74	0	73,7	0,0	73,7
25	PA	Ananindeua	505.404	352	3	69,6	0,6	70,2
26	GO	Trindade	117.454	82	0	69,8	0,0	69,8
27	CE	Caucaia	353.932	209	38	59,1	10,7	69,8
28	PE	Igarassu	112.463	60	18	53,4	16,0	69,4
29	ES	Serra	485.376	315	21	64,9	4,3	69,2
30	BA	Feira de Santana	617.528	218	205	35,3	33,2	68,5

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios no município de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Elaboração Diest/Ipea.

Tabela 1: Os 30 municípios mais violentos em 2015. **Fonte:** CERQUEIRA et al., 2017, p.18.

¹⁶ COHAPAR garante na Justiça posse de áreas no Guarituba. **Notícias Cohapar**, Curitiba, 26 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.Cohapar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=849>> Acesso em: 30 jun. 2017.

Um dos propósitos de nossa etnografia foi o de entender como estes índices de mortalidade violenta, bastante abstratos, seriam percebidos e experienciados na esfera da interação concreta dos habitantes de um território tão estigmatizado pelo rótulo de “violento”. Posta esta cartografia sócio-territorial, aliada à literatura citada, é sensato afirmar que a planificação do espaço urbano circunscrito funciona através de dois processos relacionados: (1) a forte segregação entre o centro e suas margens e (2) a grande invisibilidade dos atores sociais que habitam os bairros das periferias e das regiões metropolitanas. A natureza destes processos é aqui pensada nos termos da relação tensa e conflituosa entre os atores centrais e os atores periféricos, numa trama intrincada que conecta pessoas aos espaços habitados, espaços estes sempre em disputa.

1.2.1. A gestão violenta das cidades

Há uma vasta gama de autores e autoras que versam sobre temáticas similares, desconstruindo criticamente os mecanismos sociais de produção da *ordem* e da *segurança*, os e as quais têm grande importância no entendimento sociológico das dinâmicas sociais urbanas no presente, não apenas no contexto pesquisado, mas nas cidades do Brasil e do mundo afora. Nos dedicaremos em seguida a aprofundar o debate sobre as fronteiras urbanas, não apenas no contexto local da pesquisa de campo, mas ampliando a reflexão sobre o estudo sócio-antropológico das cidades contemporâneas no cenário local e nacional.

Um clássico da área é o artigo de Edmundo Campos Coelho (2005). O autor lançou no final da década de 1970 um olhar crítico que nos previne contra a conexão demasiadamente fácil entre *marginalidade* e *criminalidade* urbana no Brasil, a qual contaminaria a pesquisa acadêmica e a produção científica correlata. A moldura conceitual utilizada para o entendimento da criminalidade e dos criminosos levaria à reiteração da crença social de que a grande maioria dos atos infracionais decorre da população marginalizada – leia-se em situação de desemprego, subemprego ou pobreza. Para ele esta seria uma causalidade problemática, que corromperia inclusive as estatísticas sobre crimes e violência no país. O recorte de classe aqui se torna fundamental, posto que “[...] determinados papéis sociais são *roteiros típicos* que se fazem acompanhar de atribuições, a certas classes de comportamento, da probidade que sejam desempenhadas por tipos particulares de atores sociais.” (2005, p. 285 - grifos dele). No presente trabalho temos como desafio fugir dos registros convencionais que entram “de contrabando” na teoria social (BOURDIEU, 1996, p. 74) sobre os jovens habitantes das

periferias urbanas: nem “pobres coitados” nem “bandidos violentos”¹⁷, mas atores sociais cujas vozes devem ser escutadas para a produção do saber sociológico.

Como aponta Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), visando entender o período contemporâneo, medo e violência se misturam às mudanças sociais nas cidades, nas quais se perpetram modos de segregação espacial e de discriminação territorial. Regidos por uma ordem social produtora de “enclaves fortificados” para proteger espaços de residência, lazer, trabalho e consumo, estas fórmulas das elites vêm sendo adotadas mundo afora. Ao pensar a metrópole de São Paulo e o crescimento do crime violento desde a década de 1980, a autora infere que a construção de muros tem um significado simbólico pois estes “[...] estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem movimentos” (CALDEIRA, 2000, p. 9). Neste quadro a vigilância privada ocupa um papel fundamental, desafiando o monopólio estatal da violência e se tornando um serviço a ser consumido, dentro de uma indústria altamente lucrativa (2000, p. 10).

Zaluar (2007) questiona as razões pelas quais no Brasil após o fim da ditadura militar as taxas de criminalidade e homicídios cresceram, notadamente entre homens jovens. A partir da ideia de “democracia inacabada”, a autora investiga em três eixos esta problemática: os mecanismos macrossociais do crime violento e do tráfico ilegal de drogas; a inércia institucional e as permanentes violações de direitos; e, por fim, as formações subjetivas nas quais se alinham ideais de masculinidade dentro dum *léxico da violência* (armas de fogo, exibições de força e virilidade, etc.). Nas palavras dela,

Assim se formam as práticas de violência policial contra os pobres em geral e as práticas sociais de violência dos jovens pobres entre si numa sociedade fragilmente governada pela lei e em um Estado que nunca teve o monopólio legítimo da violência. Sempre houve, no Brasil, um hiato entre os direitos formais, escritos na lei, e os realmente praticados. (2007, p. 32).

Buscando fugir das associações mecânicas entre pobreza, exclusão social e violência urbana, nos alerta para a necessidade do enfrentamento científico da complexidade destes fenômenos que afligem a sociedade brasileira e, mais especialmente, os moradores das periferias urbanas. A perpetuação de um *regime de exceção* assola jovens entre 15 e 29 anos de idade, do sexo masculino, nas metrópoles mais ricas do país e “Uma porcentagem incrivelmente

¹⁷ Indico duas leituras sobre a categoria social “bandido”: CALDEIRA, T. P. R. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? Desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 30, p. 162-174, jul. 1991. MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

elevada de homicídios não é objeto de inquérito policial, e seus autores não são jamais identificados” (ZALUAR, 2007, p. 43).¹⁸

Luiz Antonio Machado da Silva (2008) aborda esta problemática na cidade e nas favelas do Rio de Janeiro, nomeando os efeitos desse circuito de controle social como “vida sob cerco”. Partindo da segregação espacial vivida pelos habitantes das periferias do Rio, aponta para a existência de um “confinamento territorial” (2008, p. 13) que é consequência da violência criminal e policial, bem como da reivindicação social por mecanismos de repressão mais reforçados. A mando das classes abastadas, a truculência policial opera no sentido de conter as “classes perigosas”; os habitantes do morro são continuamente tomados como tais, mesmo que não possuam vinculações com o mundo do crime. A convivência dos locais com as dinâmicas decorrentes do tráfico de drogas gera também uma cultura de “silenciamento coletivo” (2008, p. 19), sitiando as possibilidades de vida dos moradores e moradoras. Ajustar a experiência entre estes dois códigos é tanto mais difícil para os jovens. Nas palavras do autor, “Os moradores comuns das favelas são duplamente dominados: na ordem social dominante, compõem os estratos inferiores da estrutura social; na ‘sociabilidade violenta’, são obrigados a se submeter aos traficantes.” (2008, p. 22). Se no mundo do crime a lógica operante é a da “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004), as táticas de “pacificação social”¹⁹ no presente são a extensão dos estigmas morais atribuídos aos territórios de pobreza, ainda que sob o discurso de uma medida integradora.²⁰

A gestão autoritária do espaço urbano abafa os conflitos entre as diferentes parcelas da população em seus usos desiguais da cidade. Para pensar no âmbito da segurança pública estadual, cito Fábria Berlatto (2011), quem analisa os discursos políticos dos secretários do Paraná (SESP-PR), concluindo que operam como mecanismos de um “controle social perverso”²¹. O sentido dado a esta expressão é o de *criminalização do Outro*, a saber, os pobres.

¹⁸ Ver também os artigos: SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

¹⁹ Ver: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Afinal, qual é a das UPPs? **Boletim do Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, p. 1-6, mar. 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018..

²⁰ Para citar uma pesquisa local, ver o trabalho monográfico: SAVAGIN, Emanoele de Deus. **Anjos da guarda: a criminalização da pobreza e polícia comunitária. Análise da Unidade Paraná Seguro-UPS**. 93 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. As UPSs seriam uma espécie de versão paranaense das UPPs no Rio de Janeiro.

²¹ Para maiores esclarecimentos sobre este conceito, ver da autora: BERLATTO, F. **Controle social perverso: análise de uma política de Segurança Pública**. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. BERLATTO, F. **Sociologia política da segurança pública: um estudo dos Secretários estaduais**. 209 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Ver também: MORAES, Pedro Rodolfo Bodê; BERLATTO, F. Controle Social (Verbetes). In: TEIXEIRA, Francisco M. P. (coord.). **Dicionário**

A autora nota a presença de duas retóricas, que nomeia como o discurso dos direitos humanos, que seria o “verniz ‘humanista’” destas políticas (BERLATTO, 2011, p. 125), e o discurso da eficiência policial, embasado em critérios tecnocráticos da “guerra ao crime”. Interessa, portanto, compreender a lógica simultânea destas duas ordens, as quais se dirigem a diferentes públicos. Cito uma passagem esclarecedora:

No caso da defesa abstrata dos direitos humanos, o objetivo são os formadores de opinião. [...] Já no caso da justificação da eficácia técnica da política de segurança, a finalidade é a sociedade em geral, o cidadão médio, o cidadão comum, o “pai de família”. Nesse registro, calha usar outra linguagem, mais apropriada. Esse outro linguajar exalta a solução imediata dos problemas, a eficiência da polícia, a capacidade repressora do Estado. (2011, p. 132).

O resultado é a política repressiva que criminaliza segmentos da população considerados potencialmente perigosos, em sua maioria os habitantes de favelas e periferias urbanas.²²

Em uma perspectiva mais abrangente, o trabalho de Luís Antônio Francisco de Souza (2015) versa sobre o dispositivo militarizado em escala nacional. De acordo com ele, vivemos sob o regime de uma guerrilha urbana que se alimenta do clamor social por intervenção militar: o modelo vigente é o da guerra ao inimigo interno – “O país adotou um modelo de polícia que ainda está fortemente atrelado à defesa do Estado e não à defesa do cidadão.” (FRANCISCO DE SOUZA, 2015, p. 209). Os militares, não apenas no Brasil, nunca abandonaram o espaço da política de modo que as polícias militares são, em última instância, subordinadas ao Exército; este funcionamento corrobora com a formatação de uma guerra civil permanente, nos moldes da “ocupação territorial violenta”. Aqui, a guerra e a segurança se confundem, por isso a repetição de tantos massacres²³, já banalizados.

O dispositivo de segurança militarizada reforça estas tendências na medida em que apela para os símbolos de poder militar, para a metáfora da *guerra permanente ao inimigo interno* e para a necessidade crescente de recursos financeiros disponíveis, bem como para a suspensão de direitos para consecução de seus objetivos. (FRANCISCO DE SOUZA, 2015, p. 210 - grifo nosso).

Básico de Sociologia. São Paulo: Global, 2012. (no prelo). E ainda: MORAES, Pedro R. B; KULAITIS, Leticia F.M. Controle social perverso e a policialização das políticas públicas: o caso da Segurança com Cidadania. In: **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas:** aproximando agendas e agentes (Anais Eletrônicos). Araraquara: UNESP, 2013.

²² Ver: KURCHAIDT, Marina Zminko, “**Nós não controlamos o vento**”: Os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do “Massacre do dia 29 de abril”. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Uma pesquisa recente que ilustra as políticas de segurança no Paraná, no registro da criminalização dos movimentos sociais. O foco do trabalho é o teatro de operações da forte repressão aos manifestantes pela Polícia Militar do estado, especialmente trabalhadores da rede estadual de educação, ocorrida em 2015 em frente à Assembleia Legislativa do Paraná.

²³ Ver a análise fílmica de minha autoria: AZEVEDO, M. C. Memória, testemunho e narrativa em *Ônibus 174. Pluralidades em Saúde Mental*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 59-72, jul./dez. 2017.

Como apontado, o que se observa é a inexistência de uma transição do modelo de segurança pública do país após a ditadura militar; há, ao contrário, uma continuidade plena que leva ao extremo a punibilidade dos pobres, o encarceramento em massa e as táticas de vigilância. Em síntese, estamos diante de uma “[...] penetração do militarismo no dispositivo da segurança.” (FRANCISCO DE SOUZA, 2015, p. 212). Ao que mais nos interessa, este dispositivo vitimiza especialmente a juventude, mais vulnerável às violações de direitos humanos pelos olhares distintivos presentes nas éticas e nas ações policiais.

Marcelo Bordin e Pedro Bodê de Moraes (2015, p. 8) apontam para o aprofundamento destes dispositivos chamando o fenômeno de “hipermilitarização”. Numa discussão inicial os autores afirmam que o modelo de polícias militarizadas vai se manter mesmo após a “redemocratização” e a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a forte influência política das Forças Armadas e, em especial, do Exército Brasileiro para manter o controle sobre as forças policiais militares – mesmo nos governos Lula e Dilma. O resultado são relações autoritárias com a população e com os próprios integrantes das forças policiais. Num segundo momento os autores reforçam tal proposição, expandindo para o entendimento dos aspectos sociológicos e políticos na edificação da ideia de “nação” (BORDIN E MORAES, 2017). A escolha terminológica se explica pelo que segue: “Utilizaremos o termo ‘hipermilitarização’ uma vez que o modelo de segurança pública já tem a sua gênese militarizada e consequentemente o aumento das políticas públicas, ações e práticas ainda mais militarizadas nos sugerem o uso do termo.” (2017, p. 285). O fenômeno estaria atrelado a um modelo também chamado de “democracia inacabada”, cujo corolário são as políticas de segurança pública e, por conseguinte, as instituições policiais vigentes no país.

Vera da Silva Telles (2015) sintetiza estes mecanismos de normalização²⁴. Buscando modelos analíticos que deem conta deste objeto, questiona aqueles que pressupõe uma separação binária entre o central e o periférico, apontando que precisamos construir outros caminhos possíveis:

[...]ao invés de partir de definições pré-codificadas sobre os territórios nos quais transitamos em nossas pesquisas (“a” favela, “a” periferia, “as” ocupações), trata-se de *perscrutar as lógicas de produção dos espaços urbanos e os jogos situados de escala*, inscritos em cada um dos contextos, como campos de agenciamentos sociourbanos, de práticas sociais e conflitos. (2015, p. 22 - grifos meus).

²⁴ Ver também: TELLES, V. S.; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007. TELLES, V. T. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 84, p. 153-173, jul. 2009. TELLES, V. T. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010.

Ainda que se remetendo a algumas especificidades da metrópole de São Paulo, chama a atenção para as formas militarizadas de controle e manutenção da ordem.

A gestão militarizada dos espaços e territórios urbanos é acompanhada por uma crescente e expansiva “vigilância policial” de condutas e práticas “indesejáveis”, condenáveis não por indicarem alguma infração legal, mas pelo potencial de risco e ameaça à ordem urbana e ao bem-estar de suas populações, de que parecem ser portadoras. (TELLES, 2015, p. 33).

A autora resume bem os funcionamentos da segregação urbana, que não são diferentes em Curitiba e região, posto que são modos de gestão globais no atual momento do sistema econômico capitalista – os quais operam como moldes institucionais através dos quais os sujeitos em questão conferem sentido às experiências e às sociabilidades em seus bairros e vilas periféricos.

É preciso frisar que a constituição social das imobilidades urbanas não se dá sem contrafluxos e oposições. Um exemplo recente de manifestação contrária ao direito restritivo das cidades, que nos aproxima mais do entendimento da juventude nesta rede complexa e estratificada, são os chamados “rolezinhos” – os quais ganharam ampla visibilidade no país em 2014. Trata-se de encontros marcados em *shopping centers* por jovens de periferias urbanas, eventos que evidenciam disputas sobre pertencimentos e utilização de um universo convencionalmente frequentado pelas camadas médias e pelos ricos. Como explicam Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2014), com base em uma etnografia sobre os padrões de consumo popular em Porto Alegre-RS,

O rolezinho é um ritual que maximiza esses novos tempos da economia nacional, representando a ostentação em uma sociedade em que a inclusão passa pelo consumo, atividade amplamente legitimada socialmente como forma de ascensão. Simbolicamente, ele representa o rompimento das barreiras de classe e dá visibilidade ao tema do consumo das classes populares e ao acesso das mesmas a novos espaços e mercadorias. O preconceito, nesse contexto, é uma força que reage à mudança – a não aceitação da invasão de espaços das elites - e procura sufocá-la e menosprezá-la. (2014, p. 13).

Em Curitiba o fenômeno ficou conhecido antes mesmo de sua maior divulgação midiática em escala nacional, quando em 2008 cerca de 150 jovens foram barrados do *Shopping Palladium*, localizado num bairro mais afastado do circuito tradicional e, portanto, próximo a bairros periféricos. É possível restituir as sensibilidades sociais envolvidas através de algumas reportagens locais sobre o ocorrido.

Em 2008, o então recém-inaugurado *Shopping Palladium* barrou a entrada de um grupo de jovens da periferia vestidos com camisas de clubes e trajes de *hip-hop*. Na época, a direção do shopping alegou que a proibição tinha como objetivo evitar o constrangimento de clientes – na época, o *shopping* alegou que esses rapazes acuam as pessoas.²⁵

Em 2008, alguns dias depois da inauguração do *shopping* Palladium, no Portão, foi barrada a entrada de 150 pessoas que, de acordo com a empresa “queriam entrar de uma só vez” no local. A medida foi para evitar arrastões e manter a segurança dos consumidores.²⁶

Nas notícias acima fica patente como se constroem e se percebem os *habitus*²⁷ destes frequentadores intrusos e não convidados. É a indumentária, o modo de vestir e se apresentar na esfera pública que torna possível a identificação negativa destes frequentadores tidos como impróprios, os jovens oriundos dos bairros e vilas das margens. Tão impróprios que a presença de seus corpos geraria constrangimento e medo nos demais frequentadores. Os rapazes “acuam” as pessoas, diz a jornalista se reportando ao que foi falado pelos gestores do *shopping*. Na segunda passagem esta visão se aprofunda: barrar os jovens (não quaisquer jovens) foi uma medida para proteger os consumidores habituais, desejáveis e bem-vindos.

É comum que jovens das camadas populares sejam chamados em Curitiba de “calçudos” ou “vileiros”, uma espécie de sinônimo para “favelados”; ou ainda “carçudos” (com ênfase no sotaque). Se de um lado estes nomes tornam evidentes preconceitos arraigados e preceitos morais de certos grupos detentores de maiores poderes, também se apresentam no caso dos rolezinhos *formas possíveis de resistência*: negociação, confronto e denúncia dos sistemas de classificação instituídos e das nomeações que cristalizam estigmas de classe, geracionais, territoriais e étnico-raciais.²⁸ Nos anos seguintes o *shopping* conseguiu uma liminar na justiça

²⁵ Não foi encontrada nenhuma divulgação jornalística sobre este rolezinho em 2008, por isso as reportagens tratam do evento no passado. BUBNIAK, Taiana. Nas redes sociais, jovens marcam “rolezinho” em shopping de Curitiba. Curitiba, **Gazeta do Povo**, Caderno Vida e Cidadania, 16 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nas-redes-sociais-jovens-marcam-rolezinho-em-shopping-de-curitiba-9f68qmf06eldrw4yvqable98u/>> Acesso em: 31 out. 2018.

²⁶ “PRECURSOR” da moda, Curitiba também terá “rolezinho”. Curitiba, **Bem Paraná**, 15 jan. 2014. Disponível em: < <https://www.bemparana.com.br/noticia/precursor-da-moda-curitiba-tambem-tera-rolezinho-> > Acesso em: 31 out. 2018.

²⁷ Para fins de esclarecimento conceitual, em um momento específico de sua obra, Pierre Bourdieu (1994, p.60-61) define o *habitus* como “[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestrados, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.” BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1994[1972]. p. 46-81. Para uma leitura crítica do conceito e de sua elaboração, ver Bernard Lahire (2005); utilizaremos tal desconstrução em um capítulo futuro.

²⁸ Frisamos que as relações de poder e dominação aqui são entendidas a partir dos *marcadores sociais da diferença* (ou categorias de estratificação social), em suas múltiplas ordens e de modo interdependente; como na noção de “interseccionalidade” proposta por Kimberlé W. Crenshaw. Ver: CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na

impedindo a entrada de menores de 18 anos desacompanhados, como estratégia para evitar situações similares. Em 2016 a saga continuou, como assinala outra reportagem local: “Palladium põe batalhão de seguranças para impedir entrada de ‘vileiros’”²⁹. Quase uma década de entraves se passou sem que os(as) jovens da rodada tenham abandonado a prática e com os esquemas de vigilância sempre reinventados. Caldeira (2014, p. 20) ajuda a interpretar o fenômeno a partir das políticas do cotidiano: “É de atos cotidianos que desafiam os limites das separações sociais que dependem tanto a diminuição da desigualdade como o fortalecimento da democracia.” O caso dos rolezinhos ilustra que estamos diante de formas de manutenção e de resistência a um modelo estabelecido de apropriação da economia das cidades e de seus espaços de luxo e de consumo³⁰; *fluxos contraditórios* e em disputa entre o central e o periférico, cuja *porosidade* das fronteiras elaboraremos mais adiante.

A pesquisa de Letícia Figueira Moutinho Kulaitis (2016) é esclarecedora ao mapear o delineamento das políticas de segurança voltadas aos jovens das periferias urbanas. Focando suas análises no campo da segurança pública e ao analisar os documentos oficiais produzidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, a autora nota uma inegável associação entre juventude, violência e pobreza. Ora os(as) jovens da periferia são classificados como *vítimas* da criminalidade, ora como possíveis *autores* da mesma. Vigorando este princípio, o Estado justifica suas ações nesta arena com o intuito de minimizar as atividades criminosas antecipadas. A policialização das políticas públicas voltadas para a juventude no cenário nacional atravessa as suas experiências de vida, as suas possibilidades de circulação, a

discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-15. CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002. p. 171-188. Como pontuado por Cristiano Rodrigues (2013), esta noção surge através das pesquisas de mulheres negras norte-americanas, nos anos 1980. Em definição bastante esclarecedora, cito: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da *interação entre dois ou mais eixos da subordinação*. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002, p. 177 apud RODRIGUES, 2013, p. 6 - grifos nossos). RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos** (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013. p. 1-12. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

²⁹ ANÍBAL, Felipe. “Palladium põe batalhão de seguranças para impedir entrada de ‘vileiros’.” Curitiba, **Gazeta do Povo**, Caderno Vida e Cidadania, 24 jan. 2016. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/palladium-poe-batalhao-de-seguranças-para-impedir-entrada-de-vileiros-bxvb45cramkmtor147ovbou0g/> > Acesso em: 05 nov. 2018.

³⁰ Ainda sobre o tema dos rolezinhos, ver também os artigos: Teixeira, Juliana Cristina de; BARROS, Amon Tarciso. Os rolezinhos em *shopping centers*: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos *shoppings* como espaços de segregação social e urbana. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 101-126, dez. 2016. SANT’ANNA, Letícia Moreira. Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano. **Revista NERA**, Presidente Prudente-SP, ano 20, n. 39, p. 211-230, 2017.

construção das identidades e auto-imagens, as oportunidades reais no mundo escolar e do trabalho, dentre outros efeitos. Esta ‘visão das divisões’ precisa ser considerada no entendimento dos modos de vida dos habitantes das periferias urbanas e, mais especialmente, dos jovens.

O trabalho de Carolina Cravero (2017)³¹ dá visibilidade a estes esquemas no contexto local, ao tratar sobre os processos de “revitalização” de uma rua no centro de Curitiba, a partir do conceito de “gentrificação”. A pesquisadora mostra os meandros desta construção da Rua São Francisco ao longo de um período delimitado em que foi possível observar, pelo mapeamento dos diversos atores e instituições sociais envolvidos, processos em curso de *higienização do espaço urbano*. No auge desta sociodinâmica, a rua fora considerada habitável e um centro criativo, artístico e de boêmia. Num segundo momento, quando passa a ser utilizada por jovens da periferia, volta a figurar como lugar de violência e mal frequentado, ao que a autora chama de “*la caída*” (CRAVERO, 2017, p. 153). Deste modo, ao definir a “cidade disputada”, diz:

Pudimos detectar que para las políticas de “revitalización” del centro existen grupos sociales “deseables” y otros “indeseables”. A su vez, dentro de estos últimos se distingue entre aquellos que son tratados como “población superflua”, viendo sus derechos fundamentales seriamente violentados, y quienes son asumidos como adversarios políticos, lo que representa un escollo para los fines civilizatorios y económicos de la gentrificación en el área. (2017, p. 276).

Aqui o urbanismo opera como um dispositivo da segurança pública, no qual se reatualizam padrões de segregação urbana embasados em “fronteiras morais”, aprofundando o paradigma da cidade como mercado, organizada pelos e para os consumidores desejáveis, os ricos e socialmente incluídos.

Tratando-se de uma pesquisa sobre jovens e sociabilidades em um bairro de periferia da Região Metropolitana de Curitiba, uma cidade imaginada como “limpa” e “segura”, um dos objetivos deste trabalho é contribuir com o descortinamento de tais construtos, trazendo à tona as experiências de vida e as vozes destes outros sujeitos que constituem as dinâmicas urbanas e sociais locais, muitas vezes invisíveis e inaudíveis. Cabe-nos a este ponto indagar: para quais moradores esta cidade é um modelo? Ou, em outros termos, quem está dentro e quem está fora do círculo limpo e seguro?

³¹ Trata-se de uma tese de doutorado intitulada “*La ciudad disputada: Fronteras morales y sociales en el espacio urbano a partir de las políticas de revitalización en áreas ‘problema’ del centro de Curitiba, PR*”. Ver referência completa ao final do trabalho.

1.3. QUADRO CONCEITUAL E FERRAMENTAS DE PESQUISA

Neste tópico buscarei tratar estas questões a partir da genealogia das noções de “centro” e “periferia”, abordando-as do ponto de vista da teoria sociológica clássica e contemporânea e no registro das reflexões sobre o Estado e a cidadania, buscando apresentar a fundamentação teórico-conceitual, os interlocutores privilegiados (de distintas filiações) e as ferramentas analíticas propostas para, ao fim, lançar as perguntas de investigação que esta tese visa responder.

Pensar as fronteiras morais que separam tais classes de habitantes das cidades requer tratar do *problema do poder* e das instituições por meio das quais ele se manifesta. É tampouco possível tratar sociologicamente o Estado sem enfrentar em paralelo o problema da violência³². O Estado enquanto peça chave de organização da vida social moderna é um objeto de estudo privilegiado na grande área das ciências humanas e sociais. Ao buscarmos uma definição do que é o Estado encontramos certo consenso de que esta entidade emerge no Ocidente pela ruptura com uma ordem social, econômica e política “tradicional”, fundada em crenças e princípios religiosos, para dar lugar a outros tipos de controle, tidos como “modernos”.

Na análise durkheimiana (DURKHEIM, 1973a), o Estado é, como a vida religiosa, uma coisa *eminentemente social*. Suas representações são “representações coletivas”³³, ele traduz e produz princípios de visão e divisão que falam sobre as próprias sociedades que governa. Este conjunto de classificações não apenas independe de nós, enquanto indivíduos, como se impõe a nós. Do mesmo modo,

Para poder dispor espacialmente as coisas, é preciso poder situá-las diferentemente: colocar umas à direita, outras à esquerda, estas no alto, aquelas embaixo, no norte ou no sul, a leste ou a oeste, etc., etc., da mesma maneira que, para dispor temporalmente os estados de consciência, é preciso poder localizá-los em datas determinadas. O que representa dizer que o espaço não poderia ser ele mesmo se, assim como o tempo, ele não fosse dividido e diferenciado. Mas essas divisões, que lhe são essenciais, de onde provêm? Por si mesmo, ele não tem nem direita nem esquerda, nem alto nem baixo, nem norte nem sul, etc. *Todas estas distinções evidentemente provêm do fato de que*

³² Para um texto clássico na perspectiva da antropologia, ver: CLASTRES, Pierre. Da tortura nas sociedades primitivas. In: **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 190-200. Neste ensaio o autor faz uma referência ao texto “A Colônia Penal” de Franz Kafka, para abordar a questão da inscrição dos códigos morais no corpo, dizendo que neste conto “[...] o corpo [funciona] como superfície de escrita, como superfície apta a receber o texto legível da lei.” (2013, p. 191). Ver também: KAFKA, F. A Colônia Penal. In: **O veredicto/Na Colônia Penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 29-70. Agradeço ao Professor Luís Antônio Francisco de Souza por ter sugerido anteriormente esta interlocução com a literatura para tratar de temas sociológicos, sobre a qual voltaremos em nota futura.

³³ Para uma genealogia do conceito, ver: OLIVEIRA, Márcio de. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da *Divisão do Trabalho às Formas Elementares*. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, v. 22, p. 67-94, jul./dez. 2012.

valores afetivos diferentes foram atribuídos às regiões. (DURKHEIM, 1973a, p. 515 - grifos meus).

Nesta leitura o ordenamento do espaço é resultado de um *ordenamento social*. Seguindo ainda nas fórmulas durkheimianas, a partir de um ensaio em co-autoria com Marcel Mauss, dizem os autores,

As coisas, antes de mais nada, são sagradas ou profanas, puras ou impuras, amigas ou inimigas, favoráveis ou desfavoráveis; isto é, seus caracteres fundamentais não fazem mais do que exprimir a maneira pela qual elas afetam a sensibilidade social. Diferenças e semelhanças mais afetivas do que intelectuais determinam a maneira pela qual elas se agrupam. (DURKHEIM E MAUSS, 2006, p. 201).

A produção e manutenção das fronteiras é pensada como um laborioso processo que é a um só tempo cognitivo e afetivo – um processo, sobretudo, moral.

Noutra leitura clássica, Max Weber (1992) em seu “Conceitos sociológicos fundamentais”, na perspectiva da sociologia compreensiva, pensa o Estado como uma enunciação do problema do poder e nos diz que este só pode ser entendido de *forma relacional*. Os conceitos usados tanto na linguagem corrente quanto pelos juristas e outros profissionais possuem uma eficácia social, elas orientam as ações concretas, ou, nas palavras do autor, “[...] essas representações, em si, possuem uma significação causal poderosa e importante no desenvolvimento do comportamento concreto humano.” (1992, p. 408). A linguagem, longe de possuir neutralidade, é permeada de sentidos que exprimem e engendram sensibilidades sociais e, portanto, relações de poder e dominação. O “Estado” é em primeira instância uma categoria nativa, uma espécie de “entidade” jurídico-política de alta complexidade. Ele apenas pode ser apreendido como “um complexo de interação humana” (1992, p. 408), que é plural e multifacetado.

Outro aspecto discutido por Weber (2004) é o do uso da violência como monopólio dos Estados-nação modernos. Utilizando as palavras do próprio autor, diz ele:

Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal do poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. (2004, p. 56 - grifos dele).

A violência é como a chave de interpretação do Estado, uma variável central no entendimento de sua legitimidade. Salta aos olhos a atualidade desta passagem. As análises

weberianas são de suma importância, uma vez que boa parte dos debates atuais sobre o Estado partem de seus pressupostos, incorporando-os de forma crítica em função de fatores históricos e regionais, como veremos adiante.

Seguindo pela problemática da cidadania e dos deveres do Estado, Thomas Humphrey Marshall (1967[1963]) aborda o entrave e a tensão entre o postulado formal da igualdade com as diferenças e disputas de classe e de poder. Em um texto clássico sobre o caso britânico, o autor infere,

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. [...] A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do *status* e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status. A classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade. [...] É, portanto, compreensível que se espere que o impacto da cidadania tomasse a forma de um conflito entre princípios opostos. [...] A questão é pertinente, pois não há dúvida de que, no século XX, a cidadania e os sistema de classe capitalista estão em guerra. (1967, p. 76).

Há uma contradição inerente na efetivação dos ideais de uma cidadania plena e alargada, que precisa ser observada em contextos sociais concretos. Ademais, como aponta Marshall (1967), a cidadania não é um conjunto de direitos e liberdades consolidadas e imutáveis, prontas e dadas, mas sempre um *processo de lutas* de interesses distintos, especialmente dentro do antagonismo entre as esferas econômica e social.³⁴

Norbert Elias e John Scotson (2000[1965]) na obra “Os estabelecidos e os *outsiders*” decodificam relações de poder, percebendo sociodinâmicas da diferença através de uma pequena comunidade, Winston Parva, na Inglaterra. Na observação desta periferia urbana foi possível perceber uma clara divisão entre um grupo estabelecido de moradores mais antigos e outro, de residentes mais recentes. O primeiro grupo estigmatizava o segundo, tomando-os como pessoas de menor valor. Os estabelecidos acreditavam que eram membros mais poderosos daquele espaço. Apesar de não haver diferenças nítidas entre o nível educacional, as condições de habitação e as questões raciais, a data de chegada era um fator que diferenciava os graus de coesão entre grupos. A afirmação da identidade dos antigos se fazia com base na sociodinâmica de estigmatização de outro grupo, mostrando assim que um lugar só pode ser compreendido a partir das relações tecidas por seus habitantes, com base em pressupostos morais em disputa e

³⁴ Para leituras e apropriações críticas do modelo marshalliano, ver os artigos: SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 379-410, 2001. TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: Para repensar a sociologia política da cidadania moderna. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 81, p. 117-136, jul. 2008.

a construção do “medo da poluição” de uns pelos outros (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 26) – mostrando a partir de um microcosmos como aspectos da identidade grupal compõem as identidades individuais.

Michel Foucault também está interessado em compreender estes controles modernos, suas particularidades e permanências. A leitura foucaultiana encoraja a “[...] análise dos nascimentos surdos, das correspondências longínquas, das permanências que se obstinam sob mudanças aparentes, das lentas formações que se beneficiam de um sem-número de cumplicidades cegas.” (FOUCAULT, 2008[1969], p. 156), em diferentes campos de saber-poder. Para ele as práticas judiciárias conformam subjetividades e *modos de sujeição* e, neste registro, o Estado figura como uma importante peça na constituição dos indivíduos, seus governados e, por conseguinte, de seus padrões de agrupamento e sociabilidade. Diz o autor:

As práticas judiciárias – a maneira pela qual, entre os homens [seres humanos], se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas. ((FOUCAULT, 2002[1974], p. 11 - grifos meus).

Noutro momento, indagando-se sobre os mecanismos, técnicas e tecnologias de poder, Foucault (1999[1976], p. 288) descreve dois grandes processos suplementares que vieram se sobrepor à velha mecânica do poder soberano do Rei em um contexto europeu de explosão demográfica e industrialização. O poder disciplinar teria emergido no fim do século XVII e início do XVIII; e o poder de regulamentação por meio da construção das “populações”, o qual teria se delineado em fins do século XVIII e na virada para o XIX – compondo duplamente aquilo que o autor chama de “biopolítica”. O primeiro é centrado no corpo individual, aumentando sua utilidade e alinhando-o à tecnologia disciplinar do trabalho. Corpos vigiados, treinados, precisos e eventualmente punidos. O segundo opera no sentido do ser humano enquanto espécie, da massificação, das estatísticas, das previsões, da introdução de uma medicina de caráter higienista.

Na biopolítica entende-se “a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (1999, p. 292-293). Através dela certas *fronteiras e distâncias* são estabelecidas em teias discursivas, não exclusivamente por uma ou outra instituição ou campo de saber-poder, mas em conjunto. A

exemplo da oposição entre o “cidadão de bem” e seus inimigos, os “bandidos”, para uma versão atual dos discursos normalizadores, na qual fica patente que o “centro” e as “margens” só podem ser entendidos de modo relacional. Nesta chave de leitura, viver e morrer não são, portanto, fenômenos localizados fora do poder político. Em mais uma passagem, diz ele:

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder *tirar a vida dos outros*. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (FOUCAULT, 1999, p. 306 – grifos meus).

Essa lógica não é fortuita, tampouco um resquício de barbárie no mundo civilizado, onde todos podem ser cavaleiros³⁵. Ela é uma condição *sine qua non* para que o poder do Estado faça sentido, para que seus protegidos sejam delimitados em contraposição aos “outros”. Como posto por Lévi-Strauss ao pensar a alteridade, “a humanidade termina nos limites da tribo” (1976, p. 332).

Para pensar as instituições, Mary Douglas (2007[1987]) pontua que tipos estáveis podem ser reconhecidos em diferentes épocas pois elas produzam e sustentem conjuntos de analogias sobre a ordem do mundo que passam a revestir os papéis instituídos de “razão e naturalidade”. Se as instituições propiciam as *categorias de pensamento* aos seus membros, fixando *identidades*, elas precisam ainda garantir o edifício social sacralizando os princípios de justiça (2007, p. 116). É precisamente por conta dessa construção “sacra” da noção de justiça que há muitos obstáculos para a apreensão científica dos conteúdos culturais reais e históricos que operam detrás desta palavra-valor: “Apesar de uma ampla crença na moderna perda do mistério, o conceito de justiça ainda permanece, até os dias de hoje, *obstinadamente mistificado* e recalcitrante à análise.” (2007, p. 117 - grifo meu). Para a antropóloga, a justiça é um sistema intelectual que visa garantir a coordenação de um conjunto de instituições. Seu poder é como o poder do sagrado: suscita uma defesa emocional, uma intransigência, movimenta aspectos afetivos de nosso ser. São os detalhes e táticas individuais diante das decisões de vida e morte tomadas pelas instituições que interessam ao olhar antropológico (2007, p. 115).

Pierre Bourdieu enfatiza por caminhos similares a *dimensão simbólica* do poder do Estado e da adesão às suas normas. Para a compreensão destes processos o autor utiliza a noção de “espaço social”, o qual define como semelhante a um espaço geográfico: quanto mais

³⁵ A referência aqui é à analogia feita por MARSHALL, T. H. (1967) em seu texto “Classe social e status”, já citado.

próximos os agentes ou grupos, mais eles terão em comum (BOURDIEU, 2004[1986]). O Estado é uma das agências com maior poder de impor uma *visão das divisões*. Há, contudo, que se levar em conta que as interações disponíveis à observação escondem as estruturas que nelas se concretizam. Estes poderes ocultos são os capitais em concorrência, os quais agregam ou desagregam valor em situações concretas de contato e concorrência entre pessoas e grupos. É fundamental ainda demarcar que “[...] as distâncias sociais estão inscritas nos corpos, ou, mais exatamente, *na relação com o corpo, com a linguagem e com o tempo.*” (BOURDIEU, 2004, p. 155 - grifos nossos).

Nesta perspectiva, as relações de força são também relações de comunicação e sentido perpassadas pela linguagem, o terreno simbólico por excelência (BOURDIEU, 2014 – cursos no *Collège de France* de 1989 a 1992). Cito:

Parece-me que não é possível compreender verdadeiramente as relações de força fundamentais da ordem social sem que intervenha a dimensão simbólica dessas relações: se as relações de força fossem apenas relações de força físicas, militares ou mesmo econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e fáceis de inverter. (2014, p. 224).

As hierarquias lógicas seriam reflexo das hierarquias sociais. Assim, “[...] para compreender esta virtude quase mágica que o Estado detém, é preciso se interrogar sobre as estruturas cognitivas e sobre a contribuição do Estado para a sua produção.” (BOURDIEU, 2014, p. 227). O Estado é um produtor privilegiado de *princípios de classificação* que promovem certo ordenamento social. Perceber estes princípios nos oferece respostas a problemas sérios no campo das ciências sociais, mas a dificuldade reside na ideia de que “[...] os contratos mais seguros são os tácitos, inconscientes.” (2014, p. 237). As entidades e instituições são campos de luta e disputa sobre seus sentidos e usos (2014, p. 421), os quais a sociologia visa decodificar e traduzir.

Como sintetiza o próprio Bourdieu (2001[1997], p.171 - grifos meus),

[...] o corpo está (em graus diversos) exposto, posto em xeque, em perigo no mundo, confrontado ao risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, portanto obrigado a levar o mundo a sério (e nada é mais sério do que a emoção, que atinge o âmago dos dispositivos orgânicos), ele está apto a adquirir disposições que constituem elas mesmas abertura ao mundo, isto é, *as próprias estruturas do mundo social de que constituem a forma incorporada.*

Estamos compreendendo então que as fronteiras morais, estes princípios de visão e divisão, estão inscritas nos próprios sujeitos, através de seus corpos reais e encarnados. Numa

sentença, o mapa está no próprio corpo, ou ainda ele *é* o próprio corpo. É nele que estão grafadas as fronteiras do mundo social.³⁶

Como indicam Veena Das e Deborah Poole (2008), guiados que somos por uma razão escolástica e de matriz binária, as análises consagradas sobre o grande tema localizaram “as margens” como estando *fora* do Estado, do seu controle e da sua suposta ordem e racionalidade administrativas. Tendo em vista investimentos sócio-antropológicos sobre práticas, lugares e linguagens considerados às margens do Estado, para as autoras é fundamental repensar as leituras da teoria política clássica, privilegiando realidades sócio-culturais em continentes, nações, territórios e sobre atores considerados pelas óticas canônicas como fracassados, débeis ou parciais (2008, p. 20). Esse deslocamento modifica pressupostos estabelecidos no meio científico, os quais por vezes reproduzem os próprios constrangimentos sociais que pretendem entender. Faz-se aqui um convite para uma necessária e aprofundada problematização das categorias “centro” e “margem”, “dentro” e “fora”, “legal” e “ilegal” ou mesmo a oposição entre “civilizados” e “bárbaros”, tão cara à construção da modernidade ocidental e ao campo de saber das ciências humanas e sociais³⁷

As autoras questionam se as *formas de ilegalidade e desordem* que afirmamos definirem as margens não seriam condições necessárias para que o Estado se constitua enquanto objeto teórico e político. E apontam: “[...] *la relación entre la violencia y las funciones ordenadoras del estado es clave para el problema de los márgenes.*” (2008, p. 22). Tendo em vista as críticas apresentadas, elas lançam mão de três tópicos na reconstrução do conceito de margem. A primeira consiste no entendimento de que a soberania e os códigos políticos e legais modernos recorrem a um *estado de exceção sem limites*, nos termos de Giorgio Agamben (2010), desenhando e redesenhando as fronteiras de cidadania e pertencimento. Estes “outros raciais e civilizacionais” caem para uma dimensão “fora da lei”, sem garantias.

³⁶ Em um artigo sobre o uso de trajetórias de vida através de uma perspectiva bourdieusiana, Miguel Ângelo de Montagner (2007 - grifos dele) aponta a ligação com o conto “Na colônia penal” de Franz Kafka (já referenciado em nota anterior), conforme cito a seguir: “Do ponto de vista de Bourdieu, é impossível dar sentido a um todo que escapa ao próprio sujeito, histórico, determinado socialmente, imerso em um universo social fora de nossos controles. Mesmo perdendo parte da riqueza da vastidão humana, o que podemos realizar é a objetivação do *habitus*, justamente resultado estável mas não imutável desse processo de interiorização do social e de incorporação, na pele, de nossa persona social. Tudo acontece como nos descreve Kafka em seu conto *Na Colônia Penal*, no qual o corpo é o espaço de inscrição da nossa *condenação* ao social - inscrição das regras familiares e de classe, nossas limitações coletivas, nosso imaginário grupal – no corpo biológico. O corpo é o suporte de uma construção identitária realizada pela sociedade sobre o sujeito, construção da qual o próprio indivíduo não é sujeito: qual o condenado da colônia, a sentença a ser escrita sobre nossa pele não nos é dada a conhecer.” As referências completas do artigo estão ao final do trabalho.

³⁷ Para uma sociogênese desta oposição, ver: ELIAS, Norbert. Da sociogênese dos conceitos de “civilização” e “cultura”. In: **O Processo Civilizador** (Volume 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. p. 21-64. ELIAS, N. Sugestão para uma teoria dos processos civilizadores. In: **O Processo Civilizador** (Volume 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 191-274.

A segunda é que as margens não são inertes. Ainda que a vida sob o regime de exceção, difícil de imaginar pelos que estão e sempre estiveram incluídos, esteja carregada de constantes violações, os sujeitos patologizados por tais mecanismos de saber-poder *não se submetem passivamente a estes controles* (DAS E POOLE, 2008, p. 35). Ir na contramão das leituras que enfatizam a racionalidade burocrática do Estado significa assumir que as visões sobre justiça estão, portanto, em constante disputa – ainda que no seio de relações assimétricas e violentas. O Estado é temido, mas também é desejado (2008, p. 39), acessado de modos diversos. O terceiro ponto encerra uma ideia já explorada: o problema da soberania nas margens é melhor definido enquanto dispositivo biopolítico.

Estas tecnologias que constituem e agrupam as “vidas matáveis” ou as “populações anormais” (AGAMBEN, 2010 e FOUCAULT, 2010) tampouco são fixas e imutáveis. Tais estratégias de controle são heterogêneas, particulares, conflitivas, móveis. Por mais sofisticadas que sejam nossas tipologias de análise científica, nenhuma vida é igual a outra. E ainda que estejamos diante da administração estatal de populações imaginadas,

[...] *las formas de gobierno, las relaciones sociales alrededor de distintas zonas de experiencia, y los géneros culturales dentro de los cuales el lenguaje adquiere vida, generan modos de encarar el estado biopolítico, a los que no se puede llegar a través de la especulación metafísica.* (DAS E POOLE, 2008, p. 42).

A “soberania” não está dada *a priori*, afinal ela só existe em uma relação. Por isso as margens são tão centrais, para não perder o trocadilho: a vida nas periferias do mundo revela princípios políticos, dinâmicas sociais e moralidades instituídas que modificam substancialmente as imagens, tanto comuns quanto analíticas, sustentadas *pelo e sobre* o centro. A investigação etnográfica do Estado biopolítico, *“las derrotas y victorias de la vida cotidiana tienen la capacidad de regresarnos de la metafísica a lo ordinario”* (2008, p.45).

A noção de “periferia” vem atrelada a uma ideia de *atraso* em relação aos processos de modernização da sociedade, e podemos pensá-la não apenas como definição dos bairros que margeiam uma cidade, mas também como a condição de certos países em relação a outros considerados “desenvolvidos” nos termos de uma economia de mercado capitalista.³⁸ Como qualquer delimitação de borda, é um conceito disputado em seus sentidos e usos. Enquanto limite de parcelas de um espaço urbano definido, seriam as margens do espaço circunscrito e

³⁸ Para uma discussão pormenorizada, pensada a partir da cidade de São Paulo, ver: MARTINO TANAKA, Giselle Megumi. **Periferia: conceito, práticas e discursos**. Práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

controlado pelo Estado na plenitude de seus serviços, mas a própria noção convencional de direitos soa invertida dos lados de lá dos muros sociais.

Da literatura contemporânea nacional, André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (2012) pensam a cidadania enquanto processo vivo, afirmando que não existe uma definição consensual ou análises definitivas de sua história. Na atualidade, contudo, as *políticas de identidade* passam a ser incorporadas no debate para além da divisão dicotômica entre capital e trabalho³⁹. É este o caso dos direitos da juventude ou dos direitos das mulheres, para citar dois exemplos. O debate sobre cidadania e direitos é enriquecido ao abraçarmos esta dimensão conflitiva como princípio, adotando uma *postura analítica relacional* a partir dos marcadores sociais da diferença ou categorias de estratificação.

Ser detentor legítimo de direitos e obrigações sugere, em primeiro lugar, que cidadania sempre envolve uma dinâmica de inclusão e exclusão, suas reivindicações são sempre reivindicações de inclusão no usufruto de direitos, e se criamos critérios para incluir alguém estamos, necessariamente, também excluindo outros. [...] um outro, cujas práticas e valores podem ser estigmatizados e identificados como “maus” ou “não cidadãos”. (2012, p. 11).⁴⁰

Pensando o espectro de relações entre cultura e política e a explosão cultural da periferia que ganhou novos contornos no Brasil a partir da década de 1990, Celso Frederico (2013) historiciza o termo “periferia”:

Os bairros populares, situados às margens da cidade, não eram chamados de periferia. O batismo ocorreu inicialmente na sociologia urbana para designar um espaço de carência, marginalidade, violência e segregação. Daí o termo foi adotado pelos movimentos culturais para, em seguida, ser incorporado pelas políticas públicas que visam à inclusão social – inclusão, diga-se, restrita à participação no mercado de bens de consumo. [...] A publicização do termo periferia deu ensejo, assim, à sua *apropriação por diferentes campos discursivos que buscavam, cada qual a seu modo, cristalizar um significado, conferir-lhe um conteúdo*. (2013, p. 240 - grifos meus).

Esta pluralidade de sentidos só pode ser apreendida na escala da experiência dos agentes com os espaços pelos quais circulam. Como apontam Marcos César Alvarez e Fernando Salla (2013), em sua grande parte europeias, as teorias clássicas ficam estreitas quando puxamos a discussão para a realidade brasileira ou outras realidades nacionais tidas como marginais. A

³⁹ Para uma discussão pormenorizada sobre políticas de identidade, ver os artigos: PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-33, 1990. SCOTT, Joan W. Scott. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 11-30, 1999. E as coletâneas: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁴⁰ Para uma abordagem das diferentes categorias de cidadãos, ver: SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

tese weberiana do monopólio da violência, por exemplo, foi contestada por vários(as) autores uma vez que colocada em movimento e como instrumento interpretativo de relações sociais concretas. Para análises do caso brasileiro é preciso considerar que o avanço da racionalidade burocrática se deu mediante a acomodação e a recomposição desta com as formas de dominação pré-existentes, marcadas pela captura das instituições públicas por interesses privados e o uso da violência na solução de conflitos (ALVAREZ E SALLA, 2013, p. 13). Em uma passagem,

Se a violência e as práticas estatais ordenadoras são chaves para se pensar o problema das fronteiras/margens, também o são as práticas administrativas, *as múltiplas linhas de divisão do legal e do ilegal, do normal e do desviante, do cidadão e do não-cidadão*, bem como as resistências, as formas de pluralidade legal, econômica, cultural etc. (2013, p. 15 - grifos meus).

Numa genealogia da palavra “fronteira”, Maristela Ferrari (2014) mostra que em diferentes períodos e sociedades, esta teve sentidos e usos variados. Está presente mesmo em sociedades tradicionais, caracterizadas como sociedades sem Estado, nas quais a organização do espaço se amparava na religiosidade e a sua transgressão era comumente considerada um sacrilégio. Foi a partir do período Renascentista e do avanço das ciências que passou a representar algo mais próximo do que entendemos no presente, como a *apropriação de um território* e possuindo uma *função política*. “Nota-se que no processo de configuração e domínio do espaço territorial, em tempos e sociedades diferentes, as fronteiras foram incorporando novos significados, passando de místico, religioso, para político-administrativo.”, diz a autora (2014, p. 9). Esta transformação se deu sobretudo com o advento e o desenvolvimento da *cartografia moderna*.

Pode-se afirmar que o objetivo das fronteiras nunca foi o de separar apenas o espaço, mas sim “[...] o tempo das histórias, das sociedades, das economias, dos Estados, das línguas, entre outros.” (2014, p. 12). Numa acepção mais geral e alinhada com a tradição da geografia francesa (na qual se priorizam os aspectos simbólicos), a fronteira pode ser entendida como plano ou linha de contato entre dois sistemas ou conjuntos distintos, onde, em geral, ocorrem fenômenos originais, trocas entre as duas partes, modificação de uma pela outra, exploração das diferenças pelos atores sociais (2014, p. 21). O Estado moderno coopta princípios de visão e divisão já presentes e em funcionamento nos lugares e tempos em que se estabelece, como forma político-administrativa amplamente generalizada. Deste modo, faz sentido pensar que as fronteiras são a um só tempo morais, espaciais e jurídico-políticas; são tanto objetivas quanto subjetivas.

Apesar de ser tomada geralmente no sentido geográfico-espacial, não é um conceito exclusivo, fazendo parte também do léxico das ciências duras como a matemática e a física.⁴¹ Para nossos propósitos, se a palavra “margem” parece enfatizar o outro lado, aquilo que está no exterior de um sistema (e apenas para constituí-lo), a palavra “fronteira” parece destacar a linha divisória em si mesma, a borda, o próprio contorno, os pontos de contato. Embora a margem e a fronteira apareçam em muitos momentos como sinônimos, fazemos um uso mais dirigido, a partir do conceito de “fronteiras morais” já explorado e da ferramenta analítica correlata, “cartografias das moralidades”.

1.3.1. O problema de investigação

No intuito de circunscrever nosso problema de pesquisa, expomos alguns questionamentos gerais que justificaram a aproximação com o objeto de estudo; interesses que de uma ou outra maneira nos guiaram em campo. Que sabem estes jovens “usuários”⁴² sobre as políticas públicas que acessam e pelas quais são acessados? Como interpretam a governamentalização de suas vidas? De quais modos circulam em um território atravessado por dinâmicas e lógicas militarizadas? As linhas divisórias, os muros, os lados de cá e de lá. Procuramos compreender sobretudo como operam estas *fronteiras (m)orais* – inscritas nos próprios corpos, nas linguagens e nos tempos – a partir das quais se legitimam socialmente estratégias institucionais de controle de “populações” imaginadas.

O mosaico de conceitos introduzidos autoriza a sinalizar dois pressupostos analíticos. Em primeiro, o Estado é aqui entendido como um importante produtor e mantenedor destes sistemas de diferenças ou fronteiras morais. Deriva daí que deva (e não apenas) ser estudado e interpretado na dimensão da experiência, uma vez que é vivido de formas plurais. Partindo do princípio de que o poder público tem um papel ativo na produção de nomes, posições e agências é também necessário situar que seus sentidos práticos se manifestam através das *políticas*

⁴¹ Ver o verbete: “**fronteira**. [*Fem.* Substantivado do adj. *fronteiro*] *S.f.* **1.** Extremidade de um país ou região do lado onde confina com outro; limite, raia, arraia, estremadura. **2.** *V. limite*. [...] **3.** *Fig.* Extremo, fim, termo. **4.** *Mat.* O conjunto dos pontos-fronteiras de um conjunto; contorno. **5.** *Fís.* Limite material de um sistema; separação entre um sistema e seu exterior.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p.814.

⁴² A categoria “usuário(a)” é utilizada pelo Estado para se remeter àqueles(as) que são atendidos(as) pelos seus serviços, como no caso do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

públicas.⁴³ Entendendo estas na chave da *biopolítica*, como ferramentas de *controle social*⁴⁴ e de imprimir então aos sujeitos um *lugar no mundo social* – o qual não é aceito de modo mecânico e passivo, e este ponto é bastante central.

Problematizando o campo, questionamos se ao tratarmos as “populações periféricas” de modo genérico, indiferenciado e sem nomes próprios, não estaríamos reproduzindo o mecanismo perverso que pretendemos desvendar. Para evitar esta armadilha, frisamos que a experiência no contexto periférico é melhor compreendida quando tomamos as margens como *lugares de vida*. De acordo com algumas reflexões de Judith Butler (2010), é urgente repensar sobre as “ontologias corporais” e os “limites epistemológicos” para se apreender vidas e, mais especialmente, as “vidas precárias”. Precisamente em razão de que assumir a ‘precariedade’ e a ‘vulnerabilidade’ de uma vida implica em um compromisso de protegê-la da violência e da sua destruição. Contudo, como não partilhamos todos os viventes do mesmo estatuto ontológico, isto se reflete num problema de ordem epistemológica. Os processos os quais nos dedicamos a compreender nesta tese evidenciam estes construtos e distâncias e a necessidade de reformular tais relações e fronteiras tanto em termos conceituais quanto políticos.

Este trabalho se insere numa abordagem qualitativa de pesquisa; é voltado para o mapeamento sócio-antropológico das *práticas sociais* e dos *conflitos* vividos pelos (as) jovens habitantes do Jardim Holandez, a partir de um centro de convivência do bairro – mantido pelo Estado e pelo município. Nossa estratégia de pesquisa consistiu então na produção de uma etnografia dividida em dois momentos: (1) a observação participante, que culminou (2) na etapa das entrevistas individuais, a coleta de relatos orais. Intentamos apreender a especificidade das experiências juvenis, numa tentativa de confeccionar artesanalmente algo como *cartografias das trajetórias de vida e das moralidades* dos(as) jovens, localizando atores, bens simbólicos e lutas travadas numa periferia urbana, especialmente estigmatizada. Buscamos coletar as histórias não oficiais e contra hegemônicas, pela perspectiva da execução das políticas públicas estatais, tais como interpretadas pelos jovens habitantes da vila, atores sociais comumente vetados de voz e de escuta.

É então pela ótica dos problemas da política e do poder, pelo prisma da diferença e a partir da observação e da coleta de narrativas que esta investigação foi construída. O detalhe

⁴³ Para uma leitura no campo de pesquisa das políticas públicas, ver: SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006. DRAIBE, Sônia M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 27-64. Ver também outros artigos desta coletânea.

⁴⁴ Ver também: ALVAREZ, M. C. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, n. 18, v. 1, p. 168-176, 2004.

sempre se revela menos homogêneo e chapado do que tendemos a ver. Buscamos pelas *fissuras* nas explicações especulativas – tanto oficiais quanto cientificamente validadas – que tomam os jovens das periferias afora não como atores sociais dotados de vidas válidas de serem conhecidas e escutadas, mas como uma potencial ameaça ou um número vago em uma estatística desconectada de significados reais, experienciados e negociados em escala individual. Ou ‘perigosos’ ou ‘vulneráveis’, ou ‘violentos’ ou ‘violados’. A nossa ênfase reside nos *detalhes e táticas*, o nosso foco está ajustado para as *ações* e os *sentidos concretos*, e este é o ponto onde gostaríamos que a pesquisa e o trabalho final contribuíssem para o desenvolvimento do campo de saber em que estamos inseridos.

Para finalizar, nossas preocupações sócio-antropológicas se constelam em torno dos tempos, dos corpos e das linguagens; das relações de saber-poder, das crenças e das técnicas de comunicação, em suma, das *relações simbólicas*. Em uma metáfora que pode ser útil, estamos com um olho na luneta e outro no microscópio. Muito mais investigativo do que em busca de respostas categóricas a problemas sociais e sociológicos complexos, é ainda preciso lembrar que esta empreitada foi realizada no seio de profunda uma convulsão social, cultural e política em seus mais variados sentidos. Este material foi produzido em meio a fortes angústias pessoais com os destinos do Brasil e dos(as) jovens habitantes do Jardim Holandez; é certo que estas preocupações perpassam todo este trabalho. O *distanciamento* necessário ao empreendimento científico é sem dúvidas mais simples de ser entendido do que de ser aplicado no mundo real e encarnado da pesquisa de campo, que implica em um encontro de mundos.

Nos próximos capítulos nos dedicaremos à apresentação da pesquisa etnográfica, dividida em seus dois momentos distintos: a observação, registrada no caderno de campo, e as entrevistas individuais, registradas no gravador e transcritas para a linguagem escrita. Os fundamentos e os passos metodológicos serão descritos a seguir. A escolha de restituir a dimensão da experiência nesta investigação sócio-antropológica sobre as margens e os seus sujeitos permite repensar os sentidos das fronteiras morais e teórico-conceituais presentes na dicotomia “centro” e “periferia” – restituindo aos atores a sua posição de agentes sociais, políticos e reflexivos.

2. EM DEFESA DA ETNOGRAFIA

Foram me chamar e eu estou aqui, o que é que há. Eu vim de lá, eu vim de lá pequenininho. Mas eu vim de lá pequenininho. Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho.

Dona Ivone Lara, Alguém me avisou (canção popular).

2.1. PASSOS METODOLÓGICOS: ETNOGRAFIAS URBANAS

As escolhas metodológicas feitas são alvo desta seção do texto. Tendo a cidade como lócus de investigação e seus sujeitos como objeto de nosso investimento etnográfico, o objetivo é explicitar os fundamentos, os pressupostos e os passos de nossa pesquisa. Para tanto apresento em seguida uma revisão sobre a escrita etnográfica, os ossos do ofício sócio-antropológico e as particularidades das etnografias urbanas, com o propósito de preparar o terreno para descrever os passos da etnografia realizada, na qual intentei perceber nuances da cidade a partir do olhar “de perto e de dentro”, construindo um esquema interpretativo sobre as práticas e percepções dos(as) jovens habitantes do Holandez – reconstruindo a partir da experiência de campo a totalidade lógica destes sistemas de interação e sociabilidades estudados. Ao final do capítulo (seção 2.3.) está disposta uma seleção de fotografias que ajuda a ilustrar as nuances do espaço pesquisado. Recomendamos as e aos leitores que cotejem as imagens na medida da leitura dos trechos que se remetem a elas.

Ao pensar uma *teoria interpretativa* da cultura, Clifford Geertz (1989) questiona a justa dimensão do conceito. Partindo de uma perspectiva weberiana, o autor adota uma abordagem essencialmente semiótica, tomando o ser humano como um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu. Se a cultura consiste nesta teia semântica, a antropologia é uma ciência interpretativa em busca de significados. O estudo desses é a etnografia que consiste na “descrição densa” destes sistemas de interação, decodificando a “hierarquia estratificada de estruturas significantes” (1989, p. 17). O fundamento da escrita etnográfica é, portanto, um conjunto de dados que são construções das construções dos sujeitos pesquisados. O etnógrafo ou a etnógrafa precisa realizar duas operações: (1) apreender e, em seguida, (2) apresentar um universo de ação simbólica, um contexto de sistemas entrelaçados de signos interpretáveis.

Precisamente por conta disto, toda etnografia é bem sucedida apenas parcialmente. Os significados só podem ser apreendidos através de seu uso (o universo empírico) e ressurgem como *fabricação* de segunda ou terceira mão (1989, p. 25). Assumir esta limitação é um gesto epistemológico importante. Em outros termos, é a pequena parte do que nossas e nossos informantes nos levaram a compreender que permite uma *reconstrução lógica* de certa

realidade. Em vista disto, Geertz (1989) aponta que as descrições densas fornecem alimento para a mente sociológica; somente a circunstancialidade permite alçar conceitos mais abstratos, este é um problema metodológico real e crítico. São os fatos pequenos que nos guiam a temas maiores, como a maternidade juvenil ou o envolvimento com o mundo do crime, para pensar em nosso próprio estudo. O trabalho etnográfico é, neste sentido, microscópico; é preciso ganhar acesso ao mundo conceitual no qual se pesquisa e traçar uma análise do discurso social. Em resumo, “A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha.” (1989, p. 39).

Este duplo movimento no qual a etnografia consiste é também abordado por Marilyn Strathern (2014[1999]), nos termos de um “efeito etnográfico”. Para a autora este se concretiza na hora da escrita, onde se articulam a observação e a análise propriamente dita, representados respectivamente pelo campo empírico e pelo gabinete. A escrita cria um segundo campo, de modo que o pesquisador precisa habitar dois mundos ao mesmo tempo. Além de compreender práticas e artefatos da vida das pessoas, é preciso criar alguns artifícios na hora da redação. O momento etnográfico é, pois, uma relação entre o que foi observado na empiria e o que foi observado na análise dela. É importante salientar que os informantes neste sentido possuem controle sobre aquilo que colocam ou não à disposição para o pesquisador. O material coletado precisa ser colocado em um quadro significativo mais amplo, sendo que o(a) etnógrafo(a) tornou-se parte deste conjunto de relações.

Para ela as relações sociais se tornam manifestas através das ações, “A agência social se manifesta e se realiza nos efeitos das ações.” (2014, p. 362). Estamos, portanto, diante de formas de exibição e de apreensão específicas; etnografados(as) e etnógrafo(a) só existem em uma relação complexa. Ademais, este laço implica em corporalidades, conforme já discutimos.

As pessoas em Sabarl⁴⁵ contam histórias, atividade que ao mesmo tempo fixa eventos e os abre à disputa; mas é no corpo das pessoas que são deixados vestígios manifestos. Podemos dizer que, desse modo, eles escrevem as pessoas: *o corpo de uma pessoa é um “mapa das relações e dos processos fundamentais da vida sabarl.”* (BATTAGLIA, 1990, p. 53 apud STRATHERN, 2014, p. 377 - grifos meus).

O corpo é como o veículo de universos de ação simbólica que o pesquisador visa compreender pela imersão e, num segundo momento, tornar inteligível pelo texto. “O objetivo de estabelecer uma interpretação a cada momento é agir; a ação ‘é’ a interpretação, e através dela as pessoas analisam as outras e se revelam ao encontrar seus esforços corporificados pelos

⁴⁵ Referência aos ilhéus de Papua-Nova Guiné, na Melanésia, Oceania – citamos em função da utilização que a autora faz desta bibliografia para traçar suas próprias considerações.

outros.” (STRATHERN, 2014, p. 381) A interpretação é um momento chave tanto da vida social quanto do ofício de *cartografar e escrever práticas culturais*, do fazer etnográfico.

Tendo em vista esta tarefa, é possível afirmar que os desafios da objetividade são muitos – e valem por si só alguns comentários e considerações. Vários intelectuais, em diversos momentos da reflexão sobre a sociologia enquanto ciência, versaram sobre os processos de produção deste conhecimento. Em “As Regras do Método Sociológico”, Durkheim (1973b[1895]) sistematiza algumas normas a serem seguidas para a realização do método sociológico. Uma das mais fundamentais é afastar sistematicamente todas as “noções prévias” ou “pré-noções” sobre um determinado fenômeno ou objeto de estudo. Contudo,

O que torna essa depuração particularmente difícil em sociologia é o fato de o sentimento entrar muitas vezes em jogo. [...] Se uma proposição não está de acordo com a ideia que temos de patriotismo ou da dignidade individual, por exemplo, é negada quaisquer que sejam as provas sobre que assenta. [...] *O sentimento é objeto de ciência, e não critério de verdade científica.* (1973b, p. 404-405 - grifo meu).

Na clássica conferência de Max Weber (2004) de 1917, “A Ciência como vocação”, o autor pontua que a paixão é fundamental no trabalho científico, mas não apenas. Nenhum cientista pode se esquivar das operações mais triviais que deve executar, mas este não é um trabalho meramente mecânico, pois exige do “espírito”. Ou seja, inspiração e trabalho são componentes fundamentais da atividade científica, como posto na passagem abaixo:

Seja como for, as ideias nos acodem quando não as esperamos e não quando, sentados à nossa mesa de trabalho, fatigamos o cérebro a procurá-las. É verdade entretanto, que elas não ocorreriam se, anteriormente, não houvéssemos refletido longamente em nossa mesa de estudos e não houvéssemos, com devoção apaixonada, buscado uma resposta. (2004, p. 26).

Deste modo, o labor científico é aproximado ao de qualquer outro ofício. É necessária cautela e clareza de que a ciência não está orientada para fins práticos: “a ciência pela ciência” é o lema do e da cientista – que entra em confronto com o lema do homem prático ou do político, diz ele. Deste modo, sempre que um(a) cientista permite que se manifestem seus próprios juízos de valor, ele(a) perde a compreensão integral dos fatos (2004, p. 40).

Tratando do tema da honestidade intelectual, Gaston Bachelard (2008[1949]) explica que toda a objetividade desmente o primeiro contato com o objeto (2008, p. 1). Utilizando o problema do fogo como metáfora, pontua que este está numa zona impura entre intuição e ciência, dada a idolatria ao fogo e a permanência histórica desta nas tentativas de elucidá-lo cientificamente. É um objeto primevo de interdições sociais, como ilustra o complexo de

Prometeu, aquele que quis roubar o fogo, inaugurando tal interdição. O fogo possui em si mesmo milhares de significados e desnuda evidências das maiores contradições do pensamento científico: “A ciência forma-se muito mais sobre um devaneio do que sobre uma experiência, e são necessárias muitas experiências para se apagarem as brumas do sonho.” (BACHELARD, 2008, p. 34). O autor propõe que a interferência de valores inconscientes está na base da construção do conhecimento. Sendo assim, nossos saberes devem ser de certo modo psicanalisados⁴⁶: o pensamento científico deve ser capaz de ironizar as convicções do cientista. Por isso objetividade é *ruptura*: devemos sobretudo desconfiar de nós mesmos.

Num outro contexto, Charles Wright Mills (1975) aborda o papel da sociologia em sua obra “A Imaginação Sociológica”, publicada em 1959. Para ele, “A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é a sua grande promessa.” (1975, p. 14). No apêndice desta mesma obra, intitulado “Do artesanato intelectual”, o autor também aproxima a ciência social a um “ofício”.

A imaginação sociológica, permitam-me lembrar, consiste em grande parte na *capacidade de passar de uma perspectiva a outra, e no processo de estabelecer uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes*. É essa imaginação que distingue o cientista social do simples técnico. A imaginação sociológica também pode ser cultivada; ela dificilmente ocorre sem um grande volume de trabalho, que com frequência é de rotina. (1975, p. 227-228 - grifos meus).

O entrelaçamento entre o empírico e o analítico é tecido de modo artesanal; não existem receitas prontas para se ter boas ideias. A proposta do autor é pautada em uma visão de sociologia contrária à da “Grande Teoria” que dominava o campo norte-americano de então, representada pela perspectiva parsoniana. O trabalho sociológico, neste registro, seria então o de traçar relações imaginadas entre pessoas e grupos, com base em um conjunto de hábitos de estudo e em certo número de pressupostos sobre o próprio ofício.

Norbert Elias (1998[1983]) retrata estes paradoxos inerentes à confecção de análises sócio-culturais na chave dos termos “envolvimento” e “alienação”, sugerindo também a necessidade de um duplo movimento no entendimento do mundo social e das práticas humanas.

As ciências sociais, entretanto, diferentemente das naturais, preocupam-se com associações de pessoas. Aqui, de alguma forma, as pessoas defrontam-se consigo mesmas, os “objetos” são também “sujeitos”. A tarefa dos cientistas sociais é

⁴⁶ Para um melhor entendimento do funcionamento psíquico e dos mecanismos de recalque ou repressão, segundo a psicanálise, ver: FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1915]. p. 163-122. Para uma leitura panorâmica do edifício conceitual psicanalítico freudiano, ver: MEZAN, Renato. **Freud**: a trama dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2006.

pesquisar e fazer as pessoas entenderem os padrões que formam quando juntas, a natureza e a configuração mutante de tudo que as liga. Os próprios pesquisadores fazem parte desses padrões. Não podem evitar vivenciá-los, diretamente ou por identificação, porque deles participam; e *quanto maiores as solicitações e as tensões que eles e seus grupos estão submetidos, mais difícil lhes é realizar a operação mental que fundamenta todas as buscas científicas: alienar-se do papel de participante imediato e da perspectiva limitada que isso oferece*. (ELIAS, 1998, p. 120-121 - grifos meus).

Fica patente nesta passagem que o distanciamento é difícil, laborioso e em certa medida doloroso; um processo inacabado. Mas ele é o caminho para a objetividade no trato das ciências humanas e sociais. Voltarei ainda a estes dilemas psico-emocionais.

No âmbito das discussões contemporâneas, Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1999) irão se debruçar nessa tensão inerente entre o sujeito da pesquisa e seu objeto, no livro “A profissão de sociólogo” (traduzido também como “O ofício de sociólogo”⁴⁷). Para estes autores a “vigilância epistemológica” é tão importante nas ciências sociais por ser a separação entre a opinião comum e o discurso científico bastante imprecisa. É somente na medida em que a relação do(a) pesquisador(a) com o objeto é exposta que tal vigilância pode ter início. A familiaridade com o universo social seria, portanto, o obstáculo por excelência do fazer sociológico. A necessidade de tal ruptura com o senso comum se explica pelo princípio da não-consciência: mesmo as ações mais transparentes não pertencem ao sujeito e sim ao sistema completo das relações, de modo que *as relações são mais reais do que os indivíduos*.

Os autores apontam que por serem os(as) sociólogos(as) frequentemente acionados(as) para falar sobre os fenômenos sociais emitindo sua opinião, a crítica à “sociologia espontânea” deve ser contínua (1999, p. 37). Os fatos jamais falam por si mesmos, de modo que precisamos constantemente nos interrogar sobre nossas interrogações.

A maldição das ciências humanas, talvez, seja o fato de abordarem *um objeto que fala*. Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informantes. (1999, p. 50 - grifo deles).

Toda técnica e instrumento de pesquisa possui assim suas limitações e “Até mesmo as operações mais elementares e, na aparência, as mais automáticas do tratamento da informação implicam escolhas epistemológicas e mesmo uma teoria do objeto.” (1999, p. 60). Noutro momento, Bourdieu (2001, p. 9) nos previne do entrelaçamento entre os constrangimentos

⁴⁷ No original francês, publicado em 1968, se utiliza a palavra “*le métier*”.

sociais que assumem o papel de constrangimentos lógicos, explicitando que os conflitos intelectuais são também disputas de poder e rivalidade. Tomando de empréstimo uma expressão de Bachelard, ele afirma que precisamos desenvolver um conjunto de práticas coletivas que são como um “esforço constante de dessubjetivação” (BOURDIEU, 2001, p. 143). Deste modo, a busca de objetividade nas ciências sociais passa pelo questionamento dos inevitáveis intercâmbios entre o pensamento científico e o universo social e mediante a constante objetivação dos sujeitos-pesquisadores.

Por fim, em uma introdução à sociologia reflexiva, Bourdieu (2009) infere que nada é mais fundamental na disciplina do que a construção de novos objetos de pesquisa e a reconstrução de objetos pré-construídos. A montagem de um objeto sociológico é um processo cheio de retoques e não um momento inaugural de brilhantismo. Ao contrário, exige dedicação e revisão constantes. Porém, por ser o *homo academicus* um apreciador do acabado, muitas vezes esta elaboração é escondida do resultado final – o que reforça a ilusão de que o objeto é estabelecido num rompante e não através de árduo artesanato. A estratégia proposta é “pensar relacionalmente”, inserindo os indivíduos num espaço social, articulando relações coerentes entre grupos, visões de mundo e posições. O princípio da “dúvida radical” é útil porque as ciências sociais são herdeiras dos problemas sociais. O próprio mundo social usa a sociologia e a palavra do especialista para legitimar certas práticas. Neste sentido, traçar a “história social” do problema seria uma maneira de controlar estes intercâmbios indesejados, perguntando “por que se compreende como se compreende?” (2009, p. 37).⁴⁸

A “objetivação participante” (2009, p. 51 e seguintes) figura como a empreitada mais difícil que o e a cientista deverão realizar, posto que além de ocupar posições no espaço social, está posta também uma disputa pelo monopólio do veredito. A dificuldade da tarefa está em abandonar a sua posição subjetiva e objetiva no mundo social, um conjunto de adesões e condutas inconscientes. O(a) sociólogo(a) deve, portanto, *objetivar-se enquanto sujeito*, através da renúncia ao jogo, da renúncia consciente às tomadas de posição com relação ao objeto de seu interesse e estudo.

A objetivação da relação do sociólogo com o seu objeto é [...] a condição da ruptura com a propensão para investir no objeto, que está sem dúvida na origem do seu “interesse” pelo objeto. É preciso, de certo modo, ter-se renunciado à tentação de se servir da ciência para intervir no objeto, para se estar em estado de operar uma objetivação que não seja a simples visão redutora e parcial que se pode ter, no interior do jogo, de outro jogador, mas sim a visão global que se tem de um jogo passível de ser apreendido como tal porque se saiu dele. (2009, p. 58).

⁴⁸ Ver também: CHAMPAGNE, Patrick. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 171-227.

Não restam dúvidas de que as leituras possibilitam um diálogo fértil e possuem pontos de inflexão, os quais retomaremos nos próximos tópicos. Para finalizar a primeira parte desta digressão que consideramos necessária, Howard Becker⁴⁹ (2007) cita Geertz para dizer que “O antropólogo [sociólogo(a)], ou pelo menos aquele que deseja complicar suas engenhocas, não as fechar sobre si mesmas, é *um remendão maníaco à deriva com sua razão.*” (GEERTZ, 1995, p. 19 apud BECKER, 2007, p. 27 - grifo meu).

Da produção sócio-antropológica brasileira um texto guia é o de Roberto DaMatta (1978), “O ofício de Etnólogo, ou como ter ‘*Anthropological Blues*’”. Neste, o autor salienta que é na fase integradora – a pesquisa empírica – em que se sintetizam a biografia do pesquisador com as teorias estudadas, a prática do mundo com a prática do ofício. A “aldeia concreta” promove uma experiência insubstituível de caráter existencial. “É vivenciando essa fase que me dou conta (e não sem susto) que estou entre dois fogos: a minha cultura e uma outra, o meu mundo e um outro.” (1978, p. 25). O(a) etnólogo(a) opera então como *tradutor(a)* de práticas culturais para a sua própria linguagem; a antropologia pode ser compreendida como uma ponte entre dois universos de significação. Há algo de extraordinário que emerge de todo o relacionamento humano, algo de imponderável, aquilo que cabe num “anedotário” – o aqui chamado *blues* antropológico, que não pode ser propriamente ensinado pela abstração teórica.

O autor pondera que devemos transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico (1978, p. 28). Seja como for, estão presentes dois universos de significação e um sujeito disposto a situar e apanhar esses universos, um encontro de cosmologias permeado de afetos. Posto isso, “Seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Esses seriam, para parafrasear Lévi-Strauss, *os hóspedes não convidados da situação etnográfica.*” (1978, p. 30 - grifo meu). A etnologia se ergue num processo de transformação de sensibilidades, em meio a conflitos dramáticos e, mais, a intrusão da subjetividade é um dado sistemático com o qual temos que lidar. Por fim, como só existe antropologia quando um nativo é transformado em informante, é a empatia entre sujeitos que permite escrever uma boa etnografia.

Voltando ao problema da etnografia em contextos urbanos periféricos, em pesquisa de campo realizada na capital de São Paulo na década de 1980, Caldeira (1984) mapeia o cotidiano dos moradores do Jardim das Camélias na zona leste da cidade, focando sua análise nas percepções dos locais sobre a política e o poder público. Ao que nos interessa, o trabalho situa

⁴⁹ Deste autor ver também o texto “Sobre Metodologia”, que inicia com a frase provocativa: “A metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos.” BECKER, Howard S. Sobre metodologia. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, Editora Hucitec, 1997. p. 17-46.

a “periferia” como objeto de estudo no campo das ciências sociais. Destacando a polissemia da palavra, a autora aponta que passa a ser utilizada por diversos campos, nos discursos políticos, nos programas de partidos, em discursos militantes e nas nossas análises. Por excesso de manuseio, a expressão periferia acaba por ser esvaziada, significando muitas coisas e explicando quase nada.

A palavra é usada para designar os limites, as franjas da cidade, talvez em substituição a expressões mais antigas, como “subúrbio”. Mas sua referência não é apenas geográfica: além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infra-estrutura urbana. (CALDEIRA, 1984, p. 7).

Esta visibilidade se fez através da agência política daqueles que ficaram conhecidos como os “moradores da periferia”, especialmente nos anos 1970, quando passaram a demandar, por meio de associações, que a administração pública melhorasse as condições de vida em seus bairros e vilas. No seio deste processo sobretudo político. A apropriação e o interesse acadêmico foram um efeito deste movimento, quando começam a elaboração de conceitos e de explicações sobre o fenômeno. Em busca de uma rearticulação da problemática,

Entretanto, queria seguir por essa espécie de terra de ninguém que ficava entre a caracterização de um certo tipo de espaço e a análise da atuação política de seus moradores. [...] Não deixarei de falar da cidade, mas como um cenário; tampouco deixarei de falar em política, só que não a enfocarei a partir das formas de atuação, e sim das representações e opiniões de uma série de moradores. Para isso, vou *percorrer o caminho do detalhe, da minúcia*. (1984, p. 9 - grifos meus).

Diante das explicações globais e daquelas que enfocavam a atuação política destes sujeitos, a autora se perguntava como eram os dias e a vida nestes espaços tidos como espaços de miséria. Quem seriam estes outros sujeitos metropolitanos, quais seus valores e rotinas? De que modo entenderiam a política? Para responder a estas indagações foi preciso restituir o valor da experiência conforme os habitantes da periferia a entendiam, oferecendo uma visão da “política dos outros”.

Ainda no intuito de prover suporte metodológico para nossa empreitada, Eunice Durham (1986) nos oferece mais alguma luz sobre a etnografia com populações pobres urbanas. Aponta para um período fértil de produção antropológica (fins da década de 1980) que chama de “nova e intrigante etnografia de nós mesmos” (1986, p.17), um prestígio que inexistia no período anterior. A marginalidade do campo da antropologia se explica pela própria natureza de seus objetos de estudo e interpretação. Surge neste contexto histórico, contudo, um interesse pelas minorias vistas como atores políticos importantes para a compreensão da realidade brasileira.

As explicações globalizadoras da sociologia e da ciência política se revelavam então inadequadas, enquanto a capacidade descritiva da antropologia e de captura de perspectivas divergentes era provocativa para repensar a realidade social. Com a multiplicação e acúmulo do material etnográfico, se colocava também a necessidade de releitura dos esquemas explicativos disponíveis nesta disciplina.

Foram os estudos de comunidade os precursores desta nova etnografia, capturando estes “pedaços de sociedade”, vistos pelas lentes dos métodos etnográficos.

Investigando estes “pedaços de sociedade”, as comunidades, como se fossem aldeias indígenas, era possível utilizar os métodos de observação participante, documentação censitária, histórias de vida, entrevistas dirigidas, etc., formulando um retrato multidimensional da vida social e integrando o estudo das manifestações culturais à análise de seu substrato social e econômico. (DURHAM, 1986, p. 21).

A dificuldade residia em preservar a riqueza da pesquisa a integrando em novos esquemas interpretativos não positivistas. Há ainda um ponto importante ressaltado pela autora, a armadilha da identificação subjetiva. Nos novos moldes da etnografia com populações urbanas, sem as barreiras linguísticas encontradas nas sociedades tradicionais, o tema da participação e da subjetividade do pesquisador(a) surge com maior destaque. O perigo, conforme alerta a autora, está uma inversão absoluta de prioridades, onde os conflitos íntimos do(a) autor(a) resvalam para a militância e, podemos dizer, especialmente no trato de objetos tidos como problemas sociais. O risco, que se mantém atual e até mesmo mais pronunciado no presente, está em “[...] começarmos a explicar a sociedade através das categorias ‘nativas’, em vez de explicar essas categorias através da análise antropológica.” (1986, p. 33).

A especificidade da etnografia na pesquisa de campo é também alvo das reflexões de Mariza Peirano (1995) no texto “A favor da etnografia”, pensando, contudo, em um processo posterior de deslegitimação e desgaste do método – questionado em vários países por perspectivas e autores pós-modernos na década de 1990. Tomando um caso da antropologia clássica, com ênfase no problema da tradução, afirma ela que,

Evans-Pritchard confiava bastante no poder do confronto de experiências e suas consequências emocionais e intelectuais. Para ele as impressões de campo não eram apenas recebidas pelo intelecto, mas exerciam ‘um verdadeiro impacto na personalidade total do etnógrafo’, fazendo com que diferentes culturas se comunicassem via a experiência singular de uma única pessoa. (1995, p. 40).

Para ele o texto etnográfico resultava da combinação da sensibilidade do etnógrafo com o aprendizado adquirido quando da formação do pesquisador⁵⁰. Há um conjunto de implicações nesta leitura, segundo a autora, que apresentamos a seguir. A descoberta antropológica decorre de um diálogo comparativo entre a teoria acumulada e a observação etnográfica, um “exercício de estranhamento existencial e teórico” (PEIRANO, 1995, p. 42); não há cânones em pesquisa de campo, o que está em jogo é a biografia do pesquisador, as escolhas teóricas, o contexto e os imprevistos do campo; a antropologia resiste aos modelos teóricos rígidos pela constante renovação etnográfica; cada etnografia é um experimento, “o bom texto etnográfico foi sempre um experimento” (1995, p. 43).

É somente através da pesquisa de campo que a experiência totalizadora tem lugar. De acordo com ela o profundo “impacto” da etnografia sobre a personalidade do(a) pesquisador(a) é um tema instigante, embora não muito frequente. Em mais uma passagem sobre este encontro e os seus custos subjetivos, “Os antropólogos deixam sua cultura nativa para estudar uma outra e, na volta, tendo se familiarizado com o exótico, tornam exótica sua cultura familiar, na qual sua identidade social renasce.” (1995, p. 51). Este diálogo se dá no(a) antropólogo(a) e “a prática etnográfica – artesanal, microscópica e detalhista – traduz, como poucas outras, o reconhecimento atemporal das explicações.” (1995, p. 52). Parece então que a dicotomia entre o particular e o universal promete ser bem articulada através da escrita etnográfica. Ou, pelo menos, é este o alvo deste capítulo.

Claudia Fonseca (2004) salienta a importância do olhar etnográfico a partir de suas próprias pesquisas sobre honra, violência e relações de gênero entre os pobres, notando que a preocupação dos antropólogos é a de “[...] construir modelos alternativos de vida social que fogem a lógica prevista e previsível da modernidade.” (2004, p. 7). Como os dados não falam por si mesmos, a pedra angular da disciplina é o *método narrativo*, que dialoga com ideias pré-existentes tanto do senso comum quanto da comunidade acadêmica. Sem ignorar as críticas ao método etnográfico, a autora ressalta a importância de se fazer a exegese de qualquer pressuposto e refletir sobre suas fragilidades, adotando uma autovigilância epistemológica. Por outro lado, a adoção de qualquer perspectiva analítica deve ser explorada ao máximo em seus aspectos vantajosos. Com o propósito de *pensar a alteridade* na sociedade de classes, diz ela,

Atravessar meio mundo é o que os antropólogos mais gostam de fazer – literal ou metaforicamente. [...] O método etnográfico foi fundado na procura por alteridades:

⁵⁰ Ver, do autor: EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978. Ver também: LÉVI-STRAUSS, Claude. Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 385-424.

outras maneiras de ver (ser e estar) no mundo. Se não levamos nossas análises até as últimas consequências, por que – meu Deus – não usamos um método mais simples? (FONSECA, 2004, p. 11-12).

Por isso a etnografia é como uma viagem para a qual os(as) leitores são convidados(as). Ela permite decodificar realidades para além dos preconceitos comuns das classes privilegiadas, como a oscilação entre serem os pobres ou alvos de compaixão ou de condenação indignada (2004, p. 13).

Dedicado à tarefa de pensar a cidade como estes pedaços passíveis de serem investidos de um olhar etnográfico, José Guilherme C. Magnani (2002) utiliza a expressão “de perto e de dentro” para caracterizar as especificidades duma etnografia urbana, em oposição ao olhar “de longe e de fora”. Este último, ao presumir uma deterioração dos espaços públicos, enfatiza de modo redundante a segregação, a violência e o caos urbano. Este é o prisma dos “problemas sociais”, que não esgota o leque de possibilidades de compreensão dos fenômenos metropolitanos. Apesar das cidades hoje serem parte de um projeto de “cidades globais”, que têm como marca modos de planejamento – como o da gentrificação – que refletem princípios capitalistas de mercado, elas não existem sem atores sociais. Em muitas leituras os moradores desaparecem ou aparecem como uma parte passiva de todo o intrincado processo urbano. Ou ainda somente certos atores são nomeados em detrimento de outros. A etnografia pode contribuir para “[...] tentar identificar essas diferentes centralidades e os múltiplos ordenamentos que nelas e a partir delas ocorrem.” (2002, p. 8).

Pesquisador e pesquisado, “[...] ambos são dotados dos mesmos processos cognitivos que lhes permitem, numa instância profunda, uma comunhão para além das diferenças culturais.” (2002, p. 11). O método etnográfico não se restringe a uma só técnica, mas é um conjunto de procedimentos que permite partir dos arranjos dos próprios atores, observar grupos que se reúnem e se aglutinam em determinados espaços em “busca de fortalecimento de laços” (2002, p.21). Mais do que um cenário, a cidade é o “[...] resultado de todas as práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos.” (MAGNANI, 2009, p. 132). O “pressuposto da totalidade” é que permite reconstituir o todo a partir do detalhe e observar os modos pelos quais os sujeitos são responsáveis pelas dinâmicas urbanas; articular o que foi observado em um sistema de relações coerente.

“De perto e de dentro” capturamos as sutilezas e pelo olhar distanciado montamos um todo orgânico, lhes dando um sentido conjunto. Em uma última passagem, com a qual encerramos esta fundamentação metodológica,

Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos, isto é, das estratégias que eles utilizam para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas, através de comportamentos que não são erráticos mas apresentam padrões discerníveis. (MAGNANI, 2009, p. 137).

Tendo em vista este arsenal e antes de podermos cartografar as rotinas observadas, os discursos em circulação e os padrões de agrupamento dos e das jovens habitantes do Jardim Holandez, nos deteremos nos processos preliminares que permitiram a inserção no universo pesquisado e o acesso aos seus sujeitos, nossos e nossas informantes.

2.1.1. Contatos iniciais com o universo pesquisado

Intentamos aqui construir uma *cronologia da etnografia*, os diferentes tempos em que ela se costurou que culminam no texto final; um experimento sempre inacabado – no sentido explorado anteriormente. Se a construção do objeto não é um rompante inaugural, tampouco o é a confecção da pesquisa de campo. Este trabalho possui então múltiplas temporalidades⁵¹. Como já citado na introdução, fora a partir de experiências profissionais que eu havia estabelecido contato com o bairro e seus viventes. São estes os passos que narramos aqui, o início de nossa caminhada. Elencamos as memórias de alguns eventos chaves relevantes nesta etapa preparatória do nosso percurso e alguns outros que dizem sobre os dilemas e limites da produção do saber sócio-antropológico.

Pela ONG estabeleci os primeiros contatos com Piraquara, o município. Sabia pouquíssimo sobre lá, já havia ido a um ou outro churrasco na chácara de algum amigo ou colega. Sabia que era onde ficavam as prisões⁵², tirando o presídio do Ahú em Curitiba, onde estavam os presos provisórios que, hoje extinto, abriga o Centro Judiciário de Curitiba (Fórum Criminal e Juizados Especiais). Logo no primeiro ano de atuação no Instituto Não-Violência, em 2010, àquele tempo Projeto Não-Violência, havia cursos sendo desenvolvidos em parceria com a SMAS, com operadores da assistência social e outros da Rede de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, que englobava também os profissionais da Educação e da Saúde do município. Por meio de um processo de licitação, a ONG prestava serviços voltados à capacitação dos trabalhadores da rede, visando contribuir no manejo de situações que

⁵¹ Para pensar nestas distintas linhas do tempo nos inspiramos nos apontamentos introdutórios de Adriana de Resende B. Vianna (1999), em sua pesquisa “O mal que se adivinha”, no registro de uma antropologia histórica sobre polícia e minoridade no Rio de Janeiro nas décadas de 1910-1920, levantando temas pertinentes a nossa pesquisa, como a construção de rótulos acerca da “menoridade” de forma jurídica e dentro da lógica policial. Voltaremos a esta referência mais adiante.

⁵² A Penitenciária Central do Estado (PCE), fundada em 1954 no município de Piraquara.

envolviam violências e conflitos nas equipes e no trabalho com crianças e jovens piraquarianos e vindos de outras paragens, muitos em situação de vulnerabilidade e violação de direitos humanos básicos.

Era um trabalho com seus desafios, uma vez que na coordenação de cursos, palestras e rodas de conversa éramos constantemente questionadas enquanto equipe de não entender as dificuldades do ofício destes profissionais, já que não estávamos no dia-a-dia da escola, do posto de saúde, do CRAS, da Casa de Passagem e assim por diante. Um ponto passivo desta escuta era a reclamação acerca da *falta de educação* dos jovens e crianças das populações desfavorecidas do município ou mesmo genericamente dos “jovens de hoje em dia”, atribuída insistentemente às suas famílias desestruturadas e aos meios criminosos em que conviviam. Se entendia “educação” como algo que viria pronto do lar, não como um processo partilhado entre diferentes agências com diferentes finalidades. Havia uma percepção estabelecida sobre a *falha moral* destas crianças e jovens, que não respeitavam a autoridade dos mais velhos, não usavam as palavras de bom tom, como “por favor” ou “com licença”, eram desordeiros, potenciais bandidos ou usuários de drogas, como seus progenitores.

Os próprios profissionais se sentiam contaminados por estes estigmas e repetiam que a situação estava fora do controle, como se houvesse uma batalha em curso contra a poluição moral daqueles territórios. Ouvi de muitos trabalhadores da educação, e não apenas ali, que “o problema de hoje em dia é o excesso de direitos” que os jovens têm e a ausência de deveres em contraposição. Estamos generalizando para propósitos analíticos, ainda que seja importante dizer que esta visão hegemônica não era a única presente. Nos discursos que ali ressoavam, havia pessoas com outros olhares, as quais reconheciam as relações históricas e sociais que explicavam e engendravam as problemáticas histórias de vida e condições infanto-juvenis permeadas por precariedades. Essas depositavam valor às cartilhas institucionais, nutrindo esperança na ampliação de direitos e na modificação da vida das pessoas para a construção da cidadania e da inclusão social – se contrapondo ao típico discurso de que precisamos de mais repressão pois a *falta de limites* dos jovens explicaria boa parte das mazelas sociais do presente. De um modo ou de outro, o fato é que não era fácil lidar com as trajetórias e os comportamentos de algumas crianças e jovens. Não é difícil entender, os que se mostravam mais positivos tinham melhores resultados em seu pólo de atuação; enquanto os mais alarmados diante do ofício, ao adotar posturas mais belicosas, tinham maiores problemas de relacionamento com os mais

novos. Há, afinal, diferentes modos de se construir autoridade no registro das relações intergeracionais⁵³.

Foi em inúmeros grupos de jovens em dezenas de escolas, e até mesmo atuando como professora do Ensino Médio público, que pude escutar os jovens e sua *queixa de não serem escutados*. Este é um ponto nodal: quando os jovens têm espaço de fala eles expressam o sentimento de não serem levados a sério, de não terem canais de comunicação com o restante do mundo, seja na família, na escola ou em outros espaços, incluindo os políticos institucionais. Também participei como ouvinte durante o ano de 2013 de um projeto da ONG Ciranda (Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência) intitulado “Projeto de Formação e Articulação de Adolescentes para a Participação e o Controle Social”⁵⁴, cujo objetivo era o de criar uma rede de articulação em cinco cidades do Paraná (Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Foz do Iguaçu), com dez jovens para participarem das reuniões mensais do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR). Nestes encontros, pude verificar a ausência quase absoluta da participação efetiva de jovens na formulação de políticas públicas para a juventude. Os(as) adolescentes e jovens se queixaram inúmeras vezes da falta de espaços de diálogo com os mais velhos e da indiferença deles por suas opiniões, desejos e projetos de vida. Também foi possível apreender nestas ocasiões a forma como se relacionavam com a imagem negativa dominante sobre juventude, como quando em uma dinâmica de grupo durante um dia de formação em que os jovens foram perguntados sobre seu posicionamento em relação à redução da maioridade penal, aproximadamente metade dos participantes se posicionou a favor da redução – mesmo que tenham narrado se sentirem injustiçados quando alvos da abordagem policial baseada no estereótipo sobre jovens da periferia. Entender mais sobre as posturas, comportamentos e visões de mundo juvenis exigia aprofundamento no olhar.

O primeiro contato narrado com Piraquara foi sucedido por uma renovação de contrato, por meio da qual a equipe da ONG reuniu-se mais uma vez com gestores e gestoras da SMAS. A partir daí tive acesso àqueles responsáveis pela arquitetura das políticas públicas e tive

⁵³ Para uma discussão sociológica sobre autoridade, ver: SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁵⁴ De acordo com o resumo executivo ao qual tivemos acesso, “O projeto é uma iniciativa da Ciranda em parceria com o Fórum DCA/PR e com apoio do CEDCA/PR, através de recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA). Tem como objetivo geral fomentar a construção de uma articulação estadual de adolescentes, buscando integrar meninas e meninos representantes das diferentes regiões do estado e contribuir com sua formação para a participação efetiva nos espaços de controle social, em especial o CEDCA.” Foram oito encontros ao longo do ano, com os temas: Direitos humanos de crianças e adolescentes; Sistema de Garantia de Direitos; Participação popular e controle social; Políticas públicas; e Orçamento público. Os jovens eram todos estudantes regularmente matriculados no ensino público e haviam passado por um processo de seleção onde se buscavam àqueles que eram participativos na escola e que fizessem parte de grupos organizados. Já havia em filtro bastante seletivo e ainda assim, chama a atenção, a queixa era a da falta de escuta.

notícias das disputas daí derivadas. A este ponto um pequeno mergulho é necessário. O município já havia sido pioneiro em alguns projetos com verba do PRONASCI⁵⁵, como o Projeto Atitude (implementado em 2009)⁵⁶ e o Projeto Mulheres da Paz. O primeiro fora justamente concebido para remendar o alto índice de mortalidade de jovens, especialmente do sexo masculino. “Nossos jovens estão morrendo”, se dizia. Piraquara ocupa, portanto, um lugar de pioneirismo e imprimiu uma marca característica na execução das suas políticas de proteção sócio-assistencial. O CISA, por exemplo, é um equipamento único que foi estruturado de acordo com as necessidades locais e, ao longo do tempo, foi incorporando outros dispositivos da legislação federal, se tornando também um CRAS. Em mais de uma vez esta aura se manifestou, ora pelos próprios gestores, ora pelos operadores e ora por profissionais que atuavam nas capacitações da rede que assisti – como numa aula em que a assistente social responsável afirmava que Piraquara está “anos luz” à frente de outras redes da Região Metropolitana, às quais ela conhecia bem e pelas quais circulava dando cursos e fazendo escutas. O desenvolvimento da pesquisa esteve, portanto, intimamente ligado à receptividade das e dos profissionais da Secretaria que abriram as portas e concederam a autorização em 2013, com muita gentileza, para a confecção de meu trabalho de campo em um dos equipamentos; inclusive se mostrando animados para a produção de uma análise sobre as políticas executadas e os(as) jovens atendidos(as). A eles devo enorme gratidão.

Em 2014 se efetivou o compromisso profissional na ONG de ministrar mais cursos no município de Piraquara, momento chave para a mudança do local a ser realizada a etnografia de acordo com o projeto de pesquisa inicial, no qual me propunha a estudar o Centro da Juventude recém instalado no município e localizado em outro território, o Jardim Santa Mônica – socialmente distinto do Grande Guarituba e do Jardim Holandez, em especial. Foram três cursos de formação realizados no decorrer de todo o ano de 2014, com 80 horas de duração cada. A contratação do INV se deu por intermédio de uma empresa que realizava trabalhos para

⁵⁵ Trata-se do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, criado em 2007, com vistas a reduzir a violência criminal no país. Ver: GUSSO, Rodrigo Bueno. **Eu previno, tu reprimes**: uma análise da política criminal ofertada pelo PRONASCI por meio do programa PROTEJO, no município de Curitiba/PR. 385 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Ver também o artigo: GUSSO, R. B. Juventude Transviada? O processo de policialização das políticas públicas juvenis por meio do PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 35, n. 126, p. 109-129, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/699>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

⁵⁶ O Projeto Atitude foi um mantido pelo governo estadual pela extinta Secretaria da Criança e da Juventude, a SECJ-PR (em 2009 suas atribuições passaram a fazer parte da agenda da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, SEDS-PR). Contemplou dez municípios considerados mais violentos e com maiores índices de letalidade juvenil: Piraquara era o décimo primeiro desta lista, porém como Pinhais recusou a verba, o projeto foi implementado, o que permitiu a construção de uma *expertise* por parte dos gestores e equipes da SMAS.

a Cohapar (por intermédio de licitação), no processo de regularização fundiária na área de mananciais considerada de preservação. Estavam presentes profissionais da Saúde, da Assistência e da Educação (técnicos, educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos/as, professores, gestores e demais funcionários de escolas, etc.). Os temas eram: “Enfrentamento a indisciplina e violência”, “Educação sexual” e “Prevenção ao uso de drogas”. Nestes momentos, cursando o primeiro ano do doutorado, me deparei outra vez com as vozes dos trabalhadores da rede: as queixas, impressões e histórias sobre o lugar a partir dos operadores das políticas públicas, pensadas como biopolítica. Eles possibilitaram mapear melhor discursos sobre as dificuldades de trabalhar no território, bem como a reprodução de rótulos negativos sobre os jovens habitantes, ora pobres “coitados” ora pobres “violentos”; de um modo ou de outro, sempre definidos por uma falta. Assim tive notícias sobre os estigmas e estereótipos que recobriam particularmente o CISA Betonex; era como “a casa do diabo”. Foi este o gatilho para a mudança do local de realização da etnografia.

Com esta bagagem na sacola, em abril de 2016, fiz o primeiro telefonema para a agendar a visita número um ao CISA Betonex, na posição de pesquisadora. Havia sido orientada: as primeiras impressões são as mais marcantes das distâncias sociais – que são como o estofo do olhar etnográfico. O primeiro impacto se deu com a classificação feita pela coordenadora do CISA entre os jovens “credenciados” e os “não-credenciados”, os “de dentro” e os “de fora”, o que parecia se aproximar da categoria dos “excluídos do interior” (ver BOURDIEU, Pierre e CHAMPAGNE, Patrick, 2007). Para mim denotava que se dividiam os jovens que mereciam ser atendidos pelos serviços públicos de assistência e os outros, que não eram dignos deste acolhimento, os indesejáveis da política, os supérfluos, os residuais. Entender esta dinâmica e seus mecanismos se tornou uma meta desde o princípio. Todo este pacote narrado e o que viria a seguir me deixou por vezes inebriada. Na medida que adentrava mais profundamente neste universo; cheguei a viver momentos de esgotamento físico, psíquico e emocional, o que exigiu mais de uma vez pequenos períodos de afastamento para digerir sensibilidades e acalmar o espírito. De acordo com Wacquant (2002), repensando fórmulas e temas como a “observação participante” e a “produção do corpo” em seu livro “Corpo e alma”, não há observação sem experiência⁵⁷. Não no mesmo sentido que o do boxeador, mas é preciso jogar o corpo no mundo para poder etnografar, neste caso, a borda da cidade.

⁵⁷ De acordo com a resenha de Jorge Mattar Villela, no texto de Wacquant “[...] o observador que descreve se insere ele próprio como objeto e sujeito da observação. As notas etnográficas são, ao mesmo tempo, as de um antropólogo em trabalho de campo e as de um aprendiz de boxeador. Além disso, o etnógrafo elimina a tradicional clivagem entre o ‘estar lá’ da observação e o ‘estar aqui’ da redação descritiva/tradutora. Ao lançar mão de longas passagens de seu caderno de campo, o autor simultaneamente impede-se de falar em nome dos outros e transforma

O acesso à Rede de Garantia de Direitos em diferentes pontos da RMC, durante os anos trabalhando na ONG e construindo um anedotário, torna inevitável abordar a questão da *militância*, retomando o que foi apresentado anteriormente e considerando na prática as dificuldades do envolvimento e do distanciamento. Como havia tido como objetivo profissional durante cinco anos disseminar o princípio da não-violência e fomentar a mudança de cultura em instituições, fui desenvolvendo modos de pensar e de atuar neste papel de “professora de educadores”. Acreditava que uma boa base e fundamentação teóricas aliada a artifícios retóricos com respeito afetivo às crenças prévias dos envolvidos podiam ser capazes de sensibilizar algumas pessoas. Lecionar neste contexto era vestir uma camisa de intransigente defesa dos direitos humanos democráticos, uma postura moral diante daquilo que se propunha como um modo melhor de lidar com crianças e adolescentes em territórios tidos como violentos. As violências eram muitas, tentávamos dizer. Vinham de cima para baixo, de baixo para cima, de múltiplos lados. Havia formas diferentes de administrar conflitos; a punição severa, o insulto no calor da hora, o acionamento da polícia – nem sempre estas eram as formas mais eficazes de lidar com uma situação onde os(as) envolvido(as) estavam ofendidos(as). Mas a crença de que o jovem tem um quê de violento ainda vigora muito forte. E a crença de que a punição é o antídoto para a crise moral que vivemos também. Prestar atenção nestes dizeres e discursos mobilizava uma vontade de os contradizer e apontar outros enfoques a um mesmo problema. É justamente pelos impactos deste ofício em mim que me tornei ativista pelos direitos das crianças e adolescentes. Passei a me manifestar em diferentes contextos como pessoa, como cidadã, como professora, como mãe e como socióloga como contrária a medidas políticas e sociais que aprofundariam desigualdades e carências, a exemplo da PEC 171/1993 e outras medidas siamesas de redução da maioria penal, cujo público alvo são os jovens das camadas populares⁵⁸.

Na medida em que eu prestava realmente atenção ao fenômeno da violência contra a criança e o adolescente e conhecia de dentro, a partir das dores, de casos reais, de pessoas vivas experimentando isso como parte de sua trajetória, eu pensava seriamente sobre as possibilidades de vida de uma parcela da juventude brasileira. Em mim se gestavam enormes dilemas morais,

a observação em ato descritivo. Inverte a fórmula tradicional ‘observação participante’, tornando método a já levantada hipótese de uma ‘participação observante’. *Portanto, o observador torna-se um experimentador; a experimentação, um meio a serviço da observação.*” (p. 221 - grifos nossos). VILLELA, Jorge Mattar. Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 220-222, out. 2002. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2019.

⁵⁸ Ver a dissertação de SAVAGIN, Emanoele de Deus. **Análise sociológica da idade para imputação no Brasil: a percepção de adolescentes de Curitiba e RM**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

a ponto de muitas vezes eu me sentir responsável por sujeitos em situação tão desfavorecida. Foi, sem dúvidas, algo que me acometeu nos últimos anos. Os aspectos afetivos e morais que se ligam à eleição de um determinado objeto de pesquisa estão sempre presentes no fazer científico. E o trabalho de desvencilhamento é longo e atrapalhado. Algumas situações reais vividas em campo e nos anos do doutorado ilustram melhor este ponto. A turbulência política sinalizada desde as chamadas Jornadas de Junho de 2013⁵⁹ e as disputas em curso nas eleições presidenciais de 2014, que culminaram no impedimento da presidenta eleita Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, geravam tensão – havia um hiato de poder. Quando da consecução do campo ocorreram, neste ano, inúmeras manifestações políticas Brasil afora, contrárias a esta deposição e às medidas adotadas pelo governo provisório. Num destes atos que acontecia partindo do Centro Cívico de Curitiba, no qual eu estava presente na posição de manifestante, fui testemunha ocular de um grupo de Black Blocs⁶⁰ que quebravam as grandes vidraças da sede do Sistema Fiep⁶¹, no centro incluído da cidade, em frente ao conhecido *Shopping Mueller*, o primeiro da capital, e ao Passeio Público. Uma das jovens era minha conhecida lá da vila, já havíamos trocado contatos, várias ideias e tido algumas conversas; só não a entrevistei por questões de desencontro prático quando, mais tarde, estava às pressas coletando relatos. Negra, cerca de 20 anos, ela fora frequentadora do CISA e do extinto Projeto Atitude. Agora ministrava oficinas para jovens da área e era do movimento *hip-hop* e do movimento negro. Crítica e politizada, não foi difícil imaginar por que a jovem quebrava vidraças. Nas redes sociais eu havia visto, horas antes da manifestação, a própria fazer uma convocação no Facebook – intimando amigos para irem “quebrar tudo mesmo”. E não foi fácil ver ela correr mascarada para não ser pega pela polícia militar. Naquele dia fui até ela, que quando me reconheceu baixou a máscara; trocamos algumas palavras sobre resistência, demos um abraço e nos despedimos. O clima estava particularmente tenso, a polícia em massa. Esses não foram momentos simples e culminaram em muitas crises e angústias existenciais; inclusive sobre as razões e os fins de se fazer uma pesquisa deste cunho.

Outro caso, também em 2016, foi o das ocupações dos colégios públicos estaduais por estudantes secundaristas. Elas foram uma resposta de nível nacional a um processo apressado

⁵⁹ As “Jornadas de Junho” foram um conjunto de manifestações acontecidas no decorrer de 2013, as quais foram inicialmente resultado do aumento da tarifa do transporte público na metrópole de São Paulo e nas principais capitais do país; a repercussão foi internacional e houve forte repressão policial aos manifestantes.

⁶⁰ Ver a pesquisa: OLIVA, Diego Coletti. **“Se eu grito e o governo não escuta... Vamos quebrar”**: a instrumentalização política da violência a partir da atuação da tática Black Bloc no Brasil pós junho de 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

⁶¹ Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que tem o propósito de promover o fortalecimento da indústria e da gestão industrial; a sede está localizada na Avenida Cândido de Abreu, em Curitiba.

do governo federal provisório em aprovar uma nova estrutura para o Ensino Médio público, a partir da MP 746/2016 – que propõe uma reestruturação radical do currículo, como a obrigatoriedade do ensino integral e a retirada da sociologia, da filosofia e das artes do caráter de disciplinas obrigatórias. Especialmente no estado do Paraná, onde se deu o chamado “Massacre de 29 de Abril” em 2015, o movimento #OcupaParaná foi muito forte e convida a análises mais cuidadosas sobre os significados da chamada pelos movimentos sociais de “Primavera Secundarista”⁶².

No que tange a minha própria experiência, pude estar no papel de apoiadora voluntária e entusiasmada em algumas destas ocupações no segundo semestre de 2016. Em um colégio na Fazenda Rio Grande, RMC, no Colégio Estadual do Paraná, noutro no bairro Santa Cândida e em duas escolas de Piraquara, uma mais central e outra rural, onde fiz falas ou simplesmente visitei. Encontrei diferenças significativas entre os diferentes colégios, os mais centrais já tinham como incorporado um vocabulário político, enquanto nos demais os estudantes pareciam visivelmente indecisos com relação ao seu papel naquele processo. De qualquer maneira, os e as jovens das ocupações pareciam tensos e preocupados, uns mais outros menos conscientes do jogo político no qual vieram a tomar parte em. O modelo de convivência nas ocupações implicava em habitar a escola, dividir as tarefas cotidianas como limpar e preparar o alimento, fazer a vigia nos portões da escola e controlar quem poderia ou não entrar, dormir sob o mesmo teto com colchões improvisados ou sacos de dormir, promover momentos de debate e assembleias, definir a agenda política, controlar redes sociais e o manejo de informações, estabelecer contato com outras ocupações. Todas estas atribuições e o protagonismo dos secundaristas na esfera política me diziam que aquele cenário parecia muito mais significativo do que a rotina tradicional em salas de aula.

Narro estes eventos para salientar que o(a) pesquisador(a) também toma partido nos lados políticos que o mundo tem. Este trabalho não existe a despeito disso, mas em estreita conexão com algumas crenças e convicções políticas, as quais têm sentidos e ações concretos implicados. Busquei, contudo, não desviar para a pseudo-ciência e o conhecido ‘salvacionismo’, bem comum nesta arena. Se há uma colocação política, epistemológica e ontológica que aqui queremos imprimir é a de que as por vezes anônimas juventudes da periferia urbana são compostas por atores sociais que negociam constantemente em escala individual (e comunitária/societária, evidentemente) o lugar de mundo e as formas de controle

⁶² Ver a coletânea de memórias: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; DIVARDIM, Thiago; SOBANSKI, Adriane (orgs.). **#OcupaPR 2016**: memórias de jovens estudantes. Curitiba: W&A Editores, 2016.

que lhes são dados numa sociedade de classes e de mercado, com os recursos que possuem e se movendo por algo que almejam.

Concluindo, foi primeiro pela ONG, passando pelas equipes e técnicos da Rede, tendo acesso aos gestores da política de assistência em Piraquara, chegando aos funcionários do CISA, que então fizemos a ponte com os próprios jovens do Jardim Holandez, no decorrer de 2016. Foi uma caminhada para saber como me aproximar e ganhar a confiança deles quando em campo, muitos ariscos e desconfiados com os adultos protocolares – para saber um pouco sobre como percebiam os pares, a vila, a cidade, a escola, as políticas, o mundo em que circulavam cotidianamente, os dilemas de ser jovem no presente; e também como manuseavam os estigmas de múltiplas ordens a que estavam expostos – sócio-territoriais, de classe, étnico-raciais, de gênero, etc. –, relembrando a importância de uma mirada interseccional na observação e na escuta dos sujeitos investigados.

2.1.2. Esclarecimentos sobre a política de assistência e o SCFV

Alguns esclarecimentos iniciais sobre a política se fazem necessários a este ponto. Uma rápida genealogia: a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal 8.742/1993), mais conhecida como LOAS, é o fundamento da constituição da assistência como dever do Estado e direito dos cidadãos brasileiros no período pós ditadura, inspirada na Constituição Federal de 1988, e assinada pelo então presidente Itamar Franco. Porém uma década foi necessária para que se regulamentasse a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a partir do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, criado também em 2004), na primeira gestão do governo Lula. A partir da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)⁶³ inicia-se a construção de um sistema unificado de assistência, alinhado com a experiência prévia do SUS (Sistema Único de Saúde), o chamado SUAS.

A PNAS foi pensada nos termos oficiais para atender “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (BRASIL, 2005, p. 33), assim chamados de “usuários” da política, aqueles que seriam os mais “invisíveis” numa sociedade permeada por desigualdades de múltiplas ordens. Um dos braços de tal política pública é a proteção social básica (PSB), que é descrita abaixo:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos

⁶³ Resolução CNAS 33 de 12 de dezembro de 2012.

familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2005, p. 33).

Além da proteção básica, há também a proteção especial de média e alta complexidade, sobre as quais não nos deteremos por não serem o foco de nossa investigação. Dentro da PSB existem alguns serviços ofertados, especialmente a partir da Resolução nº 109 de 2009, chamada “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, donde se localiza o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que seria um atendimento continuado às famílias em situação de vulnerabilidade. E o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que conforme a resolução citada é um

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p. 9).

Estes serviços sócio-assistenciais são acessados a partir dos CRAS, os Centros de Referência em Assistência Social, que são a porta de entrada para a política. Não almejamos ser exaustivos na apresentação do caráter oficial dela, uma vez que privilegiamos aqui as entrelinhas e as experiências vividas. É, contudo, necessário explicitar que nosso campo empírico foi realizado neste “equipamento híbrido”: o CISA Betonex⁶⁴, fundado em agosto de 2011, também a sede de um CRAS. O município, porém, através da SMAS-Piraquara quis imprimir um caráter próprio e voltado para adolescentes e jovens, como já mencionado.

⁶⁴ De acordo com o site da SMAS de Piraquara: “O Centro de Inclusão Social do Adolescente integra a rede de Proteção Social Básica e oferece prioritariamente o Serviço da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As atividades do CISA oportunizam momentos de formação, discussão e cidadania para adolescentes e jovens, e também promovem a redução da violência juvenil e o enfrentamento ao uso abusivo de drogas. Através de uma equipe que volta seu trabalho a este público, oferecendo atividades educativas, culturais e esportivas, o CISA também disponibiliza serviços e programas sociais que promovem a garantia de direitos e combatem a vulnerabilidade social no seu território de abrangência por meio de sua atuação junto às famílias. O CISA disponibiliza os seguintes serviços e programas: PAIF; SCFV; atendimentos socioassistenciais; encaminhamento para o BPC; benefícios eventuais: cestas básicas e auxílio funeral; inscrição no Programa Bolsa Família; inscrição no Programa Leite das Crianças; encaminhamento para atendimento jurídico.” **Fonte:** <<http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/assistenciasocial/Centro-de-Inclusao-Social-do-Adolescente--CISA-53-7054.shtml>>.

Certo dia no decorrer da pesquisa de campo fui chamada por uma das assistentes sociais do equipamento que desejava me mostrar alguns documentos encontrados em arquivo, os quais ajudavam a refazer os passos da implementação do CISA. Tratava-se de um histórico construído por um ex-funcionário no ano de 2012, o qual foi gentilmente copiado e cedido – e que posicionaremos aqui para facilitar o entendimento dos(as) leitores. A profissional em questão reforçou os estigmas da avenida, contando que era conhecida como “Avenida Detonex”, por ser uma antiga área de desova de corpos. Em seguida, com base no documento citado, reconstruímos um pouco a história institucional. Inaugurado em 2011, foi pensado como espaço de atividades para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, no registro do SCFV e do PAIF, no âmbito da proteção social básica. Apesar de as orientações técnicas do MDS preverem atendimento do serviço de convivência por faixas de idade e até os 17 anos, devido às especificidades do território, a SMAS de Piraquara expandiu para a faixa jovem, ou seja, até os 29 anos de idade (de acordo com a legislação vigente no Brasil).

A ênfase do trabalho estaria no protagonismo infanto-juvenil, sendo que equipe e usuários são considerados parceiros com vistas a atingir um mesmo objetivo. Há também prioridade no trabalho com resolução de conflitos; sendo o CISA um articulador da Rede sócio-assistencial em toda a comunidade. Ainda com base nas informações deste arquivo, transcrevemos aqui a seção “Justificativa”:

A região do Guarituba, onde se localiza o CISA, é aquela em que mais se evidencia a expressiva concentração de fatores de risco para as agressões e violências em Piraquara. Trata-se de uma área de ocupação recente e irregular, onde vivem cerca de 40.000 pessoas em condições insatisfatórias de habitação, saneamentos, transporte, infra-estrutura urbana, educação e lazer. Não há praças, parques, nem outros centros culturais e as escolas municipais ficam fechadas aos finais de semana. Os índices de desemprego e subemprego são elevados, assim como de prostituição e de exploração sexual, abuso de álcool e outras drogas, entre outros casos de violência doméstica, familiar e urbana. Devido aos frequentes assassinatos ocorridos em torno da Rua Betonex, na qual o CISA está situado, esta ficou conhecida pelos habitantes locais como “Detonex”, evidenciando o imaginário popular que considera a violência como uma constante no cotidiano legal. Agentes da polícia se referem à região como “Faixa de Gaza”, sendo que um módulo policial fora desativado na região sob a justificativa de falta de condições de segurança para agentes públicos atuarem no local. **Fonte:** Arquivo CISA Betonex, cedido para a pesquisadora.

É neste sentido que, de acordo com o arquivo, a equipe compreende a necessidade de um *trabalho intersetorial*, ou seja, articulando os serviços ofertados pela Assistência Social, pela Saúde e pela Educação.

Em reunião posterior com uma gestora da SMAS pudemos obter mais alguns esclarecimentos. A Secretaria surgiu em 2006, junto com o primeiro CRAS do município. Havia

a estrutura física, porém ainda faltava muita reflexão sobre o que seria um “centro de referência”. Ela apontara que o PAIF é o “alicerce da proteção social básica”, ou seja, é preciso compreendê-lo para saber do que trata a política de assistência: a “família” é a unidade pela qual se acessam estes direitos. Quando perguntamos sobre os desafios de atuar na gestão de pessoas e na formação de equipes, nossa informante diz que em primeiro lugar é preciso entender a política: é preciso “*acreditar que as pessoas têm direitos*”. Está é uma perspectiva que vai no contrafluxo das culturas políticas instituídas no cenário brasileiro. A visão dos operadores, seguindo esta conversa, é geralmente a de que o “usuário” é um incômodo, só gera problemas. Ela indagava: “como poderia um sujeito acessar a política de AS sem incomodar, se esta atende justamente aqueles em situação de violação de direitos?” Sobre o serviço de convivência, resumiu: “é fácil de ser entendido, difícil de ser aplicado”. Ademais, este foi um ponto que se repetiu bastante, era impossível quantificar algo qualitativo por definição, o “vínculo”, o laço entre pessoas.

2.2. O CISA BETONEX “DE PERTO E DE DENTRO”

Finalmente me dedicarei a apresentar aos leitores e leitoras aquilo que foi passível de ser apreendido durante os meses de empreendimento etnográfico e convido para uma jornada cujo ponto de partida é este equipamento público de convivência localizado no Jardim Holandez, em Piraquara, voltado para atender a juventude do bairro e de seu entorno com o objetivo de reduzir “vulnerabilidades e riscos sociais”. No próximo item (Seção 2.3.) está localizado um conjunto de fotografias representativas do espaço e de seus agentes, coletadas por mim no decorrer do tempo; olhares capturados de modo discreto em situações etnográficas diversas. As identidades foram preservadas nas imagens. Por serem numerosas, optamos por expor em parte separada, mas logo em seguida dos relatos sobre os quais dizem respeito dando-lhes um todo orgânico.

Realizei a pesquisa no período que compreende entre abril e dezembro de 2016 – somando quase nove meses de coleta –, ainda que tenha voltado na vila no decorrer de 2017, em situações mais pontuais. O caderno de campo foi confeccionado em duas versões. Uma de bolso, por assim dizer, para levar a campo (um caderno amarelo, espiral, pequeno) – onde colocava breves tópicos dos acontecidos do dia – e a versão para o escritório de trabalho (verde, brochura, tamanho universitário), onde rotineiramente anotava minhas impressões dos dias e ia recheando com algumas reflexões suscitadas, já pensando nos caminhos a serem trilhados em seguida. Colava folhetos, bilhetes, telefones anotados, fotografias impressas e outros papeis que

pareciam úteis para compor um arquivo. O medo de perder e ter reveladas impressões que nem sempre seriam agradáveis de serem lidas por alguém do CISA justificava a utilização dos dois cadernos.⁶⁵ A cautela não foi exagerada, já que certa vez deixei mesmo meu caderno no local e levei alguns dias até perceber.

É um dado que na versão descritiva nem tudo se aproveita, lá estão muitas e longas passagens de observações que não cabem na escrita final, mas esta *atenção flutuante*, como dizem os psicanalistas, pareceu a condição da etnografia. Logo que cheguei estabeleci a rotina de ir duas a três vezes na semana para passar a tarde conforme se desenrolasse, dentre outras sondagens, como conversar com gestores, assistir capacitações para os técnicos, conhecer escolas, participar de passeios culturais, ir à mobilização em defesa do SUAS, ministrar encontros com jovens, fazer incursões na comunidade; umas empreitadas eram mais e outras menos reveladoras daquilo que eu buscava compreender, tendo em vista que esta foi uma descoberta que se fez pelo caminho e não um problema pré-estabelecido a ser verificado matematicamente. Muitas incertezas fizeram parte das idas e vindas a campo, do duplo campo habitado pela pesquisadora.

O tratamento do material foi um processo: passava as notas da caderneta para a escrita detalhada no caderno maior, o qual posteriormente numerei e transpus para um quadro com três colunas (dia, descrição breve e número da página – ver Quadro 3 no Anexo 1); algo que auxiliou sobremaneira na formulação do texto final, este produzido no registro de um relato denso e a partir do que foi levantado sobre a especificidade da escrita etnográfica. É importante salientar que os temas postos por estas observações foram posteriormente aprofundados nas entrevistas individuais, permitindo que eu tivesse uma melhor interlocução com os(as) entrevistados(as).

Depois de uns dois meses postergando a entrada em campo e arquitetando como faria para começar minha aventura na periferia, desta vez na posição de pesquisadora, a primeira visita permitiu perceber as distâncias entre meu lugar e o campo. Como é possível notar nesta passagem:

O trajeto foi tranquilo – passo toooda a cidade que é significativa pra mim a caminho de Piraquara. Gosto da distância física e geográfica grande. Simboliza o tipo de distância social entre minha vida no Bigorrião [um bairro de ricos] e a vida na “quebrada” [um bairro de pobres]. **Caderno de campo, p.03.**

⁶⁵ Ver: MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Neste dia tive uma conversa com a coordenadora do CISA para quem expliquei os propósitos da pesquisa, frisando que se tratava de um trabalho sobre os e as jovens⁶⁶. Dei depois uma olhada geral no equipamento e no Serviço de Convivência. O CISA fica bem no final da Avenida Betonex e conta com a área interna onde são ofertados os serviços do CRAS, os atendimentos às famílias – geralmente representadas por mulheres –, e as atividades voltadas para os mais jovens (ver Fotografias 1, 2 e 3). Nos fundos há uma quadra de esportes coberta e uma área aberta (ver Fotografia 4). O equipamento está aninhado entre uma praça pública, em vias de construção no decorrer da pesquisa, um Colégio Estadual⁶⁷ e uma Unidade Básica de Saúde⁶⁸. Mais tarde haveria ali também uma Sede da Subprefeitura. Havia uma reforma geral acontecendo, movimentando o pedaço com as obras e seus trabalhadores (ver Fotografia 5).

Tive nesta mesma tarde apenas uma conversa rápida com alguns jovens que trocavam uma ideia na quadra, em sua maioria rapazes. Expliquei que faria uma pesquisa ali e disse que gostaria de conversar melhor com eles em outros momentos. Já aí escutei um pouco sobre o que faziam, se estavam ou não na escola, perguntei sobre suas famílias, ouvi relatos de violência. Estes foram os primeiros contatos. Ninguém pareceu muito curioso em saber do que se tratava a pesquisa, apenas soavam solícitos em colaborar, em responder ao meu interesse por eles. Alguns foram meus entrevistados meses depois, jovens com os quais aprofundei vínculos e os quais me ofereceram à escuta ricos relatos sobre suas histórias e memórias. Minha preocupação inicial a este ponto era conhecer as rotinas e normas da casa – já que estava acessando os jovens por meio da instituição, eu deveria ser capaz de decodificar as hierarquias e saber como me portar. Queria ser cautelosa. Isso envolvia tecer os primeiros vínculos com os instrutores do CISA e observar algumas oficinas.

Como apontado, na conversa telefônica de agendamento desta primeira visita foi possível mapear as dinâmicas de *múltiplas exclusões*, mesmo na fala dos operadores da política

⁶⁶ Esclarecemos que preferimos o termo “jovem” por tratar de uma faixa etária mais abrangente do que a do “adolescente”, este último sendo inclusive amparado pela legislação de caráter protetivo, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, é importante frisar que na prática e no decorrer do texto – em nome de facilitar e diversificar a comunicação textual – estes dois termos são por vezes utilizados como sinônimos e optamos por incluir também a categoria “meninos” e “meninas” que permite a identificação de gênero, dentre outras similares, e por ser uma expressão nativa comumente utilizada para se referir a adolescentes e jovens dentro do léxico da Rede de Garantia, no sentido de uma tutela, guarda ou responsabilidade por estes sujeitos, como fica claro na expressão “nossos jovens” ou “nossos meninos”.

⁶⁷ Trata-se do Colégio Estadual Ivanete Martins de Souza (Ensino Fundamental II e Médio), localizado na Avenida Betonex, na altura do número 2.220, ao lado do CISA. Também por ocasião de inúmeras situações profissionais anteriores à realização da pesquisa de campo, tive a oportunidade de conhecer a Escola Rural Municipal Idília Alves de Farias (a mais antiga do bairro, fundada em 1982), que sediou alguns dos encontros de formação da Rede; e a Escola Rural Municipal Bernhard Julg, em curso dado aos professores e funcionários, e também oficinas com os estudantes (ambas de Ensino pré-escolar e Fundamental I, 1º a 6º ano). Estas aproximações prévias com o território foram muito importantes para a tentativa de pensar as políticas de modo relacional.

⁶⁸ Trata-se da UBS Carlos Jess – Jardim Caiçara, na Avenida Betonex, um equipamento público municipal.

de Assistência Social que supostamente atendem os mais vulneráveis dentre os vulneráveis. Desde a entrada no campo identifiquei a presença da classificação entre os jovens “vinculados” e os “não-vinculados”, os que estavam cadastrados no CadÚnico-SUAS ou no SISC⁶⁹ e os que circulavam de forma mais livre e principalmente no espaço externo do CISA. Para a própria reprodução da política a não vinculação formal seria um problema, uma vez que sem o cadastro não é possível quantificar e acessar os recursos públicos. No contato inicial com a coordenadora do local, assistente social de formação, foi frisado por ela então a importância de pesquisar sobre os jovens “não-vinculados”, pois certamente estes seriam os “problemas”. Ela se referia ao pessoal, majoritariamente rapazes, que não frequentava as oficinas do Serviço de Convivência, mas que estava sempre por ali, na quadra, na área externa, na Avenida, na praça ou na pista de *skate*, ambas recém construídas. Tal distinção justificava a manutenção das políticas repressivas – ainda que o discurso oficial e a lógica das políticas de Assistência sejam tecnicamente opostos, visando a proteção social. A proteção não era para todos, isto já estava se revelando.

Aqueles que seriam os jovens “de dentro”, eram vistos como merecedores dos serviços públicos sócio-assistenciais (a partir de padrões construídos e disputados), e os “de fora” – potencialmente perigosos e envolvidos com “coisa errada”. Esta última foi uma expressão escutada à exaustão durante toda a pesquisa, e evidencia os tabus em torno de um conjunto de práticas tidas como *ilegais* e *imorais*, às quais não se nomeiam, como se fizessem parte de um grande continente obscuro e indiferenciado. Ora, as fronteiras morais estão presentes em todas as parcelas da sociedade, pois todos os sujeitos possuem lentes através das quais interpretam e agem na realidade. Percebi assim uma multiplicidade de perspectivas em disputa, uma vez que a realidade tem muitas versões; isto não é diferente nas margens.

Certo dia, em uma conversa com um dos operadores do espaço externo, educador físico, este fez algumas piadas sobre “lá dentro” ser lugar o dos fracos e “lá fora” ser o lugar dos fortes. Ao mesmo tempo era uma comparação generificada, uma vez que as funcionárias internas eram praticamente todas mulheres; e o contrário para os instrutores externos, bem como seus frequentadores. O mesmo profissional me relatou sua chegada para trabalhar no local, alguns anos antes. Contou que tinha medo de ficar na área externa sem um colega de trabalho junto, assim este outro funcionário o ajudou a fazer seu processo de adaptação, pois tinha mais proximidade com os jovens frequentadores. Com o tempo o profissional se ajustou na função e passou a se relacionar naturalmente com os jovens, sem medo, e era notável a relação afetiva

⁶⁹ Trata-se do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social e do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

com eles(as), autoridade que parece ter se constituído através de suas conhecidas piadas e brincadeiras.

Algo que me interessou muito em minha primeira visita de reconhecimento à área externa do CISA: saltou aos olhos um “buraco no muro” (ver Fotografias 6 e 7), o muro localizado nos fundos da quadra do equipamento que dava acesso para o matagal onde ficam as cavas (ver Fotografia 8), nas quais fui logo informada que muitos jovens já se afogaram e morreram⁷⁰. Ao perguntar sobre esta fenda no muro algumas respostas foram dadas por jovens e funcionários: para pegar a bola; para servir como rota de fuga da polícia; para a polícia entrar e “dar geral”, principalmente nos horários em que o CISA já fechou as portas, após às 17:00. Neste momento pude começar a notar a tônica da relação de alguns jovens com a polícia, marcada pelas políticas de segurança pública *para a e na* periferia. Na quadra em frente ao buraco, de dentro para fora, estava escrito “Beco da morte”. Ali, onde os braços do Estado e das garantias legais parecem não alcançar. Talvez uma passagem para a dimensão onde a vida tornava-se nua, pensava eu. No sentido de quem vem de fora para dentro do buraco, estava a seguinte pichação: “*Polícia bom é polícia morto*” (ver Fotografia 9). Ali, naquela pequena fissura de trânsito entre os dois lados de um muro da vila, a ordem moral e ontológica do mundo parecia estar invertida.

Logo no início da pesquisa empírica, no estabelecimento das rotinas propriamente ditas, marquei presença em todas as oficinas ofertadas pelo CISA, no intuito de fazer um mapeamento geral do que acontecia no espaço. As atividades eram: *breaking* (dança de rua); *skate*; capoeira; futsal; artes; violão; *muay thai* (arte marcial) e sertanejo universitário (ver Fotografia 10). Cada uma era coordenada por instrutores específicos, os “oficineiros”, embora alguns dissessem que

⁷⁰ As “cavas” são produto do escoamento dos rios, provenientes da extração de areia e argila, e existem em inúmeros locais da Região Metropolitana de Curitiba. São comumente utilizadas para banho e lazer, apesar de o Corpo de Bombeiros informar que além de perigosas, por terem muitos buracos e raízes que prendem os banhistas, são também poluídas. Encontramos inúmeras reportagens sobre mortes de jovens nas cavas da RMC. Seguem referências de alguns dos casos noticiados pela imprensa local, entre os anos de 2014 a 2017.

JUBANSKI, Elizangela; ROMANOWSKI, Roberto. Pais avisam, mas jovem vai nadar sozinho em cava de Pinhais e morre afogado. **Banda B**, Curitiba, 12 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/jovem-nadar-cava-pinhais-morre-afogado/>> Acesso em: 24 abr. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de; MALAQUIAS, Djalma. Jovem de 18 anos morre após entrar em cava com amigos em Araucária. **Banda B**, Curitiba, 24 set. 2015. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/bombeiros-fazem-busca-por-corpo-de-jovem-que-entrou-para-nadar-em-cava/>> Acesso em: 24 abr. 2017.

Felipe RIBEIRO e Djalma MALAQUIAS. Jovem salva amigos de afogamento em cava, mas não consegue sair e morre em Curitiba. **Banda B**, Curitiba, 03 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/jovem-salva-amigos-de-afogamento-mas-nao-consegue-sair-e-morre-em-curitiba/>> Acesso em: 24 abr. 2017.

MENINA de 14 anos entra em cava para salvar amigos e morre afogada na Grande Curitiba. **Banda B**, Curitiba, 03 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/adolescentes-se-afogam-em-cava-e-bombeiros-sao-acionados-menina-esta-submersa/>> Acesso em: 24 abr. 2017.

eles não gostavam de ser assim chamados. Alguns eram funcionários concursados da SMAS, fixos ali no CISA, mas a grande maioria era composta pelo pessoal terceirizado, via licitações da prefeitura. Desde minha chegada percebi o quanto as formas de contratação dificultavam a concretização do SCFV, tal qual ele se colocava no papel. A exemplo de relatos que escutei da equipe sobre o ano de 2015: devido a uma denúncia de ilegalidade no processo licitatório vigente, todos os instrutores foram mandados embora, de forma que no decorrer de um ano inteiro não foi possível ofertar nenhuma oficina. O equipamento ficou congelado no que tange ao atendimento dos e das jovens.

Numa das primeiras oficinas que assisti, recordando o leitor que grande parte dos operadores eram meus conhecidos em função de uma formação realizada por mim em 2014, pude trocar impressões com um dos instrutores de dança. Ele mencionou que estava utilizando suas próprias caixas de som e relatou um caso ocorrido no ano anterior em que os equipamentos do CISA foram roubados: caixas de som, *skates*, dentre outros itens necessários para as oficinas. Por estas e outras, ele dizia que a política era “muito bonita no papel”, mas as condições de execução eram precárias, dependendo sempre da boa vontade individual de cada profissional. Portanto, 2016 foi o ano de “reconstrução dos vínculos” com os jovens. Ele também se queixou da falta de visibilidade das atividades realizadas para a comunidade e frisou que os serviços da assistência eram vistos por muitos ali como um gesto de “passar a mão na cabeça de bandido e vagabundo”. Nesta mesma tarde, lá fora na quadra, acontecia a oficina de *skate* (nesta época ainda não havia sido finalizada a reforma, de modo que as aulas aconteciam na quadra, com alguns improvisos). Uns poucos jovens, era um dia frio. Este instrutor contou então dos *skates* roubados, que eram confeccionados por ele, o que tornava a perda mais dolorosa. Voltei para dentro e fui convocada a participar da aula de sertanejo universitário, quando fui retirada para fazer par com um dos jovens que então participava da oficina. Percebi rapidamente que se eu quisesse acesso direto aos jovens, eu teria que “dançar conforme a música”.

Foi também desde minha primeira conversa com a coordenadora do local pesquisado que me foi apontado que a escola vizinha teria uma política de expulsão dos alunos tomados como mais problemáticos⁷¹. Ela contou que havia acabado de atender uma mãe da comunidade que dizia ter assinado um “termo de *expulsão*” na escola, sem saber do que se tratava⁷². Os

⁷¹ Ver: GODINHO LIMA, Ana Laura. **O espectro da irregularidade ronda o aluno**: um estudo da literatura pedagógica e da legislação sobre a “criança-problema”. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. E também o artigo: GODINHO LIMA, A. L. A “criança problema” e o governo da família. **Estilos de Clínica**, São Paulo, v. 6, n. 21, p. 126-149, 2006.

⁷² Em termos legais, não é permitido expulsar estudantes ou realizar transferência compulsória. Porém, os anos de trabalho em escolas permitiram notar que é uma prática estabelecida muito corrente.

“evadidos” eram os desajustados, os violentos, os mais pobres entre os pobres, os com maiores dificuldades de aprendizado, os que possuem diagnóstico e laudo psiquiátrico, aqueles com grande defasagem série/idade, os apáticos, os usuários regulares de drogas e assim por diante. Percebi logo a centralidade da instituição escolar na construção da trajetória dos(as) jovens pesquisados. É sabido por meio da teoria social e de pesquisas sobre o tema que o fenômeno da evasão escolar é parte da trajetória dos jovens tidos como desviantes, os principais alvos das forças repressivas, os “de fora”.

No ano de 2014 também havia sido possível fazer um mapeamento prévio das disputas de pontos de vista entre os operadores das três políticas que são os pilares da Rede de Garantias, em função de cursos realizados no grande território do Guarituba. Nos chamou a atenção o *choque de visões* no discurso dos operadores dos campos da Assistência Social e da Educação, algo que só pôde ser percebido através de observações e conversas, antes mesmo da entrada em campo. O ponto central da divergência, que mais tarde pudemos observar no detalhe, era relativo justamente à fronteira entre as duas arenas, o muro que separava o CISA e o Colégio (ver Fotografia 11). Os jovens costumeiramente andavam sobre o muro e pulavam de um lado para o outro, ora estudantes que fugiam da escola para gazejar aula na quadra e na área externa do CISA; ora o contrário, algum jovem que não era aluno pulava para dentro da escola (exatamente onde estava a quadra desta), o que incomodava sensivelmente os professores e a equipe pedagógica, especialmente nas aulas de educação física.

Essa *porosidade da fronteira* persistia apesar da altura do muro e dos arames, gerando inúmeros desentendimentos entre as equipes vizinhas – cada uma gerindo a vida dos jovens à sua maneira e sempre reclamando da equipe ao lado. Um ponto chave para entendermos o confronto de perspectivas é certamente a *gerência do tempo*. Cada instituição possui seu tempo próprio, e este é um fator importante no entendimento de como funcionam na prática. A queixa vinha especialmente pelo lado da escola, uma vez que o tempo escolar é justo, picado, rígido; por esta e outras razões muitos estudantes preferiam estar do outro lado do muro, onde o tempo é o da convivência, mais flexível, solto e descontraído.

Ainda na segunda ida a campo, outra assistente social e funcionária do CISA, relatou que estivera numa reunião no CE Ivanete no dia anterior, com vistas a mediar alguma situação e interceder por algum jovem – uma prática muito comum. Disse que respeitava os colegas professores, mas via que eram apegados a um saber muito tradicional, que não levavam em consideração o jovem de hoje. Contrária a essa insistência da escola em excluir estes jovens, ela usava expressões como o jovem “complicadinho” ou o aluno “diferenciado” para se referir aos estudantes que recebiam o rótulo de “problemas”, moderando o seu tom. A exemplo de um

caso concreto que pudemos acompanhar, de uma adolescente de dezessete anos que recém havia sido colocada para fora da escola por causa de situações de brigas e das numerosas faltas para gazejar aula. A psicóloga do CISA fez uma denúncia na Ouvidoria da Secretaria de Educação do estado (SEED-PR). Mas as barreiras burocráticas, a morosidade e até mesmo a falta de crença em alguma resolução para que ela retornasse para o colégio tornavam difícil a reversão destes casos. Noutro momento, em conversa informal com uma das gestoras da SMAS, escutei o seguinte: “A escola não via ele, só via os problemas que ele causava.”

A outra queixa que vinha por parte dos gestores do colégio vizinho era a de que o ambiente do CISA seria “permissivo” e os jovens frequentariam o espaço unicamente para consumo de drogas – o que viam como veementemente proibido; algo que desqualificava o serviço como um todo. Ademais muitos estudantes entravam na sala de aula sob efeito de uso, o que aborrecia professores, preocupados com a atenção, o rendimento e as avaliações. Mais tarde em um passeio no Ivanete com um adolescente conhecido, tive uma conversa com alguns alunos que estavam no intervalo entre as aulas e uma das adolescentes me falou: “Meu pai não me deixa frequentar o CISA...” O equipamento era visto pela comunidade como local de maloqueiragem e drogas, não era um lugar seguro.

Do outro lado, o pessoal da proteção social defendia que não se podia simplesmente excluir um jovem do espaço, seja o da escola seja o do CISA; era preciso lançar mão de outras abordagens com relação ao uso de drogas, afinal a Assistência lida todo o tempo com os mais “vulneráveis”. Os operadores desta reclamavam então que os educadores tinham uma postura autoritária, e que no fim das contas acabavam tendo como público alvo justamente os excluídos da escola, aqueles não quistos por ela. Estas ocasiões moldaram o nosso olhar e a investigação realizada. Em função destas evidências estruturamos o trabalho em torno do *entrelaçamento* das políticas públicas, e do pressuposto que não podem ser compreendidas de modo isolado. A dimensão da experiência restitui a totalidade das coisas e de como operam os controles sociais no microcosmos de uma comunidade.

Um incidente que ilustra muito bem este ponto das disputas entre as políticas: um acidente com um jovem no muro entre o CISA e a escola. Como era comum, muitos adolescentes pulavam o muro. Neste caso o jovem queria pular para dentro da escola, possivelmente regressar depois de uma fuga para gazejar aula. Contudo ele não viu que por conta da reforma, que estava a todo o vapor, tinha uma esteira da obra bem no local onde ele escalou, na qual esbarrou o braço e fez um imenso corte no cotovelo. Era fundo, sangrava muito e se tratava de uma fratura externa (via-se o osso). Ele estava mais preocupado com a bronca da mãe do que com o machucado; ali entre o CISA, a escola e a UBS (Unidade de Saúde). Era

um tal de cada um dizer uma coisa, os funcionários do CISA não queriam assumir os cuidados, pois ele deveria estar na escola, a escola demorou a ser acionada e tentava localizar a família, o posto de saúde nem soube do caso. No fim das contas o adolescente foi embora sem ter recebido nenhum atendimento. Fugiu às pressas no meio do burburinho. Essa situação parecia emblemática de como a Rede de Garantias operava na prática: um puxa-empurra de responsabilidades, de modo que aquele que precisava de cuidados escapava sorrateiramente, desprotegido e amedrontado.

Em pouco tempo já me sentia incorporada à equipe de instrutores e estabelecia as rotinas que iam se desenvolver durante os nove meses de imersão. Chegava, deixava minha bolsa no armário da sala do Serviço de Convivência e ia checar o que estava acontecendo; espiar uma oficina, puxar um assunto, ir atrás de movimentos e pessoas. Me sentido mais à vontade no espaço externo e com os(as) jovens frequentadores(as), gostava de observar a “árvore do fumo” (ver Fotografia 12). Ali jovens se sentavam para fumar um baseado (cigarro de maconha) e era uma espécie de lugar seguro. Já havia sido estabelecido um acordo informal com a equipe do CISA, que apesar de adotar o discurso de que o ideal era não consumir drogas, se o pessoal fosse fumar por ali, deveriam então ter um ponto “discreto” para fazer isso – embaixo de uma árvore num canto dos fundos da quadra (ver Fotografia 13). Também era comum atrás da pista de *skate* entre o muro dos fundos que o pessoal se aglomerasse para “fumar um”. Só ao final do ano que me encorajei e fui me sentar embaixo da árvore e conversar com três jovens que fumavam e trocavam ideias, os quais além de usuários estavam envolvidos com tráfico de drogas; atividade sobre a qual me deram apenas vagas informações, evidentemente. Por serem lugares comuns de uso de drogas, estas rotas eram sempre feitas nas batidas policiais de rotina, especialmente de moto (ver Fotografia 14).

O prédio do CISA funcionava também para sediar encontros com as mães e os jovens em Liberdade Assistida (LA) da medida sócio-educativa. Em certa tarde acompanhei algumas mães envergonhadas e cabisbaixas coordenadas pelo psicólogo designado da Secretaria de Justiça, que fazia uma palestra sobre colocação de limites. O cenário era um bocado constrangedor, dado o *caráter moralizador* e criminalizador do discurso do operador – no registro de um “empreendedor moral” (BECKER, 2008). Suas falas sugeriam para uma ouvinte atenta que a incidência criminal do adolescente era produto da falta de limites na família. Ele disse certa hora que ouvir *funk* na infância era um péssimo hábito, gerava problemas com limites, e coisas similares sobre gostos culturais e musicais da periferia, que denotavam de seu próprio capital cultural e social em choque com os capitais dos moradores da vila.

As poucas mulheres que se pronunciaram queixavam-se que desde que seus maridos ou companheiros partiram, por uma ou outra razão, não conseguiam “dar limites pros meninos”. Lá fora, os e as adolescentes da medida se gabavam de estarem questionando os poderes instituídos e vestiam com honra seus papéis de “fora da lei”; sentiam-se fortes. Ia buscando estabelecer melhor a postura de pesquisadora, tateando conversas, interações, mapeando rotinas e padrões observáveis. Numa tarde tive uma conversa reveladora com o então instrutor de capoeira na quadra; ele me apresentou um de seus alunos, um rapaz de pele negra bem escura. Dava risadas ao dizer que certa vez fora repreendido por algum gestor da assistência que lhe acusou de prática de *bullying* por causa dos apelidos que dava a seus alunos negros, afirmando que era uma tradição: “na capoeira não é *bullying*, é tradição”. Comentou então que este tinha um amigo muito chegado, a quem também apelidara. Infelizmente este segundo se envolveu com o crime e acabou tomando um tiro que o deixou hospitalizado e com problemas de locomoção. Disse ele então, orgulhoso: “Já resgatei muitos moleques da malandragem, da maloqueiragem, das drogas!”. Este bate papo permitiu notar outra vez que, na prática, o serviço de convivência tinha um forte caráter moralizador, de natureza quase religiosa.

Aos poucos fui ganhando mais auto-confiança para interagir com os jovens e estabelecer conexões sem precisar da intermediação de algum funcionário ou instrutor do CISA. Me desvencilhar do papel de adulta da instituição era preciso, pois meu lugar era o de pesquisadora; os jovens precisavam ter ciência disto para poderem ser honestos sobre assuntos relevantes e, por vezes, delicados. Este processo é narrado no caderno de campo em todo o percurso. Com o tempo passando, logo me sentia um *ímã de queixas*: na posição em que me apresentei, como pesquisadora, e sempre com uma escuta atenta, passei a captar uma série de pequenos conflitos e diferenças do dia-a-dia dos trabalhadores da política e entre os(as) jovens que vinham desabafar. Os conflitos intra-institucionais eram muitos, os quais eu notava que tinham muita ligação com o fato de o CISA Betonex ser, de longe, considerado o pior lugar para se trabalhar na rede de assistência do município. Quanto mais observava e mais se aprofundava nossa “entrada para dentro” do campo, mais delineados ficavam os sistemas de classificação presentes e mais se comprovava que o Holandez era o “pior do pior” dos mundos. O Grande Guarituba era o pior de Piraquara. O Holandez, o pior do Guarituba. As dificuldades de comunicação das diferenças cotidianas e o atrito da convivência pareciam fazer minúsculas questões parecerem gigantescas e incontornáveis.

Como em quaisquer instituições, as visões de mundo da equipe de profissionais do CISA eram por vezes tensas, contraditórias e dissonantes. E estes conflitos se expandiam para as instituições vizinhas. Já ciente dos conflitos entre o trabalho realizado por eles e as respostas e

lógicas da escola vizinha, este choque de *ethos* viria a render muitos achados empíricos posteriores. Os piores da escola eram os jovens “do projeto”. Perceber as dinâmicas de funcionamento entrelaçado das políticas na comunidade parecia importante; tinha cada vez mais clareza de que estava em curso uma dinâmica de disputas ferrenhas. As inquietações sobre o que eu estava buscando no campo cresciam na medida em que ser nomeada como “parte da equipe” do CISA pelos funcionários era agradável, mas eu precisava manter meu foco nos verdadeiros informantes, os jovens, afinal. Tentava manejar mais interações como em conversas com adolescentes na oficina de desenho e de futebol, na oficina de embelezamento, ou em situações limítrofes como quando tomei parte durante o surto de uma jovem na sala de artes. Ela era paciente mental e já havia tentado enforcar um adolescente que frequentava a oficina de desenho em uma ocasião anterior em que eu estava presente.

Um caso, este, que nos ajuda a pensar as inúmeras segregações do interior. Esta jovem negra de 20 anos (embora parecesse muito mais nova), com a qual estabeleci ligação rapidamente desde que a conheci, havia tido um surto e quebrado os espelhos de uma das salas do CISA. O caso gerou muita polêmica entre os funcionários. Alguns poucos achavam que ela deveria ser acolhida ali. Outros viam como inviável ter uma pessoa com condutas violentas assim num espaço de convivência. O ocorrido não teve maiores consequências, apesar de ela ter atirado pedaços pontiagudos cortantes de espelho contra todos que tentavam conter o seu rompante. O paciente mental parecia ser o mais excluído de todos. Não havia lugar para ele. Ninguém sabia os protocolos de como lidar com estas situações. Então era melhor despachar o problema; ela era um caso para a Saúde Mental e não para a Assistência, como fora possível mais tarde confirmar em um dia de formação de profissionais sobre Saúde Mental no Centro da Juventude, no qual o caso da jovem foi comentado. A metáfora dos espelhos quebrados parecia funcionar. Mais tarde, em uma incursão na comunidade para tomar um lanche em sua casa, pude conhecer as “Casinhas” (conjunto habitacional próximo ao CISA) e escutar seus relatos e histórias. Sobre o irmão pequeno morto atropelado em sua frente na infância, sobre ser abusada por um vizinho, sobre ter tentado matar sua mãe, sobre seu tratamento médico; a jovem me mostrou fotos e álbuns de família e lanchamos juntas antes de eu tomar meu rumo de volta para o CISA. Chá mate com açúcar e pão caseiro com patê de atum e maionese.

Com a aceleração das obras no CISA e finalização da construção da sede da Subprefeitura houve uma espécie de transição entre o antigo e o novo equipamento. A inauguração foi num sábado, no final de junho, e incluía também a abertura oficial da nova área externa do CISA (ver Fotografias 15 e 16). Foi notável a remoção apressada de todos os grafites, pichações e do buraco no muro (ver Fotografia 17) – mais tarde novas pinturas seriam feitas.

Nestes momentos eu aprofundava os vínculos com os jovens frequentadores, posando para selfies, conchavando sobre os acontecimentos. Era importante poder estabelecer laços ao longo do tempo e na medida em que ganhava confiança as interações eram permeadas de abraços, beijos, recepções calorosas e cheias de jovialidade. Nesta mesma data fiz os primeiros contatos com um dos diretores da escola vizinha, visando em algum momento entrevistar o mesmo para melhor clarear os conflitos entre as duas instituições, a partir da perspectiva de um operador da escola.

A mobilização para interagir mais com os(as) jovens permitia também novas incursões na comunidade em companhia deles, onde podia andar mais livremente pela Avenida e conhecer seus locais de moradia e convivência com a família e a vizinhança. Bem como havia os momentos tranquilos e prazenteiros, quando se via a pracinha cheia de crianças, jovens e pessoas do bairro e se podia perceber que o CISA funcionava como um ponto de encontros e de sociabilidades intra e inter-geracional (ver Fotografias 18 e 19); como um centro de convivência. As crianças brincavam no parquinho, o equipamento ficava cheio de bicicletas estacionadas por todos os cantos, na quadra o pessoal jogava bola, na pista a rapaziada manobrava seus *skates*, ao redor ficavam moças e rapazes conversando, paquerando, rindo e se divertindo; nos cantinhos alguns fumavam maconha, às vezes de forma mais indiscreta, na quadra mesmo.

Foi no começo de julho, alguns meses após a entrada em campo, que escutei a história que marcou um divisor de águas: ter acesso aos relatos de morte. Em um bate papo na parte de fora, em frente a porta de entrada do CISA na qual ficavam alguns bancos, eu conversava com alguns jovens que acabavam de sair do encontro da MSE. Um deles falava expansivamente sobre o Comando Mirim, sobre os irmãos do Comando e ia narrando as lógicas do mundo do crime, performático, de forma a perceber que a interlocutora estava interessada. Flagrando esta interação, um jovem de cerca de quinze anos, o qual eu sempre via circular de bicicleta mas com quem não havia tido contato direto, se aproximou. Ele puxou assunto e fez um relato que ouvi na mais absoluta atenção e tensão, daqueles que estão no registro do *intraduzível*. Foi um momento de passagem, novos canais se sintonizavam, o investimento etnográfico mostrava seus resultados.

Com olhar profundo e penetrante, o ar de sabedoria das crianças que envelhecem cedo, ele contou que seu pai era do PCC (Primeiro Comando da Capital, facção criminosa), era Irmão⁷³. Lá pelos onze anos ele descobriu que o pai era “bandido” (palavra dele, usada sem tom

⁷³ Ver: NUNES DIAS, Camila Caldeira. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) –

pejorativo). Sua mãe já era separada e ele eventualmente visitava o pai em São José dos Pinhais (RMC) e começou a perceber “coisas”. Armas, drogas, balanças, aos olhos de uma criança. A suspeita se concretizou. Disse ter pensado “Pô, massa ter um pai bandido!”, ficara orgulhoso num primeiro momento. Com o passar do tempo seu orgulho virou pesar. Repetiu duas vezes, contemplativo, a seguinte sentença: “Pai bandido só tem três caminhos: prisão, morte ou cadeira de rodas”.

Numa ocasião em que participei da oficina de embelezamento, na qual majoritariamente estavam meninas pintando unhas e fazendo maquiagem, tive uma conversa com uma adolescente que havia passado por um aborto espontâneo. Ela já era minha chegada e relatou de como descobrira sua gravidez e disse pesarosamente que tinha abortado, depois de algumas idas ao posto de saúde em que haviam receitado a ela alguma medicação. Os técnicos do equipamento tinham posições distintas: uns a apoiavam e consolavam, outros diziam que era uma bênção perder o bebê, já que a jovem não tinha condições de criar. A gravidez só parecia anti-natural de acordo com os adultos institucionais; não havia dilema para as jovens com relação à maternidade. Era algo do círculo da vida, não parecia ser importante ter um trabalho ou um relacionamento estável antes disso, era uma chave da constituição de auto-identidade feminina na vila.

Em conversa com outra jovem, mãe de uma menininha, irmã desta que recém-abortara, tive notícias sobre a violência obstétrica sofrida pelas jovens mães no sistema público de saúde⁷⁴. Abria-se o tema das maternidades juvenis, *dissidentes*, que mais tarde nas entrevistas foi possível aprofundar. Também se abriam conversas com jovens moradores antigos sobre o bairro e o espaço há anos atrás; ouvia histórias escabrosas de corpos encontrados em situações um tanto assustadoras. O susto era meu pois os narradores lidavam com naturalidade com estas memórias “tensas”, e bem sabiam que manobravam assim minhas atenções.

Fiz também outras andanças, como em um dia de formação sobre o Serviço de Convivência no Centro de Formação Cidadã do município de Piraquara, nas quais aprendia mais sobre as concepções sobre os usuários e suas prioridades e escutava frases como “as atividades servem para ressignificar vivências de isolamento e violação de direitos”; escutava sobre o desgaste dos(as) técnicos(as), que comentavam sobre as dificuldades de mobilizar as comunidades atendidas. Nestes momentos questionava-se sobretudo sobre como produzir

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. E também o artigo: NUNES DIAS, C. C. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

⁷⁴ Esta jovem foi minha entrevistada mais tarde, com o nome de Nara.

vínculos. Em fins de julho participei do Encontro Metropolitano em defesa do SUAS no Teatro Heloína Ribeiro de Souza, o único do município. Lá estavam várias entidades e representantes nos níveis local, estadual e nacional; uma mesa com palestras e debates aconteceu, permitindo a interação com diversos atores da Rede sócio-assistencial de Piraquara e do Brasil. Entender o cenário nacional macro no período da pesquisa de campo era importante, uma vez que estava estudando uma política que corria riscos de extinção e estava sendo alvo de vários retrocessos, voltando para o velho assistencialismo de caráter clientelista. Dizia-se “Nunca imaginamos que depois de estruturada a política haveria retrocessos!”.

Logo depois disso, certa manhã, fui conhecer o CRAS Guaritubinha em território próximo ao CISA, mas tido como de menor complexidade. Supostamente aconteceria uma formação da Rede, mas me enganei com a data. Neste dia, excepcionalmente, fui ao CISA pela manhã, em horário fora da rotina de pesquisa. Notei o equipamento muito vazio, nenhum jovem para a oficina de *breaking*. O horário, o instrutor e o local da oficina estavam dados, mas ninguém presente para participar. Neste dia um dos funcionários me informou que o “olheiro” do candidato da oposição – 2016 foi ano de eleições municipais – havia tirado fotos do pessoal do equipamento comento fruta ao lado da lixeira da área externa, onde conversávamos. A acusação? Que os funcionários lá ficam “vagabundeando” e “não trabalham”. Afinal, sem os jovens o Serviço de Convivência não poderia funcionar.

Também houve alguns momentos como quando assisti a uma atividade de integração dos Agentes de Cidadania⁷⁵ no Centro da Juventude, com agentes do município de São José dos Pinhais e pude atentar para as comparações feitas pelos técnicos sobre os jovens de lá e de cá (os “mais vulneráveis” seriam os do Holandez). Em certas ocasiões recebia convites para ministrar cursos para os e as adolescentes, os quais considerava irrecusáveis já que as portas da política me tinham sido abertas com tanta gentileza – era uma contrapartida da pesquisa, pensava eu. Com os Agentes do município, a pedidos da coordenação do CISA, conduzi uma oficina com o tema “Sexualidade e cultura do estupro”. Estavam cerca de 20 jovens presentes, não apenas do bairro. Falar sobre sexo e prazer já gerava constrangimento e timidez. Ser mulher e tratar de temas voltados para pensar as relações de gênero e falar em violência contra a mulher incomodava sensivelmente os rapazes presentes, que viravam os olhos; uns saíam incomodados. Noutro sábado, a convite da gestão da SMAS, coordenei novamente uma

⁷⁵ Projeto financiado com recursos do governo estadual que conta com bolsa auxílio no valor de R\$100 reais mensais para alguns jovens entre 14 e 18 anos selecionados de acordo com Lei 16.021/2008 e Resolução 142/2013 – SEDS, os e as quais têm em contrapartida algumas funções no SCFV que frequentam, como confecção de relatórios, ida obrigatória a alguns passeios, auxiliar nas oficinas, etc.

formação para os Agentes com o tema “Políticas públicas e Estatuto da Juventude”. Nesta ocasião pude notar os e as jovens do CISA Betonex mais retraídos e inseguros, era um fato.

Escutar jovens falarem sobre seus direitos e o que entendem sobre estes era interessante, uma vez que possibilitava observar a desinformação sobre as garantias legais e os deveres do Estado para com eles. Aqueles artigos do Estatuto (EJuve) pareciam tão distantes de suas vidas reais e cotidianas nas vilas, mas eles se esforçavam para dizer algo semi-pronto e esperado sobre o significado de serem “agentes de cidadania” afinal. Eu insistia que para termos direitos efetivados era preciso conhecê-los e conhecer os seus caminhos. Sempre serviam lanchinhos e depois das formações o pessoal podia socializar um pouco, trocar ideias, contatos, redes sociais. Numa destas formações sediadas no CJ de Piraquara, ao me despedir dos Agentes de São José dos Pinhais com um aceno de tchau e um coraçãozinho com as mãos, fui puxada e repreendida pelas meninas do CISA que diziam que eu “era delas” e era uma gafe mandar um coração para os jovens de SJP que iam embora de ônibus, depois da tarde de encontro. Esses afetos me divertiam e, ao mesmo tempo, eu os levava muito a sério.

Tinha dias em que os acontecidos eram numerosos e os ânimos estavam mais exaltados na vila. No caderno de campo ressurgem os relatos da sensação de “entrar pra dentro”. Era agosto quando passou uma situação com a adolescente que tinha abortado pouco antes. Ela estava passando mal e se contorcendo de dores abdominais e tomei parte na confusão em sua casa com a mãe e as irmãs. Fui chamada pelas amigas para ir até lá prestar socorro, pois já conhecia a casa e a família. Houve acionamento de ambulância, mas esta demorava e eu já pensava em buscar o carro e ir eu mesma levá-la ao hospital. Certos momentos tornavam o distanciamento impossível. Estas e outras situações por vezes me faziam recuar e até mesmo adoecer, ainda que estivesse cada vez mais no epicentro dos problemas investigados. Pausas se fizeram necessárias para que o prumo e o fôlego de pesquisadora pudessem ser recobrados. Muitos questionamentos retornavam sobre a escolha do campo de pesquisa e surgiam dúvidas íntimas sobre minha capacidade para realizar a etnografia, pois me envolvia com muita facilidade, dormia e acordava pensando na vila e nas histórias de seus habitantes.

Em agosto tive uma conversa reveladora com dois motoristas, um do equipamento e outro do CISA vizinho, localizado na Vila Macedo (o município contava com dois Centros de Inclusão, este segundo era considerado muito mais “tranquilo”). Era um desses dias que estava propício para conversar, daqueles que faziam render a viagem.

Saí para a entrada do CISA e parei conversar com os motoristas, [Fulano] e [Ciclano]. Conhecidos inimigos das assistentes sociais de acordo com vários informantes. O [Ciclano] é o motorista do CISA Macedo, nosso vizinho. Nessa conversa

especialmente o [Fulano] não escondeu sua contrariedade com o trabalho ali, defendendo que de nada adianta oferecer coisas para esses jovens. Para ele são mesmo todos vagabundos e malandros e etc. **Caderno de campo, p.138.**

Para os motoristas, contratados concursados pela prefeitura, não havia meio termo: era um desperdício “dar cesta básica para bandido”. Era curioso pois eles tinham como uma das principais atribuições entrar de Kombi pelas quebradas, vielas e entranhas do Holandez e vizinhança para que as assistentes pudessem entregar suprimentos ou fazer atendimento das famílias vinculadas aos benefícios ofertados pela política. Se queixavam do povo ali e reclamavam muito das horas dentro do veículo, debaixo de sol e de chuva, esperando esses atendimentos domiciliares que eram praxe no ofício das assistentes sociais. O motorista da Betonex ficava escandalizado quando me via sair andando pela vila; certo dia me gritou: “Você é louca!” Para ele ali era um lugar de perigo e de agentes perigosos, era impensável uma moça como eu sair andando por ali.

Foi ainda em agosto que aconteceu o evento de comemoração ao aniversário do CISA num sábado ensolarado. Neste dia, por ser final de semana, a vila estava muito calma. Fui convocada para ajudar com a decoração e a colocação de balões na quadra. Depois aconteceram apresentações dos e das jovens participantes das oficinas, com o equipamento de som na quadra e várias performances musicais. Foi um dia proveitoso para tirar várias fotografias, capturar pessoas, o espaço, fazer vídeos das performances. Mais tarde organizei todo este material e deixei à disposição da coordenação do CISA e dos(as) jovens.

A esta altura o cenário estava tenso na política nacional, o processo de impedimento da presidenta Dilma estava se concretizando. No caderno, no seio destas angústias cívicas, várias notas sobre a necessidade de agilizar a coleta das entrevistas, o tempo estava encurtando. Já era em tempo de ter um novo foco: escutar na minúcia as histórias dos e das jovens. A partir de então moldei minhas atitudes para poder coletar os relatos orais e me ocupei deles até dezembro, procurando voluntários, por vezes arredios, suspeitosos ou envergonhados, material que será explorado mais à frente. Comecei então a aproveitar as interações na sala de artes e em outras oficinas para agendar entrevistas com alguns jovens; ia até a área externa e anotava nomes e telefones para contato, visando construir um cronograma. Numa destas tardes de agilização, assisti a uma operação da polícia militar no equipamento, atrás da pista de *skate*, local comum de consumo de maconha. Aproveitei e tomei coragem para conversar com um dos soldados da PM que estava na operação. Transcrevo na íntegra a partir do diário de campo.

Me aproximo e explico que estou fazendo uma pesquisa ali desde o começo do ano. Para quebrar o gelo digo:

– Eu tenho medo de falar com pessoas com armas! (risos)
 – Imagina, nós somos do lado do bem! – diz Soldado [Fulano].
 Prosseguimos na prosa e ele vai gentilmente me explicando qual o perfil da região, afirmando que o problema é o CISA, o uso de drogas, a região tem muitos “menores e maiores com passagem” [na polícia].
 – Qual droga, seu soldado? – digo eu.
 – Maconha principalmente. Todo dia a gente aborda para tentar erradicar. A piaçada é de boa.
 Embutido do senso de estar protegendo, afirma que há muita reclamação dos funcionários aqui do Guarituba, da Betonex, de toda a comunidade. Menciona o alto índice de evasão [escolar]. E afirma:
 – Muitos criminosos não são daqui.
 Pergunto interessadamente, “quais são os flagrantes?”
 – Porte de armas, droga, homicídio caiu bastante. Eram sete por semana, agora é um, dois por mês... Ah, tem muita ocorrência por perturbação de sossego.
Caderno de campo, p.145.

Alguns ficaram impressionados com minha ousadia de falar com a polícia. Este mesmo dia era de alvoroço na vila por causa da morte de um jovem menor de idade em razão de um acidente de moto num posto de gasolina, na saída para Pinhais. Foi quando pude acompanhar o ritual de velório em sua casa e ter interações com jovens enlutados(as) pela perda de um amigo. Eram eventos comuns. Fui até lá na companhia de um jovem dos “de fora” do CISA, envolvido com o mundo do crime, a quem mais à frente entrevistei.⁷⁶

Ele veio até o CISA me acompanhar ao velório do [Fulano]. Fomos caminhando e conversando. Lembro que estava bem frio. Eu estava com uma jaqueta grossa. Sentia aquela dignidade de caminhar na periferia sem medo social. No meio do papo pergunto a ele se achava que o pessoal da vila percebia que eu não era dali. Ele consentiu, claro que sim, mas emendou o comentário: “cê conhece tudo os piá!”
Caderno de campo, p.146.

Na volta ao CISA, desacompanhada, meditava sobre aquele deslocamento, sobre o significado destas mortes violentas para os habitantes da vila, sobre os destinos sociais dos jovens rapazes da periferia, sobre conhecer “*tudo os piá*”⁷⁷. Indo embora, em rápida conversa com a coordenadora do equipamento ela afirmava que “não adiantava falar”, o falecido já estava envolvido com coisas erradas, era tarde, pois ele estava sempre dirigindo perigosamente aquela motocicleta no estilo “*vida loka*”. O evento me marcou muito e me preparou para o que vinha em seguida.

Em novembro houve um dia particularmente tenso no campo, marcado também por um ritual de morte. Logo na chegada ao CISA no início da tarde, como de costume, entrei para cumprimentar o pessoal e captar os acontecimentos do dia. Vários membros da equipe estavam

⁷⁶ Na seção das trajetórias ele tem o nome de Noel.

⁷⁷ “Piá” em Curitiba significa “menino”, “moleque”, com a mesma versatilidade de usos. Vem em par com “guria”, sua versão feminina. São expressões típicas da Região Sul.

na sala do Serviço de Convivência e reinava um clima de tristeza. Jovens cabisbaixos. Um dos profissionais me mostrou uma notícia no computador. A chamada: “Polícia troca tiros com motorista que fazia parte de quadrilha de roubo a vans em Curitiba”⁷⁸. Nas primeiras linhas da reportagem o seguinte texto:

Um motorista de 25 anos que supostamente fazia parte de uma quadrilha de roubos a vans foi morto na noite desta quarta feira (8) no bairro Cajuru, em Curitiba. Ele ainda não está identificado oficialmente e foi morto por disparos de arma de fogo em confronto com policiais militares da Rondas Ostensivas de Natureza Especial (Rone).

No momento fui aturdida por uma revolta pelo modo como foi apresentada pela imprensa, um dia depois de sua morte, aquela situação. Era um dos jovens que vivia de bicicleta circulando na área externa do equipamento, sempre com seu cão. Eu o via costumeiramente e nos cumprimentávamos com um balanço de cabeça; não havia conversado diretamente com ele, mas trocávamos olhares habituais. Ele tinha um nome próprio; ele tinha quinze anos e não vinte e cinco.

Nesta mesma tarde assisti a um encontro da MSE, em que a psicóloga responsável me contou que o garoto estava cumprindo medida. Porém ele não comparecia para “pagar as suas horas”. O velório foi em sua casa, no quarteirão ao lado do CISA. Todos e todas os(as) funcionários(as) e instrutores presentes naquele dia foram prestar seus sentimentos à família: a mãe, a avó, um irmão e uma irmã com quem morava. Muitos adolescentes e jovens na rua. O clima de tristeza e resignação, mas nada fora do normal. A avó nos contou que ele estava “metido” (com crime), ela sabia. “Vinhm uns rapazes pegar ele pra fazer roubo”, dizia. E ele, “Só mais uma vez, vó.” Ela e a filha estavam tentando conseguir a internação (cumprimento de medida em regime fechado) junto ao Conselho Tutelar, pois assim ele estaria protegido. Mas “demorou muito”, disse a vó. Eu só conseguia pensar que seu corpo parecia tão pequeno, parecia o corpo de um menino e não o de um “bandido”. Não há neutralidade que se sustente, ao menos não para esta pesquisadora. Este foi um dia de chorar na rua. No dia seguinte ao velório supracitado não havia muito o que dizer, poucos jovens conhecidos, alguns cabisbaixos. Levei chocolates.

Em fins de novembro, cheguei ao CISA como de costume e o acontecimento do dia que gerava alvoroço era o encerramento do contrato da Secretaria com a empresa vencedora da

⁷⁸ JUBANSKI, Elizangela; SEVIERI, Daniela. Polícia troca tiros com motorista que fazia parte de quadrilha de roubo a vans em Curitiba. Curitiba, **Banda B**, 09 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/seguranca/policia-troca-tiros-com-motorista-que-fazia-parte-de-quadrilha-de-roubo-a-vans-em-curitiba/>> Acesso em: 03 ago. 2017.

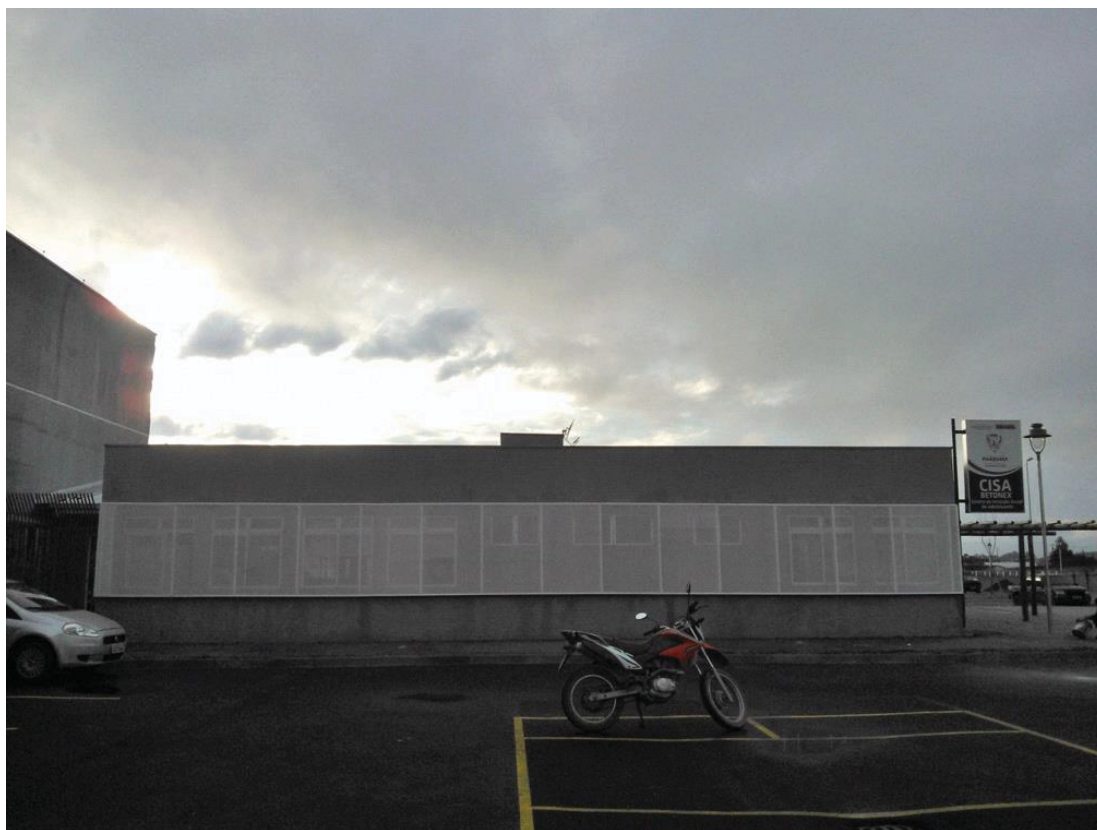
licitação na contratação de instrutores do SCFV. Todos iriam parar as atividades dia trinta daquele mês. Alguns jovens estavam com humor revoltoso, um deles inclusive redigia um abaixo assinado no computador de uma das salas do equipamento para enviar direto ao prefeito e pedir a continuidade das oficinas⁷⁹. Afinal quase um ano se passara, vínculos foram criados, é certo. Diz a cartilha: “convivência é forma, vínculo é resultado”. Mas agora era hora de partir. E desfazer tudo outro vez.

O fim do ano e o fim da pesquisa se aproximavam; laços tinham sido feitos, amizades tecidas, memórias construídas coletivamente. Faltava então ritualizar esta passagem, como quando fui levar algumas fotografias capturadas durante a pesquisa para profissionais e jovens. Talvez como uma espécie de agradecimento na forma de um olhar, de um instante. Num dos últimos dias ajudei na decoração de natal e, diante destes automatismos, pude notar com clareza o esgotamento das possibilidades da pesquisa dentro do tempo de sua realização. Eu já estava incorporada demais, o ponto de saturação fora atingido. Outra forma de despedida foi num Passeio no espaço Caixa Cultural em dezembro, no centro de Curitiba, com alguns jovens participantes do programa Agente de Cidadania, com os quais eu costumava interagir bastante – muitos me cederam entrevistas individuais.

Além de outra ocasião no início do ano em que tinha acompanhado um passeio de domingo com os Agentes na Orquestra Sinfônica do Teatro Guaíra de Curitiba, novamente pude observar a periferia no centro da cidade. As distâncias sociais entre os frequentadores habituais, neste caso os(as) profissionais do museu e outros(as) visitantes e os(as) jovens do Holandez era revelada. Não deixava de haver uma ironia, a exposição era do fotógrafo Sebastião Salgado e se chamava “Êxodos”. Gostaria de ter comentado com nossa guia de exposição que talvez aqueles jovens eram muito mais sagazes do que nós ao capturar o significado daquelas imagens dos oprimidos do mundo afora. Não me lembro bem se o fiz. Já em 2017, se mantendo parte do pessoal do quadro anterior, fui a convite da nova coordenação ter uma conversa com jovens e pessoas da comunidade sobre o dia da mulher. Pinteí cartazes e rostos com símbolos feministas, encabecei uma roda de conversa com mulheres da vila e aproveitei para ajudar com os materiais de grafite na pintura do muro externo do CISA (ver fotografia 20); estes são os últimos registros do caderno de campo antes de seus anexos. Este foi o último dia em que me considerei oficialmente “em campo”. Como já apontado, foram os temas recorrentes no decorrer na confecção da etnografia que foram aprofundados na etapa dos relatos orais, à qual nos dedicaremos no próximo capítulo.

⁷⁹ Este jovem foi nosso entrevistado, com o nome de Jorge.

2.3. ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS



Fotografia 1: CISA fachada da área interna e estacionamento frontal.



Fotografia 2: CISA fachada lateral (perspectiva 1), entrada do equipamento.



Fotografia 3: CISA fachada lateral (perspectiva 2), ao fundo Avenida Betonex.



Fotografia 4: Panorâmica CISA, área externa (pós-reforma).



Fotografia 5: Placas de reforma CISA e Subprefeitura Regional Guarituba.



Fotografia 6: CISA fundos, buraco visto de dentro para fora, “Beco da Morte” (antes da reforma).



Fotografia 7: CISA fundos, buraco visto de fora para dentro.



Fotografia 8: CISA fundos, vista para a área de cavas.



Fotografia 9: Detalhe “Policia bom é policia morto”.



Fotografia 10: Cartaz de divulgação das oficinas ofertadas no CISA.



Fotografia 11: Fronteira de muros entre o CISA e CE Ivonete.



Fotografia 12: A “árvore do fumo”.



Fotografia 13: Muro fundos CISA (antes da reforma), atrás “árvore do fumo”.



Fotografia 14: Batida policial nos fundos da pista de skate.



Fotografia 15: Sede Subprefeitura logo após finalização da obra.



Fotografia 16: Inauguração Subprefeitura e nova área externa CISA.



Fotografia 17: Muro fundos CISA, limpo após a reforma.



Fotografia 18: CISA como ponto de encontro e sociabilidades I.



Fotografia 19: CISA como ponto de encontro e sociabilidades II.



Fotografia 20: Grafiteagem muro CISA, maio de 2017.

3. JOVENS, MOSAICO DE IDENTIDADES

Quero assistir ao sol nascer, ver as águas dos rios correr, ouvir os pássaros cantar, eu quero nascer, quero viver.
Deixe-me ir, preciso andar, vou por aí a procurar, rir pra não chorar.
Cartola, Preciso me encontrar (canção popular).

3.1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA “JUVENTUDE”

Explanar sobre a construção social e sociológica da juventude não é uma tarefa fácil, levando em conta dois aspectos. O primeiro é o da própria *polissemia* da palavra, que quer dizer tantas coisas em uma variedade de campos, por vezes mais escondendo do que revelando seus atores. É uma fronteira demarcada por meio de separações etárias, biológicas, familiares, sociais, legais, culturais, afetivas, morais, etc. O segundo é que há uma vasta gama de pesquisas e obras sobre a temática, o que torna difícil a eleição dos principais interlocutores para pensar a vivência das diferentes condições juvenis. Escutar a juventude requer então tecer algumas reflexões sobre a construção social do fenômeno e a tradução deste para um problema de investigação sociológica. Abordarei três aspectos: a construção sociológica da juventude e as governamentalidades juvenis; o marco legal e jurídico brasileiro e as estatísticas sobre mortes violentas entre jovens – eixos fundamentais na leitura das narrativas de nossos sujeitos pesquisados e do universo comunitário onde estão inseridos.

O olhar sociológico mostra que nenhuma das etapas definidas como fases da vida são dados puramente biológicos e naturais. Infância, adolescência e juventude, vida adulta e velhice são, ao contrário, categorias sociais delineadas em contextos históricos específicos, sempre em transformação e disputa, de modo que devemos desconstruir estes ideais para melhor compreendê-los. Um trabalho clássico sobre a constituição histórica das etapas da vida é o de Philippe Ariès (2006). Suas análises permitem observar que o sentimento de infância não estava presente na Idade Média da maneira como o concebemos nos dias atuais. Ele teria sido moldado através da conformação de *novas sensibilidades* e de um interesse chamado pelo autor de “paparicação”, que num momento posterior teria dado origem a uma consciência da particularidade e da fragilidade da criança – não mais vista como “adulto em miniatura”. Esta consciência instaura também uma necessidade social de educação especializada para crianças e jovens. Quando falamos sobre adolescência e juventude estamos também diante de construtos sociais. Como aponta Bourdieu (1983), a fronteira entre juventude e velhice é objeto de disputas em todas as sociedades, uma vez que se tornar adulto significa *gozar de privilégios e direitos antes vetados* – afinal as classificações por idade servem para impor limites e ordem. Assim,

“As relações entre idade social e idade biológica são muito complexas.” (BOURDIEU, 1983, p. 112). O autor questiona se de fato a categoria “juventude” deriva de uma possível unidade social, posto que por vezes designa universos que nada têm em comum. É o caso da origem social, que ele lê através da diferença entre os jovens proletários e os das classes médias na França na década de 1980, em suas diferentes trajetórias escolares e aspirações. Remi Lenoir (1998) segue a mesma linha analítica, afirmando que não é possível tratar “a idade” de modo independente ao contexto em que toma sentido, posto que ela é sempre produto de uma luta que envolve diferentes gerações. Em termos metodológicos, o autor coloca que,

Para o sociólogo, o que constitui o objeto da pesquisa não é tomar partido nestas lutas simbólicas, mas analisar os agentes que as travam, as armas utilizadas, as estratégias postas em prática, levando em consideração não só as relações de força entre as gerações e entre as classes sociais, mas também as representações dominantes das práticas legítimas associadas à definição de uma faixa etária. (1998, p. 68 - grifos meus).

A juventude como um tema de investigação científica é algo como um objeto borrado, que se desmancha no tempo, que se transmuta com facilidade, fugidio e difícil de apreender. O que é ser jovem? Quais os significados desta condição? Em que termos ela pode ser pensada? José Machado Pais (2006), ao tratar mais especialmente sobre a juventude portuguesa, sinaliza que nos estatutos de passagem tradicionais a abertura da adolescência para a vida adulta era vivida de formas prescritivas pelos jovens (2006, p. 7). No presente a passagem de uma fase à outra está atrelada a “culturas performativas” no seio de dissidências e experiências plurais, marcadas pelo trânsito e pela inconstância que provoca certa “perdição”. Nas palavras do autor, “É nesta lógica ‘experimentalista’ que se geram muitas das novas sensibilidades juvenis.” (2006, p. 8). A relação com o tempo e o curso de vida é instável e mal definida, daí que “Nos tempos que correm os jovens vivem uma condição social em que as setas do *tempo linear* se cruzam com o enroscamento do *tempo cíclico*. [...] São muitos destes contratempos que caracterizam a condição juvenil contemporânea.” (MACHADO PAIS, 2006, p. 9 - grifos dele).

Segundo o autor há algo como uma “desfuturização do futuro”, pela qual “Os projetos de vida que os jovens idealizam abrem portas a um vazio temporal de enchimento adiado.” (2006, p. 10). Quando o futuro soa tão incerto, o investimento no presente parece se abrir para um aproveitamento fugaz de cada momento vivido, donde a noção de “risco” assume um caráter proeminente. O princípio da incerteza com relação ao que esperar da própria vida coexiste com as “realidades virtuais”, com a falência do significado dos diplomas, com a busca de circuitos onde os jovens encontram refúgios, possibilidades de protagonismo e exercício de poder – como

é o caso dos *games*, do *rap* e do grafite. Este último institucionaliza espaços de afirmação simbólica, por meio de “traços falantes”. É preciso ter em mente tais processos plurais de construção de identidades, evitando uma leitura pré-fabricada das sociabilidades jovens: “Em suma, é importante desvendar as sensibilidades performativas das culturas juvenis em vez de nos aprisionarmos a modelos prescritivos com os quais os jovens já não se identificam.” (MACHADO PAIS, 2006, p. 13). Perceber estes processos que se abrem num contexto de inconstância implica numa mudança de postura na investigação dos mesmos. Estamos diante de tentativas de *inserção no mundo social*, apesar dos cerceamentos apontados. “Tantas vezes designadas como ‘culturas da margem’, o que estas culturas juvenis reclamam é inclusão, pertencimento, reconhecimento.” (2006, p. 14). Por isso o autor sintetiza que “A procura de contato é também uma *busca de si*, uma vez que as identidades individuais se constituem como resultado de experiências individuais, embora surgidas de ritualizações próprias de identidades coletivas.” (2006, p. 18 - grifo do autor). Novas formas de subjetividade, de encontro e de afeto estão colocadas em jogo.

Muitos estudos apontam que nas últimas décadas há uma variabilidade na determinação destas fronteiras entre as fases da vida. Apesar de certas convenções, como a entrada no mundo do trabalho e o casamento, há aqueles impasses de trajetória. Se no passado estes ritos eram delimitados e estanques, hoje há algo como marcadores borrados. Para Machado Pais (2009) é importante considerar a “reversibilidade das trajetórias de vida”, mais fluidas e descontínuas. No presente “[...] um dos traços que mais caracteriza a actual condição juvenil é a situação de impasse vivida por muitos jovens em relação ao seu futuro.” (2009, p. 374). Muitos não conseguem reunir condições de independência financeira e ainda que as “idades apropriadas” circulem em torno de padrões sociais como a iniciação sexual, o casamento, a vinda de filhos e o sair da casa dos pais, estes cursos são mais e mais individualizados. Embora as idades normativas que demarcam as fases da vida mantenham alguma estabilidade, os fatos questionam as normas que os tentam regular. Pensar nessas trajetórias em termos de “anormatividades” pode ser interessante na decodificação das juventudes contemporâneas. “Os ritos de impasse aparecem associados a situações de anomia, quando necessidades essenciais de segurança e auto-estima não se satisfazem ou quando sentimentos de pertença identitária se fragilizam.” (2009, p. 379). Para o autor o conceito de “ritos de impasse” pode ser uma estratégia para adotar uma postura que não seja nem alarmista e nem romântica.

Ainda em outro momento, o autor reafirma a imprevisibilidade dos cursos de vida, que define nos termos de uma tensão entre o “topos societal” e o “topos biográfico”; este *descompasso* estaria associado à produção e à vivência de crises de identidade e de ansiedade.

A colisão entre normatividade e realidade vivida gera sentimentos de desesperança e desmobilização. Estas desesperanças podem ser a matéria para desencadear movimentos sociais, como o caso das manifestações na Europa em 2011 ou em 2013 no Brasil. A inquietação acompanhada de um desejo de mudança faz com que a juventude figure como porta voz dos problemas do presente.

Tanto os jovens indignados que se manifestaram pacificamente quanto os que se envolveram em tumultos, o que verdadeiramente fizeram foi *anunciar ou corroborar a existência de problemas que se inscrevem numa estrutura social marcada por fortes assimetrias e desigualdades*. (MACHADO PAIS, 2012, p. 271 - grifos nossos).

Isolamento, depressão, medo e angústia, insatisfação, desemprego e precariedades. Este conjunto de fatores ronda a vivência da juventude hoje – o que permite desconstruir o ideal da “melhor fase da vida”. Inscrevendo como podem suas denúncias, uma vez mais, como no caso da pintura de muros, ou de cartazes, ou da palavra revoltada ao megafone, os jovens procuram interlocução e lugar em suas sociedades. Ambígua, móvel, fluida, a condição juvenil é vivida no seio de reinvenções de identidades, pertencas e comunidades.

Regina Novaes (2006) sugere pensar num “caleidoscópio” de semelhanças e diferenças para compreender o caso dos jovens brasileiros. Para ela já é um lugar comum que a “juventude” seja um conceito construído histórica e culturalmente. Pergunta então: “Quem são “eles”? [...] Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais.” (2006, p. 105). Dentre estes marcadores a classe social é o que mais evidencia desigualdades; gênero e raça são também recortes que precisam de atenção, bem como o local de moradia.

Hoje, certos endereços trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da política – chamadas de favelas, subúrbios, vilas, periferias, morros, conjuntos habitacionais, comunidades. Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e a “discriminação por endereço”. (2006, p. 106).

Tendo em vista esse mosaico de disparidades, podemos considerar que a expressão “juventude brasileira” é bastante problemática. Novaes (2006) elenca alguns aspectos relevantes na decodificação das vivências juvenis, também refletindo sobre as possibilidades de futuro e de inserção social. Para os jovens a escola é citada como instituição social mais confiável, porém quando se trata da juventude pobre, o “mito da escolaridade” não ilude, ao se apresentar como algo que não fornece garantias: “Os jovens são convidados a reinventar maneiras e sentidos de inserção produtiva.” (2006, p. 109). O “desemprego” e a “violência”

figuram como os maiores problemas do país e “O medo do futuro é quase um sinônimo do *medo de ‘sobrar’* e está muito relacionado à inserção no mundo do trabalho.” (NOVAES, 2006, p. 110 - grifo meu). O medo da morte prematura é também pronunciado e justificado, como veremos mais adiante; este assola especialmente os moradores de favelas e periferias urbanas. Em termos de políticas públicas, os “projetos sociais” foram incorporados ao vocabulário destes espaços, e prometem amenizar as marcas da exclusão por meio de outras formas de sociabilidade – produzindo uma diferenciação interna entre os jovens pobres; ser ou não ser de tal projeto. O problema, aponta a autora, é a justificativa de tais empreitadas, que estão sempre a tentar “tirar os jovens da criminalidade” (2006, p. 115), reforçando a associação problemática entre pobreza e violência. Sendo assim, “[...] para pensar a condição juvenil contemporânea, devemos considerar a rapidez e as características da mudança do mundo de hoje.” (2006, p. 119).

Maria Luiza Heilborn, Estela M. L. Aquino e Daniela Riva Knauth (2006), na abertura de dossiê sobre saúde e reprodução, apontam caminhos de pesquisa sobre as juventudes e os(as) jovens brasileiros(as), esclarecendo alguns pontos-chaves no mapeamento destas experiências dissonantes.

A juventude é contemporaneamente considerada como a melhor fase da vida e, ao mesmo tempo, período de grande risco. O primeiro caso diz respeito aos potenciais físicos e psíquicos e o segundo se refere, em especial, aos possíveis danos à saúde. Como palcos desses riscos, duas esferas: a da sociabilidade, na qual se teme a exposição à violência e ao uso de drogas, e a da sexualidade, em que se problematiza a iniciação sexual precoce, a AIDS e a “gravidez na adolescência”. Essas concepções, muito difundidas pelo senso comum e pela mídia, apresentam os jovens como incapazes de gerir a vida afetiva e sexual e, com frequência, como irresponsáveis em seus comportamentos. A imagem dominante é de uma vida sexual desregrada, na qual predominam os relacionamentos efêmeros. Imagem que se nutre de variada gama de preconceitos que a pesquisa científica deve ajudar a desconstruir. (2006, p. 1362).

A escuta dos relatos e das trajetórias juvenis permite fugir dos registros convencionais de apreensão do que é ser jovem, apontando para os modos de existir e de construir identidades para além dos preconceitos e das leituras comuns que definem esta fase da vida ora como a etapa perfeita de plenitude e o auge da felicidade, ora como marcada pelo risco e pela inconsequência, sem traduzir os detalhes e significados das experiências, agências e negociações.

A pesquisa de Sergio Ozella e Wanda Maria Junqueira Aguiar (2008) sobre adolescentes da cidade de São Paulo é esclarecedora. O ponto de partida é o questionamento dos discursos ideológicos sobre os jovens que acabam por contaminar inclusive a produção científica a seu respeito, que naturaliza condutas, como no caso de algumas vertentes da psicologia. Afirmando

os autores: “Uma das características mais marcantes em todos os adolescentes, de todas as classes, dos dois sexos, de todas as faixas etárias e raças, é a *reprodução de concepções socialmente instituídas sobre o que vem a ser adolescência*.” (OZELLA E AGUIAR, 2008, p. 103 - grifos meus). Em grande parte do material colhido pelos pesquisadores, os e as adolescentes entrevistados(as) (entre 14 e 21 anos) reproduzem os estereótipos do jogo social, os internalizando sem maiores questionamentos. Este processo de internalização ocorre, contudo, de modo distinto de acordo com a situação de classe e raça. Jovens de camadas populares que ingressam no mundo do trabalho precocemente em relação à expectativa social idealizada sentem o “peso” de não poderem aproveitar a adolescência “cuca-fresca” mais comum nas camadas médias e altas – onde se observou uma assimilação dos ideais sociais mais livre de conflitos.

Elisa Guaraná de Castro (2009) afirma de modo semelhante que determinadas características físicas e comportamentos são atribuídos aos jovens como se fossem eternos e naturais, como o vigor físico, a rebeldia, ou a violência. No entanto, diz a autora, estes são comportamentos imaginados. Há uma gama variada destes atributos, mas a associação juventude e delinquência é relativamente antiga. Na década de 1920, diversos estudos já tratavam da juventude urbana a partir do espectro do aumento da criminalidade, nas chamadas “gângues” de Chicago nos Estados Unidos. Rebelde, violenta, apática ou revolucionária, a autora busca compreender a gênese destes imaginários e sugere que o conceito “geração” pode ser um instrumento interessante para a compreensão das juventudes, a partir de uma *perspectiva relacional*, representada principalmente pela abordagem bourdieusiana. A compreensão sociológica da juventude, em suas diversas configurações, implica como nota Helena Wendel Abramo (2011, p. 44) no reconhecimento de que “[...] agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida.” Este é o desafio que se coloca para uma sociologia da juventude ou das juventudes e para a análise das políticas públicas que são formuladas para este grupo social tão heterogêneo.

É importante salientar que no contexto nacional pesquisas sobre juventude foram impulsionadas pelo financiamento da UNESCO⁸⁰ a partir de 1997, quando cinco jovens de classe média-alta atearam fogo em Galdino Jesus dos Santos, índio pataxó que dormia num ponto de ônibus na cidade de Brasília. Ele morreu horas depois em consequência das graves queimaduras. De acordo com Ana Luisa Fayet Sallas e Maria Tarcisa Silva Bega (2006) o crime

⁸⁰ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1946 em Paris.

gerou imensa perplexidade uma vez que colocava em questão a equação amplamente aceita entre pobreza e violência. Se destaca nestas obras⁸¹ a centralidade que a violência e a criminalidade possuem nas falas dos jovens entrevistados, bem como nas falas sobre os jovens, ou seja, no discurso das famílias, profissionais de segurança e profissionais de educação entrevistados. A partir da noção de “culturas juvenis” podemos complexificar nosso olhar.

Pensar numa cultura juvenil significa levar em conta, de imediato, a multiplicidade de formas de sociabilidade existentes para a vida cotidiana dos jovens, marcada por relações grupais na escola, igreja, família – para mencionar aqui aquelas instituições socializadoras tradicionais e outros agrupamentos como dos jovens de torcidas organizadas, grupos de *punks*, *darks*, *nerds*, *hip-hop*, e assim por diante. (SALLAS E BEGA, 2006, p. 54).

No período citado, fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, foram realizadas pesquisas em quatro capitais do Brasil, incluindo Curitiba, onde se procurava mapear quem são os jovens do país e como deveriam ser as proposições para as políticas públicas para esta população etária. Uma vez que a cidade é projetada em âmbito nacional e internacional como ícone de planejamento urbano e como uma capital “essencialmente branca” – como já abordado no primeiro capítulo – em Curitiba esperavam-se resultados diferentes aos dos demais volumes. Ao contrário, se revelaram fortes processos de segregação social, sendo os jovens pobres percebidos como “marginais”, “bandidos” e “delinquentes”. A segurança pública foi temática incluída nesta obra intitulada “Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos” (SALLAS et al., 1999), por conta da frequência com que o tema surgia na fala dos jovens entrevistados em grupos focais. Relatos da difícil convivência com a polícia, do abuso policial e o exercício, por parte dos agentes de segurança, de violência física e simbólica. Os policiais foram descritos pelos jovens como violentos, corruptos e preconceituosos. Os policiais entrevistados, por sua vez, julgavam equivocada a noção de que “a violência sempre parte da polícia” (1999, p. 285) e entendiam a violência policial como necessária e natural diante de atos violentos por parte dos jovens. Traduzida para a perspectiva dos profissionais de segurança pública, a violência que praticam seria uma espécie de resposta à violência da juventude. Em suas conclusões, “O resultado é que a violência policial adquire uma dinâmica própria, uma autonomia que

⁸¹ Integram a série “Juventude, Violência e Cidadania” da UNESCO os seguintes volumes (além do volume sobre Curitiba): ABRAMOVAY, Miriam et. al. **Gangues, galeras, chegados e rappers**: Juventude, Violência e Cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999; BARREIRA, César et al. **Ligado na Galera**: Juventude, Violência e Cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999; MINAYO, Maria Cecília de S. et. al. **Fala Galera**: Juventude, Violência e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

transforma ação policial de meio para segurança pública em fim em si.” (SALLAS et. al. 1999, p. 301).

Sobre esta questão, Sérgio Adorno (2010) sumariza:

Desde que a violência e o crime se tornaram questão pública, nesta sociedade, são frequentes as imagens e representações, veiculadas pela mídia impressa e eletrônica e, mais recentemente, pela filmografia nacional, que associam *ser jovem a ser violento*. É como se houvesse uma espécie de aderência natural entre ambos os termos desta equação. Ser jovem aparece como uma ameaça, como uma espécie de radicalidade incontornável, um limite epistemológico à vida razoável, seja lá o que isso possa ou venha significar. (2010, p. 1 - grifo meu).

A associação é tanto mais aguda quando se trata da juventude pobre dos centros urbanos, habitantes em sua maioria das periferias e Regiões Metropolitanas. Pensar a juventude requer *pesar a diferença*, em seus diversos eixos de estratificação.

Opondo-se à naturalização da violência como característica intrínseca da juventude, Pedro Bodê de Moraes (2006, p. 6) destaca que tal percepção é socialmente construída e apontam que “[...] são abundantes os casos em que jovens e adolescentes são tomados como ‘ameaça à sociedade’ ou ‘vítimas dela’, porque, estando em formação, seriam mais facilmente influenciáveis, inclusive – e aqui haveria um grande perigo – pelo mundo do crime.” Como contraponto a esta associação entre juventude e risco, noção problematicamente legitimada pela produção institucional, uma perspectiva sociológica demonstra que os jovens não se constituem como um grupo social homogêneo. É, portanto, necessário conhecer e reconhecer as especificidades que identificam as juventudes em suas diferentes épocas e contextos. Compreender estas diferenças e desigualdades exige uma conversão, um movimento de ruptura com a lógicas presentes nos discursos sociais hegemônicos, no intuito de traduzir sociologicamente as relações que estão sendo travadas na tessitura destes princípios de visão e divisão que formam as diferenças etárias e as fronteiras geracionais.

Nesta chave de leitura, a associação entre juventude e violência opera dentro de um mecanismo de *produção social do medo* que justifica práticas de controle social perverso (um conceito já discutido), que se traduzem em intensa repressão aos jovens (MORAES, P. R. B.; PESCAROLO, Joyce K., 2008). Tal sentimento generalizado de insegurança já esteve ligado a diversos “inimigos” ao longo da história, como o caso das mulheres na Idade Média. O autor traça um paralelo entre o cenário contemporâneo e a definição das “classes perigosas” no século XIX. O controle social perverso se aplica de forma muito pertinente à juventude, posto que ela é socialmente definida como vulnerável e sujeita a riscos *per se*, se entendendo que os jovens estão em fase de formação e “testes” para a vida adulta. Este controle se intensifica de acordo

com características ligadas à situação de classe e às questões raciais. Há na opinião comum a ideia de que os jovens pobres seriam facilmente cooptados pelo mundo do crime, representado assim uma “ameaça à sociedade”. Dizem os autores:

[...] observamos que a ampliação e intensificação de políticas repressivas, punitivas e criminalizadoras em relação aos jovens têm produzido efeito diverso daquilo que prometem. Primeiro e antes de tudo, porque aumentam o medo e tornam mais reativas e emocionais as respostas. Em segundo porque tendo como objeto uma distorção da realidade, respondem emocionalmente à distorção, ou seja, são incapazes de perceber racional e cientificamente, quais ou o que deveria ser efetivamente mudado. (MORAES E PESCAROLO, 2008, p. 13).

No relatório de pesquisa do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, Sérgio Luiz Souza (2013) faz alguns apontamentos sobre os jovens de Curitiba e Região Metropolitana:

O círculo vicioso formado pela repressão, desqualificação e empobrecimento das populações excluídas torna a desigualdade algo normal, ou melhor, natural. [...] Assim, aos setores populares, a negação do direito à vida plena e à cidadania aparece como natural e justa. Paralelamente, seus espaços de vida são classificados e enquadrados por meio da ótica elitista e tratados como *lugares de sujeira, do atraso e do perigo*. [...] um dos efeitos mais danosos e perversos desta *sociodinâmica da desqualificação* é o prejuízo à autoestima e às identidades dos jovens. Uma consequência desses efeitos é a internalização dos estigmas por grande parte dos moradores, principalmente dos jovens, que passam a não se identificar com seus espaços de vida. (2013, p. 144-145 - grifos meus).

A segregação vivida pelos jovens que habitam as periferias e regiões metropolitanas tem um resultado perverso na construção de suas auto-identidades – reforçando o estigma social que se estabelece e favorecendo uma identificação com a estética da criminalidade, que seria capaz de conferir poder e prestígio dentro de suas comunidades, ainda que por vias ilícitas e clandestinas, como veremos através de alguns casos particulares da pesquisa de campo. Para Vera Malaguti Batista (2010), na transição do regime militar para a democratização mantiveram-se os mesmos dispositivos de controle social, que inclusive se expandiram como nunca nas últimas duas décadas. “*Neste ponto, a juventude é o alvo preferencial de todas as governamentalidades.*” (BATISTA, 2010, p. 1 - grifo nosso). Partindo de alguns dados sobre mortalidade violenta no Rio de Janeiro, aponta para uma progressão da criminalização, da morte e do encarceramento da juventude popular brasileira. Os avanços para combater o crime sob o dogma da pena como solução para a conflitividade social demonstram que o projeto para estes jovens é “prisão ou vala” (2010, p. 1). Como proposto por Foucault, esta dinâmica de criminalização é um dispositivo para gerenciar as ilegalidades populares – perspectiva adotada pela autora. Nesta rede biopolítica de controles sociais, o governo da juventude tornou-se

estratégico. O neoliberalismo coloca novamente a juventude no centro das preocupações criminológicas:

A destruição das políticas públicas, a falta de perspectiva de trabalho em contraste com a energia juvenil fizeram com que grandes contingentes de crianças e adolescentes passassem a ser “tratados” pela lógica penal. As estratégias de sobrevivência e também a cultura das periferias passam por um gigantesco processo de criminalização que pode ser observado pelo crescimento sem precedentes do encarceramento. No neoliberalismo o Estado Penal vai dar conta da conflitividade social juvenil. (BATISTA, 2010, p. 6).

Este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, presente também na Europa e nos Estados Unidos, para citar dois exemplos, além da América Latina. Há uma permanência histórica no Brasil desde o período colonial, passando pela república, onde não se produziu uma ruptura com a lógica de criminalização de crianças, adolescentes e jovens pobres, apesar das diferentes categorias utilizadas em contextos específicos, a exemplo do “menor” a ser administrado punitivamente – como bem ilustra a pesquisa de Adriana de Resende B. Vianna (1999). Seguindo a linha da antropologia histórica, a pesquisadora trata sobre menoridade e polícia no Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1920, analisando nomenclaturas da época como as “crianças desvalidas” ou “miniaturas de facínoras”. Para Batista (2010, p. 8) existem no presente muitas evidências desta “governamentalidade policialesca no controle da energia juvenil”, como a judicialização dos excessos de adolescentes e jovens que compõe uma demanda social por mais rigor e mais penalidade. A morte violenta é o último limite deste fenômeno.

Mário Thiago Ruggieri Neto (2012)⁸², ao buscar os fundamentos para uma análise sociológica das políticas de juventude no Brasil, também as interpreta como dispositivo biopolítico. Segundo sua revisão de literatura, aponta que a juventude sempre foi considerada à margem, em etapa de “moratória social”, como posto na clássica análise de Karl Mannheim (1982)⁸³. Para melhor entendermos as vivências da juventude, “O uso do termo *condição juvenil* no lugar do mais genérico juventude abre espaço para uma compreensão mais apurada dos aspectos concretos e localizados de tal experiência social, entendida agora não no sentido

⁸² Ver também: RUGGIERI NETO, M. T. **O dispositivo de juventude e as políticas públicas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

⁸³ Para um balanço do conceito, ver: WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2019.

restrito de uma fase de vida.” (RUGGIERI NETO, 2012, p. 122 - grifo dele). Em termos de uma síntese do que foi apresentado até aqui, citamos um trecho emblemático do referido artigo:

Sabemos que a juventude, mais do que um dado biológico, é uma construção social. Como tal, seus conteúdos e tempo de duração são delimitados pelo contexto político, econômico e cultural de sua produção. Sabemos também que nessa construção se situa uma relação essencialmente política entre gerações arbitrariamente delimitadas, relação na qual os grupos etários que controlam as instâncias de poder impõem à sociedade os próprios cortes etários e regulam o acesso das novas gerações à estas mesmas instâncias de poder. A juventude é assim politicamente posta em posição de moratória social, situando-se à margem do poder político. Por fim, consideramos que enquanto experiência social, a condição juvenil é uma experiência plural, na qual os indivíduos elaboram estratégias a partir de suas possibilidades e desenvolvem formas específicas de lidar com seus problemas e construir suas vidas. (2012, p. 123).

Posto isso, entender as políticas de juventude como dispositivo biopolítico significa aceitar alguns pressupostos foucaultianos sobre o poder político contemporâneo, acerca dos quais já nos debruçamos. As proposições de políticas para a juventude são um exemplo concreto de intervenção biopolítica, devendo ser investigadas nesse sentido, ou seja, “[...] no sentido que se deve procurar desvendar quais tendências, quais fenômenos e práticas dos indivíduos considerados jovens o estado quer regular.” (2012, p. 125). Estamos pensando tais políticas como mecanismos de gestão sobre a vida da população jovem, especialmente dos jovens pobres, figurando então como *políticas dos outros*, de governo destes “outros” e da diferença que pesa sobre eles.

3.1.1. A juventude na agenda das políticas públicas

Seguimos então para uma sociogênese das políticas de juventude, através do marco legal e jurídico. Do ponto de vista internacional, como apontam Roselani Sodré da Silva e Vini Rabassa da Silva (2011, p. 666), podemos elencar algumas datas chaves para pensar a juventude como categoria política e o jovem como sujeito de direitos: o ano de 1965 em que é lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a “Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos”; o ano de 1985, firmado como Ano Internacional da Juventude; e, por fim, o ano de 1995 quando é lançado o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) da ONU, com o objetivo de estabelecer e balizar metas para diversos países nas políticas que envolvem o segmento juvenil. Ainda em 2010 as Nações Unidas lançaram o segundo Ano Internacional da Juventude com o tema “O nosso ano, a nossa voz”.

Ao tratar acerca das políticas públicas no Brasil, Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano (2003) nos permitem compreender sua genealogia. Para os autores, analisando o período de 1995 a 2002, antes da década de 1990 não é possível identificar políticas destinadas especificamente para os jovens. Isto se explica pelo fato de que não haviam alcançado a condição de “problema social”, de modo que não atingiam a agenda política. O destino dos recursos públicos é sempre um “produto de conflitos”, que irão resultar inclusive em uma imagem dominante sobre “os jovens”. No quadro geral da perspectiva oficial do Estado as políticas públicas para a juventude justificam-se como meio de *sanar as condições de exclusão* dos jovens, os ajudando na sua integração ao mundo adulto, reconhecido nesse período como o mundo do trabalho. No embate para a consolidação da imagem oficial sobre juventude, os autores sinalizam que devemos observar pelo menos dois lados: a busca por positivar a imagem da criança e do jovem, como sujeitos de direitos; e a reação conservadora a estas conquistas, a exemplo do debate sobre a redução da idade penal. Assim, “[...] ocorre uma convivência tensa entre a luta por uma nova concepção de direitos a essa fase de vida e a reiterada forma de separar a criança e o adolescente das elites do ‘outro’, não mais criança ou adolescente, mas delinquente, perigoso, virtual ameaça à ordem social.” (2003, p. 20).

Fazendo um pequeno mergulho histórico, Ângela de Alencar Araripe Pinheiro (2004) reitera que toda imagem política é gestada em um cenário social concreto, a partir de suas análises das representações sociais sobre a criança no processo constituinte de 1987-88. Data deste período o reconhecimento legal dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, um campo que, contudo, não se constituiu sem conflitos e divergências. É importante historicizar o marco legal: o ECA é antecedido por dois Códigos de Menores, um de 1927 e outro de 1979⁸⁴ – cuja lógica subjacente era a de controle de população e institucionalização das crianças e adolescentes “indesejáveis”, ou seja, oriundas das camadas populares. De acordo com Inaiá Maria Moreira Carvalho (1995, p. 3), “[...] esse movimento partiu de uma crítica radical ao velho e falido modelo assistencialista e correccional repressivo, que embasava as políticas e medidas direcionadas ao segmento social em questão privilegiando o seu internamento em instituições totais.” Imperava nos Códigos de Menores a ligação destes grupos sociais à delinquência e à periculosidade. Fica claro na análise de Pinheiro (2004) que a participação popular via campanhas de grande porte, a coleta de assinaturas e a pressão feita pelos atores que compunham os movimentos de defesa sobre os parlamentares membros da Assembleia

⁸⁴ Respectivamente, Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927 e Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. A íntegra dos códigos pode ser encontrada no site do Planalto. Ver “Lista de lei e documentos consultados” ao final do trabalho.

Nacional Constituinte foram fatores decisivos nesta institucionalização de políticas. Contudo houve (e ainda há) uma série de contradições entre o novo paradigma que surgia, e colocava pela primeira vez a criança e o adolescente como *sujeitos de direitos* e reconhecidos por viverem uma fase peculiar de *desenvolvimento*, e as figuras mais comuns do pensamento social brasileiro, oriundas da herança autoritária e repressiva de timbres racistas e colonialistas. Apesar dos avanços, como a incorporação do artigo 227 à Constituição Federal de 1988⁸⁵ (a partir do qual desdobrou-se o ECA), “[...] tais processos parecem instituir, para as classes subalternas, muito mais a condição de objeto do que de sujeito das relações e das práticas sociais.” (PINHEIRO, 2004, p. 345).

Como aponta Glória Diógenes (2009), é necessário rever a forma como entendemos o que significa fazer política “*para/de*” juventude, uma vez que os jovens em sua grande maioria não ocupam os espaços políticos formais tradicionais, como o partido. Embora a partir dos 16 anos possam votar, não se sabe ao certo quais os significados práticos e de participação efetiva, dado o letramento falho e nossa cultura política de origens autoritárias. É preciso, portanto, compreender que há algo como uma “cultura política da juventude” (2009, p. 276), que não passa necessariamente pelas instâncias tradicionais, o que tampouco significa que todos os jovens sejam ignorantes políticos – como quer crer novamente a opinião popular corrente. Na leitura da autora, as políticas de juventude operam no registro de produzir meios de inclusão social daqueles jovens que são excluídos sociais, especialmente por não encontrarem lugar no mundo do trabalho. Estas experiências são, evidentemente, corporalizadas. No que tange aos jovens das periferias urbanas, há um apontamento importante que lemos em seguida, uma vez que a exposição de seus corpos na esfera pública já é em si mesma problemática.

Os corpos dos jovens, corpos expostos em público, ao transporem os limites dos espaços segregados das periferias urbanas, mergulham no turbilhão de olhares e imagens da cidade “inscrite”, oficializando sua existência. Uma existência ambígua. Por um lado, os jovens de periferia mobilizam-se por um sentimento de autoexclusão, de não pertencimento, movimentam-se na busca por uma ocupação no mundo do trabalho. Por outro lado, constituem formas de sociabilidade capazes de reforçar e produzir um sentimento de grupo e instaurar uma fortaleza dos mais *fracos*. (DIÓGENES, 2009, p. 279 - grifo da autora).

No que tange à juventude como categoria jurídico-política, no contexto recente, segundo o Guia de Políticas de Juventude (BRASIL, 2006, p. 6), “o Governo Federal passou a

⁸⁵ Citamos aqui: “Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988).

reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais.” O norteamento oficial de uma Política Nacional de Juventude, enuncia os seguintes objetivos:

Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; erradicar o analfabetismo; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais. (BRASIL, 2006, p. 8).

Em um breve balanço sobre as políticas de juventude pós redemocratização no contexto brasileiro (BRASIL, 2011, p. 18 e seguintes), se nota que o país aderiu a estas medidas apenas em meados da década de 1990. Após lento amadurecimento e fragmentação dos debates e avanços, somente em 2005 sinaliza-se efetivamente uma Política Nacional de Juventude do Governo Federal, a criação da Secretaria Nacional de Juventude e também do Conselho Nacional de Juventude (CONJUV). De acordo com o citado documento, “A Secretaria Nacional de Juventude passou a ser o organismo do Governo Federal responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco o público juvenil.” (2011, p. 22). Antecede esta estrutura o Projeto de Lei 4.530 de 2004 da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, que aprovou o Plano Nacional de Juventude⁸⁶ e estabeleceu o critério etário dos 15 aos 29 anos (em contradição com o corte sugerido pela ONU, por exemplo, até os 24 anos de idade). No PL fica registrado o histórico da criação de tal Frente Parlamentar e os esforços para a construção do Plano: foram realizadas 33 audiências públicas no decorrer de 2003 e 2004, viagens de alguns parlamentares a países como Espanha e Portugal para tomar conhecimento das legislações vigentes no estrangeiro, bem como a realização da Semana Nacional da Juventude, em 2003.

Temos aqui o esqueleto do que virá a ser uma síntese norteadora, a Lei 12.852/2013 e podemos afirmar que a tramitação do Estatuto da Juventude⁸⁷ durou cerca de 9 a 10 anos desde

⁸⁶ De acordo com a referência citada, o Plano estabelece as principais Temáticas Juvenis, acompanhadas de um Diagnóstico e uma linha de Objetivos e Metas para cada uma. Seriam cinco eixos básico que citamos com breve explicativo para conhecimento dos leitores: (1) Emancipação juvenil: incentivo à educação e ao trabalho; (2) Bem-estar juvenil: promoção de saúde integral, bem como esporte e lazer; (3) Desenvolvimento da cidadania e organização juvenil: formação para cidadania e organização/protagonismo juvenil; (4) Apoio a criatividade juvenil: estímulo à produção e acesso à bens culturais, acesso à comunicação; e por fim (5) Equidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão, estas subdivididas em cinco grupos: (a) jovens indígenas e afrodescendentes, (b) juventude rural, (c) jovens portadores de deficiência, (d) jovens ‘homossexuais’ (tratando de questões relativas à orientação sexual, que corresponderia hoje aos direitos LGBTs) e (e) jovens mulheres.

⁸⁷ Para um olhar sociológico acerca do EJuve, ver: KULAITIS; AZEVEDO E MORAES. Segregação, identidades e direitos: aproximações acerca da construção social e política da juventude brasileira a partir da Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013. In: FREIRE, Silene de Moraes; GRIMMA, José Manuel; CARVALHO, Andreia de Souza

a trâmite inicial do Plano Nacional (PNJ), até sua redação final e aprovação. Vários partidos aderiram, por unanimidade. Jorge Barrientos-Parra (2004) nos ajuda a pensar sobre o significado da formulação do EJuve. De acordo com o autor trata-se de um instrumento jurídico-político que pretende estabelecer um plano de desenvolvimento integral aos jovens brasileiros – alinhado a normativas internacionais – e uma estrutura legal mínima para que tais compromissos não dependam da boa vontade de governos específicos, mas estejam garantidos enquanto política de Estado em nível nacional. Tem sido uma constante histórica a elaboração de documentos, cartas e contratos jurídicos para que estes compromissos sejam não apenas enunciados para fins eleitorais em contextos democráticos, mas efetivamente executados (2004, p. 139).

Mais recentemente, visando o enfrentamento das altas taxas de mortalidade violenta e homicídios de jovens por armas de fogo, o Plano Juventude Viva foi lançado com o propósito reduzir a violência racial por meio de ações integradas. Salienta-se neste que,

Apesar de a escravidão ter terminado há mais de 120 anos, o regime escravocrata deixou marcas no pacto social brasileiro, fazendo com que se consolidasse uma visão hierarquizada da sociedade que coloca a pessoa negra na base da pirâmide, numa situação que chamaremos aqui de “invisibilidade social” e que cria obstáculos ao progresso social e humano dos negros no Brasil, nos sistemas educacional e de trabalho, entre outros. (BRASIL, 2014, p. 6.)

Percebe-se uma convivência bastante conflituosa entre o paradigma da proteção e da garantia dos direitos sociais, no qual crianças, adolescente e, desta vez, também os jovens até 29 anos, são vistos como indivíduos em formação e em desenvolvimento e, principalmente, sujeitos de direitos; *versus* a opinião pública hegemônica, para a qual estes dispositivos legais depositariam um “excesso de direitos” para parcelas da população que em verdade seriam altamente perigosas, bandidas e designadas desde o berço ao sistema de justiça criminal. Se partimos então da observação e constatação de serem as juventudes pobres e periféricas miradas como um “problema social” *per se* e associadas no senso comum e na produção institucional à violência e à criminalidade, parece-nos lógico afirmar que este conjunto de classificações são o subsídio moral do controle repressivo-policial destes sujeitos que compõe um quadro severo

(orgs.). **Anais do V Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza:** a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Buenos Aires, Argentina/Rio de Janeiro, Brasil, 26, 27 e 28 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.proealc.uerj.br/Site_VSeminario2014/trabalhos_PDF/GT%2002/Gt02%20Leticia%20Figueira%20Moutinho%20Kulaitis%20et%20al.pdf> Acesso em: 31 jan. 2015. E também: AZEVEDO E KUILATIS. Direitos, políticas públicas e segregação juvenil: notas sobre o Estatuto da Juventude brasileiro. In: SOUZA, Aknaton Toczec et al. (orgs.). **I Estudos Empíricos em Direito**. Florianópolis: Habitus, 2017, p. 49-78.

de criminalização e mortalidade juvenil, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos, com recorte pronunciado de gênero e raça.

3.1.2. Mortalidade violenta na periferia

Por ser um eixo fundamental para a investigação das sociabilidades e culturas juvenis, trataremos com mais aprofundamento sobre a violência sofrida cotidianamente pelas parcelas pobres da juventude nos centros urbanos, que coloca em questão a democracia brasileira como evidência a análise proposta por Caldeira (2000, p. 55-56). *O crime representa os limites a este processo de democratização*, o qual não trouxe consigo a consolidação de direitos fundamentais. Na perspectiva apresentada por Loïc Wacquant (2011), a sociedade brasileira caracteriza-se por grandes disparidades sociais, pela pobreza e pelo crescimento alarmante da violência criminal. Este contexto está diretamente associado às representações sociais de juventude e perigo, pois potencializa a associação entre criminalidade, pobreza e juventude. Em suas análises acerca da política estatal de criminalização das consequências da miséria nos Estados Unidos, mostra que os serviços sociais vão sendo transformados em instrumentos de vigilância e controle das novas “classes perigosas”, em especial da juventude. A prisão se estabelece como uma espécie de condenação social da população negra e jovem proveniente dos guetos. Se constitui o que o autor identifica como uma *ditadura sobre os pobres*, caracterizada pela deslegitimação das instituições legais e judiciárias, a escalada da criminalidade violenta, dos abusos policiais (dirigidos a população jovem, negra e pobre), a utilização de práticas ilegais de repressão, a obstrução generalizada ao princípio da legalidade e a distribuição desigual e não equitativa dos direitos de cidadania. O Estado fica convertido à ideologia do mercado, diminui suas prerrogativas nas frentes social e econômica e reforça sua atuação na área de segurança e na justiça criminal.

Os estudos coordenados por Júlio Jacobo Waiselfisz sobre as mortes por causas violentas no Brasil, intitulados “Mapas da Violência”, se tornaram uma importante referência para a compreensão do fenômeno. A primeira edição do “Mapa da Violência contra os jovens”, publicada em 1998, aponta a necessidade de qualificar o debate sobre a mortalidade da juventude brasileira em situações que envolvem violência, dado que:

Via de regra, tanto as análises sociais quanto a imagem divulgada pelos meios de comunicação têm privilegiado a adolescência e a juventude como momento de produção de violência, como agressora, destacando seu envolvimento com a delinquência e a criminalidade, com o tráfico de drogas e armas, com as torcidas

organizadas, com espetáculos musicais nas periferias das grandes metrópoles. (WASELFISZ, 1998, p. 11).

Os dados analisados pelo autor são extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) a partir das Declarações de Óbito⁸⁸ e são apresentados em série histórica permitindo, consequentemente, a avaliação da evolução dos homicídios entre a população jovem (compreendida no referido estudo como aquela entre 15 e 24 anos). Entre os anos de 1980 e 2007, foram assassinados, de acordo com o SIM, 351.479 jovens entre 15 e 24 anos. Há um significativo aumento dos homicídios na população jovem a partir de 1988 e desde então não houve uma redução expressiva neste índice. Do contrário, a violência no contexto brasileiro tem atingido de forma particular os indivíduos entre 15 e 24 anos, passando de 30% dos homicídios totais em 1980 a 54,5% em 2002. A edição intitulada “Mortes Matadas por Arma de Fogo”, publicada em 2013 (WASELFISZ, 2013), analisou os dados sobre homicídios no Brasil entre os anos 1980 a 2011. Na média os homicídios por 100 mil habitantes era de 18,2 entre a população não jovem e de 41,1 entre a população jovem. Se no período analisado os homicídios na população geral tiveram um leve decréscimo, na faixa jovem ocorre o oposto. Se observa queda na taxa de homicídios em algumas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas cidades como Guaíra e Campina Grande do Sul na Região Metropolitana de Curitiba estão no caminho inverso, constando entre os 15 municípios que superaram a marca dos 100 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2011 (2013, p. 55).

Nas considerações finais do relatório, o autor aponta algumas questões estruturais a serem pensadas para o enfrentamento da violência e mortalidade juvenil, como a cultura da violência, a impunidade dessas mortes e a tolerância do Estado. A primeira contrapõe-se a visão socialmente difundida de que o tráfico de drogas é o principal gerador de violência, posto que é possível comprovar que a maior parte dos homicídios deriva de situações banais como brigas, ciúmes, conflitos entre vizinhos, desavenças no trânsito, etc. A impunidade torna o extermínio do outro uma possibilidade razoável, posto que a imensa maioria dos inquéritos por homicídio doloso não é resolvida no país (estima-se que varie entre apenas 5 a 8% de casos solucionados). A terceira, que mais nos interessa para os propósitos deste trabalho, é a tolerância institucional, a naturalização da violência e a complacência do Estado que Weiselfisz (2013, p. 96) chama de “violência estruturante”, a qual

⁸⁸ É importante aclarar que para estas pesquisas “A DO normalmente fornece dados de idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência. Determinam as normas que o registro do óbito seja sempre feito ‘no lugar do falecimento’, isso é, onde aconteceu a morte, o que pode ocasionar algumas limitações e problemas, como no caso de vítimas deslocadas para tratamento em outros municípios ou UFs, onde acontece o óbito: o registro será realizado nesse segundo local, não naquele do incidente violento.” (2015, p. 9).

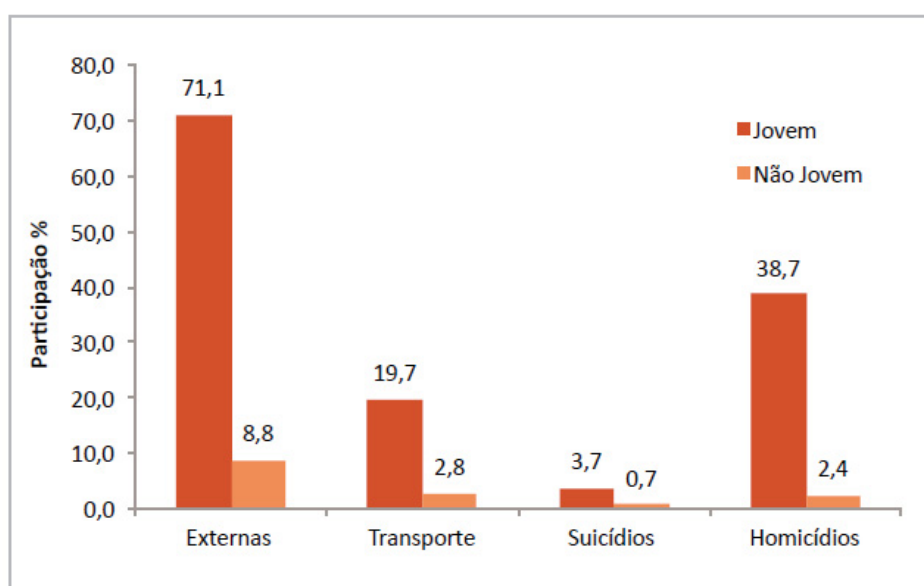
[...] estabelece os limites culturalmente permitidos e tolerados de violência por parte de indivíduos e instituições: da sociedade civil ou do estado; tolerância que naturaliza e até justifica a necessidade de uma determinada dose de violência silenciosa e difusa com os setores vulneráveis da sociedade.

No Mapa da Violência 2014, “Os jovens do Brasil”, se reafirma esse padrão:

Considerando o longo período – 1980/2012 –, entre os jovens, 62,9% das mortes devem-se a causas externas. Na população não jovem, esse percentual representa só 8,1% das mortes acontecidas. Se na população não jovem só 2,0% dos óbitos foram causados por homicídio, entre os jovens os homicídios foram responsáveis por 28,8% das mortes acontecidas no período 1980 a 2012. (WASELFISZ, 2014, p. 29).

Os índices de exposição juvenil às mortes violentas por causas externas podem ainda ser visualizados de acordo com a representação gráfica a seguir (Gráfico 1).

Gráfico 2.2.2. Participação (%) das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Gráfico 1. Participação (%) das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. **Fonte:** WASELFISZ, 2014, p. 31.

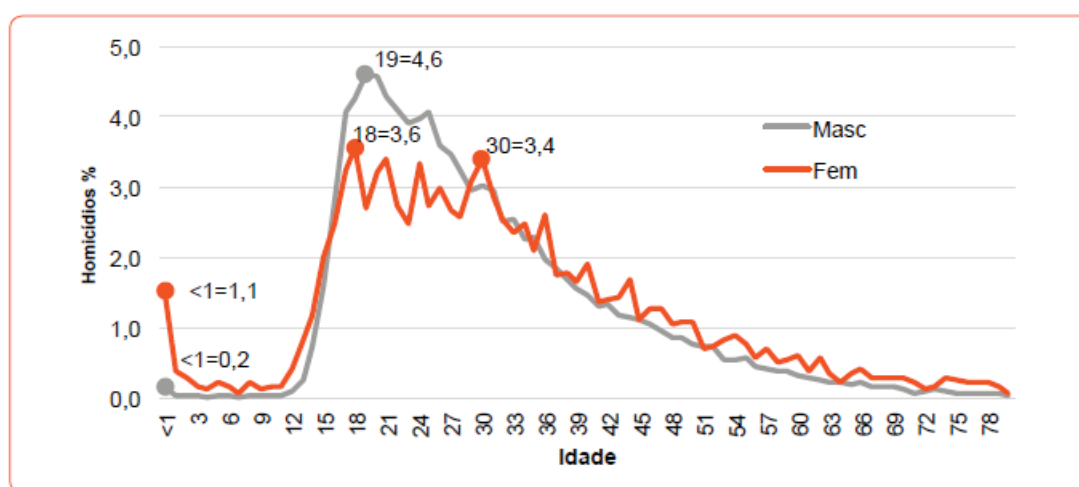
Em 2015 foi realizada uma edição com ênfase nos homicídios de mulheres no Brasil, onde são apontadas algumas tendências, como a relevância do recorte racial na interpretação dos dados:

a. Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País.

- b. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros.
- c. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica. (WASELFISZ, 2015, p. 29).

No que tange às especificidades das mortes violentas de mulheres, o relatório aponta para dois aspectos: a grande incidência feminina no infanticídio e o pico etário dos homicídios femininos, na faixa de 18 a 30 anos de idade, como mostra o gráfico a seguir (Gráfico 2). Estes padrões obedecem à maior domesticidade da violência contra a mulher (2015, p. 37).

Gráfico 7.2.1. Homicídios (%), por sexo e idades simples. Brasil. 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Gráfico 2: Homicídios (%), por sexo e idade simples. **Fonte:** WASELFISZ, 2015, p. 38.

O padrão de idade e sexo segue como mostra a publicação de 2016, a última da série. O autor destaca dois principais pontos nas considerações finais: a altíssima mortalidade por armas de fogo – que exige redesenharmos coletivamente as discussões sobre o tema – e o inegável recorte de sexo, idade e raça que estas mortes possuem, revelando traços reatualizados da cultura colonial.

Característica marcante dos HAF [homicídios por armas de fogo] é a elevada masculinidade de suas vítimas: 94,4% das vítimas, em 2014, foram homens; além de ceifar a vida, de forma preferencial, da juventude: em 2014, os jovens de 15 a 29 anos representavam, aproximadamente, 26% da população do país, mas essa faixa é responsável por 60% das vítimas dos HAF acontecidos nesse ano. (WASELFISZ, 2016, p. 72).

A raça é fator chave de vulnerabilidade, vitimando 2,6 vezes mais os negros do que os brancos no período analisado, 2003-2014, para os últimos dados. O fator idade para a análise

das mortes masculinas violentas é apresentado no trecho a seguir, onde a passagem para os 13 anos de idade se mostra decisiva nas trajetórias de vida.

Pode ser vista a enorme concentração de mortalidade nas idades jovens, com pico nos 20 anos de idade, quando os homicídios por AF atingem a impressionante marca de 67,4 mortes por 100 mil jovens. Mas a escalada de violência começa nos 13 anos de idade, quando as taxas iniciam uma pesada espiral, passando de 1,1 HAF, nos 12 anos, para 4,0, nos 13 anos, quadruplicando a incidência da letalidade e crescendo de forma contínua até os 20 anos de idade. (WASELFISZ, 2016, p. 51).

O gráfico a seguir (Gráfico 3) demonstra este padrão e o seu pico, aos 20 anos.

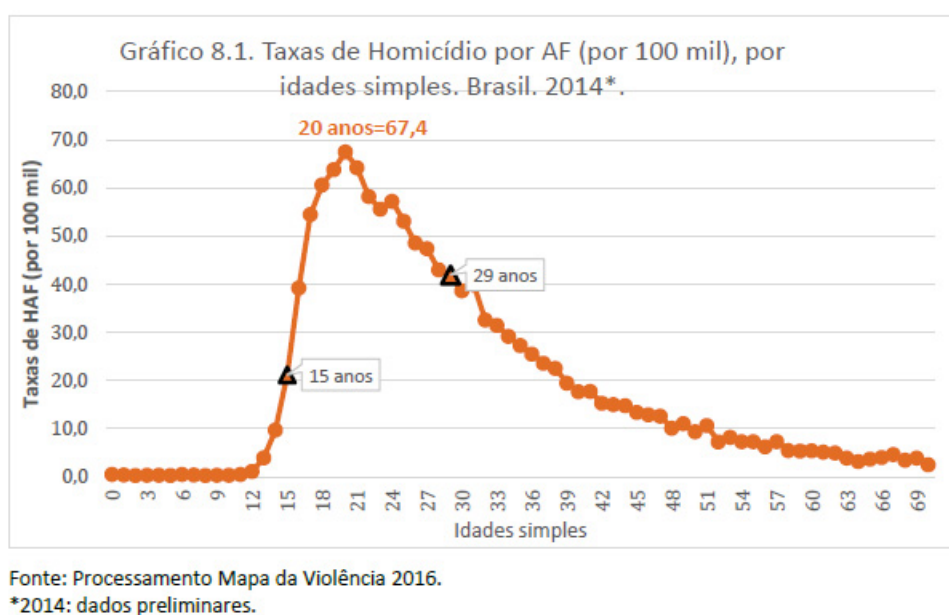


Gráfico 3: Taxas de Homicídio por AF (por 100 mil), por idade simples. **Fonte:** WASELFISZ, 2016, p. 51.

Para finalizar este balanço com dados mais atualizados, o Atlas da Violência de 2018 – publicação do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – coordenado por Daniel Cerqueira et al. (2018), resume em linhas gerais que

A vitimização por homicídio de jovens (15 a 29 anos) no país é fenômeno denunciado ao longo das últimas décadas, mas que permanece sem a devida resposta em termos de políticas públicas que efetivamente venham a enfrentar o problema. Os dados de 2016 indicam o agravamento do quadro em boa parte do país: os jovens, sobretudo os homens, seguem prematuramente perdendo as suas vidas. No país, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. (CERQUEIRA et al., 2018, p. 32).

Abundam, portanto, evidências da criminalização seletiva de jovens no contexto nacional, apesar da grande invisibilidade social e política do fenômeno. Quem nos ajuda a

refletir sobre esta inquietante corroboração social é Adorno (2013); recuperando o debate arendtiano sobre a banalidade do mal no julgamento de Eichmann⁸⁹, ele contextualiza: com o fim da segunda guerra mundial, se esperava uma nova sociedade internacional, “vacinada contra os desvarios da razão bélica” (2013, p. 79). A Declaração dos Direitos Humanos desempenhou em papel importante neste sentimento partilhado de cooperação entre as nações⁹⁰. Contudo, não foi o que se observou na segunda metade do século XX. A Guerra Fria e mais recentemente a guerra contra o terrorismo qualificaram um cenário de “vácuo de jurisdição e poder” (2013, p. 81), o qual teria sido pressagiado pelas análises de Hannah Arendt (1906-1975) sobre o julgamento de Nuremberg. Além da banalidade do mal, a partir de reflexões sobre justiça e responsabilidade individual, a filósofa utiliza a noção de “anestesia moral”, explicada por Adorno (2013).

Trata-se do fenômeno contemporâneo da anestesia moral, *esta sorte de insensibilidade moral e política* diante do destino trágico que esperavam milhões de judeus confinados nos campos de concentração, amplamente refletida por muitos que se debruçaram criticamente sobre tais acontecimentos. (2013, p. 81 - grifos meus).

No período contemporâneo os crimes de massa se estabelecem com uma “razão de estado” que determina os alvos, grupos humanos considerados ameaçadores à segurança interna das nações; sua especificidade está em ser um plano violento operacionalizado pelas instâncias burocráticas. Assim, a pergunta que fica é como os crimes cometidos como regra institucional podem ser transmutados em veredictos jurídicos para indivíduos que tecnicamente só desempenham uma função designada? O caso do holocausto, que pode ser pensado como paradigmático, ajuda a elucidar a banalidade de violência contemporânea neste registro. Para melhor delinear o conceito de anestesia moral, note-se que “o princípio de alteridade foi completamente neutralizado; seu sintoma mais evidente é a absoluta *falta de compaixão para com o sofrimento e a dor do outro*.” (ADORNO, 2013, p. 90 - grifo nosso) – e aqui o autor está partindo dos apontamentos de Elias sobre as sociodinâmicas do nazismo⁹¹. Os judeus não alçavam o estatuto de humanos, por esta razão seu aniquilamento foi amplamente aceito. Outro

⁸⁹ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁹⁰ Trata-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Organização das Nações Unidas em 1948. A íntegra do documento, incluindo o preâmbulo e os trinta artigos que o constituem, pode ser encontrada no site da ONU em português: <www.nacoesunidas.org>. A título de ilustração, citamos o Artigo I: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” Ver seção “Referências”.

⁹¹ ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução dos *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

fator chave foi a proliferação da mentira na base do *habitus* político, entre setores civis e militares da sociedade. A política de extermínio anti-semita na segunda guerra se fundou em alguns pilares: “[...] mentira organizada, massas indiferentes à vida pública e à vida política, indiferença mordaz em relação à morte e desprezo cínico em relação à vida e ao outro.” (ADORNO, 2013, p. 93). A raiz da anestesia moral está em obedecer a ordens sem escrutínio, o que certamente pode ser atualizado na análise da natureza da mortalidade violenta dos e entre os jovens das periferias urbanas. A violência criminal no Brasil, em seus múltiplos aspectos e redes intrincadas de interações, desnuda os limites da democratização, sendo que o dispositivo de segurança pública opera no registro do Estado de exceção, vitimizando seletivamente os jovens rapazes, em sua maioria negros, nas franjas da cidade. O debate sobre armas de fogo, *ethos* policial e criminal é tanto mais urgente na decodificação do estado atual das coisas. Os impactos disto sobre as trajetórias de vida dos e das jovens habitantes das periferias urbanas é inegável; nos resta buscar compreender seus detalhes na escala da experiência concreta.⁹²

Intentamos até aqui construir um mapeamento destas fronteiras em seus diversos espectros, de modo relacional e entendendo a juventude como produto de disputas semânticas e sociais; como uma *categoria política*. Visitar aspectos sociais e sociológicos, aspectos legais e estatísticos nos permite constatar a este ponto que somente podemos entender nosso objeto em termos da pluralidade e da diversidade de experiências juvenis: não há algo estanque como uma juventude, mas existências que revelam diferentes condições de poder, diferentes posições, diferentes capitais no espaço social que dizem, inclusive, de diferentes níveis de exposição às violências instituídas. Ora os indesejáveis, ora os invisibilizados, ora os violentos em potencial, ora os violados, ora os subalternos, os oprimidos, os explorados, os excluídos, os desamparados, os vulneráveis, os desvalidos, os sem voz. São incansáveis as rotulações e representações sociais que buscam definir e delimitar a vida dos e das jovens das camadas populares. Posto o cenário, cabe questionar a partir de um estudo de caso – tomando a juventude como categoria política e como agência – quem são estes atores políticos, os e as jovens da periferia? O que dizem a partir de sua própria voz? Como constroem suas identidades? Como percebem o mundo que habitam, o centro e suas margens? O que nos dizem sobre vida, território, família, educação, mercado de trabalho, relações de gênero, sexualidade, drogas e violência – alguns dos eixos temáticos que ajudam a organizar e agrupar as experiências e que conferem sentido às práticas e rotinas na vila, no centro de convivência, na família, na igreja ou no templo e assim por diante.

⁹² Ver também o trabalho: BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

3.2. TÉCNICAS DE COLETA DOS RELATOS ORAIS

Trataremos aqui, através de uma revisão de literatura, das técnicas de pesquisa adotadas na etapa das entrevistas individuais, cuja escolha se deu por querermos partir da voz e das percepções dos e das jovens entrevistados(as). Levaremos também em consideração as suas limitações, como em todas e quaisquer estratégias metodológicas de aproximação com determinado objeto de estudo. Por meio de narrativas orais que tracejam identidades são capturadas linguagens culturais compartilhadas, um vocabulário vernacular, um léxico distinto e particular – distante daquele que usamos na produção científica, por exemplo. Cartografar os sistemas de crenças dos e das jovens pesquisados(as) implica, portanto, na tradução e na apresentação de um outro mundo, exercício que não se faz sem um conjunto de regras sócio-antropológicas como guia.

Em um texto bastante explorado, Bourdieu (1996[1986]) faz uma problematização da noção de “história de vida”, afirmando que esta é uma categoria que entra de contrabando na teoria social, primeiro entre os etnólogos e depois entre os sociólogos. Esta ideia está baseada na visão difundida pelo senso comum de que a vida é uma estrada, um percurso, um caminho; presumindo que há uma narrativa, um nexos, uma história por trás dos acontecimentos de uma dada existência. Para o autor, certas produções biográficas acabam por enveredar para a ilusão retórica própria do campo da literatura. No mundo social a normalidade é identificada como uma identidade constante e inteligível, cujo suporte mais evidente é o “nome próprio” (1996, p. 77). Através dele se institui uma identidade social que garante constância a um agente determinado, que é então o “[...] atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas manifestações sucessivas e da possibilidade, socialmente reconhecida, de totalizar essas manifestações em registros oficiais.” (1996, p. 78). Ele é a forma por excelência pela qual uma imposição arbitrária se dá por meio dos ritos institucionais, estes atos de atribuição operados pelo Estado. Vista sob esta ótica, a história de vida deve ser considerada em termos de certas questões e com certo comedimento. Por exemplo, numa situação de entrevista há variações de acordo com a visão que o entrevistado possui e os modos pelos quais irá construir uma apresentação de si. Ademais, tentar compreender uma vida sem considerar o seu contexto é como, na metáfora do autor, explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, a matriz das relações.

Howard S. Becker (1997) reflete sobre o mesmo problema, o lugar da história de vida na sociologia contemporânea, em seu conhecido texto “A história de vida e o mosaico científico”. Apesar de partilhar a forma narrativa com a biografia, os métodos e propósitos

destas duas abordagens são distintos. Para garantir certas regras do jogo sociológico, diz ele, é preciso atribuir grande importância às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência. Esta perspectiva foi vigorosa na Universidade de Chicago na década de 1920 – onde era utilizada como um olhar sobre as cidades e sobre as características urbanas. No tempo de Robert Park⁹³, os estudos sobre uma mesma cidade estavam ligados de modo a permitir vislumbrar um mosaico de suas características em diferentes aspectos. Dentre as funções desempenhadas por este documento, a história de vida funciona como uma “pedra de toque teórica”, além de ser “[...] útil para fornecer uma *visão subjetiva dos processos institucionais*.” (BECKER, 1997, p. 108 - grifos meus). Ela pode oferecer novos campos de visão em áreas de estudo que estão estagnadas.

A história de vida, mais do que qualquer outra técnica, exceto, talvez, pela observação participante, pode dar um sentido à superexplorada noção de processo. [...] A formação do ato individual é um processo no qual a conduta é continuamente reformulada de modo a levar em consideração a expectativa dos outros, como esta se exprime na situação imediata e como o ator supõe que possa vir a se exprimir. (1997, p.109).

Este chamado “processo observável de interação simbolicamente mediada” leva tempo até ser apreendido para propósitos científicos. Mas a técnica pode nos fornecer detalhes os quais não poderíamos prever em escala abstrata e especulativa. Ela cumpre também outro papel, a de ser “[...] uma mensagem viva e vibrante que vem de ‘lá’, que nos conta o que significa ser um tipo de pessoa que nunca encontraremos face a face.” (1997, p. 111). Ou seja, permite encurtar as distâncias entre os grupos etários e as classes sociais, e dos sociólogos com estes, apresentando práticas e narrativas sobre mundos desconhecidos de muitos intelectuais. Por outro lado, é certo que não pode nos oferecer resultados prontos, apenas confirmando ou refutando hipóteses; ela é muito mais uma *ciência interpretativa*.

Quem ajuda a pensar paradigmas mais atuais é Bernard Lahire (2005)⁹⁴, a partir da noção de “patrimônios individuais de disposições”. Haveriam objetos mais sociais do que outros? Para ele, apreender o social individualizado apresenta riscos, como a reciclagem de conceitos que podem ser impróprios para este enfoque. A partir dessa leitura, o conceito bourdieusiano de *habitus* permanece um pouco obscuro quando se questiona de fato o que são estas “estruturas de disposições”. A proposta é repensar o conceito e “Estudar o social

⁹³ Foi um importante sociólogo das cidades e um dos fundadores da Escola de Chicago. Ver: PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 26-67.

⁹⁴ Do autor ver também os livros: LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004. LAHIRE, B. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

individualizado, ou seja, o social refractado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de força e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social em sua forma incorporada, interiorizada.” (LAHIRE, 2005, p. 14). Para tanto os modelos correntes de análise se mostram insuficientes, pois é como se deduzissem o individual a partir do social sem maiores questionamentos. Uma mudança importante nesta perspectiva é a separação entre as ‘disposições para agir’ e as ‘disposições para crer’: há uma distância entre o que os atores dizem e efetivamente fazem, algo que está ligado a sentimentos de culpabilidade e frustração. Este tipo de distorção complica a investigação sociológica; a relação entre os atores e os *habitus* assume formas particulares e por vezes conflitivas – ela só pode ser compreendida através das biografias. Preencher esses vazios é o objetivo de uma sociologia à escala individual. Atentar para esta pluralidade implica também em uma outra conversão: revisitar a “[...] visão homogeneizante do indivíduo na sociedade.” (2005, p. 25), problematizando as condições sócio-históricas que tornam possível a produção de um ator. Para isto o autor mobiliza a noção de “patrimônio”, um dispositivo metodológico voltado para a tarefa de observar a variabilidade de experiência individual. “É esse tipo de pluralidade interna que os estudos de casos fazem aparecer. Os actores não são feitos de um só pedaço mas pelo contrário são colagens compostas, complexos matizados de disposições (para agir e para crer) mais ou menos fortemente constituídos.” (2005, p. 32). Em resumo, esta abordagem tem como desígnio tecer uma íntima ligação entre a economia psíquica e os quadros da vida social.

Ana Maria Brandão (2007) levanta pertinentes questões sobre a história de vida como material primário de investigação sociológica, na linha de uma metodologia qualitativa. Por ser sempre individual e única, é inegável que ela está embutida de subjetividade. Ao contar sua própria história o sujeito revive os elementos da memória, de modo que o relato nunca é desinteressado, mas dotado de uma afetividade particular (2007, p. 2). São estas características que geram questionamentos sobre seu uso no campo da sociologia, cabendo então discutir alguns pontos sobre sua cientificidade. É certo que a história de vida é um produto daquilo que uma pessoa decide contar acerca do que viveu, a essência narrativa do que lhe aconteceu. Deste modo, o ator sempre omitirá fatos, o que não difere de uma situação com questionário. Independente da técnica, a produção sociológica de conhecimento,

Ela implica a detecção e elaboração de relações conceptuais que estão para lá do alcance do actor, nomeadamente pela interpretação dos elementos fornecidos por este a partir do conhecimento da posição que ocupa no espaço social e da sua relação com o contexto em que se insere. (BRANDÃO, 2007, p. 4).

Reconhecer que o senso comum possui valor sociológico não significa confundir a explicação comum com a explicação científica: a experiência subjetiva nunca é meramente individual, ela traduz uma vivência comum. Deste modo, a história de vida permite compreender os pontos de intersecção entre o nível microssociológico e o macro, investigando sobre os *processos de construção social da identidade*. Esta é composta por um conjunto de discursos que estabelecem limites à ação individual e também à percepção da realidade, produzindo universos de sentido e sistemas de classificação social. Nem sempre o ator incorpora as normas institucionais segundo os moldes presumidos; temos que pensar na estrutura, mas também na reflexividade do ator⁹⁵. Além de ter uma história é preciso contar esta história através de uma narrativa que dá o sentido de unicidade, onde o ator organiza e atribui sentido a sua experiência e a sua pertença a grupos sociais. Assim, “Há uma ligação íntima entre a história de vida e a identidade.” (BRANDÃO, 2007, p. 8). A técnica torna acessível “[...] o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos.” (2007, p. 9). Nesta estabilização temporária que é a identidade, os modelos de identificação são incorporados, apropriados, mas também modificados, deslocados, postos em diferentes combinações (2007, p.27).

O texto clássico – e que se mantém atual – sobre relatos orais no Brasil é o de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988). Também apontando para o início da utilização da técnica por pesquisadores de Chicago nos anos 1920, ela faz uma análise a partir do surgimento do gravador como instrumento de apreensão de relatos. Para ela, são fontes narrativas sobre a “[...] experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos.” (1988, p. 3). Apesar da fidelidade que o gravador trazia, há o obstáculo da distinção entre o narrador e o pesquisador – distinção esta que é fundamental, posto que o segundo orienta o primeiro de acordo com suas preocupações. Depois, na etapa da análise estão implicadas operações como a decomposição, a seleção dos elementos essenciais, o recorte, a síntese, etc. A autora faz uma diferença entre a história de vida e a realização de entrevistas. Estas são uma conversação continuada entre pesquisador e informante, dirigidas por um roteiro prévio, onde entra a habilidade em orientar e fazer falar. Já a história de vida consistiria em fazer o mínimo possível de intervenções. Podemos situar nossa própria metodologia como algo misto entre estes dois instrumentos, conforme será elucidado adiante. Através dos relatos orais se desenham relações de um sujeito com seu grupo, como sua profissão, sua classe social e outros marcadores que o pesquisador precisa desvendar, entendendo a quais coletividades o narrador pertence. Já nos primeiros

⁹⁵ O conceito é de Anthony Giddens. Ver: GIDDENS. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. GIDDENS. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

períodos de sua utilização salientava-se a necessidade de complementar os relatos orais (entrevistas ou histórias de vida) com outras fontes. Cabe lembrar que a captação de dados é um momento da pesquisa, e não sua totalidade. O conjunto empírico deve ser trabalhado com descrição, análise, levantamento de inferências, compreensão, explicação, etc. “A história de vida, como qualquer outro procedimento empregado na coleta de dados, é, pois, um instrumento, não é produto final da pesquisa; ela recolhe um material bruto que necessita ser analisado.” (QUEIROZ, 1988, p. 17). Ela se encontra na encruzilhada entre a vida individual com o social, capturando o que o indivíduo traz em seu íntimo.

Uma leitura mais contemporânea é a de Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006). Para a autora,

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimento sobre esta história vivida.* (2006, p. 15-16 - grifos dela).

Esta versão da história é o material de trabalho a partir do qual se realiza o procedimento da construção do saber sócio-histórico, levando em consideração a importância da memória para este procedimento de pesquisa. De acordo com ela, a modalidade das trajetórias de vida consiste em depoimentos mais sucintos, mas que capturam o decorrer de uma vida em seus aspectos integrais e conjuntos.

Miguel Ângelo Montagner (2007), que trabalha com a ideia de trajetórias e biografias a partir de uma análise bourdieusiana. Com a chamada “crise no paradigma das ciências humanas” produziu-se um “retorno ao sujeito”; vertentes de pesquisa à procura das experiências cotidianas no mundo vivido. Para o autor a relação entre a biografia e a história se insere no conjunto de dualidades entre o indivíduo e a sociedade. Bourdieu nos previne contra a ilusão biográfica, apontando para o imperativo de situar os agentes em seu grupo social a partir do pressuposto da disputa entre e dentro dos campos. As marcas ligadas ao corpo, ao nome próprio e à história definem “trajetórias”, que seriam os traços pertinentes de uma biografia, ou os movimentos dentro do campo dos possíveis que se define estruturalmente. “Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em qual se inserem.” (MONTAGNER, 2007, p. 257). Para garantir a objetividade em um material tão impregnado de subjetividade e de vida cotidiana, o

pesquisador deve procurar os pontos de repetição, a recorrência dos temas a partir de um conjunto de entrevistas, onde se deve operar com uma escuta ativa sem o dirigismo do questionário.

Paulo Renato Guérios (2011) faz um balanço sobre o estudo de trajetórias de vida nas ciências sociais, buscando discutir os ganhos desse tipo de método. Seu potencial heurístico pode ser otimizado levando em conta as variações de escala. Pode ser uma boa ferramenta se considerado menos nos termos da dualidade indivíduo/sociedade e mais nos termos de uma recolocação de questões de pesquisa, observando as diferenças de escala. O conceito de “redes de interdependência” de Elias⁹⁶ é um instrumental que auxilia na construção de trajetórias, uma vez que permite pensar como cada indivíduo vive nestas redes com seus atores e instâncias relevantes. Também a microhistória tem a contribuir nesta arena, uma vez que repensa os hiatos entre história global e local, permitindo pensar em modulações particulares do global. A construção de trajetórias de vida se baseia em uma cuidadosa análise das redes de interdependência postas em jogo e na inserção destas em um quadro mais geral, permitindo pequenas generalizações, sem cair nas universalizações abstratas. Por fim, Ednéia Regina Burger e Renee Couralvo Vituri (2013) oferecem mais alguns elementos sobre a história de vida como metodologia nas ciências humanas. Os autores afirmam que toda pesquisa implica em uma escolha metodológica que opera como uma bússola orientadora. A história de vida seria o relato retrospectivo da experiência de um indivíduo, onde estão presentes acontecimentos significativos. É uma abordagem qualitativa utilizada em diversas áreas, sendo uma tendência internacional sua adoção por parte de historiadores e outros cientistas. Esta estratégia seria capaz de capturar de que modo os indivíduos vivem e interpretam eventos históricos e sociais marcantes, recolocando o indivíduo na história. Cabe ao pesquisador que trabalha com esta metodologia “[...] promover um processo ativo de criação de significados.” (2013, p. 5). Na história oral o indivíduo é um agente histórico; a história que se apoia somente nos documentos oficiais perde a dimensão das emoções, sentimentos e ressentimentos vividos pelos sujeitos; ela é *uma história que se contrapõe à história oficial*. Para tanto é preciso seguir procedimentos tais como articular uma série de escolhas, como a seleção dos entrevistados, saber ouvir e respeitar a lógica do outro, transformar a informação em engenho. Em suas considerações finais, enaltecem especialmente o fato de que esta abordagem de pesquisa restitui “o direito a vez e a voz” (2013, p. 12) daqueles que não são comumente escutados.

⁹⁶ Ver, além de bibliografia já citada: ELIAS. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

Salientamos então que o jovem é tomado aqui como um ator político que, ainda que governamentalizado por meio de inúmeras agências e instituições, negocia os nomes e lugares que lhe são dados pelo mundo social, enquanto sujeito reflexivo e em escala individual. Quando tomado como narrador de sua própria história (narrativa que é performativa) e seu relato é transformado em uma trajetória de vida no seio de uma rede complexa de interações entre pessoas e instâncias, torna-se possível apreender como operam e quais são os significados das políticas do cotidiano no âmbito das *fissuras*, dos detalhes, das táticas, das negociações, das micro-resistências, das reinvenções e das ressignificações. Este é o foco do trabalho a partir deste ponto.

3.2.1. Condições de realização das entrevistas

A partir deste referencial cabe explicitar então em quais condições as entrevistas foram realizadas, de que modo foram feitos os contatos, como as técnicas foram colocadas em prática, o roteiro que guiou a condução das conversas, etc. Os relatos foram coletados entre fins de setembro e fins de novembro do ano de 2016 – no período final da confecção da pesquisa de caráter etnográfico, totalizando dois meses de coleta ativa, todos situadas na área interna do CISA Betonex. Em uma primeira experiência, no início de maio do mesmo ano, eu havia iniciado uma entrevista com uma jovem com a qual tinha muitas afinidades e uma relação afetiva pronunciada. Nesta tarde, além de estar ainda um pouco confusa com relação à condução da situação, o gravador ficou sem pilhas de modo que só foram registrados os primeiros nove minutos do relato. Ainda haveria chão para que eu me sentisse devidamente preparada para convocar e realizar com segurança esta etapa da pesquisa, que foi tão fundamental. Os(as) entrevistados(as) foram selecionados de acordo com as redes de sociabilidades das quais eu passara a fazer parte durante todos aqueles meses marcando presença no equipamento e na comunidade. É preciso frisar então que a etnografia, a coleta lenta e processual de material de pesquisa e a conquista gradual da confiança dos sujeitos que habitam aquele espaço e tempo, foram pilares do êxito na fase das entrevistas individuais, a partir das quais pude obter narrativas verdadeiras, performáticas e reveladoras.

A primeira entrevista que efetivamente compõe a amostra foi “arranjada”, pois quem mobilizou a situação deste encontro foi uma das funcionárias do CISA Betonex, um tanto a contragosto de minha parte, justamente por saber das dificuldades de fala e de comunicação da jovem agenciada, já minha conhecida. Mas no desenrolar das coisas naquele dia, não havia escapatória. Foi a entrevista mais desafiadora, uma vez que muitas vezes não entendia o que

ela dizia, havia longas pausas e silêncios que foram registrados no gravador, e esta pesquisadora teve que se desdobrar pra conseguir as informações desejadas que permitissem reconstruir uma trajetória coerente mesmo diante das barreiras comunicativas. Com o desenrolar das entrevistas fui aprendendo quais eram as melhores estratégias para “fazer falar” e conduzir as conversas de acordo com os meus interesses de pesquisa. Fora a partir de interações prévias que fui convidando jovens a serem entrevistados e a terem seus relatos gravados. Na maior parte das vezes foi esse conhecimento que rendeu a entrevista, embora outros casos tenham ocorrido em que na mesma tarde em que eu conhecia um ou uma jovem, me apresentado(a) por alguém da equipe do CISA, logo este ou esta aceitava ter sua vida investigada para propósitos científicos. De um jeito ou de outro, é certo que foram a permanência e o compromisso etnográfico que possibilitaram acessar os e as jovens entrevistados(as).

A escolha dos sujeitos foi feita com base neste processo de adentrar o universo pesquisado e nele conseguir estabelecer um lugar, o de pesquisadora e ouvinte; e então em questões práticas do encontro e do agendamento das entrevistas, tendo em vista a *variabilidade da amostra*. Por já saber previamente alguns detalhes da história de vida dos(as) jovens do CISA, ou pelo menos da maioria deles, eu ia selecionando aqueles e aquelas que dessem conta da multiplicidade de vivências juvenis naquele território – chegando a um quadro final que parecesse satisfatório, e que permitisse transpor as representações comuns e doutas sobre quem são os e as jovens habitantes da periferia, revelando *o poder de agenciamento de suas próprias histórias*, a partir da reconstituição de suas memórias. Quando o momento certo de coletar as entrevistas chegou, eu caminhava pelo CISA e pela vila com minha caderneta de campo em busca de possíveis narradores. Anotava nomes e contatos telefônicos; muitas vezes os detalhes da entrevista foram combinados via a rede social *WhatsApp*, o que facilitava bastante. É necessário apontar que ainda assim estas confirmações não eram fáceis, o mais convencional era que se encontrassem resistências e desculpas de todos os tipos, o que tornava a minha insistência indispensável. Muitas vezes saía “à caça” de algum(a) jovem que já havia se comprometido comigo, telefonando, perguntando aos amigos, indo a lugares estratégicos até conseguir encontrar ele ou ela e obter o relato e o seu registro.

Todas as entrevistas foram realizadas no espaço interno do CISA Betonex, gentilmente cedido pela equipe e pela coordenação, de acordo com a disponibilidade desta ou daquela sala em cada tarde de realização de entrevista. Ora na sala do Serviço de Convivência, ora na sala de artes, ora na sala de alguma das assistentes sociais, ora na sala dos espelhos (que era para ser ou um refeitório ou um salão de beleza escola, mas era utilizado comumente para reuniões com a comunidade e outras coisas mais pontuais). É interessante explicitar que devido ao

funcionamento e às dinâmicas do equipamento, que além de ser um centro de convivência juvenil é um CRAS, a paisagem sonora era ruidosa. Famílias acessando seus benefícios, sempre muitas crianças e bebês, os e as funcionárias do local trabalhando e interagindo, jovens jogando bola na quadra, grupinhos de pessoas conversando, alguém curtindo um som, barulhos da avenida, carros e motos ao estilo *vida loka*, sons da oficina de luta ou de música, ruídos de todos os lados. Não há uma entrevista sequer em que não esteja registrada alguma interrupção por parte de um jovem ou profissional, ora procurando alguém, ora guiando uma visita pelo equipamento, ora buscando algum documento ou material, ora alguém aflito com alguma situação fora do normal ou simplesmente avisando que logo já era a hora de fechar as portas. Esta atmosfera fazia parte da rotina de coleta e em nenhum momento foi um empecilho, uma vez que é naturalmente o(a) pesquisador(a) quem precisa se ajustar às condições que encontra para realizar seu ofício.

Passemos então aos esclarecimentos das entrevistas em si. Como já era uma frequentadora assídua e relativamente conhecida no pedaço, não me foram feitos muitos questionamentos sobre qual era o tema da minha pesquisa e os propósitos da mesma. No máximo algum membro da Rede de Garantias do município que buscava saber quais era os “resultados” até então, o que sempre me fazia dar um sorriso sem jeito. Mas não encontrei maiores obstáculos durante o campo para ser aceita na condição de pesquisadora e de pessoa interessada em saber dos acontecidos da vila ao longo dos dias e dos meses que se passavam. Ao contrário, como já apontado, me sentia um ímã de histórias reveladoras e pitorescas, me sentia convocada a saber o que se passava no pedaço. Quando enfim em uma situação face a face de entrevista, antes de ligar o gravador, explicava que a identidade seria modificada para não revelar o autor ou autora da entrevista e que havia então um compromisso de sigilo com os dados ali revelados. Não senti a necessidade de fazer um termo de consentimento por escrito, como alguns pesquisadores julgam indispensável na coleta de relatos orais. Tal formalidade parecia dispensável. Depois de colocado isto, eu costumava ligar o gravador e iniciar a conversa simplesmente perguntando sobre a história de vida dos(as) entrevistados(as). Por vezes sugeria que começassem falando de sua infância, evitando usar este termo e perguntando mais nos termos de “quando criança” ou “quando pequeno(a)”. Outras vezes solicitava que falassem a partir da rotina atual, com quem vivem e coisas similares, informações que eram indispensáveis para um mapeamento afetivo, familiar e sócio-econômico. Ainda houve as vezes que eu perguntava se preferiam começar pelo presente ou pelo passado. Cada entrevista é única do ponto de vista de sua execução, não podendo ser calculado o desenrolar, o que exige uma certa

flexibilidade por parte do(a) entrevistador(a). Foi preciso ir manejando os temas de acordo com as particularidades de cada jovem, uns mais tímidos, outros mais entregues.

Apesar de não seguir uma fórmula rígida ou um questionário propriamente dito, as entrevistas foram baseadas em um *roteiro de temas* – um organograma anotado em um papel, o qual buscamos reproduzir em todos os doze relatos, para que a análise posterior fosse permitida. Estes temas chaves – elencados a partir da literatura especializada e pelas descobertas etnográficas – eram apresentados aos jovens do modo mais orgânico possível, onde a atmosfera era menos a de uma entrevista formal e mais no tom de uma conversa despretensiosa. Levando em consideração especialmente a idade dos sujeitos da pesquisa, era necessário ter um repertório de assuntos para dar continuidade aos diálogos, dominar um pouco a linguagem deles e evitar assim respostas simplistas que apenas reiterassem noções correntes sobre a vivência juvenil. Os silêncios e omissões eram reveladores de dores e marcas emocionais que não se podia traduzir com facilidade em palavras. Os relatos estão repletos de afetividade, ela transborda nas histórias contadas, que por vezes culminavam em lágrimas e olhares distantes. Eu procurava oferecer o maior acolhimento possível e não parecer surpresa demais com algo narrado, o que por vezes era custoso. Mas tendo optado por criar um clima de diálogo aberto, participava rindo, indagando curiosamente, esperando o próximo gancho ou revelando algo de minha própria trajetória que vinha a calhar (que eu conhecia a escola tal, que já havia ido a tal região, etc.). De modo geral eu perguntava sobre diferentes arenas: a vida atual, familiares e residência, as memórias de criança, o território e suas modificações, a trajetória escolar, o despertar afetivo e sexual, os relacionamentos, o consumo ou tráfico de drogas, o mundo do trabalho, as experiências com a polícia, as visões políticas, os consumos culturais e as redes sociais, as vivências de violência, o envolvimento com criminalidade, as expectativas de futuro e como percebiam a juventude ou o “ser jovem”.

Os eixos temáticos e exemplos dos “ganchos” utilizados pela pesquisadora para entrar em determinados assuntos estão elencados no quadro (Quadro 1, localizado ao final desta seção), em ordem alfabética, na expectativa de que possam auxiliar na construção de outras pesquisas. Como já posto, foram organizados nos termos de cada entrevista e do jeito e das especificidades de seus sujeitos, sem seguir uma ordem pré-definida. Por vezes devido ao horário não era possível explorar todos os eixos do organograma, mas há homogeneidade suficiente.

Com relação ao tempo de duração das entrevistas a média foi de uma hora, sendo a mais longa com quase duas horas e meia (realizada em duas partes) e a mais curta com pouco mais de quarenta minutos. Alguns jovens eram mais prolixos, outros bastante sintéticos em suas

respostas e impressões. Foi preciso ter “jogo de cintura” para exercer a função de fazer falar, me valendo de uma escuta ativa e criteriosa para a condução sutil da situação de entrevista de acordo com os propósitos da pesquisa e levando em conta a personalidade de cada jovem. Cada momento foi também de aprendizagem e acúmulo de um “saber fazer”, o que tornou o trabalho mais mecânico a certa altura dos doze relatos – mas em nenhum momento deixamos de nos surpreender, evidente.

O material coletado soma quase quinze horas de entrevistas registradas com a amostra principal, os e as jovens. Além desta temos ainda a entrevista piloto com uma jovem, algumas gravações de formações que conduzi com os Agentes de Cidadania, alguns minutos de uma situação de consulta aos adolescentes no CISA sobre o Plano Decenal (conduzida pelos técnicos do equipamento e com jovens da comunidade), a fala de uma ex-gestora da PNAS na mobilização em defesa do SUAS e uma entrevista de uma hora com o vice-diretor do Colégio anexo ao CISA, na condição de operador da política educacional, – as quais utilizamos apenas de modo indireto. Sobre o tratamento dos dados, em um primeiro momento foi feita a transcrição integral das entrevistas gravadas, trabalho que depois se revelou um bocado desnecessário, pois a tradução soma centenas de páginas. Depois, com o olhar mais acurado, foi feita a reescuta das entrevistas com o intuito de mapear a trajetória de cada entrevistado(a) e ir grifando os eixos temáticos que serão apresentados nos próximos capítulos. A transcrição integral tomou meses de trabalho para traduzir para a linguagem escrita o detalhe do sotaque, das gírias, da cadência da fala que é típica do relato oral, e bastante marcada quando pesquisamos em contextos periféricos onde o “bom português” assume outros contornos.⁹⁷ Ela é útil pois permite localizar com facilidade os assuntos, mas acredito que deve ser antecedida por esta escuta já intencionada e consciente do que se busca em cada relato, de modo que o trabalho pode ser minimizado transcrevendo-se apenas o que será utilizado nas análises finais.

⁹⁷ Ver: BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Tema	Exemplos de perguntas
Consumos culturais, redes sociais e meios de comunicação	<i>Que estilos musicais você gosta? Quais redes sociais você acessa? Com que frequência, o que costuma postar e com quais grupos se relaciona? Você lê notícias ou jornal? Gosta de assistir televisão? Quais programas? Que tipos de filme? Gosta de novela? Quais?</i>
Crime e violência	<i>Você já presenciou alguma cena de violência aqui no bairro? Já participou ou sofreu algum tipo de violência? Você está ou já esteve envolvido com “coisa errada”, tráfico, crime? Está envolvido em alguma facção? Conhece as lógicas ‘de dentro’? Quais são elas?</i>
Drogas	<i>Você usa algum tipo de droga? Já usou? Se sim, quais substâncias e quais os efeitos que sentiu? Em quais ocasiões costuma usar? Conhece alguém que é usuário de drogas? Quais drogas? É fácil conseguir drogas no bairro? Conhece alguém que trafica? Já vendeu ou vende drogas? Já foi pego com drogas pela polícia?</i>
Família e relações de parentesco	<i>Com quem você vive? Fale sobre sua família atual. Seu pai, se tem contato, e sua mãe, suas idades, se trabalham e com quem trabalham. Como é sua relação com seu pai e com sua mãe? Tem irmãos? Quantos e o que fazem? Como é sua relação com seus irmãos e familiares mais próximos?</i>
Memórias de infância	<i>Quais suas memórias de infância? Você nasceu aqui no bairro? Onde nasceu? O que fazia quando criança? Quais brincadeiras gostava? Era diferente de hoje? Quais as mudanças percebidas por você com o passar do tempo?</i>
Mundo do trabalho	<i>Você trabalha ou já trabalhou? Em que trabalhou, qual era seu cargo e atribuições? Como foi essa experiência? O que você espera do mundo do trabalho?</i>
Polícia	<i>Você já viu ou foi abordado pela polícia? Se sim, em qual situação? Houve violência envolvida? Que tipos de violência? O que foi falado pelos policiais? Quais foram suas condutas?</i>

Política	<i>Você acompanha o cenário político brasileiro no presente? Quais suas opiniões sobre isso? Você possui título de eleitor? Você já votou ou vai votar nestas eleições? Se votou, em quem votou? Por quais razões?</i>
Projetos de vida e futuro	<i>Quais as suas expectativas para o futuro? O que pretende fazer? Quais seus planos de vida?</i>
Representações de gênero e sexualidade	<i>Como foi seu despertar afetivo? Você gosta de meninos ou meninas? Como foi seu primeiro beijo? Você já perdeu a virgindade? Se sim, como foi a situação, você pode contar? Como foram seus relacionamentos amorosos? Atualmente, está se relacionando com alguém? Costuma ficar com muitos(as)? Possui filhos? Se sim, qual sua relação? Quais as atribuições e os padrões sexuais seguidos por jovens homens e mulheres hoje em dia?</i>
Religiosidades	<i>Você tem e pratica alguma religião? Com que frequência? Quais são os ensinamentos em que você acredita? Qual a religião dos seus pais e de seus irmãos?</i>
Ser jovem	<i>O que é ser jovem para você? Quais as coisas boas de ser jovem? E quais as coisas ruins de ser jovem? O que você acha que significa ser adulto?</i>
Território	<i>Há quanto tempo vive no bairro? O que acha do bairro? Como era no passado? Houveram mudanças? Quais foram elas? O bairro possui uma fama ruim? Você já foi discriminado por dizer que mora no Jardim Holandez? Como você chama aqui: comunidade, bairro, vila, favela, etc.?</i>
Vida escolar	<i>Você está estudando atualmente? Se sim, em qual escola e série? Quais escolas já frequentou? Você gostava das suas escolas? Como era seu relacionamento com os professores? Você é ou era estudioso(a)? Já se envolveu em alguma briga no colégio? Se sim, por qual razão e como foi? Até que ano você estudou? Você já foi expulso de algum colégio? Você teve participação nas ocupações secundaristas? Como foi sua experiência?</i>

Quadro 1: Roteiro guia de condução das entrevistas individuais. Elaboração da autora.

3.3. TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Em seguida apresentamos outro quadro (Quadro 2, na página seguinte) com os dados base das doze entrevistas individuais e dos narradores destas histórias para enfim montar as trajetórias de vida destes jovens habitantes do Jardim Holandez e vizinhança, quem compõem nossa amostra para esta e as próximas seções deste trabalho.

Com relação à faixa etária, a amostra vai dos dezesseis aos vinte e cinco anos de idade, estando alguns ainda na fase da adolescência (até os dezoito). Foram entrevistados seis jovens do sexo masculino e seis do sexo feminino, com vistas a uma equidade dentro da perspectiva das relações de gênero, que é bastante central no mapeamento das vivências juvenis. O recorte de raça/cor exige um pouco mais de minúcia na sua descrição, uma vez que na lida prática das entrevistas eu não perguntei como os e as jovens se auto-identificavam, o que gerou certo furo epistemológico. Me dei conta a uma altura em que não era mais possível voltar para verificar como cada um se percebia no âmbito das categorias raça e cor. Contudo, por ser fundamental na cartografia destes sujeitos, para fins analíticos eu mesma identifiquei cada entrevistado(a) de acordo com traços fenotípicos como o tom da pele e outras características que evidenciassem origens afrodescendentes. Em alguns relatos isto é confirmado verbalmente, conforme narrado mais à frente. Assim, a forma encontrada de contornar esta lacuna foi fazer eu mesma a classificação no quadro que segue (Quadro 2), explicitando aqui que esta identificação poderia ser diferente na visão dos(as) jovens, especialmente por ser uma questão política e moral – o que certamente contribuiu para que eu, branca, me sentisse constrangida em perguntar numa interação face a face “qual a sua raça”, levando afinal a esta limitação que é preciso trazer à tona.⁹⁸ Neste registro, dez dos doze sujeitos entrevistados são negros (pretos ou pardos), mais de oitenta por cento da amostra total.

Outros marcadores importantes como condição sócio-econômica (via as ocupações laborais), grau de escolaridade e religiosidade foram incorporados nas trajetórias, justamente pela complexidade de sua decodificação. Aclaramos, contudo, que todos(as) frequentam ou frequentaram exclusivamente escolas e colégios públicos. Por fim, os nomes fictícios foram inspirados em artistas, compositores e intérpretes da música popular brasileira, de acordo com um gosto próprio da pesquisadora, o qual me pareceu combinar com o contexto e os agentes

⁹⁸ Agradeço carinhosamente à Professora Márcia Regina dos Santos pelas orientações para resolver este impasse, via uma classificação feita pela própria pesquisadora e indicando que este mapeamento foi externo, e pela conferência do Quadro 2. Para um panorama simplificado, ver a reportagem com dados do IBGE: GOMES, Irene; MARLI, Mônica. As cores da desigualdade. **Retratos: a revista do IBGE**, Rio de Janeiro, n.11, p.15-19, mai. 2018.

investigados. A apresentação das trajetórias segue a ordem em que foram realizadas as entrevistas, o que talvez permitirá observar o desenvolvimento da habilidade de fazer falar na coleta destes relatos orais, os quais apresentaremos logo depois. Eles foram decupados e organizados para formarem narrativas coerentes, buscando a maior fidelidade possível à voz dos entrevistados e entrevistadas, com vistas a responder, na escala dos patrimônios individuais e num contexto empírico localizado, *em quais condições a juventude pode ser vivida*.

	Nome fictício	Data de realização	Duração da entrevista	Idade (ano de nascimento)	Sexo	Raça/cor⁹⁹
1.	Clara	28 set. 2016	1:07 min.	20 anos (1996)	Feminino	Preta
2.	Betânia	28 set. 2016	1:05 min.	16 anos (2000)	Feminino	Preta
3.	Elis	25 out. 2016	1:21 min.	16 anos (2016)	Feminino	Parda
4.	Graça	27 out. 2016	1:05 min.	19 anos (1997)	Feminino	Preta
5.	Milton	01 nov. 2016	1:30 min.	16 anos (2000)	Masculino	Parda
6.	Elza	01 e 04 nov. 2016	26 min. + 1:51 min.	17-18 anos (1998)	Feminino	Branca
7.	Jorge	22 nov. 2016	1:04 min.	18 anos (1998)	Masculino	Parda
8.	Dorival	23 nov. 2016	42 min.	17 anos (1999)	Masculino	Branca
9.	Gilberto	24 nov. 2016	1:02 min.	25 anos (1991)	Masculino	Preta
10.	Roberto	24 nov. 2016	1:04 min.	17 anos (1999)	Masculino	Parda
11.	Noel	25 nov. 2016	1:12 min.	21 anos (1995)	Masculino	Parda
12.	Nara	29 nov. 2016	1:35 min.	19 anos (1997)	Feminino	Parda

Quadro 2: Dados base da amostragem, por Idade, Sexo e Raça/cor. Elaboração da autora.

⁹⁹ Com base na percepção da pesquisadora.

Seguem então as trajetórias de vida, na fonte 11 e levemente recuadas para se destacarem do texto, enfatizando aqui que entre aspas estão as citações e expressões literais usadas pelos(as) entrevistados(as), as quais julgamos fundamentais para a reconstituição de suas experiências de vida a partir de suas próprias linguagens, e na tradução destas para os propósitos sócio-antropológicos mirados.

Clara, 20 anos

Clara nasceu em 1996, no município de Piraquara. Tímida e reservada, aos poucos conta com memórias vívidas de seu “pai herói”, trabalhador e afetuoso, quando era criança. Por ele já ser falecido, narrar esta passagem era doloroso para ela, que silenciava saudosa com lágrimas nos olhos. Da mãe se lembra pouco, a perdera quando pequena. Possui oito irmãos e irmãs, todos mais velhos e já casados. Mora sozinha desde os dezessete anos, numa casa próxima ao CISA, no Holandez. De acordo com ela, não paga as contas pois possui “rabicho de luz e água”. De parentes próximos tem uma tia na vila, que é casada e tem uma filha. Frequenta também a casa dos irmãos, em Pinhais e outras vilas próximas.

A conversa com Clara foi particularmente delicada devido a uma dificuldade de fala em função de um problema de saúde que traz de nascença, ou “nasciência” nas palavras dela, que inclui uma deformidade facial grave nos olhos e nas orelhas, sobre o qual ela nos conta ao narrar os detalhes de sua trajetória escolar ali na vila. Começou a estudar na Escola Idília, que frequentou até o sexto ano. Lá gostava dos professores, mas se lembra com pesar das agressões verbais que sofria por parte de outros alunos, que zombavam da sua deficiência. Já no sétimo ano foi para o Colégio Ivanete e estudava no período da tarde. Ali também tinha os mesmos problemas com os estudantes, sentia muita raiva e queria sair da escola. Quando seu pai já era falecido, ela parou de estudar. Ao retomar os estudos em um novo ano letivo após a morte dele, no início do trimestre foi avisada pela direção da escola que não estava regularmente matriculada e por isso não poderia mais assistir às aulas. Seus irmãos intercederam junto aos gestores, pedindo que a rematriculasse, mas ela acabou deixando o colégio desde então pela justificativa da falta de vaga. Parou porque não estava mais matriculada.

Faz tratamento médico no CAIC¹⁰⁰ de Pinhais, desde criança sendo acompanhada pelo mesmo médico. Já fez inúmeras cirurgias de reconstituição facial, duas no olho, uma na boca, outra num dos cantos do rosto. Nunca trabalhou e nem recebeu atendimento psicoterápico. Ela tenta não ligar para o que as pessoas falam, mas vive ressentida pela reação negativa na sua presença, “ah, mas eu não sei porque que as pessoas têm nojo de mim só porque eu tenho... esse olho”, afirma pensativa e resignada. Sobre amizades, se recorda especialmente de uma amiga de infância que vivia junto com ela e pela qual era muito apegada, até que esta foi embora do bairro. Sente muita falta das brincadeiras de infância entre as duas, que cresceram juntas e tinham um forte vínculo de confiança. Namorados nunca teve e, chateada, não acredita que seja possível algum rapaz se interessar por ela.

Sua queixa principal sobre o bairro é que as pessoas jogam lixo no quintal das outras. Certa vez sua casa foi assaltada e a polícia apareceu, mas não se lembra muitos pormenores. Nunca usou drogas e detesta o cheiro de maconha, segundo ela porque mata muitas pessoas; também porque tem um sobrinho que é usuário, não trabalha e “não quer sair dessa vida” (referindo-se às drogas). Quando indagada, afirmou não conhecer Curitiba. Frequenta a Igreja Católica do bairro desde pequena, vai à missa todos os domingos e por vezes aos sábados de manhã, onde encontra irmãos e primos. De

¹⁰⁰ Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente.

política, conta que tem o título de eleitor e que irá votar pela primeira vez nas eleições municipais: sabia que eram dois candidatos, mas àquela altura ainda não havia decidido seu voto.

Logo que conheceu o CISA passou a frequentar o local pois, de acordo com ela, gosta de ver gente bem alegre, dando risadas. Lá conversa comumente com a coordenadora e duas funcionárias, por quem tem muito afeto. Na época da entrevista participava das oficinas de desenho e embelezamento. Tem vontade de tocar violão, gosta muito de escutar música, “todas as música”. Assiste televisão, gosta especialmente de novelas e filmes de terror. Clara não utiliza computador nem redes sociais. Afirma por vezes se sentir muito sozinha. Ao ser indagada sobre suas visões do futuro, fala que sonha em trabalhar, fazer faculdade, terminar os estudos. Por outro lado, sente “dó” de si mesma, diz em tom de desesperança.

Betânia, 16 anos

Betânia nasceu em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, no ano 2000. Seu pai conheceu pouco. Sabe pela mãe que eles brigavam muito, até que esta descobriu que ele tinha outra mulher e uma filha com ela, quase da idade da sua. Se separaram e a mãe não teve o apoio dos seus pais, os avós da jovem. Cerca de dois anos depois a mãe conheceu o seu atual padrasto e foram morar no Jardim Holandez. Com ele tem uma filha dois anos mais nova que Betânia, sua meia-irmã, à época da entrevista com quatorze anos. Após a separação a mãe trabalhava num clube, com serviços gerais e limpeza e a levava na creche. Hoje, aos quarenta e três anos, trabalha como zeladora de uma faculdade privada, depois de um tempo parada cuidando das duas meninas. Seu companheiro trabalha fazendo piscinas.

Da relação com a mãe conta que depois do nascimento da irmã se sentiu afastada, pois a pequena era mais mimada. Hoje estão mais próximas. Sobre o pai biológico, os familiares dizem que ele irá aparecer depois que ela completar dezoito anos. Tem curiosidade em conhecê-lo, mas soa magoada pelo fato de ter ido visitá-la não mais de duas vezes depois do rompimento com a mãe e de nunca ter pago pensão. Com relação a sua religiosidade, foi criada católica, batizada e com catequese. Gostava muito de frequentar a igreja, mas a certa altura a família deixou este hábito. Atualmente a mãe passou a ir a uma igreja evangélica do bairro. Convive bastante com a família dela, tios e primos pequenos, mas reclama das constantes brigas e conflitos entre os sete irmãos, um falando mal do outro.

Betânia se recorda de ser uma criança “atentada”, sapeca, uma vez até caiu na valeta. Na infância brincava também de bola e de bicicleta na rua. Depois cresceu e passou a ficar mais em casa, especialmente a partir dos dez anos, quando a mãe recomeçou a trabalhar e ela passou a ser responsável por cuidar da irmã e da casa – trabalhos domésticos que faz até hoje. Com relação a isso, afirma ter preguiça, mas gosta, se distrai fazendo faxina. Iniciou sua trajetória escolar na Escola Idília, onde permaneceu dos cinco aos dez anos e da qual tem boas lembranças. Depois disso foi estudar em Pinhais, no CE Castelo Branco, pois sua mãe achava muito perigoso ir para o Ivanete – levando em conta que lá ocorriam muitas brigas e que tinha a fama de ser o pior colégio da região. No Castelo recentemente havia se envolvido em uma briga com uma menina encenqueira que a perseguia e a chamava de “neguinha” e outros apelidos racistas. Saturada com a situação intimou a estudante verbalmente, mas não pensava que ela iria “para cima”. No fim acabou ganhando a briga, mas foi feito um Boletim de Ocorrência e sua mãe foi chamada na escola, o que deixou esta muito braba. Na época da entrevista frequentava o segundo ano do Médio. Anos antes era mais relaxada com os estudos, agora passou a se dedicar mais, pois pensa no futuro.

Da passagem para a adolescência recorda a primeira menstruação, aos doze anos. Aos quinze começou a sair com as amigas para ir ao cinema, passear no *shopping* e frequentar shows de música. É heterossexual, nunca namorou, dizendo que “eu sou mais na minha assim” e desaprovando o

comportamento de meninas que considera “atiradas”, que se jogam para os rapazes e ficam com muitos ao mesmo tempo. Também observa que tem muitas adolescentes engravidando cedo. O seu primeiro beijo foi dado num show, mas não houve nada de especial. Passa algum tempo na internet e gosta de assistir televisão, principalmente novelas; redes sociais não usa muito. Tem preferência por música sertaneja, embora não tenha costume de dançar.

Ao falar do bairro, se queixa que as pessoas lá são ou muito metidas ou muito tímidas e que mesmo morando há muito tempo no Holandez, quase não convive com as pessoas da vila. Para Curitiba vive indo, mas não gosta. Tem medo pois uma vez viu uma mulher sendo assaltada, levaram sua bolsa. E também porque se incomoda com multidão, “muita pessoa junta assim”. Quando abordado o tema política, a jovem constata que as pessoas estão sofrendo. Na escola estavam se preparando junto ao CE Arnaldo Busato, também de Pinhais, para se manifestarem contra o PL do Ensino Médio. Achava importante, mas não frequentava o grêmio estudantil e nem os movimentos de ocupação. Não possui título de eleitor e nem tem vontade, pois percebe que “tá só piorando as coisa, né. Também... querendo tirar tudo das pessoa. Daí tá bem complicado. Tá cada vez pior, né. Bem triste.”

Começou a frequentar o CISA há três anos, pois sua mãe conheceu o equipamento e a inscreveu para fazer atividades e estimular ela a sair mais de casa. Já frequentou as oficinas de desenho, de dança e de violão. Quando indagada sobre o que a comunidade pensa do CISA, concorda que lá tem muita gente que rouba e usa drogas, diz que “a maioria aqui é tudo traficante.” Como Agente de Cidadania recebe uma bolsa no valor de cento e cinquenta reais que pode gastar como quer; sendo que cinquenta reais ela dá para a irmã que a acompanha nas atividades. Gasta principalmente com roupas, com isso é um “gastêro”; quando precisa de outras coisas costuma pedir dinheiro para a mãe.

Ao descrever o que é ser jovem, Betânia reclama que ser menor de idade é ruim para conseguir um trabalho. Ela está procurando emprego para ajudar a família, mas afirma estar muito difícil e complicado. Seu maior medo é não conseguir fazer as coisas, como pagar a faculdade, ter uma profissão e conseguir um emprego. No futuro planeja cursar odontologia, mas sabe que não será fácil financiar isso, pois é um curso caro. Nem menciona o ensino superior público. O seu sonho é ajudar a mãe a comprar uma casa, já que esta não gosta da vizinhança, pois moram na rua de um ponto de drogas, onde há muito movimento, violência e som alto. Ao ser perguntada, disse que gostou de ser entrevistada.

Elis, 16 anos

Elis começa narrando que mora se dividindo entre a casa de uma prima e a casa da avó. A prima, de vinte e oito anos, fora usuária de drogas no passado e estava então no quinto mês de gestação, com um histórico de vários abortos espontâneos anteriores. Agora vai à igreja, tem um companheiro e faz “tudo certinho”. A jovem assumiu a responsabilidade de cuidar dela, a levando em consultas médicas e zelando por sua saúde na gravidez de risco. A avó, com cinquenta e três anos, trabalha o dia inteiro, sai às seis horas da manhã e volta às sete horas da noite todos os dias, mas Elis não sabe precisar em quê exatamente. Ela também divide seu tempo cuidando de um primo de vinte e quatro anos que foi pego em flagrante pela polícia há uma semana e “caiu com uma carga de cigarro, um de menor e um carro roubado”; da arma tinha se desfeito. Ela não pode visitá-lo por ser menor de idade, mas está agenciando os serviços do advogado – pago pela facção da qual o primo faz parte, o PCC – e levando coisas na Delegacia de Furtos e Roubos em Curitiba onde por ora ele se encontra.

Foi morar no Jardim Holandez em outubro de 2010. Nasceu em Vargem Grande, bairro de Pinhais, onde passou a infância e residia com a bisavó, a avó e os tios, que dividiam um terreno. Quando a bisavó faleceu de câncer, os familiares resolveram vender o terreno. Daí a família foi “se

desmanchando”, nas palavras dela. Depois disso duas tias morreram de acidente e um primo com a esposa grávida foram assassinados. Sua mãe engravidou aos quinze anos, de um relacionamento com o pai que Elis nunca conheceu. Segundo narra, o pai tinha feito uma casa para sua mãe e ela, mas quando foi “buscar” as duas (ela recém-nascida), sua mãe disse que não o amava mais. Depois disso ele teria desenvolvido uma depressão e por isso fora morar no estado de São Paulo. A avó conta que há um tempo ele voltou para Pinhais, tem uma fábrica de barcos e vive no bairro Weissópolis [bairro mais populoso de Pinhais]. A jovem fica curiosa, mas não tem coragem de ir lá ver quem ele é. Morou com a avó até os quinze anos e em 2016 foi morar com a mãe por um período, mas sua relação com ela é complicada. Os conflitos eram numerosos, especialmente no que se referia às tarefas domésticas e ao cuidado de sua meia-irmã de três anos, filha do atual companheiro da mãe. Na época da entrevista não estavam se falando, “nenhuma olha na cara da outra” – inclusive a jovem relutara em falar sobre o assunto.

Sua vida escolar foi marcada por oscilações. Aos cinco anos, na Vargem Grande, quebrou o braço em três lugares e teve que ficar dois meses com o tórax todo enfaixado. Aos seis, quebrou a perna quando um carro a atropelou no caminho para a casa de uma tia. Ela ficou três meses internada, depois dois meses com gesso e mais três meses até voltar a andar. Como no CAIC de Pinhais, onde estudava na época, não tinha elevador, ela perdeu um ano letivo. Depois reprovou o primeiro ano. Conseguiu chegar até o nono ano, mas aí parou de estudar por mais um ano, por conta de complicações na vida familiar. Agora está estudando em Pinhais, cursando o primeiro ano do Médio, porém não sabe se irá conseguir concluir em função das ocupações estudantis. Sobre estas, conta que seu colégio está ocupado – foi lá colaborar, ajudar a limpar, estas coisas –, mas achava que não estava adiantando muita coisa. O PL, segundo ela, ao estabelecer o ensino público integral, iria favorecer os estudantes da rede particular, que afinal de contas não precisam trabalhar.

A rotina atual é repleta, além das sérias atribuições familiares já narradas. Consiste em fazer um curso pago profissionalizante de Marketing em uma escola na Praça Carlos Gomes, em Curitiba, pelas manhãs; ficar no CISA durante as tardes onde é Agente de Cidadania; ir para a escola à noite e depois cuidar do carrinho de lanches que fica na frente da casa da sua avó – seu bico atual. Conheceu o CISA quando foi intimada a cumprir medida sócio-educativa, por uma agressão a uma colega da escola, que ficou com traumatismo craniano. O *ethos* é: “Se eu pego uma pessoa pra bater, é pra machucar!” Aí como tinha que prestar serviço, precisava “ajudar as menina [funcionárias do equipamento] no que fosse preciso. fazia de tudo aqui.” – até que foi chamada por uma destas profissionais para ser Agente. Já fez várias oficinas, incluindo a de futsal. Frequenta a Igreja de Deus, junto com a prima, um templo evangélico do bairro. Vai todos os domingos no culto da família. O que mais gosta são os hinos; diz “eu presto bem atenção na palavra que o pastor fala, mas no outro dia eu já esqueço. Sou bem esquecida.” Envergonhada, conta um pouco sobre sua vida amorosa e sexual. Havia um ano que perdera sua virgindade, com um namorado com quem fugiu de casa. Fugiram para o Bigorrilho, um bairro nobre de Curitiba, onde passaram uma semana na casa da mãe do rapaz. Depois ela voltou, por consideração à avó. Hoje namora um jovem de vinte e seis anos, que conheceu há cerca de três anos na praia.

Além de frequentar duas vezes por semana o centro de Curitiba, conhece Foz do Iguaçu e o Paraguai. Sobre o bairro, reclama. É uma “favela”, não tem asfalto, quando chove, alaga. Além disso, sua vida é tracejada pelo voto de sigilo e pela violência das facções, que traz seus privilégios. Desde os seis anos de idade que Elis convive com isso, quando ia limpar a casa do primo agora assassinado. Foi aprendendo os códigos de conduta e de silêncio. Explica que “cagueta morre cedo, morre com tiro na boca” e “pilantra leva um tiro no joelho e um no pé, pá andar mancando, pá saber que é pilantra”. Não tem medo destas coisas, já aprendeu a dar tiro e a pintar bala, para testar a mira. Como ela sempre soube muito do Comando e sempre protegeu eles, hoje ela é protegida e respeitada. Do futuro, deseja terminar o seu curso e sair profissional. Sonha em ser policial, mas seria para proteger

a facção, pois “pra bandido policial é pilantra. pessoa que fala demais é pilantra.” Quando perguntada sobre o que é ser jovem, ela fala não saber bem pois desde cedo aprendeu a ter muita responsabilidade, aprendeu “o que é certo e o que é errado, com quem se envolver, com quem andar.”

Graça, 19 anos

Graça é uma jovem comunicativa, que falou sem dificuldades sobre sua vida na ocasião da entrevista, apesar de afirmar que em geral é bastante fechada com relação a sua história pessoal. Está no Jardim Holandez desde que nasceu, há dezenove anos; apesar de ter vindo ao mundo no Hospital de Clínicas de Curitiba, pois foi prematura, impaciente em nascer, diz ela. Sobre sua família e residência, vive com a mãe, o pai e a irmã mais velha. Na casa dos fundos mora mais um irmão, com a sua esposa e uma filha pequena. Recentemente a mãe adoeceu e precisou ficar na UTI por conta de um problema na vesícula – ela quase morreu, chegou a ter duas paradas cardíacas. Trabalhava como empregada doméstica até que seu marido pediu que largasse o emprego para cuidar da saúde, quando passou a ser dona de casa. Sua mãe, a avó de Graça, veio da cidade de Salvador na Bahia para ajudar nos cuidados com a filha adoentada. Mas quer voltar embora logo pois está muito incomodada com o frio, a chuva e a falta de sol por aqui. Ela tem oitenta e sete anos.

O pai da jovem trabalha há uns quinze anos no Moinho Nordeste, carregando caminhão. Sua irmã, de vinte e dois anos, fica mais na casa de uma amiga. Ela não terminou os estudos e está sem trabalhar, embora tenha trabalhado no *Shopping Estação* no centro de Curitiba, antes de completar dezoito anos. Depois disso, Graça afirma que a irmã se transformou: passou a sumir por longos períodos e a reaparecer subitamente. A mãe fica preocupada e “fala um monte”, mas ninguém sabe bem por onde ela anda. A jovem acha que a irmã “mexe com coisas de droga”, mas não sabe dos pormenores. A ligação entre as duas quase acabou após esse cenário. O irmão tem vinte e sete anos e trabalha com polimento de veículos na fábrica de carros da Renault, localizada em São José dos Pinhais, RMC. Sua filha tem dois anos e meio. Com a cunhada – que não trabalha fora de casa – tem uma relação turbulenta, pois a considera muito “folgada”. Conta: “nóis sai no tapa, tipo assim, briga de rua!” Mas são como irmãs, brigam e uma semana depois já voltam a conversar normalmente.

Quando pequena estudou no Benhard, onde fez o Fundamental I. Agora estuda de manhã no CE Ivanete, vizinho ao CISA, desde a quinta série, hoje o sexto ano. Lá conhece todo mundo e gosta de quase tudo, apesar de considerar um colégio desorganizado; afirma ter muita bagunça, brigas e confusão. Antes disso frequentou por uma semana o CE Castelo Branco de Pinhais, mas não se adaptou. Segundo ela, “os professores de lá, muito cheio, os aluno de lá é muito folgado”. Preferiu ficar na vila. Recorda de algumas discussões no Ivanete com uma professora que “pegava no pé” por conversar muito com sua melhor amiga durante as aulas e, no geral, não simpatiza muito dos docentes. Atualmente no Ensino Médio, ela assiste também aulas em um curso de revisão pré-ENEM, na Vila Macedo, ali no Guarituba. Nunca trabalhou, mas chegou a marcar entrevista de emprego no *Shopping Estação*, só que dias depois a mãe adoeceu e por isso nem pode comparecer.

Das lembranças de criança, diz que o bairro era muito diferente. Gostava de pular valeta – onde perdeu muitos chinelos –, jogava *bets*, soltava raia na rua, sempre foi “muito piazona” porque na sua rua só tinha piás, muitos amigos do seu irmão. Muitos deles já morreram, estão fugidos ou presos, uns poucos casaram e têm filhos. Ali já presenciou cenas “tensas” de violência e de morte. Tinha inclusive toque de recolher quando pequena, a mãe dizia: “cinco horas quero você em casa tomada banho!” Ela e o pai, nascidos na Bahia, nunca contaram exatamente porque saíram de lá. Reclamava rindo de o pai ter escolhido vir para o Sul, já que poderiam ter ido morar no Rio de Janeiro ou em São Paulo. A mãe conta apenas que apostaram tudo. Quando chegaram na vila era só mato, umas

três casinhas e um monte de vacas – dava para ver o trilho do trem que separa Piraquara de Pinhais. Era tudo na vela pois não tinha energia elétrica.

Ao ser indagada sobre quando começou a sentir que deixava de ser criança, Graça relembra que brincava com suas bonecas até os quinze, dezesseis anos. Sua mãe, contrariada, tirou tudo e deu para a sobrinha dela; colocou um computador no lugar. A jovem guardou só uma, esta intocável. Aí quando começou a namorar, desinteressou das brincadeiras de boneca. Seu primeiro “fico” foi aos quinze anos, com um rapaz que na época tinha vinte e oito anos e um filho um ano mais novo do que ela. Até seus dezessete para dezoito anos namorou com ele. Segundo ela, ele tinha tatuagens no corpo inteiro, até na cabeça. A mãe não apoiava o relacionamento. Depois de um ano de namoro, perdeu a virgindade em um clima romântico e planejado. Só que desta relação também pegou certo trauma, pois o parceiro estava envolvido com roubo de carga e tráfico de drogas. Logo depois que romperam, ele foi pego pela polícia. Depois disso só teve coragem de ficar com um ou outro, sem levar nada mais sério, pois afirma estar sem coragem depois desta primeira experiência afetiva turbulenta.

Adora dormir, gosta de baladas *rave* de música eletrônica, ama filmes de terror; além de eletrônica, escuta música sertaneja e gospel. Desde criança frequenta a mesma igreja junto da família, a Assembleia de Deus. Gosta de novelas, mas não muito. Das redes sociais, usa especialmente o *WhatsApp*, aplicativo no qual participa de vários grupos, a maioria com pessoas jovens que desconhece pessoalmente. Sobre drogas, fuma maconha, mas em poucas ocasiões, quase ninguém sabe. É muito fácil conseguir um baseado ali na vila, afirma. Toma bala (*ecstasy*) e bebidas alcólicas quando vai nas festas. Conheceu o CISA desde o comecinho (2011) e já participou das oficinas de *muay thai*, violão e desenho. Se afastou um pouco por causa da doença da mãe, mas está sempre ali quando sai do colégio, é uma “parada obrigatória” – nem que seja só pra dar um oi.

Nos últimos tempos sua vida e suas concepções mudaram muito, por causa do problema de saúde de sua mãe. A relação com ela é de máxima confiança, falam sobre tudo. Quando do seu internamento, Graça ficava a semana toda no hospital, em Curitiba, acompanhando a paciente que estava usando fraldas e não conseguia se levantar. A jovem não confiava na irmã para dividir os encargos, pois esta não tinha paciência. Conseguiu terminar o ano na escola fazendo tarefas domiciliares, que executava no hospital mesmo; ficou quase três meses sem poder ir para o colégio. Além de ficar como acompanhante, tinha que pagar as contas, limpar a casa, lavar as roupas e levar para o hospital as roupas limpas. O pai ficava nos fins de semana, por causa do trabalho. Amadureceu anos em poucos meses, resume ela. Ao ser indagada sobre seus projetos de futuro, diz não saber e tem muitas dúvidas com relação a isto. Sua mãe pergunta sempre se ela já decidiu o que fazer, mas ela responde com “não faço ideia!” Prefere não pensar muito. Afirma que ser jovem é bom, só que tem muita responsabilidade; queria ser criança o resto da vida.

Milton, 16 anos

Milton vive no Conjunto Habitacional do bairro Vila Nova, próximo ao Holandez – conhecido popularmente como “as casinha”. Mora com a mãe, o padrasto e dois irmãos, um dois anos mais novo do que ele e um bebê de poucos meses, que chama de o “bacurizinho” da mãe. Tem ainda uma irmã mais velha, já casada e residindo com seu marido. De sua rotina atual, o jovem explica que acorda lá pelas onze horas da manhã – salvo quando vai pra oficina de violão mais cedo; almoça em casa; vai para o CISA de tarde onde é Agente de Cidadania; volta para casa para tomar um banho e depois à noite frequenta a escola. Aí vai para casa de novo, janta e dorme. Se intitula “meio moleque depressivo” e quando não está em suas atividades rotineiras, prefere ficar em casa, raramente saindo com alguns amigos.

Sua mãe tem trinta e seis anos, nasceu em uma cidadezinha de Santa Catarina e veio para Piraquara aos dezessete. Conheceu o pai do jovem com quem teve os três primeiros filhos. Se separaram por motivo de traição, logo que seu irmão menor nasceu; quando Milton tinha sete anos de idade, a mãe casou com o seu primeiro padrasto, este falecido de infarto em 2012. Neste período ela passou a trabalhar como diarista. Até 2015 ficou desacompanhada, quando conheceu o atual marido, que é pedreiro. No momento ela não trabalha fora de casa. Da relação com a mãe, diz que não são muito próximos porque têm muitas diferenças, especialmente no que tange à visão religiosa. Ela é evangélica devota, na igreja Chamados por Deus, enquanto ele se nomeia o “*vida-lokinha* da família”. O pai é um “tralha”, segundo ele. É trabalhador, mas muito “botequeiro” e “mulherengo”. Até seus quatro anos, mesmo separado da mãe, era bem presente, ajudava na casa e comprava brinquedos. Mas se envolveu com uma mulher comprometida e acabou se complicando com pessoas perigosas e por isso se mudou para Foz do Iguaçu. “Ele também era perigosinho” e mexia com “coisa errada”, diz o jovem. Trabalhava como pedreiro, mas tinha arma e vendia drogas como bico, o que gerava muitos conflitos conjugais dos quais o jovem se lembra. Hoje têm pouco contato.

A irmã mais velha, já casada há dois anos, completou dezoito. Se acertam de vez em quando, mas têm as divergências por questões religiosas em torno das quais ficam horas discutindo. Ela interrompeu os estudos no segundo ano do EM para trabalhar, mas não trabalha atualmente. Seu marido é pintor. Passa muito tempo na casa da mãe e Milton se queixa disto, “ela parou de estudar pra trabalhar, mas, não, ela parou e fica em casa! Na minha casa, tá ligada? Ela tem a casa dela, mas vai na minha casa.” Com o irmão de quatorze anos tem mais afinidades, pois é “roqueirinho” como ele. Como dividem o quarto, convivem bastante, assistem filmes, dão risada, “a gente passa a madrugada acordado, fazendo alguma coisa, desenhando, ele desenha muito bem também, a gente faz umas competição de desenho.” Só brigam porque o mais novo é desorganizado e não arruma a sua parte do quarto. Os dois andam de *skate*. Também tem contato com a meia-irmã só por parte do pai. O resto da família não frequenta pelas disparidades de crença religiosa, já que ele se considera “meio ateu”. Até os quatorze anos ia junto nos cultos, depois começou a discordar de muitas posturas dos familiares que, de acordo com ele, gostam mesmo é de falar mal da vida dos outros.

Nasceu em 2000 no Jardim Holandez e se lembra que em toda a casa tinha uma criança, era muito tranquilo, todo mundo ficava na rua. Não gostava de jogar bola, mas ficava brincando de “mãe se esconde”, “pega pega”, essas coisas. Nesta época não tinha televisão nem *games*. Dos conhecidos do passado, só tem um primo com quem ainda conversa e uns outros que encontra na rua e só cumprimenta. Hoje a casa em que morava fica na rua de um ponto de drogas, onde estacionam carros roubados e sempre tem polícia. Se mudou para o Vila Nova logo que o conjunto ficou pronto: a mãe se inscrevera no programa depois da morte do segundo marido. No bairro nunca sofreu violência policial, só recebia chamada da polícia quando mais novo com os amigos pintava os muros das casinhas, mas segundo ele nada truculento.

Na Escola Idília fez o pré-escolar (hoje primeiro ano) e depois se mudou para o Benhard onde estudou até a quarta série, hoje quinto ano, fim do ciclo Fundamental I. Gostava especialmente dos passeios “da hora” que fazia junto com os colegas à lugares turísticos. Segundo ele, sempre foi um estudante inteligente e bagunceiro, já que se entediava rápido. Na quinta (sexto ano) foi para o CE Ivanete, onde reprovou um ano. De lá recorda de seu mentor: um professor de artes que ficou responsável por “consertar” ele, e que lhe deu um enorme caderno de desenho, que guarda até hoje. Conta que ele “sempre me elogiou por desenhar bem, ele que me influenciou assim bastante a praticar desenho.” No sétimo resolveu ir morar com uns tios, parentes da mãe, em Santa Catarina, num lugar “meio roça” e ficou sem estudar por um ano. Morou um tempo em Foz, um período com o pai, mas como brigavam muito ele foi morar sozinho. Estudava lá, mas quando voltou para a vila, a pedidos da mãe e por vontade própria, não conseguiu a transferência e nisso perdeu mais um semestre. Por fim as funcionárias do CISA conseguiram uma vaga para ele no supletivo noturno do Colégio Rosilda

no Guaritubinha. Agora dá valor para terminar os estudos. Das ocupações estudantis só ficou sabendo pelo pessoal do equipamento, pois ainda não chegou ao Ensino Médio.

Desde pequeno se interessou por mulheres, seu pai era um grande incentivador. O primeiro beijo deu aos sete anos de idade, numa menina da rua. Quando estava no Ensino Fundamental ficava com muitas. Na quinta série teve o seu auge: “a quinta série foi a melhor fase que eu tive, eu pegava tanta menina, nossa!” A virgindade perdeu aos treze para quatorze anos, com uma amiga da irmã. Namoro sério nunca teve, embora tenha seus “contatinhos” quando quer ficar com alguém. Mas não se considera “galinha” (garoto que fica com muitas ao mesmo tempo). Sobre seu estilo, Milton afirma que teve várias fases. Sempre gostou de *skate*, colocou brinco na orelha, mas tinha que esconder da mãe. Agora tem vários *piercings* e a mãe não liga mais. Aos onze anos começou a se automutilar, mostrando as marcas nos braços, os desenhos no corpo, algumas cicatrizes bastante profundas. Ele escondia com camisetas de manga comprida e a família nunca falou nada sobre o assunto. Gostava de ver o sangue escorrer e não sentir a dor, usava às vezes estilete, às vezes faca. Na época da entrevista, fazia um ano que não se cortava mais.

Usa um pouco redes sociais, na TV assiste alguns programas, gosta de ver filmes de *anime* (animação japonesa) e de vez em quando vicia numa novela. Como o pai, sempre gostou de *rock*. O primeiro e único porre foi na área do CISA, mas bebe alcoólicos quando vai nas festas do El Mago, uma casa noturna no centro de Curitiba. Lá curte *funk*, mas critica as letras que acha pesadas. Fuma cigarros, mas não gosta de maconha, embora vários amigos usem. Tem um certo preconceito pois acha que quando os moleques fumam só ficam falando burrice; nas palavras dele, “eles fumam, começam a rir à toa e tal, eu fico ali na minha, vendo eles idiota.” De política, votou pela primeira vez para prefeito e vereador. Para vereador anulou e para a prefeitura reelegeu o então prefeito, porque ele fez bastante asfalto e um postinho de saúde no Vila Nova, que é meio precário, mas pelo menos foi feito.

Desde os onze anos frequentava a quadra do CISA, construída muito antes do equipamento, quando era um matão. Ia andar de bicicleta, gazejar aula e ficar com meninas. Daí o CISA foi crescendo e começaram as atividades, que ele passou a assistir. Sempre participou da oficina de desenho e neste ano tinha virado Agente. Do futuro pretende cursar o Ensino Médio, arrumar um empreguinho, terminar os estudos e focar em alguma coisa. Sonha em ser arquiteto, mas acha que tá meio longe para pensar nisso. Pergunto sobre o lado bom e o ruim de ser jovem. Ele responde: “ah, vou falar como eu penso assim, porque eu num posso falar por todos os jovens.” O bom é que dizem que os jovens têm energia, mas ele não, diz rindo. É a “idade de zoar”¹⁰¹. O legal é que você não tem muita responsabilidade, o “foda” é que você não tem muita independência e que é uma fase na qual você pensa demais na vida.

¹⁰¹ Para maiores esclarecimentos sobre este léxico das sociabilidades jovens, Maria Isabel Medes de Almeida (2006) aponta que “Ruidosa em sua dimensão incessante de deslocamento e circulação, barulhenta em sua busca despercebida e contingente de fruição ocasional, da criação e da invenção, a ‘zoação’ confere significados a interjeições, mimetismos, ‘performatividades’ da ação, uma semiótica gestual.” (p. 146). Pode tomar o sentido de curtição, de “tirar uma pira” (esta uma expressão do campo); mas também funciona como “tirar sarro”, rir, fazer piadas. Já o “ficar”, como categoria afetiva, conforme define a autora: “‘Ficar’ é essencialmente beijar. Beijar em série, beijar muito, reconfigurando temporalidades antes submetidas ao crivo da cadência amorosa e sentimental.” (p. 149). MENDES DE ALMEIDA, M. I. “Zoar” e “ficar”: novos termos da sociabilidade jovem. In: MENDES DE ALMEIDA, M. I.; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 139-157.

Elza, quase 18 anos

Faltavam dez dias para Elza completar seus dezoito anos. Este relato teve de ser feito em dois momentos distintos; dada a logística do horário, a complexidade da trajetória e a agilidade de comunicação da entrevistada. Na primeira sessão, que durou pouco menos de trinta minutos, a jovem narrou sua infância e adolescência marcadas pela violência intra-familiar extrema e pela vivência de abusos sexuais, que fizeram desta a situação de entrevista mais catártica e impactante de acordo com as minhas impressões; intervi muito pouco. No segundo momento, que durou cerca de duas horas, ela falou sobre praticamente tudo, com destreza e intelectualidade – sendo que esta foi a narrativa mais difícil de organizar. Ela conta que suas memórias mais antigas são do pai espancando a mãe e ela. Morou em Pinhais até uns cinco, seis anos de idade, daí se mudaram para Piraquara e depois muitas outras vezes. Nesta época o pai era metalúrgico e a mãe trabalhava como diarista e limpeza em geral. Hoje ele tem uns quarenta e oito anos e ela, trinta e sete. Os dois sempre tiveram uma relação violenta.

Segundo a jovem sua mãe é muito estressada e desconta nos outros; tem com ela um relacionamento muito conflitivo e perpassado por violência verbal, psicológica e física. Quando se separou do pai dela, começou um novo relacionamento que durou oito anos; foi o pai que Elza teve, diz, seu primeiro padrasto. Mas a violência doméstica não se interrompeu, todos os dias haviam brigas e ela tinha muito medo de que as coisas saíssem fora de controle e eles se matassem, pois “eles brigavam feio, de pegar, pau, faca um pro outro”. Ela sente que a mãe desconta nela toda a frustração de não poder ter estudado porque engravidou. Esta é obcecada por limpeza, muito caprichosa, a ponto de que “esfregava o pé até sangrar” quando tomava banho. O pai é o extremo oposto; Elza acredita que esta é uma das razões deles não estarem mais juntos. A jovem já chegou a bater em sua mãe, pois a paciência foi se esgotando depois de muitos anos quieta diante das múltiplas violências experienciadas. Já colocou fogo nas coisas em casa e em outra ocasião destruiu um computador com um taco. Hoje mora com ela no Jardim Tropical, próximo ao Holandez, mas está contando os dias para fazer dezoito anos e ir morar sozinha. A mãe também está nesta expectativa e a apressando. Ela trabalha e paga o aluguel, vive também com um filho de quatro anos de seu último casamento.

Com o pai, Elza atualmente não tem contato. De acordo com o seu relato, ele está fugido da vila porque ela colocou todos os “maloqueiros” contra ele, que já não simpatizavam muito. Acredita que se ele voltar para lá, ele morre. Já mexeu com tráfico e roubo, mas sempre “por debaixo dos panos”. Tem antecedentes criminais, ficou preso por seis meses e, mais tarde, alguns dias por porte de arma ilegal. Conta com revolta que quando tinha onze anos o pai a molestava. Nesta época ele morava na casa de sua mãe, a avó de Elza. Ele colocava a mão dentro da calcinha da filha quando ela estava dormindo, até que um dia ela acordou e percebeu. Ficava quieta pois não sabia como reagir. Hoje em dia afirma ter o sono leve. Ele fazia o mesmo com seu irmão dois anos mais novo, usava de supostas “brincadeiras” para tocar nas genitais dele. Foi então que ela começou a ler e estudar até que entendeu que seu pai era um abusador sexual. Parou de ir na casa dele por um tempo, mas em certas situações de confronto com a mãe foi expulsa e precisou se refugiar lá por algumas vezes, que a esta época morava só. Primeiro ele “prometeu o universo”, mas a realidade não foi assim. Ela tinha treze para quatorze anos. Sua casa era muito suja – de acordo com ela, o pai era “porco por fora e por dentro” –, ele só comprava feijão com arroz e mais nada, era isso em todas as refeições. A jovem tentava limpar o ambiente, mas não conseguia porque era muita sujeira acumulada. A pia da cozinha vivia infestada de lesmas e ela não tinha coragem de tomar nem um copo de água. Só comia quando ia para a escola de noite. Antes de conseguir um colchão para si, mesmo depois dos abusos, tinha que dormir com ele, que se masturbava com frequência ao seu lado. Com dois meses e meio de coabitação ele a espancou pois ela reclamava dos maus tratos e das más condições do lar, ameaçando voltar para

a casa da mãe. Certa vez tentou matar ela asfisiada. Se calava pois não tinha para onde ir; nem roupa e calçados tinha direito. Nestes meses foi adoecendo.

O irmão mais novo, na época da entrevista aos dezesseis anos, foi profundamente afetado pelo contexto familiar conturbado e pouco sai de casa, é isolado e tem um quadro depressivo. Mal tem roupas também. Aos treze anos começou a fazer uso de drogas, mas a jovem conseguiu convencer ele de que esta não era uma boa saída. Agora não usa mais, até onde ela sabe. Tem ainda um irmão de quatro anos, filho da mãe com o ex-padrasto. A jovem teve uma experiência em um lar adotivo, arranjo que foi feito informalmente. Não conseguiu se adaptar pois a família era evangélica e nesta época ela tinha outra visão espiritual e não ia para a igreja. O irmão adotivo não a aceitava, o que adensava mais a atmosfera. Nas palavras dela, “eles tavam me cobrando muito, mas assim, eles não sabiam como é que eu tava por dentro, sabe. Sabe, cê tá um caco, cê tá um caco por dentro, e as pessoas elas querem..., elas vêm te cobrar. Cê tá sem vontade de viver, sem vontade de respirar, mas as pessoas vêm te cobrar as coisas.” Neste período ficava dias sem tomar banho, sem escovar os dentes, às vezes comia demais, às vezes não comia, às vezes dormia demais, às vezes não dormia. A mãe adotiva a chamava de “porca”, mas na realidade ela estava doente. Perguntada sobre o CT, descrente diz, “eu vivi toda a minha fase de criança e adolescência no conselho tutelar e eles nunca fizeram merda nenhuma [risos]. Nunca resolveram bosta nenhuma.”

Segundo Elza, desde os onze anos que ela se percebeu com depressão por causa dos conflitos domésticos e de toda a violência vivida. Passou nesta idade a ter que se preocupar com o que comer, o que vestir e com os estragos psicológicos. Aos treze começou a ir para o colégio só eventualmente, faltava muito, ficava dias trancada no quarto. Foram as pedagogas da escola de então, o CE Daniel Rocha de Pinhais, que notaram os sintomas. Na época, só pensava em morrer. Elza afirma “eu poderia escrever um livro de tantas histórias assim que eu já criei de suicídio na minha cabeça, sabe.” Mas foi também neste período que começou a enxergar outros horizontes além do quarto em que ela se trancava, devido a pessoas que conheceu e com as quais se identificou positivamente. Ela também se diagnostica como hiperativa¹⁰². Tem dificuldades com autocontrole, por vezes eclode em surtos e crises de ira, quando se torna violenta, como se fosse uma “panela de pressão”. Medita, divertida, “às vezes eu acho que eu deveria ir no psiquiatra e tomar remédio, mas eu não tenho dinheiro pra ir num psiquiatra, entendeu?” Muito focada em estudar sobre os problemas que viveu através da psicologia, da religião e do misticismo, conta que Jung é seu autor favorito. Freud leu pouco. Severa, revolta-se, “eu tô cansada de gritar socorro e ninguém me ouvir. Ninguém ouve minha voz, ninguém nunca ouviu [pausa seguida de choro intenso].”

Para abordar detalhes da sua trajetória escolar, elucida que desde os doze anos se mudou mais de dez vezes, “trocando de casa, pra lá e pra cá”. Já morou em diversos pontos dos municípios de Colombo, Pinhais e Piraquara. Este quadro instável afetou muito seu desempenho acadêmico, apesar de se considerar “nerds”, pois pega montes de coisas para estudar sozinha, se intitulado autodidata. Está três anos atrasada na escola. Na primeira série (segundo ano no ciclo atual), por conta dos espancamentos em casa, não conseguia aprender nada e perdeu o ano. Só queria brincar quando ia à escola, já que a casa era um espaço de violência e não de bem-estar. Depois perdeu mais dois anos, nos períodos em que morou com seu pai e também era vítima de agressões severas. Sempre teve uma relação ótima com professores e funcionários de suas escolas, era mais amiga deles do que dos colegas. Alguns sabiam do seu histórico familiar e a ajudavam como podiam. Conta que já começou mais de oito cursos e não conseguiu terminar nenhum. Por isso se sente um bocado “fracassada”, “porque... eu me esforço, sabe quando você se esforça tanto, mas cê não consegue sair do lugar?” Por estar atrasada no Ensino Médio fica mais difícil arrumar emprego, ainda mais para quem não tem experiência. Calcula que terá que trabalhar no mercado mesmo por um tempo, embora não

¹⁰² O nome no vocabulário médico é “transtorno de déficit de atenção e hiperatividade”, resumido na sigla TDAH.

quisesse; mas está neste conflito para sair da casa da mãe e atrás de fazer a segunda via da sua Carteira de Trabalho. Quer ser melhor que os pais. “Nunca me prostituí, mas não vou dizer que nunca pensei nisso, entendeu. Nunca vendi droga, mas não vou dizer que nunca pensei nisso. Já pensei nisso. Por conta de tudo que eu já passei, sabe?”

Elza demonstra um vasto e surpreendente conhecimento quando tratamos do assunto religiosidade. Nesta arena da vida, se fez sozinha. Aos seis anos de idade ia desacompanhada para a igreja católica, onde depois fez sua catequese, porque gostava e a fazia bem. Numa das mudanças para Pinhais, a convite de uma amiga de sua mãe, começou a frequentar um templo evangélico. Lá estabeleceu muitas conexões, se sentia protegida e foi um momento importante de sua vida. Com o passar do tempo, especialmente com o despertar de sua bissexualidade, passou a perceber muitas limitações nesta religião e a se sentir sufocada. Foi difícil sair e se despedir dos amigos feitos; por um período ainda teve “medo do inferno”, mas depois passou. Acredita que é preciso ter paciência para se aprimorar enquanto pessoa. Quando saiu, se abriu para muitos outros sistemas de crenças. Foi algumas vezes num templo budista para conhecer, frequenta o espiritismo, vai no terreiro de umbanda atualmente e estuda num curso de gnose. Também recebeu um chamado na Wicca, tem certeza de que nasceu “bruxa”, mas ainda não sabe se vai encampar o convite pois envolve muita responsabilidade. Está explorando as possibilidades, tendo como prioridade a sua “liberdade individual”. Quer trabalhar com cura e se vê como uma ferramenta espiritual, o que pode ser problemático em certas ocasiões, pois é muito sensível com a energia dos outros. Está ciente de ainda existirem muitos preconceitos com relação a certas religiões, mas não enxerga desta maneira; em geral “aonde existir humanos, vai existir maldade, sabe?”, independente da crença.

Sobre sua sexualidade diz “eu sei que eu gostei da pessoa, se ela é homem ou mulher eu não tô nem aí! [risos]”. Quando frequentava a igreja evangélica dizia que tinha “nojo de mulher”, mas era tão às avessas que os amigos percebiam o desejo velado. Ia além de achar as mulheres bonitas, conta. Foi um técnico da informática do CE Ivanete – onde estudou por certo tempo –, que era também filósofo e interessado por ocultismo, o responsável por apresentar o mundo para ela, aos quatorze anos: “ele me ajudou a sair da caverna”. Saiu da igreja nesse período e “hoje tem uma facilidade maior em se assumir”, embora já tenha passado pela fase de “preconceito comigo mesma”. Do primeiro beijo, “assim, o primeiro beijo foi com um menino e foi horrível! [gargalhada]. Porque cê não sabe beijar, sabe, é todo aquele nervosismo de... aquela empolgação assim, é até engraçado lembrar disso, e meio trágico também!” Com mulheres, experimentou com uma amiga e foi a confirmação; já ficou com várias amigas e não estragou a amizade depois. Percebe sobre si, “eu não sei lidar muito com o contato físico assim. Uma coisa é eu chegar e te abraçar. Se você chegar e fazer isso comigo, eu vou ficar... nossa, é bom, não vou dizer que é ruim, é bom, mas é... é meio assustador ao mesmo tempo, sabe?” Até hoje só transou com rapazes, a primeira relação foi aos dezesseis anos. Mas, como o primeiro beijo, foi “horrível”, segundo ela “o piá era mais virgem do que eu!” Teve vários pequenos relacionamentos, de cerca de um mês de duração. Recentemente se envolveu com um jovem que “dava raio” (cheirava cocaína) e além de ser viciado, tinha condutas violentas. Foi difícil para Elza terminar, pois gostava dele; por isso rompeu pelos WhatsApp, também para garantir que não ia cair na tentação de voltar. Já viveu tanta violência que quis dar um basta rápido. Busca relações verdadeiras e igualitárias, incluindo suas amizades: “tem que ser uma relação recíproca”. Atualmente está enrolada com um garoto de vinte anos, com quem sente uma conexão real, mas vivem numa rede intrincada e fluida de afetos, ciúmes e confusões entre grupos de jovens – já faz um ano. Se sente muito insegura, inclusive por considerar que está acima do peso. Diz ela: “eu sei lidar com dor. Eu sou *expert* em lidar com dor. Mas eu não sei lidar com sentimento de paixão e gostar, isso pra mim é como se fosse uma doença. Isso mexe demais com o meu interior, sabe. Me deixa toda desequilibrada”. Especialmente quando se sente esquecida, quando fica “puta da vida”.

Tem amizades sólidas e com estes amigos frequenta lugares como o Parque Tanguá e a Praça do Japão, pontos de encontro e lazer em Curitiba. Detesta *shoppings*, sente uma energia pesada no meio de tanta gente enclausurada. De seus consumos culturais, se considera “diferentona”. Quando criança lia muito gibi da Turma da Mônica. Depois uma mulher que cuidou dela lia histórias de terror, que ela amava. Aos poucos começou a procurar literatura por conta própria. Hoje convive com pessoas com o mesmo hábito que ela. Leu muitos livros de autoajuda, agora parou; leu e lê muito sobre religião e psicologia, gosta especialmente de ocultismo e misticismo. Gosta de séries, mas acha difícil se concentrar, fica sempre reparando na atuação e nos erros de produção. Sobre música, “eu gosto de música clássica e gosto, ahn, eu ouço bastante *indie* (rock alternativo), assim. Gosto bastante de *indie*. e *rap*. Tem um *rapper* novo agora, o Criolo. Meu deus, eu amo Criolo, eu amo as letras dele.” Pretende comprar um violão para aprender a tocar e quer saber fazer a sua arte, já que convive no meio de pessoas que são muito artísticas. Das suas histórias com drogas, está há sete, oito meses fumando maconha. O pessoal do CISA não sabe. Fumou a primeira vez há um ano porque queria ter essa experiência. Sabe que corre o risco de se viciar, então não fuma quando está estressada. O mesmo com cigarros comuns. Já tomou bala (*ecstasy*) mas não sentiu nada, quer provar de novo. Se preocupa, contudo, “então por isso que eu digo que foi uma escolha minha, porque assim, eu cresci nesse meio e eu vi as pessoas ao meu redor morrerem, não por causa de maconha, mas por usarem uma grande quantidade de droga e ficarem devendo.” Mas nunca foi pega pela polícia com drogas.

Quando a obra estava parada, vinha matar aula no atual CISA, na época em que estudava no Ivanete. Passou a frequentar o equipamento quando se tornou Agente de Cidadania voluntária (sem bolsa) e assistia às formações para jovens. Observa que tem a visão do pessoal “de fora” que fica na quadra, galera que pensa “ai, aquelas tia chata lá do CISA”, mas discorda por conhecer o trabalho de dentro. Lá já foi muito acolhida por funcionários com quem tem forte vínculo afetivo. Ganhou saco de roupa quando precisava e numa situação de emergência uma das psicólogas a atendia individualmente, embora este não seja o protocolo da política. Sua mãe não simpatiza muito com o local, especialmente porque uma vez foi chamada para comparecer a uma conversa com o CT, agenciada pela responsável no CISA. Mas diz ser irrelevante, já que a mãe não está “nem aí” para ela. Faz pouco tempo que passou a se interessar por política, porque logo vai começar a votar. Tece uma longa reflexão sobre as ocupações secundaristas, critica os métodos escolares ultrapassados e a proposta de ensino público em período integral. “Vamo vim pra realidade das favelas...” Elogia a disciplina de filosofia, a de sociologia e a de artes, que seriam removidas do currículo obrigatório por lei. Para ela a violência é a única maneira de chamar a atenção dos poderes instituídos, já que de outra maneira os jovens não conseguem ser escutados. Vê muita “decadência” nos direitos das pessoas, “tudo que eu vejo é decadência. Tipo, eu vejo a decadência na saúde, eu vejo a decadência na... na questão da educação, eu vejo a decadência em tudo, eu olho, e é decadência. Isso até me lembra Nietzsche”. Participou da ocupação do CE Tenente Sprenger em Pinhais, embora o último colégio em que estudou seja o Castelo Branco. Ficou doze dias, mas afirma que como algumas meninas ali tinham raiva dela, sem um motivo aparente, se sentiu mal espiritualmente e ficou doente. Politizada, narra um pouco dos conflitos vividos: “existem os conflito dentro dos colégio, entre os colégio, entre as pessoas que estão dentro do colégio. E existe essa questão social também, de que, tipo, o pessoal tá lá, rola briga? Rola, tá todo mundo estressado. Mas ainda assim tão resistindo, entendeu. Ahn, foi interessante até ficar lá, assim.”

Não enxerga muitas vantagens em ser jovem, acha bom que é essa fase de exploração de si, “acho que isso a gente nunca pode deixar morrer, essa questão da juventude.” Não quer ficar estagnada mentalmente, como muitos. Mas são mudanças e mais mudanças, reclama em especial do aspecto hormonal e do “sexo incontrolável [gargalhadas]”. Perguntada sobre o que significa ser adulta, diz “é quando você é obrigada a fazer uma coisa que você não quer [eu gargalho].” Ter que

se sustentar, trabalhar no mercado a contragosto, sobreviver. “Ser adulto é isso, mas daí tem aqueles momentos na vida adulta, que vale muito à pena. Aquele momento que você, tipo, para pra analisar a sua vida, assim, aí você pensa tudo que aprendeu... e aí tem aquelas pessoas assim que você... sabe aquelas pessoas que você se encontra às vezes assim, mas você gosta de estar, aí você percebe que é feliz, e... e vale à pena viver, porque, por causa daquelas pessoas, entendeu? Pra viver aqueles momentos, pra estar com aquelas pessoas, pra... pra aprender e pra se descobrir com aquelas pessoas. Por isso.” Tem clareza com relação aos seus projetos de futuro. No próximo ano pretende cursar o EJA e fazer o ENEM, mas sem muita crença – mais para treinar. Gostaria de entrar na faculdade logo. De início queria ser atriz, pois já fez um curso de teatro em uma de suas escolas, mas acha que com a vida que ela tem isso não seria possível. Também se interessa por psicologia, mas segunda ela é um “*hobby*”, pois não se vê fechada em um consultório, se fosse atuar com clínica – e também porque já absorve demais os problemas dos outros. Elza planeja então em fazer publicidade e artes visuais, pois gosta de comunicação, pessoas e criatividade. Acha que é preciso conviver com pessoas que pensam grande para poder crescer, e é isso que falta para os e as jovens da vila. Finaliza dizendo, “você desenvolve tudo em alguma vida, porque eu acredito em cento e oito encarnações, cento e oito voltas, entendeu? Cê tem tudo isso de chance pra evoluir na sua vida, mas você prefere ignorar e ficar lá sentado no sofá, entendeu!” Ainda quer escrever um livro sobre sua vida.

Jorge, 18 anos

Jorge tem dezoito anos. Mora no Jardim Holandez, cinco quadras para baixo do CISA Betonex, com a avó, a tia, seu esposo e os primos – que dividem um terreno, mas vivem em casas separadas. A avó tem sessenta anos e é pensionista desde que seu filho e pai do jovem morreu, quando ele tinha sete anos. A tia é gerente num restaurante no centro de Curitiba e seu marido trabalha como segurança. Da relação com a avó, diz que não é muito de ficar “trocando ideia”, até porque quase não fica em casa por viajar muito, com o “cara” que é praticamente um pai desde que perdeu o seu, com vinte e cinco anos na época. Sua morte foi violenta: foi morto a tiros após chegar de uma viagem de trabalho e apanhar sua namorada o traindo, em Colombo onde ela morava. “Aí ele pegou saiu na mão com os cara, bateu acho que nuns oito, nove cara lá, aí os cara viu que não tava aguentando com ele, o tio dela matou ele. Com três tiro.” O caso ocorreu em 2005. O pai era muito “esquentado” e “lutava muito”. Antes de sua morte, sempre trabalhou; trabalhava no centro de Curitiba e por vezes competia, lutava MMA (artes marciais mistas). Ia com frequência para Palmas ou para Foz trabalhar em frigoríficos. Da mãe, sabe que ela queria dar ele para à adoção por um casal de Santa Catarina. Nas suas palavras resume que “ela queria me dar quando eu era pequeno”. Foi desde então cuidado pela avó paterna e pelo pai. Segundo narra, o problema do casal é que a mãe era muito “xarope” e “ciumenta” e por isso o pai terminou com ela. Tem um irmão que é também fruto desta relação, mas deste não sabe o paradeiro pois foi “dado” de fato.

Não foi muito de brincar, mas jogava bola na rua. Aí parou para jogar vídeo-game. Até seus doze para treze anos a avó não o deixava sair pra rua. Depois disso, diz malandramente: “quando eu saí pá rua, aí foi lamentável, aí conheci a rapaziada do crime, e... hoje eu tô aí.” Dos quinze para dezesseis anos matou pela primeira vez, defendendo a sua honra numa situação corriqueira. Foi buscar arma e “fez o cara” que o desafiou. Explica que nesse meio você tem que “fazer o cara”, matar mesmo, senão não consegue o respeito. Sempre correu atrás de futebol, desde pequeno. Teve o patrocínio do pai substituto, hoje pai do crime e com quarenta anos. Conhecido de longa data de sua avó, o jovem cresceu frequentando sua casa. Ele pagou inúmeras viagens para Jorge ir jogar futebol e tentar se profissionalizar, mas ao completar dezoito anos – em janeiro daquele ano – como ainda não havia nada promissor, o “pai” disse que ele já estava velho para aquele plano. Então passou a

atuar. “Aí eu peguei e comecei a conhecer o meio, assim. Colar junto, viajar, vê a rapaziada, conhecer o crime no Paraná inteiro. E até no Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, nós conhece tudo.” Sua fachada é de jogador federado e também diz que mexe com loja e vende uns carros. Usa correntes de ouro e roupas de marca, gosta de luxo.

Já estudou em muitas escolas da região: ia para a Creche Tia Toto, vizinha do CE Ivanete, onde sua prima era diretora; depois estudou no Benhard; daí foi para o Escola Marilda; para o Ivanete e ainda para o Colégio Guarituba. Agora está sem estudar, mas quer voltar no próximo ano. Todos na vila o conhecem desde que nasceu, já teve muitas professoras repetidas nas diferentes escolas pelas quais circulou. Do quinto ao nono ano no CE Ivanete teve algumas reprovações: duas vezes no sexto ano e uma no nono, algo assim, diz. Conta da má relação com a equipe e afirma que as professoras eram muito “folgadas”, cheias de si. Esteve mais de uma vez envolvido em chamados à Patrulha Escolar.¹⁰³ Havia cerca de dois anos que em uma situação de briga de gangues em frente à escola, a qual ele tentou apaziguar, acabou responsabilizado pelo confronto e expulso. Teve sua “matrícula rasgada” por um dos diretores. Conhece muitos parceiros que passaram por exclusão semelhante por estarem, como ele, envolvidos no mundo do crime.

Sobre sua sexualidade, Jorge se disse sempre “atentadinho” com relação a meninas. Informa que “no primário eu metia o loko já”, na Escola Benhard. Com a primeira namorada ficou três anos, com quem perdeu a virgindade. Depois ficou um tempo com uma jovem que hoje é modelo e mora no Canadá. Agora, há quatro meses, está com uma menina de dezesseis anos – que perdeu a virgindade com ele – com quem já fugiu duas vezes e situa que muita coisa complicada aconteceu até então. Primeiro que a família dela não o aceita, por ele ser “metido” (com crime); a mãe dela chegou até a lhe dar um tapa na cara. Quando fugiram para o Osternack, uma vila no bairro Sítio Cercado em Curitiba, ele foi acusado de sequestro e estupro. O jovem teve que pagar a polícia para rasgarem o boletim de ocorrência. Na segunda vez foram para o Guarituba, daí um tio dela descobriu e foram buscá-la. Enfim ele resolveu conversar com os pais da moça. Dias depois que as coisas haviam se assentado, foram roubar a casa da “mina” dele quando estava de viagem e a estupraram; ela estava grávida de dois meses de gestação e perdeu o bebê. Os caras, de Pinhais, não sabiam que ele é “filho do mais”, se desculparam e tudo mas “é uma fita que não tem perdão”. Ele quebrou a palavra com a namorada, de que ninguém encostaria o dedo nela. E aí, “ah, o desenrolar foi arrancar a cabeça, né, mano. Num tem... os cara tem que sofrer, e não é morte rápida.” Depois disso ela parou de estudar e não quer ser tocada. Pretende retomar os estudos no próximo ano.

O jovem chegou a usar maconha e cocaína, mas só em baladas. Porém o “pai” descobriu e disse que ou ele largava, ou saía fora, pois ou se usa ou se ganha dinheiro com isso. Toma uma bala (*ecstasy*) ocasionalmente quando sai para curtir a noite. De sua religiosidade, conta que cresceu na igreja, ia até os doze anos; a avó é evangélica missionária e a acompanhava, primeiro na Deus é Amor e depois na Visão Missionária. Já os pais da namorada são católicos e financiou uma viagem para ela conhecer Aparecida do Norte, em São Paulo, onde fica o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. Ele, contudo, coloca Deus à frente de tudo, mas prefere manter ele mesmo sua conversa: “mas eu num vô ficar lá, indo na igreja lá, escutando um cara que é pecador lá, falando a palavra de deus, sendo que ele peca igual nós.” O CISA conheceu quando ainda era um matão, e ia

¹⁰³ Alguns esclarecimentos: “No Paraná, criou-se uma patrulha escolar, com quadros da Polícia Militar, cuja função seria a de ‘consultora de segurança’ da escola. A patrulha escolar foi e tem sido utilizada para resolver conflitos e problemas que deveriam ser objeto de tratamento pela escola e pelos professores, uma vez que costumam ocorrer problemas de indisciplina e conflitos absolutamente comuns ao universo escolar, o que é muito claramente percebido pelos próprios policiais.” (MORAES E PESCAROLO, 2008, p. 12, texto já citado). Ver também: BODÊ DE MORAES; PESCAROLO; FEITOSA S. Escola, Polícia e Criminalização. In: **35º Encontro Anual da Anpocs** (Anais Eletrônicos). São Paulo: ANPOCS, 2011. p. 1-23. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt38-5/1271-escola-policia-e-criminalizacao/file>> Acesso em: 05 fev. 2019.

sempre, passava os dias lá; quando fizeram a quadra jogavam bola e “ferviam”, tinha a fanfarra do colégio que ia ali, era “da hora”, “bem massa”. Ficava das onze da manhã às seis da tarde, só voltava em casa tomar um banho e retornava para jogar futebol até quase onze da noite. Com a montagem do equipamento, passou a frequentar algumas aulas já há uns seis, sete anos. Da rotina atual, Jorge diz: “eu vou, treino, jogo futebol, venho aqui [no CISA], treino *muay thai* e convivo com os meus parceiros aí da vila.” Mas não possui inscrição no Serviço de Convivência, por não querer se expor; faz as aulas quando os professores deixam numa boa. Troca uma ideia com eles e está sempre ajudando em alguma coisa.

Ao ser indagado quais os significados de ser jovem, observa “tipo, quando a gente é de menor, a gente quer fazer dezoito ano, quando a gente faz dezoito ano, a gente quer ser de menor.” Crescer implica em ter muito mais responsabilidade, especialmente do ponto de vista penal, onde as coisas mudam de figura se você cair preso. Quando o tema é futuro, pensa em ter vários imóveis e vários carros para poder se manter. Mas não é para mostrar a todos que ele é o “pau do bagulho”, o maioral, e sim para a sua futura família, mulher e filhos. Depois que sentir que tem tudo o que quer, planeja “sair de tudo” (do mundo do crime). Se preocupa com errar, pois poderia pôr a perder as suas conquistas. Em síntese, “a gente tá nesse caminho, a gente tem que saber levar e ter a consciência de que o negócio não tem que ser pra você, tem que ser pra tua família!”

Dorival, 17 anos

Aos dezessete anos, ao ser perguntado sobre sua rotina, Dorival diz despreocupado “tsc ahn, não tô fazendo nada praticamente, que eu, né..., o dia inteiro na rua. Moro com meu pai e cá minha mãe, e é isso aí.” Ele reside na Avenida Betonex, em frente ao CISA. Sua mãe tem cinquenta anos, é dona de casa, e seu pai com cinquenta e dois trabalha nos serviços gerais do mercado de uma familiar. Com a mãe sua relação é muito boa, conversam sobre tudo. Com o pai só conversa “o necessário”, assim “como você tá” ou “precisa de alguma coisa”. A relação conjugal entre os pais é tranquila, quase não brigam. O jovem nasceu ali, residindo na mesma casa, mas já passou um ano para São Paulo morando com um tio.

Têm duas irmãs, um irmão e outro já falecido. O irmão de vinte e oito anos é açougueiro no mesmo mercado em que o pai trabalha. Uma das irmãs, com vinte e cinco, é dona de um salão de beleza. A outra tem vinte e um anos e é caixa no mesmo mercado. O outro irmão tinha também vinte e um quando foi morto ali no Guarituba, perto da “boca” onde trabalhava; tomou quatro tiros nas costas e dois na cabeça. Eles tinham mais de dez anos de diferença de idade. Dorival diz resignado que ele “era da *vida loka*, também já se foi também”. Vendia droga, tudo que é tipo, usava também – pó (cocaína) e maconha, roubava. Ele sempre soube, a mãe também, mas “ele que optou isso daí pra ele”. Quando escolheu essa vida saiu da casa da mãe e quando foi morto estava residindo em São José dos Pinhais. Pergunto se foi pelas mãos da polícia e ele responde, “não, foi os outros cara. Nessa vida tem muita guerra.”

Quando criança afirma que não fazia nada e segundo sua visão o bairro mudou muito, antes era “terrível”, agora “tá sossegado em vista de antes”. Nunca se envolveu na *vida loka* mas tem os conhecidos. Sobre as abordagens policiais conta “já apanhei pra caralho da polícia já”. Ali já tomou muita geral e fora dali também. Acha que já pensam que se é bandido só porque se mora no Holandez. Faz uns quatro anos que ficou no interior de São Paulo com uns primos, de onde gostava muito, mais do que a vila; mas acabou regressando a mando de sua mãe. Frequenta o CISA desde que fundou, pois mora em frente. Fazia as oficinas de capoeira e *muay thai*, mas interrompeu por ter machucado o joelho.

Sobre sua trajetória escolar, o jovem conta que começou seus estudos na Escola Rural Municipal Heinrich de Souza, na Planta Jardim Tarumã, na vizinhança. Lá ficou até o Fundamental I e depois foi para o CE Ivanete na quinta série (atual sexto ano), onde seu relacionamento com os professores não era muito bom. Diziam repetidamente que ele “não queria nada com nada”. Certa vez, em um conflito com uma professora, ela o agrediu verbalmente dizendo a ele “vai acontecer que nem aconteceu com o teu irmão!” Nesta ocasião sua mãe foi até o colégio fazer uma reclamação, mas não deu em nada. Após uma sequência de reprovações, em 2015 interrompeu mais um ano e decidiu parar de estudar no fim do primeiro semestre – logo depois do conflito com a docente. Simplesmente largou. A mãe o mandou trabalhar e ele ficou um tempo no mercado da tia, lá fazia de tudo um pouco. Mas começou a brigar com um primo que considera “estúpido” e grosseiro, que nunca estava satisfeito com nada no trabalho, e acabou saindo da ocupação. Diz “agora só fico por aí andando”.

Quando perguntamos sobre relacionamentos e sexualidade, Dorival narra que desde os nove, dez anos já fazia brincadeiras sexuais com as amigas de uma das irmãs. Foi assim que começou. Mais ou menos nesta idade perdeu a virgindade, não conseguia se recordar bem. Fica com um monte de meninas, mas agora estava recém separado de uma namorada, que trabalhava também no mercado da família. Ficaram seis a sete meses juntos e ela estava no terceiro mês de gestação quando perdeu o bebê, num acidente de carro em que seu padrasto dirigia. Ao indagarmos se o casal estava usando contraceptivos, o jovem observa “ah, é ruim esses negócio!” Depois de uns dois a três meses do aborto acabaram rompendo o relacionamento, embora agora estejam considerando voltar a ficar juntos.

Sobre suas atividades de lazer, não gosta muito de baladas; às vezes sai no final de semana para ir no cinema, sempre em Curitiba. Sobre drogas, gosta de “gole forte” (bebida destilada) quando tem alguma festa em casa ou quando “bebe na rua com os piá”. Já experimentou maconha e cocaína, mas não gostou dos efeitos surtidos. Fora isso fica mais em casa, gosta de levar meninas lá, embora sua mãe reprove esse comportamento. Melhor estar em casa, pensa ele. Dos seus consumos culturais aprecia filmes de terror e de ação, na televisão assiste partes de novela com a mãe ou um filme qualquer que esteja passando. Mexe bastante na internet, seus gêneros musicais favoritos são música eletrônica e *rap*. Pergunto se tem muitos amigos e Dorival afirma “bastante, né, a favela praticamente.” Em notícias e jornal não é muito ligado: sabe o que está rolando pelo que o pessoal comenta. A mãe vai “naquelas igreja crente, sabe?” – a Igreja da Paz, no Vila Nova. O pai não é religioso, então ele se sente livre para não ir, embora a mãe sempre o convide.

Para ele ser jovem é não ter obrigação, essa é a parte boa. Nas suas palavras, “a maioria do tempo cê tá sem nada pra fazer. Ao mesmo tempo é bom e é ruim. Cê num tem nada pra fazer, cê fica o dia inteiro andando.” Ao ser indagado sobre suas perspectivas de futuro, ele fala “ah, sei lá, né. Voltar a estudar agora esse ano que vem, tê um serviço bom, correr atrás, né, correr atrás do tempo perdido, enquanto é tempo.” Chateado que já era para estar terminando o ciclo básico, pois poderia estar cursando o segundo ou o terceiro ano do Ensino Médio, credita a defasagem ao seu desinteresse pessoal. Não arruma serviço porque não estuda – não tem nem o oitavo ano completo –, é difícil alguém empregar e acaba ficando o dia inteiro na rua. Planeja em talvez fazer o EJA (Estudo de Jovens e Adultos), terminar o estudo e arrumar um serviço “da hora”.

Gilberto, 25 anos

Há quatorze anos Gilberto mora próximo ao CISA. Aos vinte e cinco anos, o jovem é conhecido na redondeza como “o primeiro frequentador” do equipamento. Morou até 2001 na Vila Trindade no bairro Cajuru, em Curitiba. Depois sua família fez uma troca e vieram para o Jardim Holandez, em dois terrenos vizinhos. Num deles fica a casa da mãe e dos irmãos, noutro a do tio, da tia e das duas

primas. Recentemente os pais se separaram e por isso não residem mais juntos. Sua mãe tem quarenta anos e é do lar. O pai, de cinquenta e dois, trabalhava como varredor de rua, mas teve um acidente de moto, quebrou a perna e está com dezesseis pinos; não tem previsão de voltar à ativa. De seu relacionamento com a mãe, o jovem conta que antes só brigavam pois ele era “cabeça *loka*”, muito estressado, qualquer coisa era motivo. Hoje em dia que está mais velho, são como amigos, um ajuda o outro. Do pai – agora morando com uma irmã – está mais afastado desde que este saiu de casa. De qualquer modo conversavam só um pouco, discutiam bastante e não tinham muita ligação.

O jovem trabalha com eventos à noite, na equipe de produção de shows. Com os irmãos, afirma se dar muito bem. Seu irmão mais novo, aos vinte anos na época da entrevista, trabalha com ele. A irmã de dezenove é casada e seu esposo mora com eles; eles têm dois nenéns. Ela cuida das crianças e ajuda a mãe em casa, então não trabalha fora. A caçula tem quinze anos e não está estudando no momento. Estava matriculada no CE Ivanete, mas a mãe a tirou do colégio no restinho do ano. Estava preocupada pois a filha gazeava muita aula para ir no rio e andava em “más companhias”. Quando residia no Cajuru narra que era muito tranquilo, pois todos os parentes moravam juntos e ficavam na rua até duas, três da madrugada – as crianças brincando. Gostava especialmente de jogar futebol e empinar pipa, coisas que faz até os dias de hoje. Já no Holandez a molecada tinha que estar em casa dez horas da noite, o toque de recolher, pois a vila ali era uma das piores: “quando a gente veio morar pra cá tinha muita mortandade.” Mas diz também que “hoje em dia tá mais tranquilo pra viver no bairro.” Na Vila Trindade cursou até a terceira série, hoje quarto ano. Quando se mudou, ficou um ano estudando na Escola Idília. Na quinta série (sexto ano) foi para o CE Ivanete e terminou até a sexta série, sétimo ano do ciclo atual. Sempre se enturmou rápido, fazendo muitos amigos. Tentava estudar, mas preferia gazear aula. Desmotivado, acabou abandonando os estudos. Queria poupar a mãe de ser costumeiramente chamada pela coordenação. Tomou a decisão e a comunicou, lá pelos treze para quatorze anos. Passado um tempo foi fazer supletivo noturno, mas faltando quatro matérias para a conclusão do Fundamental II, abandonou novamente e agora está sem estudar.

Ao ser indagado sobre suas experiências profissionais, Gilberto relembra que começou como “serventão” mesmo (auxiliar de pedreiro), lá em Colombo, na construção de um triplex. Tinha carteira de trabalho, mas não era registrado e ganhava muito pouco. Por um tempo ele se envolveu com “coisas erradas” e há uns cinco anos um amigo o chamou para trabalhar com eventos. Numa ocasião de conflito com o pai, este o colocou para fora de casa e ele foi morar com amigos nas casinhas (conjunto do Vila Nova). “Aí os piá, ô, vâmo vendê uma droga aí, fazer um dinheiro. Não, demoro!” E assim ele começou a traficar. Vendia crack e maconha para o tio de um amigo; os compradores eram na maioria jovens do bairro. Armamento até tinha, mas ele não gostava, era mais para proteção de outros traficantes que competiam pelo ponto; nunca caiu. A grana era boa, mas “que nem tem aquele ditado, dinheiro que vem fácil, vai fácil”. Tinha noite que faturava de dois a três mil reais, mas em cinco horas não tinha mais quase nada na carteira. Na “extravagância” comprava lanche, boné, celular, fone, não via o dinheiro sair. Chegou a receber convite para entrar no PCC, mas recusou por saber que quem é “apadrinhado” não consegue sair do crime, ou sai no caixão ou vai preso. Um dia, nesta época, chegou um boato até sua mãe de que a polícia tinha invadido a casa onde o jovem morava e que ele tinha levado uns tiros. Sua mãe foi conferir a veracidade da notícia e isso o fez pensar longamente sobre suas escolhas. Logo depois surgiu um “trampo” em Santa Catarina, com o Psicodália, um festival cultural regional que reúne milhares de pessoas em locais como chácaras e similares. Como não estava mais envolvido com tráfico, voltou para a casa dos pais, com os quais a relação mudou bastante. Desde então trabalha numa empresa de Pinhais na produção de shows, com montagem de equipamento. Já fez eventos em Curitiba inteira e no litoral, como Guns N’ Roses e Black Sabbath, bandas internacionais de *rock* e metal. Agora tá dando para sobreviver – explica que “o dinheiro que você sua pra ganhar, você sabe administrar ele.”

De relacionamentos amorosos e sexualidade, o jovem conta que sempre foi reservado nesta arena. É heterossexual e começou a se envolver com meninas depois dos dezesseis anos. A primeira menina com quem ficou foi no Colégio Romário Martins, no centro de Piraquara, onde fazia supletivo. Dali começou. A primeira relação sexual teve aos dezessete anos e defende que, embora alguns considerem tarde para perder a virgindade, “pra mim foi no tempo, tudo tem um tempo.” Hoje tem uma filha de dois anos, mas está separado da mãe dela, com quem teve um namoro de dois meses. Foi bastante conturbado pois ela era muito ciumenta, principalmente pelo fato de ele trabalhar na noite. Não chegou a registrar a criança e está sem contato com ela; logo que se separaram a ex-namorada começou outra relação e foi este rapaz que assumiu e registrou a paternidade, mas sabe que Gilberto é o pai biológico. Eles brincam que a menina tem dois pais. Por ora está dando uma pausa em relacionamentos e namoro. Do uso de drogas, cheirava cocaína, fumou maconha por um mês, mas não achava legal. Já usou também LSD (ácido) e *ecstasy*, na balada alternativa para curtir som eletrônico. De alcoólicos toma só de vez em quando, bebe cerveja no calor, um vinho no frio, e por vezes “uns goles mais fortes”, como whisky com energético.

Dos seus consumos culturais, assiste filmes e escuta música no celular o dia todo, se considera “bem eclético”. Sertanejo, *funk*, eletrônica, aqueles “modão” (música pop), *rap*, gospel, muitos estilos. Assiste bastante televisão, principalmente esportes e filmes. Sobre notícias e jornal, não gosta muito não porque a vida já é cheia de más notícias. Usa redes sociais, *WhatsApp* para questões relativas ao trabalho e para contato com parentes distantes – de Guarapuava e de Rondônia – e o Facebook para conversar com amigos antigos e alguns que moram longe. Em Curitiba frequenta o bar El Mago, mas já faz oito meses que não vai em balada. Gostava também de baladas automotivas, onde o som dos carros faz a música nos encontros em espaços abertos. Vai em vários parques: Parque Barigui, Parque Tanguá, Parque Bacacheri, Jardim Botânico – onde com os amigos distrai a cabeça um pouco. Do cenário político nacional diz que não sabe direito explicar. Mas afirma que “é muita mídia, muita mídia. E é muita briga pelo poder. Tanto que um quer roubar mais do que o outro, e acaba gerando esse conflito político que tem no Brasil hoje”. Nem gosta de conversar muito sobre o assunto porque considera uma “palhaçada”, pois a população sempre fica em último caso. Só fazem obra e saneamento quando é época de eleição. De sua religiosidade, conta que era evangélico batizado, tocava até na banda da igreja, a Assembleia de Deus. Toda a sua família nuclear frequentava. Há uns quatro, cinco anos que saiu, mas não abusa pois já recebeu muito “livramento”, situações ruins que são previstas pelo pastor ou pelos irmãos, mas que são prevenidas durante o culto. Não segue nenhuma religião agora, mas respeita, aprendeu a manter a fé e a querer lutar pelas coisas, “Deus vai ajudar, independentemente da religião da pessoa.”

Sobre o CISA, rememora que era um terreno baldio, onde a galera ia para “zoar”. Tinha muitas mortes também. Daí construíram a quadra. E veio o conhecido “pai do CISA”, um técnico da Rede sócio-assistencial do município que ficara responsável por estabelecer os primeiros contatos com os jovens da vila. Ele explicou que haveria ali um equipamento pensado para a comunidade. Começaram as obras, mas estas foram interrompidas por um período. Nisso veio a depredação. Nesta época, ele já frequentava o Projeto Atitude e dava aulas de DJ (*disk jockey*). Depois finalmente foi inaugurado e “saiu nosso CISA aí, graças a Deus!” Conheceu todo o pessoal da equipe desde este início, tem o cadastro no SCFV e já fez oficinas de *skate*, *muay thai*, futebol e outras. Sobre a reputação do espaço, confirma que muitos pensam que ali é mais um ponto de tráfico e uso de drogas, provavelmente porque tem muitos jovens. Mas isso mudou um pouco depois da finalização da reforma, que tem a academia ao ar livre. Com isso sua mãe, por exemplo, passou a frequentar a pracinha e conheceu técnicos e profissionais, tendo agora mais respeito pelo trabalho que é realizado ali. Gilberto não tem projetos ambiciosos de futuro, só quer o básico, uma casinha e quem sabe casar e ter filhos. Pretende continuar trabalhando. Sobre juventude, espera sinceramente que jovens envolvidos com crime ali na vila coloquem a mão na cabeça e mudem de vida. Pergunto, o que é ser

adulto? “Muita responsabilidade, é você ter mais responsabilidade assim. Você tem mais compromisso com as coisa, assim, entendeu?” Na “maioridade” tem que pagar conta, compra para fazer, roupa para comprar, é diferente.

Roberto, 17 anos

Roberto tem dezessete anos e reside há doze anos no Jardim Holandez com seus familiares. Hoje mora com o pai, a mãe e uma irmã mais nova que ele, com nove anos. Seu pai tem quarenta e dois anos e é armador, encarregado de supervisionar pré-moldados. A mãe tem a mesma idade e trabalha como diarista. Quando pergunto, Roberto diz “o pai é a melhor pessoa possível!” Têm uma relação boa desde criança, as irmãs sempre achavam ruim por ele ser o “queridinho”. Para ele conta tudo. Com a mãe o clima é mais complicado, mas se dão bem também. Ela é mais “estourada” e de “fazer drama”, costuma gritar bastante sem aviso prévio. Segundo ele, “ela não tem a dominação, ela tem o poder só. Já tinha visto esse conceito de Marx e Weber. Meu pai já tem a dominação já, que é o poder pelo respeito e não o poder pela força.” Tem uma meia-irmã mais velha, filha só de seu pai. Ela tem vinte e três anos e com ela o jovem tem bem pouca ligação. Tem ainda duas irmãs gêmeas de vinte anos. Uma se casou aos dezesseis anos e foi morar com o marido, com quem tem uma filha de um ano e poucos meses. A outra casou há dois anos e teve um filho no mês passado. As duas não trabalham fora e cada uma mora em sua casa alugada. Com elas se acerta bem.

Até seus seis meses de idade morava ali onde é o Vila Nova hoje – antes chamado de Jardim Eucalipto –, com a avó, as irmãs mais velhas e os pais. Depois se mudaram para Vargem Grande em Pinhais, onde ficaram até seus quatro anos. E aí foram para a casa onde moram até hoje, pertinho do CISA. Das memórias de criança, conta que as ruas eram todas de terra, chão batido e tinha um rio. A “piazinha” jogava bola, *bets*, “mãe se esconde”, “mãe pega” e entravam no rio quando os pais estavam por perto. Lembra também dos machucados e das broncas que levava da mãe. Ficava até de noite na rua ou na casa dos amigos, um em específico continua seu melhor amigo até o presente. Mas “hoje não tem mais aquele negócio de jogar bola na rua, é um mundo mais tecnológico.” Tem saudade do tempo de infância. Segundo ele o bairro se transformou nestes anos. Antes só tinha asfalto em uma parte da avenida, as ruas costumavam alagar quando chovia, agora “mudou bastante a infraestrutura”. Mas percebe que ainda pensam que ali é um lugar muito perigoso. Inclusive já perdeu vários amigos em situações violentas. Morou um tempo no interior norte do Paraná, a mando da mãe, mas não gostou muito – prefere a cidade.

Começou sua vida escolar na Escola Benhard, na qual cursou da primeira à quarta série (hoje Fundamental I). Lembra das suas professoras e que sempre estudou em turmas agitadas, ele mesmo adorava falar alto e fazer bagunça. Teve uns pequenos acidentes que o deixaram por alguns períodos afastado da escola, como quando na segunda série quebrou o braço e pegou catapora. Depois foi estudar no Ivanete, a partir da quinta série, onde ficou até meados do primeiro ano do Médio, quando passou um tempo no interior do estado – a mãe estava preocupada com a segurança dele depois de uma situação de violência na escola da qual ele foi testemunha. Quando voltou foi estudar no CE Arnaldo Busato de Pinhais, o colégio do qual mais gostou até hoje. Está cursando o terceiro ano e já fez o ENEM. Ano que vem fará o vestibular. Acredita que é por ter a mente muito rápida e grande capacidade de memorização que só tira notas boas, tem muita facilidade. Participou ativamente do processo de ocupação estudantil, sobre o qual deu uma aula para a entrevistadora. Criticou o PL 746 de 2016, principalmente pela forma autoritária como estava sendo conduzido o processo, pela retirada de disciplinas fundamentais para o pensamento crítico e pela proposta de ensino integral. Passou trinta e cinco dias dormindo na escola, onde era o cozinheiro responsável. Teve o apoio do pai, a mãe estava apreensiva. Lá tinham aulas de política, estudavam os projetos de governo, organizavam a escola, tinham horário para acordar e para dormir, vigília nos portões. Em suas

palavras, o problema é “cê num vê aí um filho de deputado trabalhando no mercado. É a realidade do Brasil hoje.”

Aos quatorze anos, além de estudar no período da manhã, foi menor aprendiz na rede de restaurantes *fastfood* McDonald's e também fazia curso no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Primeiro fez o lanchonete-escola, aprendeu sobre manuseio de alimentos, como fazer lanches, parte de marketing e publicidade em restaurantes; mais tarde fez também um sobre vendas. Adora cozinhar e aprendeu muito com sua mãe que foi confeitadeira no passado. Em 2015 começou a trabalhar numa empresa de distribuição e comercialização de alimentos, como adolescente aprendiz. Havia feito recentemente uma prova no curso pré-vestibular Domínio e conseguiu uma bolsa de cem por cento. Por um tempo estudava de manhã, trabalhava de tarde e ia para o cursinho à noite. Agora o contrato com a empresa havia acabado e estava só estudando.

Seu despertar afetivo e sexual se deu com a primeira namorada, que era filha de uma amiga da mãe e gostava dele. Perdeu a virgindade com ela aos quinze anos. Depois de seis meses terminaram e não se falaram mais. Ano passado, no dia de finados, começou a namorar de novo. Esta era uma menina da igreja, mas como tinha quatorze e ele dezessete, resolveu esperar, já que a família dela não aprovava a relação por causa da diferença de idade. Agora está ficando com uma garota do colégio, que faz o magistério, faz quase um ano. Diz que nesta seara “ruim eu não passo”. Quando mais novo fazia competições com os amigos de quem “pegava” mais meninas no *shopping*, a meta era pegar dez. Do assunto drogas, Roberto diz “pra ser feliz não preciso disso”. Cita o caso dos estudantes numa ocupação secundarista em um colégio de Santa Felicidade em Curitiba, que tomaram LSD (ácido) e um matou o outro a facadas em um surto.¹⁰⁴ O caso gerou grande reverberação negativa para o movimento. Conta que um tio morreu por causa de álcool, o pai era traficante antes de conhecer a mãe, então calcula que a curiosidade pode ser perigosa e por isso nem experimenta.

Ao ser perguntado se lê notícias ou assiste jornal ele conta: “Eu num gosto muito de assistir noticiário, independente do canal, porque querendo ou não, tem um posicionamento político que comanda tudo, entendeu? Aí tipo às vezes aquilo que você vê, não é exatamente aquilo que é.” No mais gosta de assistir filmes de comédia, terror, ação e ficção. Sobre seu gosto musical se nomeia eclético: ouve sertanejo, *rap*, *funk*, um pouco de *rock* e *reggae*. Redes sociais usa muito, *WhatsApp* e Facebook principalmente. De sua religiosidade, o jovem brinca “já nasci em berço evangélico”. Seu pai deixou de ser traficante quando conheceu sua mãe que frequentava a Assembleia de Deus. Acredita que foi por isso que “ele largou essa vida”. Na igreja tocava baixo e agora toca sax, pois o pai recebera um acerto no ano passado e comprou um sax alto para ele. Aprendeu as notas no templo, mas o resto pegou sozinho. Gosta e frequenta a Assembleia, acha que quando vai lá ajuda a limpar o estresse e o cansaço dos dias.

O CISA conheceu porque uns amigos iam jogar bola ali, daí conheceu também. O que mais gosta é jogar vôlei e tênis de mesa; faz a oficina de *muay thai* para não ficar à toa, já que acredita que em “mente vazia, oficina do diabo”. Da fama, informa que a comunidade ainda pensa que é um lugar que o povo vai para usar drogas. No começo seu pai pensava assim, até conhecer melhor as atividades e serviços prestados. Seu principal projeto de futuro é se tornar médico. Pensa em entrar antes em farmácia ou química para já ir tendo uma base e depois tentar vaga no curso de medicina. O último recurso seria entrar na licenciatura de química para ser professor. Acha que as oportunidades para os jovens do Holandez são bem escassas, muitas famílias não têm profissão e os jovens precisam sair da escola para trabalhar num mercadinho qualquer e ajudar em casa. Para Roberto, ser adulto é ter

¹⁰⁴ Para maiores detalhes, conferir a reportagem: ADOLESCENTE é encontrado morto dentro de colégio estadual ocupado. **Portal G1 Paraná**, Curitiba, 24 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html>> Acesso em: 17 jan. 2019.

mais responsabilidades, ter que cuidar da sua própria casa e da sua própria vida, não depender mais do pai e da mãe.

Noel, 21 anos

Noel tem vinte e um anos, nasceu no Hospital de Pinhais em 1995. Seus pais são do bairro. Faltou tempo na ocasião para escutar suas experiências e memórias, o CISA já ia fechar. Já de saída diz “minha infância não foi muito boa, por isso que eu sou meio rebelde assim.” Aos treze anos saiu fora de casa e foi fazer sua vida. “Aí sabe como é que é o mundo, né? O quê que oferece? Oferece, tipo, pouco de bom e muito de ruim, né. Aí a gente tem que abraçar o que quer. Tem que ver o que é bom pra gente.” Diz que infelizmente optou pelo “caminho errado” de “fazer cagadas” e “mexer com as coisas dos outros” – “mas hoje nós tá aí, firme e forte aí, graças a Deus, né”. Quando os pais estavam juntos comenta que era “da hora”. Porém a harmonia familiar foi comprometida quando na comemoração do batizado de seu irmão pequeno, em um desentendimento entre seu pai e um vizinho que era “encrenqueiro” e mandava no bairro, o pai o matou com uma arma de fogo, ali perto da avenida mesmo. Por conta disto foram embora para o estado de São Paulo. Lá seu pai se envolveu com outra mulher, hoje sua madrasta, e a mãe se separou dele quando descobriu a traição. Foi quando ela regressou para Piraquara. Ele tinha onze anos e ficou para São Paulo e depois se mudou mais algumas vezes.

O pai tem hoje quarenta e sete anos e mora no Mato Grosso do Sul, trabalha em uma empresa no caminhão de fazer asfalto. Ali na vila ele era “respeitado pra caralho” e mexia com “coisa errada”, mas mais tarde “sossegou”. Noel percebeu que seu pai era criminoso vendo ele usar cocaína, reparando no monte de gente que ia chamá-lo em casa para comprar drogas e notando que tinha arma em casa. Recorda com detalhes da primeira vez que flagrou o pai com um prato e as carreiras de pó esticadas; revoltado ele disse “a próxima vez que vê você fazendo isso daí, cê pode esquecer que cê tem filho!” Logo depois tiveram uma conversa e ele explicou que era traficante. Quando pequeno apanhava dele com uma corrente de moto pregada em um pedaço de pau. A violência vinha em situações em que o pai chegava “louco” (bêbado, drogado) em casa depois de passar o final de semana festando; sua mãe se queixava e quando o pai tentava agredir a esposa, ele entrava no meio; o pai descontava no menino. Mais tarde quando aos quinze anos foi morar com ele em Bonito, sua madrasta tentou envenená-lo com caco de vidro moído que colocou dentro da carne congelada que reservou para ele, quando ela estava indo viajar. O jovem estranhou, pois esta não era de gentilezas, e acabou descobrindo. Quando foi contar ao pai, este defendeu a mulher e acusou o filho de mentir. O pai deu um murro em sua cara e ele chegou a empunhar uma faca para se defender, pois estava na cozinha comendo. Mas não fez nada. Ficou uma semana fora, seu pai foi atrás dele e disse que iria mudar. Depois outra vez “saíram no braço” e ficaram anos sem se falar. Voltaram a conversar no ano passado. “Ele judiou demais de mim, quando eu fui morar pra lá, quando eu fiquei morando com ele. Eu cresci com a revolta já.” A violência intra-familiar era constante, mas o Conselho Tutelar nunca foi acionado; só os parentes mais próximos sabem do que ocorria.

Sua mãe nasceu em 1978, tinha na época da entrevista trinta e oito anos e ele conta sobre os dois que “somo muito apegado”. Não de contatos físicos, pois afirma ter vergonha de pedir um abraço ou algo assim; mesmo que sinta vontade, é meio “fechadão”. Mas o que ela puder, faz por ele. Mora na vila e nunca trabalhou fora de casa, salvo em um ou outro serviço pontual. Segundo Noel, “agora arrumou um marido pau no cu do caralho”, com quem se relaciona desde 2012. O padrasto não a deixa trabalhar, é um “pilantra”. Estes tempos bateu na sua mãe no meio da rua, quando esta ia para a casa da avó, pois ele não gosta que a esposa saia na rua. O jovem chegou para defender a mãe e o padrasto pegou uma faca para ameaçar ele, dizendo que não deveria se meter em briga de casal. Mas

ele não aceitou, falou “cê relou a mão nela, né, cara. Isso daí fica mais diferente, ela é minha mãe.” Depois se apaziguaram, pois o padrasto “tá ligado” nas conexões dele – hoje ele “é de boa”, não bate mais na mulher até onde sabe. Ele já tentou ligar para a polícia para denunciar a violência doméstica, mas a mãe gosta dele e não quer prestar queixas. De irmãos, tem três. Uma de dois, um de seis, outro de dez. Um natimorto, que seria mais velho do que ele. Os irmãos pequenos moram com a mãe, e a menina com o pai. Se dão muito bem, um dos irmãos até o chama de pai pela proximidade entre eles.

Quando era pequeno as ruas do Jardim Holandez eram todas de chão. Não tinha o CISA, era um campo de futebol e tinha um buraco no muro que dava para entrar e usar a quadra do Ivanete. “Aqui era muito violento, hoje em dia tá de boa. Mas antes era três, quatro que cê encontrava morto na valeta por dia.” Encontrar corpos fez parte da rotina de infância e da adolescência, memórias que narra com detalhes. Segundo ele, o pessoal foi começando a se respeitar mais. “Hoje em dia o bairro é sossegado em vista de antes, as morte que dá é bobeira, é moleque, não tem o que fazer fica matando os outros.” Agora os territórios estão definidos, não tem briga entre grupos criminosos, mas tem estes “vaporzinho” (moleques que entregam droga), “piazinho” que se matam por qualquer coisa, que querem “crescer”, “ter respeito”.

Interrompeu os estudos em 2014, quando cursava o primeiro ano do Ensino Médio. Foi para o exército, mas fugiu do quartel e não quis mais estudar. Sua primeira escola foi o Idília, ali na vila, onde estão hoje seus irmãos menores. Lá ficou até a quarta série (quinto ano). A quinta e a sexta fez no Ivanete. Lembra de ter passado muito “perrengue”, apanhou neste colégio, dos “maiorzinho”, “ixi, apanhei muito!”, já que também não deixava barato, era “folgado”. “Essa escola é uma bosta!” Ali teve uma briga com um professor que o repreendeu por estar conversando; Noel respondeu mal-educado. O docente jogou o apagador nele, o que acabou levando o jovem a bater nele com uma cadeira, cortando seu peito. A Patrulha foi acionada e o Conselho Tutelar. Sua mãe também foi chamada, foi realizada a audiência e ele teve que cumprir medida e fazer serviço comunitário na escola. O jovem, revoltado que o professor ainda estava na sua sala de aula, deu “uns tiro na reta dele”, mas acertou só o carro. Ele cursava o sétimo ano e depois do evento parou de frequentar o colégio. Hoje já somam 280 que ele está “devendo”, pagou algumas. Quando foi para Bragança Paulista – devido ao problema envolvendo seu pai – estudou até a sétima série (oitavo ano). Em Bonito, no Mato Grosso do Sul, estudou até 2014, mas não conseguiu terminar o primeiro ano. Saiu da casa do pai aos treze anos e passou oito dias dormindo na casinha da caixa d’água da cidade. Uma tia descobriu onde estava e ele acabou indo morar com ela, durante um ano. Ela era diretora da escola lá e só cobrou que ele estudasse; é como sua segunda mãe. Ainda hoje, desde que voltou para o Holandez, vai no Ivanete para assistir umas aulas, “zoar”, “tirar uma pira”; diz ter a simpatia dos professores, mas não permitem que ele se matricule, posto o incidente anos atrás. Pretende fazer o EJA para terminar seu estudo básico.

De seus relacionamentos afetivos conta que sua primeira namorada teve quando morava em São Paulo, ela era mais velha do que ele, irmã de seu parceiro quando começou a praticar os primeiros roubos. Depois acabou indo apenas visitar o pai, mas gostou de Bonito e resolveu ficar por lá, por isso terminaram. Na cidade do pai começou a namorar com uma menina que era evangélica e segundo ele, “ela mudou eu”. Mas o pegou dentro de uma boate que era uma “zona” (casa de prostituição), quando ele foi trocar uma ideia com a dona e seu marido – com quem depois veio a trabalhar – e não teve explicação que remedasse o flagrante; acabaram rompendo. Nisso começou a trabalhar como porteiro com essa patroa. Voltou para a vila só para visitar a mãe, quando conheceu Nara, sua última namorada, “daí ela acabou engravidando”, ainda que eles estivessem só ficando. Não quis “abandonar ela e a menina”. Chegou a levá-la para o Mato Grosso do Sul onde estava trabalhando, mas não deu certo. Afirma que “nunca teve sorte com mulher. Mulher é muito complicado, cê sabe, cê é mulher.” A filha agora está com oito meses de idade. De vez em quando ainda fica com a ex, mas a mãe acabou a mandando embora de casa porque ela dormiu com ele depois de já separados.

Teve que ir morar na casa da irmã, no Vila Nova. De qualquer maneira a ex-sogra nunca simpatizou com ele, sabendo que ele é “metido” (com o mundo do crime) porque via ele fazendo “corre” na rua de sua casa, próxima ao CISA. Um tem raiva do outro. Quer sair fora da vila, hoje tem muito “pilantra”, muita “trairagem”, “eu ando assim, só que eu ando ligeiro”.

Sobre sua entrada no mundo do crime, foi em São Paulo que começou. “Tocava o terror em tudo, saía, metia o loko, roubava, num tava nem aí.” Simplifica que “ahn, a gente tem que ganhar dinheiro, não consegue arrumar serviço tem que arranjar dinheiro de outro jeito, né.” Morava sozinho nessa época, daí fazia os “corre”. No primeiro, com um parceiro que hoje está preso e já era experiente, foram roubar um posto de gasolina. Foi “feio”, o segurança atirou, o parceiro levou um tiro e Noel entrou em choque e saiu correndo – ficaram um tempo sem se falar por ele ter abandonado a cena. Pensou que nunca mais faria aquilo de novo, mas não teve jeito. “Daí eu comecei roubar, gostar da coisa, ganhar dinheiro fácil”. “Sossegou” quando começou a namorar a menina no Mato Grosso. Ela o ensinou muitas coisas, sobre fé e a igreja, ele ia até se batizar evangélico, “eu mudei da água pro vinho”. Só que quando voltou para vila “tocava o terror”; mas agora “tá de boa” pois tem uma filha e não quer morrer nem ir preso. Atualmente mora com um primo no Jardim Bela Vista, para frente do Grande Guarituba. Não está trabalhando, tá fazendo “fita”. Não é apadrinhado porque “entrar é fácil, sair é difícil”. Ele só faz o seu “corre”. Hoje “vai catar um carro, dois mil reau, já dá pra passar o fim de semana”, num mercado ou em algum lugar que tenha estacionamento grande. Mas nunca agrediu uma vítima; isso “dá o maior B.O.”, a pena fica “foda”. Tem que fazer a “fita certa”, tem que estudar antes. Principalmente quando é loja ou carga. Não tem passagem na polícia, só as horas da MSE, que pretende em algum momento pagar ali no CISA, pedindo a transferência.

O CISA conheceu logo que saiu; quando começaram as obras pensou que seria um módulo policial. Gosta de ir para “curtir”, fumar um “béque” (cigarro de maconha), dar risada, bater papo com os amigos – “a gente não faz maldade”, defende. Por isso seria indesejável se ali tivesse muita polícia. Quando pergunto quais são seus planos de futuro, o jovem diz: “ahn, eu queria ser alguém na vida, né. Terminar os estudo, fazer um curso da hora, entrar num serviço massa. Eu tenho vontade de entrar pra polícia, sabia? Daí, é, tipo projeto, o quê que a gente pensa, a gente quer viver, hoje em dia pá morrer basta tá vivo. Tem que se cuidar, né.” O desejo maior é pegar a filha e criar, ver ela crescer, estudar, ter a casa dela, ter o marido dela e os filhos dela. Hoje em dia pensa mais na pequena, antes de fazer qualquer coisa.

Nara, 19 anos

Esta foi uma das entrevistas mais longas dentre a totalidade dos relatos. Nara nasceu em 1997 e tem dezenove anos. Ela é mãe de uma criança de colo, da qual cuidou durante nossa conversa. Nasceu em Pinhais, onde morava na época em que seus pais eram casados. Aos quatro anos eles se separaram e a mãe foi morar com ela e as duas irmãs ali em Piraquara. A mãe, nascida em Campo Mourão, aos trinta e oito anos hoje, trabalha “de limpeza” em uma empresa. Desde os seis anos que ela trabalha, antes na roça com a família, onde cuidava dos irmãos e da casa e levava comida na lavoura para o pai, avô da jovem, hoje falecido. Seu pai tem cinquenta e três anos e como estava desempregado comprou um carrinho de churros; de vez em quando ela e as irmãs vão para ajudar nas vendas e comer um pouco também. Ele sempre foi reservado ao falar sobre trabalho, por isso ela não sabe precisar quais suas ocupações anteriores. Lembra que ele levava fraldas e remédio depois que se separou, não deixava faltar nada; hoje têm uma relação boa, ele a trata muito bem. Com a mãe a história é diferente. Vivem “entre tapas e beijos”, especialmente por causa do pai de sua filha pequena, o Noel. Por causa dele, a mãe recém tinha mandado ela embora de casa, pois considera ele

“vagabundo, não vale nada, não é homem pra você!” Está atualmente morando com a filha de menos de um ano, Isabel¹⁰⁵, na casa da irmã mais velha, localizada no Vila Nova, o conjunto habitacional.

Com esta irmã de vinte e três anos briga às vezes porque ela não cuida direito dos filhos. Sua mãe teve ela aos quinze anos. A irmã estudou até o segundo ano do Médio e engravidou pela primeira vez aos dezesseis anos. Trabalhou por um tempo, mas parou depois do nascimento da segunda filha que tem um problema complicado no coração. A pequena passou por uma cirurgia com um ano de idade e logo depois ela apareceu grávida do terceiro filho, este um menino. Há quase dois anos está separada do pai das crianças, por motivo de uma traição que ela flagrou e resultou em briga; cada fim de semana eles se dividem com os cuidados. Ela depende majoritariamente do Bolsa Família pois o pai “ajuda quando ele quer”. Segundo Nara, o ex-cunhado coloca os filhos para vigiarem sua irmã, que tem um caso com o vizinho e por isso ele afirma que vai pedir a guarda. Tem dias que as crianças não têm nada para comer e dependem de a avó levar alguma coisa; estão bem rebeldes, só querem ficar para a rua e respondem feio quando são repreendidos. Com a irmã mais nova, de dezessete anos, briga o tempo todo pois ela é “muito ignorante”. Ela teve que parar de estudar no meio do ano porque já estava com mais de cem faltas, ali no CE Ivanete, e por isso já tinha reprovado o bloco. Dizia que ia para a escola, mas na verdade ficava no CISA durante à noite. De acordo com Nara, a mais nova foi criada de um jeito diferente, por isso ela é respondona, grosseira e bota medo na mãe. Esta recentemente abortara nos primeiros meses de gestação.¹⁰⁶

Há cinco anos que mora no Jardim Holandez, antes disso morava no ponto final do Guarituba – passou doze anos lá, quando a mãe era casada com o segundo marido. Quando ela separou dele, seu pai e avô da jovem deu uma casa para elas ali na vila – ele construía para alugar e não ia deixar a filha sem ter onde morar. Nara notou muita diferença ao sair do Guarituba: lá era bem calmo, conhecia todo mundo, ficava na rua até onze horas, meia noite. Ali já não pode, não tem esta liberdade, as crianças não podem ficar para a rua, os carros passam em alta velocidade, de noite é mais perigoso ainda. As pessoas da vila, segundo ela, são muito “ignorantes” e por isso já entrou em brigas com muitas meninas: “aqui é a lei dos mais fortes e dos que sabem as coisa, porque senão... senão cê arruma briga toda hora”. Segundo aprendeu com Noel, “se você entra, cê tem que saber sair!”, é o que diz quando pessoas de fora acusam que ela mora em um lugar perigoso. Já viu muita coisa violenta por ali, mas acha que mudou consideravelmente nestes cinco anos, como a instalação da Subprefeitura que facilitou quando se precisa de algum documento.

Chora ao contar a história do avô. Ele era negro e tinha um bar ali na Avenida Betonex, quase em frente ao CISA; era muito respeitado no bairro. Como era obeso, seu médico disse que ele precisava emagrecer. Todo sábado e domingo ele assava uma carne ou uma cabeça de porco, e reunia toda a família, tios e primos. Mas durante a semana só tomava sua sopa. Descobriu logo depois disso um câncer, mas só contou para sua então companheira; escondeu do resto da família. Achava que tomando “chá de macumba” ia melhorar. Contudo continuou sentindo muitas dores de estômago, começou a quimioterapia e emagreceu muito, até que o restante da família descobriu sobre sua doença. Fez uma cirurgia no estômago, mas não se recuperou. Ele estava cansado e preferiu morrer no hospital. A jovem descobriu sua morte logo após sair de seu curso pré-vestibular, quando muitos amigos começaram a mandar mensagens perguntando se ela estava bem. Veio a notícia pelo então namorado. Ela gritava e dava socos no carro. Não conseguia acreditar. Sua mãe tinha “quebrado tudo” de revolta quando recebeu a notícia. Fazia dois anos. Uma marca ficou, o que o avô disse na última vez que ela tinha o visitado no hospital, na manhã do dia de sua morte: “Promete que se aconteça qualquer coisa na sua vida, promete pra mim que você vai estudar, promete pra mim que você vai ser alguém na sua vida. [...] Se você quer ser alguém na sua vida, não importa se você vai

¹⁰⁵ Nome fictício.

¹⁰⁶ Este caso já foi relatado no segundo capítulo, em uma perspectiva etnográfica.

ter filhos, se você vai ter marido, eu quero que você estude, eu quero que você seja médica.” O avô morreu numa quinta feira e naquele fim de semana teve o ENEM. O vô era como a estrutura da família, nas palavras da jovem: “então, tudo nossa família era meu vô, depois que ele morreu muita coisa, muita coisa mudou mesmo na nossa família.” A venda do bar e do carro recém comprado, a divisão dos bens, a conta do advogado, os protocolos após sua morte geraram muitos conflitos entre os seus cinco filhos, parentes antes unidos que celebravam juntos todos os finais de semana.

De sua vida escolar, Nara nos conta que começou estudando numa creche no Guarituba, depois foi pra outra escola que não lembrava o nome e na sexta série (sétimo ano) foi para o Colégio Guarituba. Lá teve suas primeiras brigas com meninas; sempre foi “encrenqueira”. Na sétima série, hoje oitavo ano, foi para o Ivanete onde fez até o terceiro ano do Médio, concluído em 2014. Era de conversar e tratar bem os professores, gostava muito dali, tem saudades. Só se lembra de uma ocasião de conflito direto com uma de suas professoras. Terminando os estudos ia começar o curso de enfermagem, mas foi então que engravidou. Nesta época fazia curso para o ENEM, mas acabou fazendo a prova transtornada pela morte do avô. Nunca trabalhou, mas como sempre cuidou de crianças, por causa dos filhos da irmã, iria trabalhar de babá. Já estava tudo arranjado com uma potencial patroa, ela iria cuidar de dois gêmeos, já havia feito uma entrevista na qual se saíra muito bem. Nessa época pensava que tinha um cisto em um dos ovários, pois o médico da Unidade de Saúde lhe havia dito isso em uma consulta. Foi quando consultou uma segunda médica, pensando em remover o cisto, que descobriu a gravidez, no segundo mês de gestação. Por isso não pode assumir o serviço. Logo a barriga começou a crescer e veio a Isabel.

Nara teve quatro namorados firmes. O primeiro terminou com ela depois de dois anos de namoro, segundo ele porque ela não queria “fazer sexo”. Depois, com seu segundo namorado, perdeu a virgindade, tinha quinze anos na época – em sua casa, durante uma saída noturna da mãe para socorrer uma prima. Namoravam havia cerca de seis meses e logo depois terminaram. Quatro meses depois ele foi morto com um tiro na cabeça, “ele tava envolvido, mas ele tava no lugar errado, na hora errada, com a pessoa errada. E daí mataram ele...”. O jovem lidava com tráfico de drogas. Depois ficou por três anos e quatro meses com o terceiro namorado. Romperam logo após o falecimento de seu avô. Um mês depois conheceu Noel, pai de sua filha, e começaram a ficar. No quarto mês de relacionamento ela fugiu com ele para o Mato Grosso do Sul; voltou grávida e foram morar juntos. No total estão namorando há um ano e oito meses, mas num “vai e volta, vai e volta”. Sobre drogas, teve experiência apenas com maconha. Na primeira vez que fumou passou muito mal, ficou vomitando e suava frio; na segunda, junto com Noel, ficou bem “retardada”, “pirada” – achou que foi engraçado, mas não pretende fumar de novo. Foi batizada católica, só que agora está frequentando a igreja evangélica Portas Abertas, faz mais ou menos um mês; afirma estar aprendendo muitas coisas.

A relação com Noel começou pois este frequentava a rua dela, onde ele tem uns parentes – pertinho do CISA. Trocavam olhares, até que trocaram números de telefone e começaram a conversar pelo *WhatsApp*. A mãe era contra antes de começar qualquer coisa, ficava de olho na filha e no rapaz. Sua irmã mais nova e outra amiga queriam ficar com ele, mas ela foi mais “esperta” e ficou antes. Um dia a mãe pegou um beijo entre eles e bateu feio na jovem, na rua com cabo de vassoura e puxando os cabelos. Nesta hora ela pisou num caco de vidro e fez um enorme corte no pé. Foi uma confusão. Como não havia conversa, logo depois desse episódio eles fugiram juntos para a casa do pai do companheiro em outro estado. Mas sua mãe implorou para que ela voltasse, prometendo que não ia bater de novo. Então regressaram, ela grávida da Isabel. Até o quarto mês de gestação o pai não acreditava. Foi na primeira ecografia que acompanhou, quando pode ver a bebê e escutar seu coração, que ele caiu em si. O nascimento da filha teve seus momentos traumáticos: “cara, foi os piores momentos da minha vida. Quer dizer, entre aspas, né, porque a minha filha tava nascendo.” Sua bolsa estourou, ficou em trabalho de parto das três da madrugada até às dez e meia da manhã do

dia seguinte. Estas horas foram marcadas pelos maus-tratos da médica plantonista da maternidade de Pinhais e o risco de vida corrido pela bebê. Outras amigas, também jovens mães, contam histórias semelhantes de médicas e enfermeiras ríspidas e grosseiras que dizem coisas como “você num foram lá, num fizeram? Agora têm que aguentar a dor de ter!”, caracterizando um quadro comum de violência obstétrica na periferia. Sobre a relação com Noel, narra que ele ajudou muito no começo, quando ela teve dificuldades de amamentação por conta do bico do seio rachado e do leite que empedrava. Ele insistia para ela aguentar a dor, em nome da importância do leite materno para a filha recém-nascida. Curou a ferida nos mamilos com casca de banana. Nisso ele ajudou. Mas atualmente o cenário é outro, “hoje em dia é assim, eu cuido da Isabel e ele fica pá rua”. Não deixa nem a filha chorar, já devolve no colo da mãe; não ajuda a cuidar quando ela precisa limpar a casa e dar um tempo para a cabeça. Ele a acusa de ser displicente e já ameaçou que vai fugir com a menina. Agora ela não liga mais, antes tinha medo do que ele dizia. Sobre a função da maternidade, diz “ai, é tão chato, né? A gente tinha uma vida tão boa. Não que os nossos filhos sejam um problema na nossa vida, mas a gente era tão feliz, eu podia sair a hora que eu queria, eu podia tá em qualquer lugar a hora que eu queria. Agora eu num posso mais porque eu tenho uma filha. A minha vida parou completamente.”

Desde que estudava no Ivanete ficava no CISA, passava o dia inteiro ali, fazia muita bagunça. Jogava bola com a piaçada, pois adora jogar futebol, bebia, subiam numas grades que tinha no muro para ficar curtindo. Antes a comunidade falava que era um ponto de prostituição e de tráfico. Hoje está mais tranquilo, a fama agora está boa – desde a reforma que ficou diferente a visão; mas ela relembra que já viu muitas coisas feias e cenas violentas naquele local. Sobre seus planos futuros, explica “ai [suspiro cansado], eu pretendo, depois que a Isabel fizer um ano, assim, que ela tiver já... que ela desgrudar um pouco de mim, né, filha? Eu pretendo arrumar um serviço. Depois que eu arrumar um serviço eu quero começar a pagar o meu curso, pra mim começar a fazer enfermagem. Que daí eu vou começar por enfermagem primeiro, né. Começar a fazer enfermagem e depois virar médica. É o meu sonho.” Com a bebê agora acordada e balbuciando, depois de ter mamado e dormido por boa parte da entrevista, a mãe defende que vai dar a ela um “futuro bem bom”.

4. VOZES JUVENIS

‘Inda garoto deixei de ir à escola, cassaram meu boletim. Não sou ladrão, eu não sou bom de bola, nem posso ouvir clarim. Um bom futuro é o que jamais me esperou. Mas vou até o fim.

Chico Buarque de Holanda, Até o fim (canção popular).

A partir deste capítulo procuro aprofundar os temas já elencados nas revisões de literatura, nas notas etnográficas e nas trajetórias de vida, dando maior ênfase a estas vozes juvenis de nossos doze sujeitos entrevistados. Conforme explicitado, as situações de entrevistas individuais foram um diálogo conduzido, pensado como uma interação face a face nos termos de Goffman, um “minúsculo sistema social” (2013b, p. 25) e como uma construção da fachada mediante o outro através de elementos rituais (GOFFMAN, 2012), que se assemelham a uma atuação teatral. É desta forma que as apresentaremos – recuadas, em fonte 11 para facilitar a leitura, seguidas sempre do nome e da idade do(a) autor(a) em negrito e entre parênteses; por vezes com trechos em *itálico* para ressaltar alguma passagem que eu tomei como importante e reveladora. São três os eixos temáticos de análise eleitos como representativos: (4.1) as percepções sobre a periferia habitada e os seus residentes; (4.3) os aspectos relativos à vida escolar e as suas desventuras e, por fim, (4.3) a relação com as drogas, a construção de carreiras morais e o mundo do crime.

4.1. PERCEPÇÕES SOBRE A VILA E SEUS HABITANTES

Neste tópico o objetivo é resgatar os olhares sobre o espaço, sob as múltiplas perspectivas dos(as) entrevistados(as). Como a caracterização do território e as discussões sobre a gestão violenta das cidades foram feitas no capítulo um, julguei que o mais orgânico seria posicionar este eixo temático em primeiro. Se o espaço é social e as fronteiras, morais, tais pressupostos sugerem que ele está sempre em transformação e em disputa, sobre seus nomes, sentidos e usos. Isto ficou claro de saída, como já informado: as denominações dos bairros e das vilas é de grande variação; os nomes oficiais estão em conflito com outros sistemas de nomeação locais, negociados no nível das ações e interações reais entre pessoas e instâncias. Os relatos que seguem foram em sua grande maioria respostas às perguntas feitas para todos(as) os(as) jovens sobre o Jardim Holandez: o que gosta e o que não gosta do lugar, quais suas memórias mais antigas sobre o bairro, quais as famas da vila, se já haviam sido discriminados por residirem ali, como os outros de fora viam a localidade, etc. A forma como a questão era colocada variava de acordo com cada situação de entrevista.

Vamos então a alguns trechos selecionados dos relatos dos e das jovens.

- É... hum... assim ó, quando cê fala que mora no Jardim Holandez as pessoas conhecem aqui?
- Fala que eu moro num lugar perigoso, essas coisa assim, sabe.
- [...]
- Mas o quê que o povo acha que é perigoso? Quais são as ideias que se faz sobre o Jardim Holandez?
- É..., que o pessoal tudo anda armado, essas coisa assim, sabe. Sempre falam, tem essas piadinha assim. Tipo *o pessoal tudo anda armado aqui, a gente não pode andar tranquilo aqui, que pode levar um tiro*, essas coisa. Mas nem é tão, tão perigoso assim. De dia né, de noite... **(Betânia, 16 anos)**.

Veremos que esta imagem do Holandez como “lugar de bandidos”, lugar de armas, lugar de violência é bastante estabelecida, e se repetiu em muitos outros momentos em que conversei com os(as) jovens. Acima lê-se também a preocupação da jovem com “andar de noite”, revelou-se a existência de uma política de toque de recolher para os habitantes, especialmente com relação ao gênero. As mulheres consideravam mais perigoso andar de noite por poderem ser vítimas de algum tipo de violência de gênero e sexual.

No próximo trecho selecionado, quando faço mais ou menos a mesma pergunta:

- Hein, e me fala, quando alguém pergunta onde cê mora, cê fala que mora aonde?
- No Holandez. Não tenho vergonha de falar.
- Mas tem gente que tem?
- Tem. Bastante gente tem. Eu não me importo.
- Mas tem essa imagem de ser um lugar...
- Tem. [convicta]
- Um lugar o quê?
- Um *lugar favela, que só tem drogado, ladrão*, tudo essas coisa eles falam assim, só isso. Que anda na mente das pessoas. **(Elis, 16 anos)**.

A palavra “favela” apareceu em algumas respostas, ora como um tabu, ora como uma apropriação ressignificada, ora como uma maneira de criticar as condições de vida nas margens. Em um dos muros do CISA lia-se o seguinte pixo: “É nós favela”. Em outro ponto da conversa com esta mesma jovem, ela nos conta sobre a boate Millenium, que é uma conhecida casa de shows localizada em Pinhais, frequentada por muitos dos habitantes do Holandez e da região:

- E, tipo, daqui, da Vargem, do Palmital, do... tudo que é lugar. Daí, tipo, mistura assim. Porque... *Vargem Grande não se dá bem com Palmital, Holandez não se dá bem com Vargem Grande, Holandez 1 e Holandez 2 não se dão bem*. É assim. Mas lá na Millenium [clube em Pinhais, balada] todo mundo se dá bem. É... sem briga, sem nada, senão os segurança tira pra fora. Tem que saber curtir lá dentro também. **(Elis, 16 anos)**.

A passagem permite notar as “rixas” e disputas dos territórios e sub-territórios. É importante frisar que alguns jovens ignoravam a existência destas disputas, talvez por estarem mais distantes do mundo das rivalidades e das facções. Por outro lado, a boate é o lugar de “trégua”, onde as diferenças devem ser colocadas em suspenso, onde todos devem “saber curtir”. Em seguida quis saber um pouco mais sobre as divisões dentro do próprio Jardim Holandez.

– O quê que é o Holandez 1?

– Holandez 2 é aqui pra baixo, Holandez 1 é esse aqui, de cá. Era assim, tipo eles andava tudo junto. *Aí um namorava cuma menina, depois terminou com a menina, e o outro ficou com a menina.* Aí já se separaram um pedacinho. Daí separou, uns ficaram pra lá, uns pra cá. Não conversavam mais.

– A galera?

– É. Daí a piazada daqui de baixo, não sei, tentou matar o Paulo. Cê já ouviu falar desse Paulo daqui, em cima? Nunca ouviu falar, o PH, PH é o apelido dele. Aí deram um, vieram aqui pra cima pra tentar matar ele, e deram um tiro de... pegou um tiro de raspão na orelha dele. Aí começou, essa treta entre eles. Se batem de frente. Se os piá dali de baixo sobem aqui pra cima...

– Tomam cacete?

– Tomam cacete ou morrem. E se os piá desce lá pra baixo também, a mesma coisa. Mas só que, tipo, a nossa família é dividida. Porque anda, meu primo [envolvido no crime], tipo, cumprimenta os piá de lá. Mas anda com os piá daqui. É protegido pelos piá daqui. Daí tipo, fica esse negócio sabe. **(Elis, 16 anos).**

A história versa sobre um caso específico que, segundo a visão da entrevistada, originou o cisma entre os dois lados do Holandez. A origem de tal mal-estar seria uma menina, que fora disputada por duas figuras de importância no bairro. Em alguns momentos as mulheres ocupam a posição de bens trocados ou ostentados; o que levaria a uma ofensa que precisou ser “vingada”, a honra ferida precisa ser defendida. Depois a morte de um. E a eterna reciprocidade das retaliações. Como apontado, estes confrontos eram desconhecidos ou reconhecidos sob outras lógicas, mitos, etc., a depender das experiências de vida de cada sujeito.

Numa outra narrativa que coletei, a jovem também conta sobre os estigmas de lugar e como já viveu situações de exclusão quando revelou detalhes sobre sua moradia. Segue:

– E daí, mais uma coisa. Queria quê cê falasse um pouquinho sobre, assim, quando cê não tá aqui, e você fala que você mora aqui, você já sentiu alguma reação estranha das pessoas?

– Já. “Ai, você mora lá? Gente, aí é muito perigoso e num sei o quê!”

– Cê fala que cê mora aonde? Em Piraquara ou no Holandez?

– Eu falo... pra gente desconhecida eu falo “moro em Piraquara”. Daí fala “que lugar?”, daí eu “no jardim Holandez”. “– Nossa, cê mora aí! Cê é louca e num sei o quê, que cê tá fazendo aí? Aí é perigoso!” Daí eu falo “não, eu nasci aqui,

então eu não sinto o perigo, entendeu?” Eu falo, “não, não é perigoso...” Mas muita gente fica assustada. [risos] *Tem gente que até para de falar, pergunta assim, “ah, então tá bom.” Nunca mais manda oi, conversa.* [pelo WhatsApp] [...]

– Que às vezes tem piá até, que quando vai pegar entrevista de emprego, prefere não falar, prefere dizer que mora em Pinhais, prefere dizer que mora em outro lugar...

– Não fala que mora em Piraquara? Nossa, *tá negando a raça aí, tá negando o lugar.* [rindo] Ah, mas hoje eu falei. Eu falo: moro no Jardim Holandez, é bom. **(Graça, 16 anos).**

Novamente surgem as figuras do local perigoso, de “bandidos” e os estereótipos já apresentados. E neste caso, como posto acima, a jovem cita situações em que revelar viver no Jardim Holandez pode ser um fator determinante na continuidade ou na ruptura de uma relação que começa a se estabelecer – esclarecendo que ela se refere a conversas e mensagens que tem em grupos diversos pelo telefone celular. Mais ao final do seu relato, ela afirma que aqueles que não se revelam estão “negando a raça, negando o lugar!” Interessante a associação feita por ela, a *raça* e o *lugar*. Assumir-se morador deste lugar equivale a uma espécie de política afirmativa: “eu não tenho vergonha!”

Em seguida apresentamos outro diálogo, em que os sentidos e usos da palavra “favela” ressurtem. Vamos a ele:

– Eu odiava morar ali e outra coisa: eu odeio lugares que tem subida e descida assim. [referindo-se a sua antiga casa em Colombo-RMC] Nossa eu odeio, isso pra mim é... um saco. Que mais? *Acho que de tudo o que eu mais odeio é a pobreza.* Não odeio as pessoas pobres, eu odeio a pobreza, entendeu? *Eu odeio a favela, não odeio as pessoas que moram na favela, eu odeio a favela. Por que a favela é um lugar esquecido, entendeu?* A saúde não funciona, a prefeitura não funciona, o sistema não funciona... as pessoas são esquecida. Tipo, é uma decadência, assim. A educação então, nem se fala!

– Mas quando cê fala favela, cê tá falando lá onde cê viveu em Colombo...?

– Em Colombo e aqui também. Aqui... agora que tá começando. Nossa, o CISA não faz muito tempo que tem o CISA aqui. Mas cê tem noção de quanto tempo ficou parado, essa obra aqui, o CISA? Eu gazeava aula aqui quando eu tava na quinta série. O pessoal fumava maconha aqui, aqui dentro. E assim, ficou muito tempo parado. Ó: esse negócio da pista de skate, ó... esse projeto tava há muito tempo [estalando os dedos]. Tem outra, tem o posto de saúde que devia abrir lá embaixo. Acho que tá uns dois anos já parado. A pista de lá, e o CISA de lá, que era pra abrir um CISA lá, ali, ali embaixo [no Vila Nova]. Também não... não foi, não terminaram a obra, entendeu? Sei lá, *eu odeio morar nesse lugar, eu odeio morar num lugar onde as pessoas são esquecidas, eu odeio ser esquecida, eu odeio ser só mais um número na população.* **(Elza, quase 18 anos).**

Na passagem transcrita, a jovem mostra sua revolta com aquilo que considera definir a vila em termos de ser uma “favela”: lugar de pobreza, lugar de serviços públicos precários,

lugar de *esquecimento*. Obras paradas, promessas não cumpridas, um tempo oco, paralisado, gente esquecida, acumulada. A teoria da omissão do poder público é eficiente na percepção dela. Os demais serviços são precários, “uma decadência”, pois operam como a justificativa moral para reforçar o imperativo do poder policial.

Prosseguindo, lemos outra narrativa. Apresento o trecho e analiso na sequência.

- Meu pai mesmo é um que fala. Ele mora em Pinhais. Ele fala assim: “ai, eu vou lá naquela favela lá, né. Porque eu moro em Pinhais”.
- Ele chama aqui de favela daí?
- Aham, ele fala bem assim “*eu vou lá naquela favela lá, eu moro em Pinhais, eu moro no Centro de Pinhais*”. Eu falo “ai, grande bosta que cê mora em Pinhais, né. Meu deus do céu!” Aí ele fala assim “olha, aqui em Pinhais tem asfalto, aqui em Pinhais tem...” Eu falo “ôxi, no Holandez também tem”. Aí ele falou “quantos anos cê morou pra ter asfalto no Holandez?” Eu falo, “mas tem agora, né, num pode reclamar!” Daí ele fala assim, “é, mas antes ceis andavam no barro e não sei o que lá”. Daí eu falo assim pra ele “bem falado, antes. *Agora tem asfalto, tem tudo quase o Holandez agora!*” **(Nara, 19 anos).**

Embora Pinhais também seja um município que compõem a Região Metropolitana, notamos a presença desta hierarquia em diversas ocasiões. Como de costume, a vizinhança gera conflitos. O mesmo se passa com a fronteira Piraquara/Pinhais. Outro elemento importante que surge com bastante nitidez aqui é o “asfalto” como um sinônimo de cidadania ou algo neste sentido. Me impressionou a quantidade de vezes que escutei esta premissa: com o asfalto, o Holandez se tornou “cidade”. Talvez por ser tão precária nossa cidadania, ela é expressa e reconhecida por algo muito concreto: o asfalto. Quem tem asfalto, tem tudo.

Em mais um trecho selecionado, outra vez as figuras associadas ao espaço e as suas famas.

- E você acha que... você já sofreu algum tipo de discriminação por morar aqui no Jardim Holandez? Ou por morar nas Casinhas?
- Discriminação não. [pensativo] Ah, já... já zuaram comigo, assim, algumas vezes, assim. Pessoas de outro lugar, assim, que conhece o Holandez.
- Falaram o quê?
- É, tipo “*cê mora no Holandez, ah tal, cê tem que ir no Ano Novo lá é tiro, em vez de foguete!*” e tals assim. Tipo isso. Só que eu levo bem na brincadeira. Mas nunca, preconceito assim nunca, discriminação...
- Falaram que o Ano Novo é tiro em vez de ser fogos?
- É tiro em vez de foguete. Em Foz do Iguaçu, em Santa Catarina, algumas pessoa conhecia, falavam isso, nossa...
- Ah o pessoal lá conhecia aqui? Algumas pessoas?
- É. Tipo minha família. Tipo, eu tinha uma família em Foz do Iguaçu, uma família em Santa Catarina. Que, que já vieram pra cá algumas vezes e sabem da fama. Daí eu “não, não é tudo isso!” *Cada lugar tem seu centro ruim, ali, tem uma fama.* **(Milton, 16 anos).**

Para este caso, o jovem comenta das piadas feitas sobre o Holandez, ainda que não considere uma forma de discriminação; levar “bem na brincadeira” também é um modo de proteger a si mesmo dos estigmas sócio-territoriais.

Há aqueles que, contudo, discordam do rótulo de favela, como o jovem a seguir que debocha desta nomenclatura.

– Os cara que fala que aqui é favela, não conhece favela, pelo amor de deus. [rindo debochado]. Cê os cara vê o que é favela mesmo vai falar que mora no centro. Porque favela é um barraco em cima do outro. Num tem nem rua, é viela assim pra passar. Os cara é... é que eles querem, tipo, eles acabam se desmerecendo, sabe, “ah, porque eu moro numa favela”. Cê quer saber o que é favela, pesquisa lá: Favela da Rocinha, Morro do Alemão. Pesquisa o que é uma favela de verdade, que aí você vai ver que você tá morando no centro, perto de onde tem muitas pessoas que moram. [...] Eu num vejo aqui como uma favela, não. **(Gilberto, 25 anos)**.

Nesta passagem é notável que as moralidades e os sistemas de classificação estão em conflito, especialmente nos significados dados ao “centro” e a “periferia”. O próximo trecho é bastante emblemático e mostra o ponto de vista de um jovem que está envolvido com o crime organizado. Ele é um dos “indesejados da escola”. Morador antigo do Holandez, rememora o passado e nos traz um relato privilegiado.

– Me conta um pouco sobre as tuas impressões do bairro, da comunidade...? Como que era antes? Como que é hoje? Se mudou alguma coisa?

– Ah, mudou. Mudou. Há 10 anos atrás você andava na rua aí, *cada esquina tinha dez, quinze mano aí armado*. Com aquelas roupa da XXL [marca de roupas *Hip Hop*] ainda, muito lôco! Eu tinha... uns sete, oito anos. Mas desde pequeno, assim, todo mundo me conhece aqui. Desde a parte boa, até a parte ruim.

– Uhum.

– Ah, hoje em dia, depois que... *depois que foi apaziguado assim, parou tanta morte, cê consegue andar de boa*, assim. Melhorou bastante, é asfaltado, antes era só... só terra, meu deus do céu!

– Então cê acha que tinha mais violência antes?

– Ah, tinha, né! Eu num vou dizer que hoje não tem, tem! *Só que hoje em dia cada um é... faz seu corre quietinho, por isso que ninguém fica sabendo*. Num é que nem antes, todo mundo se expondo. É..., a... a nova geração que veio é uma geração, tipo, que, todo mundo só quer ficar no celular, *WhatsApp*, Facebook e mais nada. Antes os cara saía na mão, ia pra matar, ia roubar e já era, assim que era. Hoje em dia é diferente. Eu falo porque eu convivo no meio. É outros quinhentos.

– Aham.

– [...] Que nem, todo mundo me conhece aqui, né. Desde pequeno. Aí... eu acho que hoje em dia assim mudou bastante, tá... Tipo, se hoje tem..., que nem isso do meu pai [no crime] que eu te contei, de criação assim. Se hoje tem uma lotérica aqui, se hoje tem uma farmácia, umas loja, foi porque ele ajudou, entendeu? Num foi o prefeito. “Ah, foi o prefeito!” Foi o prefeito, nada! Foi

ele. Entendeu? Se o Holandez hoje tem uma fama um pouquinho melhor, foi porque ele melhorou isso. Num tem essa de prefeito. O prefeito aqui não manda nada! [risinho] Tem outro cara por cima, assim que é. **(Jorge, 18 anos).**

Em partes: o primeiro trecho do relato revela dinâmicas do crime no passado, uma década atrás, de acordo com o que nos é narrado. Em cada esquina uns “dez, quinze mano armado”. O jovem, que desde criança circulou nestas redes de sociabilidade, aponta que houve uma virada significativa no tipo de lida: “depois que foi apaziguado”, diz ele, não se vê mais tantas mortes no Holandez. E novamente o elogio ao asfalto, que seria quase como a chegada da civilidade na favela. A frase “Só que hoje em dia cada um faz seu corre quietinho, por isso que ninguém fica sabendo” resume o que seria esta nova fase do crime na região. Menos ostentação, mais racionalidade, o crime como um negócio. Ainda querendo mais um esclarecimento, pergunto:

– Cê chamou de favela, fiquei... curiosa, assim. Cê acha, cê considera que o Holandez é uma favela? Ou no passado?

– Uhn, tipo, pelo fato da gente conhecer assim... detalhe por detalhe, canto por canto, isso aí é uma favela. Tipo, você não vai comparar aqui com Paneville [Pineville, bairro de condomínios de luxo] ali de Pinhais, com Alphaville de Pinhais. Nunca na vida! Entendeu? *Então aqui é uma favela, aqui tem beco. É uma favela, onde tem beco é favela.*

– O beco se refere a...?

– Aonde..., tipo, é uma rua sem saída, que só fica lá no fundo lá, os menino lá passando droga. *Piazinho de... 13, 14 anos, com oitão [arma] na cinta e passando droga pra rapaziada.* Isso é um beco. Entendeu? É assim. **(Jorge, 18 anos).**

Mais uma concepção do Holandez como favela, nesta passagem o jovem explica pacientemente que o “beco” define o que é favela e o que não é. Em contraste com lugares ricos e incluídos, a exemplo das áreas onde estão casas e condomínios de luxo, a favela tem beco. A favela tem meninos com armas passando droga. A faixa etária dos treze aos quatorze anos ressurge neste momento como uma idade crítica para os meninos periféricos, quando parece se definir qual “lado” irão escolher.

4.1.1. Rótulos e sistemas de classificações

Naturalmente os próprios jovens circulavam de modos diferentes e possuíam distintos entendimentos sobre seus pares, a comunidade e as políticas ofertadas. Seleccionamos dois trechos das entrevistas, onde buscamos uma amostra bastante variada de tipos humanos, que

apontam para isto e evidenciam fronteiras morais e processos de segregação do interior. Seguem mais algumas impressões de Elza.

– Porque eu vô te falar uma coisa: sabe qual o problema de um maloqueiro, de um bandido? Um bandido ele vai assaltar, ele se veste como bandido. O maloqueiro, tipo, ele se veste como maconheiro. A pessoa fuma maconha, ela tatua maconha, cara! [indignada, rindo] Velho, cê não quer sofrer *bullying*, Você não quer sofrer preconceito, você não quer ser agredido na rua? Mas cê tá pedindo, entendeu, cê tá, tipo, “olhem para mim, olhem para o que eu estou fazendo! Prestem atenção em mim!” Entendeu? **(Elza, quase 18 anos).**

A associação do “maloqueiro” com um certo tipo de vestimenta revela rótulos e estereótipos em torno da categoria dos “bandidos”, dos ilegais, daqueles envolvidos com “coisa errada”. Em seguida, pergunto quais seriam estas roupas, para tentar obter uma descrição mais detalhada.

– E o quê que é, quais são os códigos de se vestir como maloqueiro ou maconheiro?
 – Então, pelo que eu analisei, né, por exemplo, quando eu falo assim: “ah, eu fumo maconha”. As pessoas olham pra mim cara e ficam [gesto de queixo caído]... entendeu? [risos] Porque assim, a maioria dos maloqueiros, assim, eles se vestem igual. Eles querem ser diferente, mas eles se vestem igual, entendeu? [rindo] E assim, eles ficam manjado pelo estilo de... de como eles se vestem, entendeu? Eu particularmente, caguei, não tô nem aí pelo jeito que eles se vestem, pelo que eles acreditam, não tô nem aí! Eu não tô nem aí. *Só que... é muito marcado, eles ficam sujo, eles ficam marcado, entendeu, pelo modo que eles se vestem.* Se a pessoa..., olhando pra mim, só olhando pra mim, você diria que eu uso droga? E conversando sobre filosofia comigo, você diria que eu uso droga? **(Elza, quase 18 anos).**

A jovem identifica estéticas típicas da visão negativa sobre os jovens de periferia, estéticas que certamente figuram no imaginário social como a incorporação do perigo: roupas largas, calças caídas, o boné. Na passagem grifada, diz ela: “eles ficam sujo, eles ficam marcado”. Elegendo para si outra forma de se trajar, ela usa táticas que permitem circular pela arena do ilícito (uso de maconha), sem ficar “manjada” e ser alvo de abordagem policial e outras desconfianças. A lógica aqui parece ser: se você não incorporar a imagem padrão em torno do jovem periférico, pode circular mais protegido e a salvo dos dispositivos repressivos.

Nesta outra passagem, com a palavra um jovem do sexo masculino, ele fala sobre os estigmas do bairro.

– E cê acha que as pessoas têm medo do lugar? Quem não é daqui pensa que aqui... é um lugar meio perigoso.

– Quem num... tipo, tipo as Casinha. Quem não mora lá, acha que, nossa, é tiro toda hora. Pessoas se matando... mas num é assim, sabe. O Holandez, também. As pessoas falam tanto do Holandez, mas não é tão... tão assim. *As pessoa se acerta, os cara errado, os cara que rouba carro se entende com a vizinhança também.* Tudo... vivem em paz. **(Milton, 16 anos).**

Em muitos momentos no campo pude perceber que os jovens moradores da Vila Nova tinham certa vergonha de dizer onde moravam, hesitando antes de dar a resposta. Estes segundos de silêncio me pareciam dizer muito sobre os significados da pobreza e da habitação popular. Por outro lado, as e os operadores do CISA os corrigiam repetitivamente, dizendo que era errado dizer “as Casinha”, pois era uma forma pejorativa de chamar o conjunto.

Ao final do trecho acima selecionado, grifamos a frase “As pessoa se acerta, os cara errado, os cara que rouba carro se entende com a vizinhança também”, pois é emblemática. Se a periferia é vista como lugar indiferenciado de “bandidos”, visão produzida e nutrida pelo centro, o jovem defende a vila. Ainda que certos sujeitos estejam envolvidos com crimes e atividades ilegais, isso não significa que não exista vida e sociabilidade na vizinhança, em outro registro que não o da violência. Em outros termos, uma pessoa que rouba carros ou trafica drogas, ainda sim é perfeitamente capaz de dar bom dia para seus vizinhos. Seu estatuto de pessoa, pois, não se encerra na sua ligação com quaisquer atividades criminosas. Este estatuto está em constante destituição uma vez que esta é necessária para o sustento moral das políticas estatais repressivas nos territórios de pobreza.

Para salientar ainda uma fala, mais um entrevistado diz que ali não é bem visto. Quando perguntado sobre a fama do bairro, Noel diz:

A mídia faz virar isso, né, cara. Só que aqui é de boa, sabendo entrar, cê consegue sair. Agora se quiser entrar dum jeito... daí num sai, né. *Tem que saber entrar, tem que ser humilde.* Se quer morar aqui na vila, cê tem que ser humilde, não pode querer ser mais que ninguém. **(Noel, 21 anos).**

Envolvido com o mundo criminal (mas não ligado ao crime organizado), Noel expressa sua visão sobre o “entrar” e “sair” da vila e a importância da “humildade” como valor moral. Neste caso em particular, no qual o jovem se sente alvo de muita “traíragem”, como narrado em sua trajetória de vida, o relato faz um sentido completo. E demarca que as lógicas além de disputadas entre os habitantes da periferia em suas diferentes posições sociais e lugares de mundo, que a vila tem uma forma própria de funcionar, que é distinta dos meios sociais incluídos, que é preciso “saber andar”, reconhecer seu lugar e reconhecer os códigos de

sociabilidade vigentes, demarcados pela liminaridade entre o “legal” e o “ilegal” (cf. TELLES, 2015 e outras referências citadas em nota de rodapé).

4.2. DESVENTURAS DA VIDA ESCOLAR

Os bancos escolares operam como a primeira fábrica, fora do circuito familiar, de produção dos rótulos de “normal” e de “desviante” (cf. FOUCAULT, 2010 e BECKER, 2008), a partir de categorias como o “fracasso escolar”, o “TDAH”¹⁰⁷, o “aluno-problema”, o “marginalzinho”, dentre muitos outros títulos depreciativos. O conceito de “carreira moral” de Erving Goffman (2013a) nos auxilia na compreensão das dinâmicas pelas quais certos papéis são instituídos a partir da construção do próprio eu; no “eu” reside o poder das forças sociais de imprimir identidades, lugares, posições. Pescarolo (2014) trata da questão do aluno problema a partir do conceito goffmaniano de carreira moral, apontando para os efeitos perversos destas dinâmicas na vida de crianças e jovens pobres, cujas famílias comumente depositam grandes esperanças de que o estudo promova um maior *status* e uma colocação mais elevada no mundo do trabalho.

Bourdieu e Champagne (2007), ao tratar sobre a universalização da educação no contexto francês, apontam para os limites desta promessa democrática demonstrando que os processos de eliminação mudaram, mas se mantiveram as distâncias sociais relativas. Isso porque estudantes oriundos de camadas populares são continuamente desclassificados no sistema educacional pela sua “falta de cultura” (leia-se a falta de referenciais culturais afinados com os capitais escolares) e são expostos a infinitas violências simbólicas institucionais. Os autores denominam este processo de “exclusão do interior”, que seria ainda “[...] mais estigmatizante, na medida em que, aparentemente tiveram ‘sua chance’ e na medida em que a definição da identidade social tende a ser feita, de forma cada vez mais completa, pela instituição escolar, [...]” (2007, p. 221), apenas adiando a hora da verdade e parecendo aos jovens um tempo perdido, desperdiçado.

Ainda que o acesso ao ensino formal seja garantido a um número muito maior de pessoas do que no passado, por entre os véus da lógica meritocrática se escondem dinâmicas de exclusão bastante eficientes.¹⁰⁸ O problema reside na permanência; e foi o que pude observar em campo.

¹⁰⁷ Este e outros diagnósticos contemporâneos sugerem uma psiquiatrização da educação, e a utilização do “laudo” na escola pública como técnica de exclusão.

¹⁰⁸ Ver também sobre a mesma discussão: BOURDIEU P.; PASSERON, J.C **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015[1964]. BOURDIEU P.; PASSERON, J.C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do ensino. Petrópolis: Editora Vozes, 2014[1970].

As violências institucionais perpassam o conjunto das instituições públicas voltadas para os mais pobres, com suas nuances particulares. A noção de “exclusão intra-escolar” retirada do relatório da Unesco (SOARES J. F. et al., 2012) é tratada a partir de uma série de variáveis com o objetivo de medir o aprendizado e a aquisição de certas competências escolares no cenário brasileiro recente. No referido estudo, “[...] os alunos que se encontram no nível abaixo do básico são de interesse especial, já que são considerados *excluídos do direito de aprender*.” (SOARES J. F. et al., 2012, p. 09 - grifos meus). Deste modo, parece razoável afirmar que a “evasão escolar”, sendo tomada como categoria nativa, é na prática um dispositivo biopolítico: uma imensa triagem de pessoas realizada pelo sistema educacional público – nem por acaso e tampouco por erro.

Quando em campo, acompanhei um dia de formação da equipe da SMAS. O tema era “Direitos da juventude” e o curso ocorreu no Centro da Juventude do município, no Jardim Bela Vista, alguns quilômetros distante do Guarituba e considerada uma área bem “menos pior”. O coordenador abordou o assunto em uma perspectiva histórica, falando do higienismo dos serviços públicos brasileiros e fazendo uma crítica à expectativa dos trabalhadores da Rede de um “usuário ideal”, assim como de um “aluno ideal”. Afinal os serviços assistenciais são voltados para os mais invisíveis e os mais carentes; por isso os seus operadores precisam romper com as lógicas tradicionais que pendem para a manutenção da segregação – dizia ele. Em função de um conchavo inicial com a coordenadora do CISA (estavam presentes operadores de várias outras instituições), o professor soube do citado mecanismo de exclusão de jovens problemáticos no CE Ivanete no Jardim Holandez, sobre o qual teceu algumas considerações. Tomamos nota, disse ele: “a lógica da exclusão está no DNA da escola”.

4.2.1. Exclusão intra-escolar

Muitas evidências empíricas dos processos de segregação juvenil e da construção dos jovens desviantes se desenharam durante a confecção da pesquisa. Pareceu seminal perceber e rastrear as múltiplas violências morais que se colocavam em jogo nesta produção social do outro, a partir das instituições. Nos ateremos aos relatos dos jovens entrevistados sobre situações vividas ou observadas de exclusão intra-escolar, que dialogam com o posto acima. Neste primeiro trecho surgem algumas evidências dos sistemas de hierarquia entre os diferentes municípios da RMC. Quando pergunto a uma jovem moradora do Jardim Holandez por qual razão estudava em Pinhais, ela responde:

- Porque minha mãe não queria me colocar aqui no Ivanete, né, é meio perigoso ali, daí minha mãe não queria que... colocar eu ali.
- Uhum. Fala um pouquinho disso, por que é perigoso ali? Quais que eram as preocupações da tua mãe?
- Porque ali tipo, né, muita briga, essas coisa, num tem... [ela] tinha medo dessas coisas assim. De ficar me envolvendo com briga. Aí ela já... preferiu colocar lá em cima [no CE Castelo Branco], pra não correr risco. Porque aqui tem fama né, sei lá, pior colégio. Aí minha mãe não queria me colocar ali, aí me colocou lá em cima. *Pra evitar esses negócio de polícia*, essas coisa. **(Betânia, 16 anos).**

Pinhais é considerado por muitos como um município “mais civilizado” na hierarquia local, apesar da proximidade e da circulação de moradores de uma localidade e outra, dada a porosidade das fronteiras. Na perspectiva de outra jovem, estudante do CE Ivanete, as coisas se invertem um pouco.

- E antes do Ivanete qual escola que cê frequentou, Mayara?
- Ah eu já fui ali no Castelo, e no Benhard. No Castelo eu fiquei uma semana só. Ah não, *os professores de lá, muito cheio, os aluno de lá é muito folgado*. Aí eu falei “aah não”.
- Daí cê saiu?
- Daí eu saí. Daí eu vim aqui pro Ivanete. **(Graça, 16 anos).**

Dizer que alunos e professores do colégio do município vizinho são “muito cheio”, “muito folgado” é como dizer que eles se sentem superiores e melhores do que os moradores de Piraquara e mais especificamente aos moradores do Holandez. Tais valorações só têm sentido quando colocadas em relação, como se um município fizesse espelho do outro.

Noutro relato, o jovem conta do relacionamento difícil com um de seus professores quando estudava no Colégio Ivanete. Sua reação era defensiva ao autoritarismo docente, o que, todavia, não impedia de ter em seu nome muitas “anotações”; de ter seu nome inscrito no “livro negro”.

- Daí ele falava, assim, que ia *sentar a mão na cara dos aluno*. Daí eu “tchi, bate então, cara!”, que eu sabia que ele não podia me bater, assim.
- Ele ameaçava que ia bater nos alunos?
- É, mano! [indignado] Por isso que *ele era folgado*. Mas... tipo, dava pra ver na cara dele que ele não ia fazer e não podia. Daí eu enfrentava, daí nessa... eu me ferrei, como ele é autoridade ali, eu acabava me ferrando.
- Se ferrando de receber...?
- Ir pá secretaria, é..., como é que é o nome? Convocação dos pais e tal. Tinha um banguio lá, um banguio de... negro não sei das quanta, *o livro negro, eu acho, que ficava o nome dos aluno mais peste*. Tinha umas anotação lá. Cada merda que cê fazia tinha uma anotação. Eu tinha, nossa, umas dez só dele. **(Milton, 16 anos).**

Em seguida uma situação mais concreta de vivência da exclusão intra-escolar, neste caso tendo como pano de fundo uma deficiência física da jovem, que recebe um benefício continuado¹⁰⁹ por ser considerada impossibilitada de trabalhar. Os estigmas de Clara se acumulam de modo a produzir uma existência social por vezes muito dolorosa, algo que pudemos observar durante todos os meses de realização da pesquisa empírica, posto a assiduidade da referida jovem ao CISA. Diz ela:

- Quando eu comecei a estudar, eu tinha vergonha.
- Vergonha?
- Vergonha do olho. [devido à deformação facial de nascença]
- Vergonha do teu olho?
- Daí quando, quando eu saí pro recreio, pra brincar com os amigos né, os *piá* tiravam sarro da minha cara.
- [...]
- Quando meu pai faleceu, daí foi uma outra história. *Daí eu comecei a estudar a primeira aula. Daí me mandaram embora, da escola.*
- Te mandaram embora da escola [o CE Ivanete]?
- Por causa de... eu não tava matriculada. [pausa] Entendeu? Daí meus irmãos voltou lá, pra ver se conseguia de novo, mas... não conseguiu. Aí só no EJA. **(Clara, 20 anos).**

Como outras histórias que estão aqui transcritas e muitas mais que surgiram durante a etnografia, o relato da exclusão possui esse ar inconclusivo, talvez as bordas difusas mesmo da legalidade e da ilegalidade ou das “ilegalidades populares”. A instituição não parecia despender muita energia no processo de eliminação dos jovens indesejados – e podemos pensar a expulsão escolar como um tipo de “extermínio institucional”. As muitas violências simbólicas vividas dentro e fora do contexto escolar pareciam abrir o caminho para um abandono quase natural dos estudos. Um acordo tácito, destes que possuem imensa eficácia.

Em outra história que me foi narrada, o jovem descreve com detalhes como se iniciou na prática de “gazejar aulas”.

- Ishi! Bom eu, no começo até, tipo, né, *até tentava estudar*, assim, mas de repente... sei lá o que acontecia, os piá “ah, vâmo em tal lugar?”, “vâmo!” Daí a gente vinha pro colégio, passamo [passava] na casa de um amigo meu, daí ele: “ow, vâmo jogar fliperama?” Aí nós ia jogar fliperama, daí ia pra casa dele, ficava na casa dele. Tipo, *ali começou a sessão de gazejar aula.*
- Isso com qual idade, mais ou menos?

¹⁰⁹ “O Benefício da Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso com 65 anos ou mais ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.” Definição extraída do site da Previdência social. <<http://www.previdencia.gov.br/>>

– Isso mais ou menos com uns 13. 13 pra 14 anos. Daí, tipo, fui perdendo a vontade, daí a gente ia pro colégio só pra fazer bagunça, né. **(Gilberto, 25 anos).**

No desfecho que nos foi relatado, o jovem explica que conversou com sua mãe e disse que não voltaria para o colégio, pois lá ele só “fazia bagunça”. Havia uma tal naturalidade nestas histórias de evasão que o espanto da pesquisadora só colocava em evidência a distância de posições no espaço social. Diz ele,

Daí passou um tempo, eu acabei voltando a estudar, fazendo um supletivo à noite. Daí, tipo, terminei algumas matérias, faltando 4 matérias pra mim terminar o estudos eu peguei e abandonei novamente. Me desanimei do colégio, tudo. **(Gilberto, 25 anos).**

Desde então não estudou mais. Quando pergunto se houve alguma situação de conflito e desentendimento com professores que ele se recordasse, uma questão feita a todos os(as) entrevistados(as), o jovem responde o seguinte:

– Teve uma só.
 – Cê pode contar?
 – Posso. [risinho] Foi uma vez, a gente tava na aula de português. Com uma professora do Ivanete ali. E nesse tanto, no entanto estudava uma amiga da minha irmã e minha irmã por parte de pai, na mesma sala. E as meninas terminaram a lição, pá, e conversando, baixinho. Aí a professora pegou e acabou xingando elas de vagabunda. Aí eu peguei e levantei da cadeira: “professora, por que cê tá xingando minha irmã?”, “ah, por que são umas vadias, num sei o quê!” Eu falei, “não, elas não são vadia. Você sabe da vida delas?” Daí ela: “ai, que num sei o quê, seu marginal, seu vagabundo!” [imitando a voz da professora] Daí eu falei “sou vagabundo, sou marginal, se eu fosse teu filho eu seria tudo isso que senhora tá falando!” [divertido] Daí ela pegou, me tirou da sala. E falou..., e *me expulsou da sala e eu fiquei o resto do ano sem estudar*. Por causa disso. Aí contei pra minha mãe, e minha mãe conversou com ela. Ela pegou e, tipo, desconversou tudo, né. Daí tinha provas todas dentro da sala, que ela tinha xingado as meninas, eu fui defender as meninas. Daí ela falou que não queria mais eu na sala dela, nas aulas ali. Daí acabou me expulsando do colégio.
 – Mas como que foi esse processo de expulsão? Você assinou algum documento?
 – Ah, tipo... não, *eles só falaram que não era pra mim comparecer no colégio*. **(Gilberto, 25 anos).**

Ele se ergueu em nome da honra de sua meia irmã que foi chamada de “vagabunda”. Os sentidos de justiça estavam em constante disputa, entre os jovens e os educadores (e toda a heterogeneidade de funções que tal palavra agrupa, diretores, coordenadores, professores, funcionários do administrativo e de serviços gerais, cozinha e limpeza, as “tiazinhas”, etc.) e

entre os próprios jovens. Mas os incontáveis conflitos intra-escolares eram geridos de modo excludente e policializado, como veremos mais adiante.

Selecionamos uma última situação que também ilustra de forma bastante completa como são experimentados os processos de segregação e criminalização juvenil a partir da exclusão intra-escolar; os quais são entendidos como fundamento da fabricação social dos jovens desviantes. Segue o diálogo:

- Mas me conta desse professor que rasgou tua matrícula, que situação que foi essa?
- Ah, o [Fulano] que na realidade ele pegou e falou que num... *num queria mais eu no colégio*. Daí ele pegou e foi lá..., rasgou minha matrícula pra que tipo... “ah, foi perdida a matrícula dele, num tem mais como fazer...”
- Ele era da secretaria ou professor?
- Não. Ele era, ele era vice-diretor ali. Hoje ele é o diretor geral. Mas... isso daí faz... faz acho que uns 2 anos, faz.
- Mas por que eles achavam você uma pessoa... difícil?
- É, eu era difícil. Só que tinha cara que era pior que eu ali. Aí ali o negócio é o seguinte, tipo... ah, foi e quebraram uma janela lá. Eu podia tá lá na minha sala e eles lá na minha sala lá, “foi vc que quebrou”. Eu falei, “não, não foi eu que quebrei”. Tipo, então qualquer coisa que acontecia, era eu o culpado, entendeu? Pelo fato de eu ser conhecido no colégio, assim, qualquer coisa que acontecia: “foi ele!” Os professor mesmo falava, “foi ele!” *As vezes nem tinha sido eu, foi um outro menino que fazia e eu levava a culpa. Aí isso daí foi injuriando*. Tipo... a minha mente não é uma mente de um piazinho assim, que ‘não, eu vou ficar quietinho, vou aguentar tudo, vou bater no peito e foi eu mesmo’. Não, não foi eu. Esses cara culpado ainda vai nas ideia ali. Tipo, eu aprendi assim, né. A gente convive assim, eu convivi na rua aí, aprendi muita coisa. Se eu, se eu erreí, eu tenho que ‘assumariá’ [assumir], bater no peito e já era. Agora, se eu não erreí, eu não vou pagar por um erro da outra pessoa. É assim. Daí eles pegavam e falavam que era eu, eu ficava bravo, saía daí batendo coisa, xingando. Aí ele falou que ia chamar a polícia. Eu falei, “demorô, pode chamar”.
- E você já viu situações da polícia tá na escola? Aconteceu?
- Ah, *da polícia tá ali no colégio, ali, foi umas duas vezes por causa de mim aí. (Jorge, 18 anos).*

As profecias escolares parecem ter grande eficácia na identificação de quem é estabelecido e de quem é *outsider*, das vidas que serão preservadas e das vidas que serão vividas dentro da criminalidade, com todos os seus riscos. A seguir estas dinâmicas se explicam com maior profundidade.

A “indisciplina” e a “violência escolar” parecem ser nomes populares da segregação juvenil por dentro do sistema de ensino formal. É importante salientar que tais noções aparecem como sinônimas no discurso dos operadores da educação, bem como na opinião comum. Esta confusão semântica não parece fortuita, pois acoplar os dois fenômenos permite justificar a lida dos problemas internos da escola com comportamento dos e das estudantes (como conversas

em sala, brigas entre estudantes, conflitos com as autoridades), a partir do acionamento de uma autoridade externa. Nas escolas públicas e especialmente nas periféricas é comum o chamamento da Patrulha Escolar (cf. nota de rodapé 103). Como descrito em alguns relatos, por vezes na resolução de situações cotidianas, muito triviais. Estes dispositivos também indicam que a violência na escola é tomada como a violência dos alunos, e nunca em seu conjunto, mascarando os muitos sentidos da violência institucional (de cima para baixo).

Apesar de formada por um quadro especial, os patrulheiros são policiais militares, *fardados e armados* dentro das escolas públicas de todo o estado. Mais do que administrar conflitos intra-institucionais, a policialização do ambiente escolar parece ter uma função pedagógica às avessas: impingir nos jovens periféricos desviantes um senso de posição social, operando como um treino para o porvir. O estudante uniformizado tem certa proteção e alguma blindagem contra o aparelho repressivo, mas estar fora da escola já é um sinal suspeito. A figura do “aluno” se opõe a outras categorizações depreciativas que podem definir a linha estreita entre a vida na legalidade ou na ilegalidade entre os jovens da periferia.

4.2.2. Defender a honra a facadas

Um caso trágico, muito emblemático e memorável, ocorrera em setembro de 2014, quando um estudante do CE Ivanete esfaqueou uma professora ao final da aula, com um facão de cozinha. Os cortes não foram profundos, de modo que ela foi atendida rapidamente, hospitalizada e se recuperou. Esse foi um acontecimento chave para perguntar às pessoas, jovens e não jovens, já que me permitia entender um evento local que teve larga repercussão negativa e grande divulgação midiática.¹¹⁰ Logo que iniciei a etnografia, uma das assistentes sociais havia conversado comigo sobre o assunto e afirmou que já havia ouvido relatos de

¹¹⁰ Elencamos aqui algumas reportagens da imprensa local sobre o caso:

BATISTA, Rodrigo; KADANUS, Kelli. Professora é esfaqueada durante aula em Piraquara. Curitiba, **Gazeta do Povo**, 04 set. 2014. Disponível em: <<https://conta.gazetadopovo.com.br/cadastre-se/?referrer=http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/professora-e-esfaqueada-durante-aula-em-piraquara-ed0xltix347nlxp5qftlciszy>> Acesso em: 30 jun. 2017.

BENETTA, Leilane; MANASSES, Miguel. Aluno esfaqueia professora dentro da sala de aula. Curitiba, **Tribuna**, 04 set. 2017. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/aluno-esfaqueia-professora-dentro-da-sala-de-aula/>> Acesso em: 30 jun. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de; CUNHA. Aluno de 14 anos reclama de nota e esfaqueia professora dentro de colégio estadual. Curitiba, **Banda B**, 04 set. 2014. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/geral/aluno-de-14-anos-reclama-de-nota-e-esfaqueia-professora-dentro-de-colegio-estadual/>> Acesso em: 30 jun. 2017.

PROFESSORA é esfaqueada por adolescente em sala de aula, diz PM. Curitiba, **Portal G1 PR**, 04 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/09/professora-e-esfaqueada-por-adolescente-em-sala-de-aula-diz-pm.html>> Acesso em: 30 jun. 2017.

colegas do estudante que desferiu as facadas – tomando assim conhecimento de que a professora agredida o chamava rotineiramente de “favelado”.

O caso das facadas foi um acontecimento chave que utilizei como disparador de conversa posteriormente das entrevistas. Coletei vasto material que permite juntar as peças do quebra-cabeças na reconstrução do evento, tentando restituir as relações causais e de sentido que o tornaram realidade, principalmente do ponto de vista dos e das jovens. Uma estudante do colégio diz:

– Eu nem acreditei, porque ele também era de boa, ele era muito sossegado, muito sossegado. [pausa]. Daí até agora ele tá preso, né. Ele foi roubar não sei o que lá daí a polícia pegou ele de novo. Mas ele era muito sossegado. Até agora eu tou sem entender o porquê ele fez isso. Ele era muito de boa.

[...]

– Todo mundo deve ter ficado muito assustado dentro da escola, né.

– Ficou. Ficou. Ainda lembro que tava eu e minha cunhada vindo trazer a neném ainda no postinho [UBS, Unidade Básica de Saúde]. Aí já tava a polícia, todo mundo ficou em choque, em pânico. Os professores. Isso aí... eu não acredito até agora que foi ele que fez. Porque ele era muito de boa, muito sossegado. Eu até falava que ele era mudo, porque ele só falava o necessário. Num falava mais nada. **(Graça, 16 anos).**

Em outras escutas se repetia esta concepção de que o jovem agressor era um sujeito tranquilo e quieto. Vejamos outra narrativa, também de uma jovem que estudava na escola em 2014, no período da manhã – o turno do acontecido. Ela não estava dentro da escola pois teve a última aula vaga e foi liberada mais cedo. Esta era uma prática bastante comum: em função da falta de professores, os estudantes eram dispensados, não podiam ficar dentro do estabelecimento.

– Me conta desse episódio, por favor?

– Ai. Eu vou te contar o que eu sei. Dizem que ela, já fazia dias que ela tava desaforando o menino, né. [a professora agredida]. E dizem que ela falou pra ele que parece que ele não era homem. Uma coisa assim que foi, que foi que ela falou pra ele. Aí ele foi e *falou que jurava que ia matar ela*. Ela falou bem assim “ah, pode matar!” Porque ela sempre foi de desaforar os outros, eu nunca tive aula com ela, mas as pessoas que teve aula com ela falavam que ela sempre foi muito desaforada. E o menino foi e falou bem assim pra ela: “Ah é, então cê vai ver amanhã!”. Daí ela foi e falou bem assim pra ele, “então vâmo ver”. No outro dia dizem que daí ela tava no quadro, e ele falou pro amigo dele “ai, eu vou matar ela!” [com efeito de voz masculina]. Aí disse que o menino falou “como?” Ele foi e puxou a faca da bolsa, quando ele puxou a faca da bolsa ele já foi pra cima dela, deu muita facada nela.

– Uhum.

– E, as pessoa trancou, ele trancou a porta, ponhou a cadeira na porta primeiro, né. E... e foi e esfaqueou ela, e todos os alunos tavam dentro da sala de aula viu. E diz que foi muito feio, né. Eu num tava na escola, mas diz que foi muito

feio isso. Ainda bem que ela era gordinha, senão ela tinha morrido. Porque a faca era bem grande.

– Um facão assim?

– Era um facão, verdade. Porque a faca era bem grande. E se ela não fosse gordinha, acho que tinha matado ela. E o menino ficou preso 45 dias, hoje ele anda na rua bem de boa, tranquilo e *se achando porque ele esfaqueou a professora*. (Nara, 19 anos).

O primeiro ponto que quero destacar aqui é o “juramento”. A professora estava “jurada” pelo jovem, no sentido de *jurada de morte*. O motivo estava claro: em muitas situações ele fora alvo do “desaforo” da docente. Chamado de inúmeros nomes. O propósito da passagem ao ato, as facadas, era provar a sua palavra; defender sua honra ferida, violada. O segundo ponto é a visão de que o jovem agregou *status* na comunidade por ter sido fiel às suas palavras e esfaqueado a professora. Ou seja, o seu objetivo inicial fora consumado. Logo depois perguntamos sobre o desenrolar das coisas e sobre o clima deixado na instituição.

– Uns ficaram... uns ficaram felizes, tipo “ah foi bom pra ela aprender, pra ela largar mão de ser besta e ficar enfrentando o aluno”, uns “ai, eu num acho certo, por mais que ela enfrente, ela é uma professora, a gente depende dela”, porque é verdade, a gente depende deles pra gente aprender hoje em dia e..., mas mesmo assim um professor não pode desafiar um aluno, e um aluno não pode desafiar um professor, né. Porque a gente não sabe hoje a índole das pessoas. *E ela desafiou ele, e ela falou que duvidava dele, e ele... ele mostrou pra ela que ele podia, né. Que ele não tinha medo*. E foi o que aconteceu, mas no outro dia na escola, era o comentário da escola, né. Tipo, “ah, vc viu que o menino esfaqueou uma professora?”, “ah, vc viu que a professora não morreu por que ela era gorda?” [risinho]. Então, é..., a gente dá risada, mas foi grave. (Nara, 19 anos).

Aqui o alunado aparece dividido. Uns creem que o rapaz tinha suas razões e elas eram legítimas; talvez se sentiram vingados. Outros, mais moderados, viam como errado pois inexoravelmente dependiam das professoras e dos professores, apesar de tantas situações desrespeitosas em que estes “enfrentavam” os estudantes. De toda maneira, ninguém pode intervir em um caso como este, pois já estava jurado. E fica mais nítida a causa do ato: “mostrar pra ela que ele podia”, diante de toda a sua classe que assistiu a sua desonra.

Em mais um relato, temos o ponto de vista de um colega de sala do jovem. Nós já havíamos conversado sobre o evento em outros momentos, inclusive em um dos primeiros dias de campo. Perguntado sobre suas memórias daquela escola e sobre seus relacionamentos com os professores. Disse ele,

– Esse [Fulano] aí, tinha treta com a professora de inglês. Porque *a ‘psora’ de inglês era folgada*, assim, com todo mundo.

– Folgada como?

– Tipo assim, ela..., ela chegava assim falando que a galera era burra, entendeu. Tem uns professor que falam, que brinca assim, né. Mas não, ela falava assim “você é burro, num sei o que, você não tem capacidade!”, entendeu? É... daí ela “*é bom que vocês seja assim, que os meus filhos vão ter bastante empregados.*” Daí ela falava assim, né. Daí o pai do [Fulano] ele tem o bar aqui, né, o Altas Horas. Esse aqui. [apontando na direção do bar] Daí ela começou a falar que o pai do [Fulano] era um bêbado. e, tipo, ele mora só com o pai, né. Tipo, cê mora só com o teu pai, daí eu vou lá e vou xingar ele, tudo que você tem. Daí ele ficou de cara, né. Os piá começaram a zoar lá, assim.

– Que o pai dele era bêbado, ela falou?

– Sim. Daí ele começou a falar lá, os piá começaram a zoar assim: “não! Vou matar essa professora! Eu trago a faca, cê arranca a cabeça”, disse o [Fulano]. “Então fechô então!” No outro dia ele trouxe uma faca daquela lá de 22 centímetros. E esfaqueou ela. Aí, tipo, eu tava na quadra assim, tava eu e um amigo meu. [...] Aí tipo assim, a gente chegou assim, pediu pra professora abrir o portão, daí a tia Rose, né. Que era a tia do corredor, trazendo a professora assim, arrastada. Daí eu vi que professora tava sangrando, assim. Eu e meu amigo saímo correndo. Daí na hora já bateu o sinal. [...] Eu vi tudo, assim, tudo cortado, entendeu? *A professora não tinha o que fazer, mole assim, ensanguentada, jaleco branco, né, tudo sujo de sangue.* Até nesse dia pra ela não morrer tiveram que descer o helicóptero na quadra do colégio. Daí como o piá é meu amigo, minha mãe ficou com medo. De, tipo, acontecer alguma coisa assim, e alguém querer ir lá em casa. Daí minha mãe me pegou e me mandou eu pra mim ir morar com a minha vó, lá no norte do PR. **(Roberto, 17 anos).**

Temos nossa primeira testemunha ocular. Salientamos do posto acima, no primeiro bloco do relato, as violências institucionais desferidas aos estudantes pobres. O artifício tem um padrão: usar os sistemas de classificação correntes contra os estudantes, que estão do ponto de vista da hierarquia institucional numa posição de subordinados em relação aos professores. Chamar um estudante de “burro” e afins (e há bem piores adjetivos) é uma prática estabelecida nas instituições públicas de Ensino Básico. No segundo bloco do trecho analisado, temos uma imagem a mais para compormos esta tentativa de restituir à vida um evento de violência, visto usualmente apenas pelo prisma dos pânico morais. Ver a professora arrastada, ensanguentada, seu jaleco branco, os cortes abertos, os colegas correndo. Por questões de segurança o jovem foi enviado pela mãe, cautelosa, para o norte do estado, com o intuito de deixar as coisas acalmarem um pouco. Quando retornou, mudou sua matrícula para um colégio de Pinhais (no qual estudava quando entrevistado).

O quebra-cabeças se completa com o a versão de outro jovem, que teve envolvimento direto com o caso, e nos permite aproximar mais nossas lentes. Segue o diálogo.

- É... e quais são tuas lembranças assim de escola? Cê tem... lembranças boas? Lembranças ruins? De relação com professores assim?
- Ah, *as professora é muito folgada!* Aquela fita lá, da professora lá, que foi esfaqueada, daí *ela era muito cheia*. Eu acho que uma semana antes, a [a professora agredida], lembra? Que apareceu na televisão? Ela pegou e deu uma, uma raquetada na carteira da... na minha carteira. Tipo, daí eu peguei e falei, que tanto é o menino que esfaqueou ela, eu tentei tirar ele de dentro da sala.
- O [Fulano], né?
- É, o [Fulano]. Aí... aparece nas câmara. Até os cara achou, no começo, uns vida lá que achou que eu tinha mandado. Eu falei “nada a ver!” Daí *eu peguei e tinha avisado ela*, falei “não faça isso daí, que aqui você não tá dando aula pra, tipo, os cara lá que você acha que conhece.” [falando para a professora] *Aqui é diferente. Os menino é tudo lóco*. Aí ela, “não, mas ninguém vai fazer nada”. Eu falei, “então, se você acha que é isso...”
- Isso a Professora [agredida] que falou?
- Isso. Aí... ela pegou e começo a debater lá com o [Fulano], *o [Fulano] pegou e prometeu ela, um dia antes que ia matar ela*. Aí no outro dia eu fiquei sabendo. Foram me avisar lá em casa, “ó, o [Fulano]...”
- 2014 isso, né?
- Acho que foi. Aí o... os piá foram me avisar lá em casa: “o [Fulano] vai matar a ‘psora!’” Daí eu peguei e vim aqui. [o colégio, ao lado do CISA] A hora que eu chamei ele assim... ele pegou e falou, “vai lá que eu já volto. Que eu já vô”. A hora que eu vi... tipo, eu virei assim ficar no bebedouro esperando ele, ele passou correndo já, daí.
- Já tinha...?
- Já tinha esfaqueado. **(Jorge, 18 anos).**

O jovem, cuja trajetória escolar já transcrevemos algumas páginas atrás, também fora recentemente provocado pela docente e inclusive achou justo notificá-la de que não deveria falar assim com a rapaziada da vila, pois ali “os menino é tudo lóco”. A professora deu de ombros, ignorou que já estava “prometida” e que de acordo com os códigos morais locais, ela deveria ter baixado a guarda, mostrando que entendeu o recado. Alguns “piás” até tentaram interceder na causa, chamando-o para impedir o colega, mas não foi possível. O ato se concretizou a despeito das notificações. Vemos aqui que, ao contrário do que possa parecer, houve muitas antecipações à passagem ao ato, não foi algo repentino, sem sentido, uma violência gratuita. Se outros encaminhamentos na resolução do conflito tivessem sido realizados, podemos especular que talvez o ato não se concretizasse.

Da perspectiva do vice-diretor entrevistado, “o ocorrido daquele fato da professora” (palavras suas), teria se dado porque a docente haveria reclamado do rendimento baixo do menino, e por isso seu pai tinha sido chamado na escola. Inclusive, no exato momento em que o jovem esfaqueou a professora, seu pai estava dentro da escola, conversando com a equipe pedagógica. É possível tecer uma conexão de sentido: o fato estava ligado à defesa da honrabilidade do jovem, que fora destituída pela professora, em nome de seu pai, a quem ela

chamou de “bêbado”, e nas vistas de seu pai, a quem ela chamou na escola. O gestor nos explica quando perguntamos do caso que “não é o perfil da escola esse tipo de violência”. Em outra passagem transcrita, lemos o seguinte:

– Esse menino veio de Santa Catarina, fazia um ano que estava morando aqui. Então *ele veio já com esse ranço de violência*, já com ele. [...] Então um menino que não era aqui da vila, um menino que não teve um aprendizado assim de gostar da escola. Porque todos que são criados aqui, de famílias moradoras antigas daqui, gostam muito da escola, dos professores, não têm esse problema. *Então foi um caso assim, separado.* (Vice-diretor).

O agressor não era daqui do estado. Vinha de outro estado. Trouxera de lá o seu “ranço de violência”, o qual estava embutido em seu ser, nada teria a ver com as próprias relações intra-escolares. O entrevistado protege sua instituição e sua comunidade diante da pesquisadora, atribuindo ao evento uma causalidade exógena. Noutra sentença semelhante: “ele não era um aluno daqui, que fez aquilo. Era um aluno que tava vindo *de fora*.” Um forasteiro, que trouxe consigo um “ranço”. Outra revelação se deu quando o vice-diretor afirmou o seguinte: “A gente até estranhou porque ninguém da sala tentou impedir.” Apesar da apatia ter assustado educadores, na leitura que tento costurar, o ritual ocorreu de acordo com o esperado, do ponto de vista dos códigos regentes entre os e as jovens. Se a professora estava “jurada” e alguém de fora tentasse interpelar, poderia estar se colocando em risco na linha de fogo. Estaria arriscando sua própria integridade. É uma unanimidade: não se pode intervir quando alguém está jurado.

Temos ainda uma última narrativa para compor e fechar este sub-eixo temático, a qual tentamos enxugar ao máximo sem que se perdesse o sentido. Todos os tópicos já trabalhados se reúnem e se expressam na história a seguir. Perguntado sobre conflitos com professores, diz o jovem:

– Ele tava passando tarefa, daí eu tavo... no fundo assim, daí eu tava conversando. Cos piá, trocando ideia, [o professor] sabe que conversa! Num tava prestando atenção na explicação dele. *Ele era folgado*. Ele já tinha fama de ser folgado. Aí ele gritou de lá comigo. Ele falou assim “se você não calar a boca, se não deixar eu fazer aqui [meu trabalho], se não prestar atenção na explicação eu vou dar advertência procê!” Daí eu falei, “pode dar, ‘psor’. Cê acha que eu não tô prestando atenção, pode perguntar qualquer coisa.” Eu era folgado, falei “pode perguntar, que eu respondo.” Ele falou: “cê tá... você tá debochando de mim?” Daí ele tava com o apagador na mão. Eu falei assim: “Num tô debochando. Cê acha que eu tô debochando? É isso mesmo.” *Aí ele pegou e tacou o apagador nimim.*

[...]

– Me acertou aqui. [no ombro] Daí eu só fiz assim pra ele [gesto de bater a mão no peito]. Daí ele deu uma olhada assim pra mim, ele veio. Tipo, ficou

assim, eu falei “*quê cê tá fazendo desse jeito pra mim, cê tá me encarando?*” Aí ele pegou e bateu com tudo a mão assim, na mesa. Assim, tipo, fez um ‘baruião’. Todo mundo da sala assustou. Eu fiquei olhando pra ele assim, eu falei “bate de novo, bate.” Daí ele pegou e foi e bateu. Na hora que ele bateu, eu já *catei a cadeira que tava do lado e já mandei nele assim*, e já fui em cima dele.

– Cê jogou a cadeira nele?

– Joguei a cadeira, a cadeira enfiou na barriga dele assim. Fez um rasgão. Rasgou, né. Por causa que... tá ligado esses negócio aqui [mostrando o pé de cadeira]? Era cadeira véia, era tudo... daí cortou assim, deu mó B.O., quase que deu hemorragia. Num é hemorragia, é tétano. Por causa que tava enferrujada a cadeira. Dá o maior B.O. isso daí. Eu fui até pro..., pro aqueles ‘baguio’, pagar serviço comunitário. Eu tenho 380 horas pra mim pagar.

[...]

– Daí veio polícia, num veio polícia, era... Conselho Tutelar que vinha. Daí veio aqueles guardinha, sabe?

– Patrulha.

– É, patrulha. Veio e daí, ishi, falaram um monte pra mim, tive que assinar um monte de papel, fui em audiência...

– Quê que te falaram?

– Do quê?

– Falaram um monte pra você, tipo...?

– Ah, *os cara aceleraram, né*. Falaram que não ia ficar assim. Que ia dar B.O. pra mim, por causa que eu agredi, isso é agressão, ele tá lá pra fazer o serviço dele. Eu falei: “é, mas ninguém vê o quê que ele fez, né? Pergunta pros aluno quê que ele fez!” Aí tudo os aluno falou.

[...]

– E daí o quê que rolou? Cê foi cumprir medida?

– Uhum. Daí passaram pra mim fazer serviço comunitário ali mesmo na escola. Só que daí nisso eles já me deram advertência já, de 3 dia. [...] Daí depois eu comecei ir, daí esse ‘psor’ tava lá ainda, dando aula. Daí eu fui... fui... [falando baixo] *daí peguei dei uns tiro nele, na reta dele*. Daí eu peguei e expulsaram eu da escola. *Expulsaram não, só falaram que se eu aparecesse lá de novo eles ia chamar a polícia*.

– Quê que é “dar uns tiros na reta dele”? [entendendo que era uma expressão não literal]

– É, ele tava saindo de carro, eu peguei, daí eu atirei na reta dele, do lado do carro dele. Pá acertar ele, má num acertou.

– Mas cê atirou com uma arma, cê tá falando?

– Aham. Com arma. *Com um trinta e oito. Primeira arma minha. (Noel, 21 anos).*

O relato é destes que fala por si, de maneira que irei apenas destacar os elementos presentes que parecem revelar padrões da assim chamada “violência escolar” e permitem fazer uma síntese do já apresentado. A figura do professor “folgado”; a atitude do docente ao jogar o apagador (sendo ele mesmo violento e tendo uma postura equivocada); o enfrentamento das duas partes, quando um encara o outro; a defesa de si por meio da cadeira jogada contra a autoridade; a gestão policializada do conflito; e o acordo de expulsão da escola. E ainda, como desfecho deste enredo, ao perceber que o profissional continuava na escola alguns dias depois, a retaliação. O recado, neste caso, não foi dado a facadas, mas com uma arma de fogo, o trinta

e oito, “primeira arma minha”. Nestas passagens fica evidente a associação na vila entre honra, *ethos* violento e masculinidade.¹¹¹

4.2.3. O ponto de vista de um operador

Irei em seguida explorar com mais detalhes a oportunidade que tive de entrevistar o vice-diretor. Depois de alguns entraves para o encontro, nossa conversa aconteceu em sua sala dentro do CE Ivanete. Começarei por alguns comentários feitos sobre o bairro. O CE Ivanete foi inaugurado em 1996, e ele chegou para trabalhar na vila um ano depois, em 1997.

– Cheguei aqui nem tinha asfalto. Então era um outro bairro. [...] *Avenida Betonex era conhecida como a “rua da morte”*, né, naquele tempo. Então a área de conflito era muito mais assim tensa do que é hoje, né. Então melhorou bastante daquele período pra hoje, nossa! **(Vice-diretor)**.

O profissional conta um pouco sobre o histórico da escola, e os desafios destes primeiros anos, onde os conflitos entre grupos e moradores eram muito explícitos, de modo que a própria instituição parecia estar em uma “zona de guerra”. Pergunto quais as possíveis razões destes desentendimentos e de acordo com ele era por conta do “bairrismo”, cada um defendendo seu pedaço. Sobre o perfil do alunado lá em 1997: muita irregularidade série e idade e as condutas violentas, ele descreve. Sobre o próprio bairro, ele situa como principais problemas a “drogadição” e o “alcoolismo”. Conta sobre as ocupações irregulares e as populações ribeirinhas que foram realocadas, afirmando que até o tempo presente não havia se completado a regularização fundiária. No passado, diz ele:

– Mas antes um viajante não podia vir aqui trazer mercadoria pros mercados que já eram assaltados. *Nós quando compramos a nossa máquina de xerox, nós..., é, eles não quis fazer o seguro pra nós, porque não cobria, o seguro*. Por ser um bairro complicado. [...] Assim, roubo de ônibus a gente presenciou muito, era muito mais intenso. Roubo de ônibus, roubo de alunos... assim, de pertences de alunos. Carros. Tudo isso era. Hoje acontece isso, mas numa escala bem mais ínfima, né. Bem menor. Não é assim tão... tão exagerado como era. **(Vice-diretor)**.

¹¹¹ Há vasta bibliografia sobre o tema relações de gênero e masculinidades. Cito aqui dois olhares sobre a problemática: Oliveira Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: 2004. BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Tanto a história de urbanização quanto os estigmas do bairro ficam bastante evidentes nestas narrativas, como no caso da máquina de xerox que ficou sem apólice. Quando perguntado sobre as querelas entre diferentes vilas e grupos no Holandez hoje, ele diz o seguinte: “É tudo um bairro só. *Vários micro bairros dentro de um bairro maior que é o Guarituba.*” – uma evidência de que “Guarituba” é utilizado pelos locais como toda a grande região que agrega muitos pequenos bairros e vilas; e que possui uma distinção em relação ao centro de Piraquara. Perguntado sobre os índices de evasão,

– A evasão escolar é grande. Perfil do aluno que *se evade da escola* é o aluno de, quando ele chega de treze pra quatorze anos. Nesse período ou ele vai ajudar a família trabalhando, né, e depois daí se evade da escola. Depois volta, já depois de mais assim adulto já, depois de 18 anos. [...] muitos vão pra trabalhar, agora muitos também saem da escola, que daí a família já não tem controle sobre eles, [e] eles vão pra drogadição. **(Vice-diretor).**

Me chamou a atenção a expressão utilizada: que os estudantes “se evadem”. Usar tal verbo como pronominal soa como um contrassenso, mas aqui faz um sentido perfeito: os jovens indesejados são responsabilizados pelo seu próprio fracasso escolar, dentro da lógica meritocrática presente no sistema de ensino (ainda que velada). Tal lógica mascara através do discurso universalista a perpetração das desigualdades de origem social, como se todas as crianças e jovens possuíssem individualmente as mesmas condições de êxito no referido sistema, cabendo somente a elas o seu destino futuro.

A passagem dos treze para os quatorze anos de idade é decisiva para os adolescentes e jovens da vila, do sexo masculino, e nos parece razoável extrair daí uma tipologia provisória, com três destinos possíveis: um deles é a permanência na escola, até o fim do Ensino Médio, algo visto como uma grande vitória, terminar “os estudos”. Outro é a evasão causada pela entrada no mundo do trabalho, ou seja, motivada pelas dinâmicas da economia familiar e por desejos de emancipação financeira. E, enfim, o “caminho errado” que possui quase o mesmo sentido de “caminho da drogadição”, tema que exploraremos logo mais.

Sobre os processos de mudança e possíveis melhorias, diz o vice-diretor:

– Então eu acho que essa conscientização de que precisava melhorar o bairro, né. E assim as relações sociais de professores e alunos. E dos próprios comerciantes e da população mesmo em geral, né. Isso foi feito ao longo de anos, *colando a conscientização neles, que precisava... melhorar.* Foi muitas oficinas, *trabalho de socialização*, isso... Hoje, nossa hoje assim, é... os professores chegam aqui e falam: “mal sabia que esse colégio era tão bom pra trabalhar. Eu tinha uma outra imagem da escola!” **Vice-diretor.**

Nesta última passagem nota-se o discurso civilizador, onde os habitantes são como “selvagens” e a escola é a agência de “missionários” que irá fazer com que os primeiros se encontrem com a boa cultura. Estas crenças de ordem moral são muito arraigadas, como vemos nesta outra passagem:

– Temos alunos de abrigo que vem aqui. Que foi assim tirado de meios, assim que..., é... de droga, né, de tudo. E hoje eles tão aqui estudando, tão se reintegrando na realidade. É... o que a gente pode salvar a gente salva, né. **(Vice-diretor).**

A presença de um tom “salvacionista” revela que a outra face da gestão punitiva, do “medo” à “piedade”. No balanço geral do gestor, os habitantes têm que se “reintegrar”.

– Mas assim, o que tem que colocar na cabeça desses meninos aí, e meninas, é assim: tudo é difícil pra eles trabalharem, mas assim, todas as coisas com dificuldade, é o caminho certo, é o que é mais correto pra eles. Porque às vezes eles vê um... um menino lá de Curitiba que tem tudo aí, já tem celular, já tem moto, já tem isso, já tem aquilo... e eles querem conseguir as coisas rapidamente. A fala pra eles: ó, rapidamente, cê não vai conseguir. Porque nós professores depois de quinze, vinte anos de trabalho... agora que a gente tá tendo um carrinho mais ou menos... **(Vice-diretor).**

Reaparece a ética do trabalho como a única forma de escapar ao destino social violento. O trabalho é visto como o único caminho de redenção para os meninos da vila, ainda que, como o próprio gestor aponta em outro momento da entrevista seja em cargos subalternos, serviços simples, como empacotador de supermercado ou auxiliar de cozinha (exemplos dados por ele).

Das crenças sobre as drogas e seus usuários. Logo após ele destacar que muitos dos alunos que “se evadem” vão para a “drogadição”, pergunto:

– Que tipo de drogas?
– Olha começa com as mais simples. Começa com as mais simples, mas o medo da gente... por isso que quando a gente vê um aluno assim já... com alguns sintomas, de olho vermelho, coisa e tal, a gente já procura entrar em contato imediatamente com a família e já procura às vezes até uma transferência, por exemplo, daqui pro Castelo [colégio em Pinhais], do Castelo pra cá, a gente tem esse intercâmbio. Porque se ele muda de ambiente ele já muda, sabe, ele vai ver gente diferente. [...] *sair um pouco do ambiente que já está carregado pra ele.* **(Vice-diretor).**

A gestão dos jovens neste intercâmbio entre as escolas revela noções de que o ambiente é poluído e as “más companhias” influenciam outros jovens, contaminando-os. Estas transferências compulsórias são ilegais tendo em vista ampla legislação que versa sobre o

direito à educação, como a Constituição Federal ou o ECA. Porém aqui novamente as fronteiras estão borradas, em nome de uma gestão de jovens-problemas. Em mais uma passagem,

– Às vezes tem um aluno que tem um problema sério de.... de.... mental e... se não é passado, se às vezes os pais ocultam de passar isso pra secretaria, a gente não fica sabendo desse laudo, depois é perigoso. [...] *Porque a escola pública é uma escola de inclusão social, ela tem que incluir, mas também tem que se resguardar das questões de violência, né?* [...] Depois disso foi feito vários cursos de enfrentamento à violência, né. Que... assim para a ajudar a gente mesmo. Ajudar a todos a *identificar um problema de violência, um aluno que está violento.* (Vice-diretor).

Seja a droga, seja o laudo médico, seja o que for, estamos diante de processos institucionais normalizadores, de crenças-perigo (DOUGLAS, 2012); e os indesejados da escola precisarão se reinventar.

4.3. DROGAS, CARREIRAS MORAIS E MUNDO DO CRIME

O tema “drogas” é também circunscrito como sendo um continente obscuro e indiferenciado, donde os pânicos morais parecem operar; todas as substâncias são comumente agrupadas num só horizonte como sendo igualmente nocivas e como se os usos particulares não precisassem ser levados em consideração no atendimento a uma situação escolar deste tipo. A título de comparação, tomemos para nossas reflexões casos de jovens de camadas médias que consomem e vendem drogas: a sua pertença social a um segmento incluído faz com que estejam blindados do estatuto de “bandidos” e toda a gestão punitiva que deriva desta classificação.

Os bandidos são os pobres, são eles os “casos de polícia”. A droga é o sustento moral da segregação e da criminalização juvenil nas periferias urbanas, onde o flagrante e a palavra do operador policial são quase sinônimos da condenação¹¹². Podemos fazer um jogo de palavras com o dito popular: “a maconha é a porta de entrada para as drogas mais pesadas”; para este caso, as vidas dos jovens periféricos, a droga é a porta de entrada para a carreira moral no desvio, no “errado”, no mundo do crime, num *continuum* de alta eficácia. As próprias interações instituem este lugar para o jovem pobre que faz uso dela, já o colocando na posição de indesejável e perigoso.

¹¹² Sobre isto, ver as pesquisas: TOCZEK SOUZA, Aknaton. **Perigo à ordem pública**: um estudo sobre controle social perverso e segregação. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. CAMARGO, Giovane Matheus. **Audiências de Custódia**: ilegalismos e rituais de interação face a face. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Logo nos primeiros dias de campo fui surpreendida pela descoberta de uma dinâmica particular no espaço pesquisado: a “árvore do fumo”. Como já explicado, tratava-se de uma árvore localizada no canto dos fundos do equipamento, um ponto relativamente discreto, debaixo da qual os jovens frequentadores fumavam maconha. As investigações sobre o fato nos levaram a entender que havia um acordo tecido no cotidiano e nas interações, entre os jovens e os operadores do CISA. Estabeleceu-se que eles poderiam fazer uso de maconha, desde que respeitassem o canto do fumo (não usando os demais espaços para esta finalidade).

Em algumas ocasiões foi possível verificar a transgressão da norma da árvore do fumo, como em uma tarde em que o CISA estava cheio de jovens por todos os lados: bicicletas no chão, rapaziada jogando futebol, jovens meninas no entorno, o inconfundível clima de flerte, ponto de encontro entre amigos, barulho de conversas e muitas risadas, no parquinho crianças e os habituais cachorros da vila; a atmosfera de vida pulsando. Neste dia os jovens fizeram uma roda de fumo na quadra mesmo, em um banco improvisado. Um dos membros da roda era um homem de mais idade, que chegou e saiu de bicicleta. Ele fumava junto com os meninos, mas não emitiu uma palavra. Me chamou a curiosidade e quando perguntei a respeito, o funcionário que cuidava da quadra contou que ele era conhecido como “Tiozinho” e havia perdido sua mulher em um acidente; desde então, volta e meia, ele aparecia para fumar um baseado com os jovens. Estavam na roda cerca de dez, doze jovens, de variadas idades, só rapazes, e o “Tiozinho”. As divisões de gênero ficavam bastante marcadas nestas situações: foram poucas as vezes que encontrei jovens meninas fumando junto. “Lá fora” era um lugar masculino, a rua, o espaço externo, a quebrada. “Lá dentro” era um lugar feminino, o equipamento, o espaço interno, supostamente protegido.

Nas semanas seguintes notei que os jovens estavam mais confiantes e não mais restringindo o uso de maconha à árvore do fumo. Pouco mais de um mês depois da aproximação acima relatada com uma roda de fumo, assisti uma operação policial mais ostensiva na área externa do CISA. Estava a mesma atmosfera de vida acima descrita. Transcrevo diretamente do caderno de campo as impressões desta tarde:

Não demorou muito notei a presença da polícia militar: um camburão da ROTAM¹¹³ e uns seis, oito caras no mínimo com armamento pesado (fuzil e armas em punho), procurando algum “suspeito”, dando geral em alguns meninos, rodeando a pista de *skate* de modo bem ostensivo. Eu não tinha visto nenhuma abordagem assim desde abril, e possivelmente por isso – apesar de todo o cabedal teórico – me assustei. [...] Chocou sim ver a polícia ali, com fuzil apontado dentro de um centro de convivência com crianças, jovens e até bebês presentes. Depois que eles se foram o [funcionário

¹¹³ Batalhão da Polícia Militar do estado do Paraná, cuja sigla significa Rondas Ostensivas Tático Móvel. Seria o equivalente regional ao BOPE, Batalhão de Operações Especiais do estado do Rio de Janeiro.

da área externa] tirou um sarrinho da minha cara, “que foi, ficou assustada?” **Caderno de campo, p.133, 134.**

Os contratos eram dinâmicos, sempre em disputas intensas, entre os agentes que compunham a cena: os jovens, os funcionários do CISA, os funcionários da escola e o corpo policial. Postas estas impressões etnográficas que resgatamos aqui, vamos enfim nos ater às entrevistas, começando com um relato que revela as percepções sobre o tráfico e os traficantes no território. A jovem se refere a sua mãe:

– Ela não gosta da vizinhança assim, sabe. Porque tem um vizinho lá, ele liga, tipo, *ali acho que é um ponto de drogas*, aí ele liga som de noite, de madrugada assim, a gente querendo dormir, né. Ele sempre liga tipo na sexta feira assim, liga o som e fica a madrugada inteira com o som ligado. A gente já tentou chamar a polícia e tal, mas não adianta. Aí minha mãe quer se mudar por causa disso. **(Betânia, 16 anos).**

A convivência no bairro é definida pelo confronto dos distintos *ethos* e ocupações laborais de seus habitantes. Estes conflitos de ordem moral são travados entre os “trabalhadores”, “honestos”, “religiosos”; e os outros “bandidos”, envolvidos com atividades ilícitas como a venda de drogas e o roubo de carros ou cargas. Como já apontado, as visões dos locais não são homogêneas; os sentidos e os usos do espaço e da identidade que este lhes confere são incessantemente disputados.

Na sequência lemos um comentário em que a classificação oficial sobre drogas é questionada, em função da jovem, ativa, perceber a arbitrariedade de tais divisões, e as nebulosas bordas que separam e distinguem o que é considerado “legal” ou “ilegal”. Esta fronteira borrada é parte dos dispositivos práticos da gestão punitiva da vida dos pobres urbanos. Diz ela:

– Se eu for ali no bar da esquina, eu compro cerveja, eu compro bebida e... essas drogas são piores que a maconha? São. *Por que que a maconha tem essa visão de, tipo, nossa, é uma coisa horrível? Porque existe o tráfico [...].* Mas... assim, a maconha ela tem... as pessoas só tem essa visão porque ela é ilegal. Entendeu? Tem os riscos individuais, mas principalmente porque ela é ilegal. Mas, cara, sendo legal ou ilegal, eu vô ter acesso do mesmo jeito, entendeu? **(Elza, quase 18 anos).**

A seguir uma narrativa que nos possibilita entender um pouco mais sobre dois pontos intimamente relacionados: a rotineira convivência com a polícia e as estratégias particulares postas em prática na lida diária com as políticas repressivas.

– Cara, vou te falar. A única vez que uma viatura me parou na vida, foi quando eu era evangélica. E ainda sabe o que eu fui tirando? Eu fui tirando uma bíblia... eles não me revistaram, eram só homem. Tirei uma bíblia, tirei livro evangélico, fui tirando assim... Eu tava num beco, eu nem sabia que era um beco. Fui tirando. Daí o policial olhou, até chacoalhei assim, pra eles não pensar que eu pudesse tá escondendo alguma coisa. Foi a única vez. Sabe quantas vezes eu já passei do lado de uma viatura com maconha no bolso? Nem sei, nem sei, já perdi as contas. **(Elza, quase 18 anos).**

No próximo trecho selecionado, um relato complementar, em que o jovem responde quando perguntamos se havia visto ou vivido alguma experiência de abordagem policial na vila. Ele responde negativamente, buscando se diferenciar:

– Não. Que... *eu num sou preconceituoso assim, mas se vê eu, tipo, eu sou meio roqueirinho, eu num pareço uma pessoa...* eu acho pelo menos, num pareço uma pessoa *que se envolve com droga* assim e tal, essas coisa. Eles não vão perder tempo me dando abordagem.
 – Mas que, que..., [guaguejada] quais são os sinais assim, dos piá que tão mais envolvido que cê acha que a polícia olha? Roupas, estilo?
 – Normalmente... roupa. *Moleques mais neguinho assim, de preferência. Que tem um certo racismo.* Tipo... tipo o *maloqueirinho clássico* assim. Camisa, ‘brusa’ grande assim..., ‘brusa’ com bermuda, chinelo, assim. Já é mais propenso a usar drogas ou ter algum contato.
 – Dá mais bandeira daí também.
 – É, e se tá num grupinho assim, deus o livre, é pior. E os cara dão razão, tipo, essas pessoa normalmente se vai ser assim tão falando de arma. Ou falando de drogas, “ah, usei droga, tá ligado, tenho uma arma em casa” [debochado] Essas coisa. **(Milton, 16 anos).**

Novamente a questão dos estereótipos surge, colocando em evidência o que apontamos sobre os corpos-mapas, as imagens da auto-identidade dos jovens e os veículos de suas sociabilidades. Para ele os jovens fazem isso por “se acharem mais homens” – apontando para a centralidade das relações de gênero na construção da auto-identidade dos sujeitos pesquisados. O “não parecer maloqueiro” é a demarcação de uma posição de vida, tendo em vista a necessidade ontológica de se diferenciar do que vila tem “de pior”, das éticas e estéticas da violência da periferia, das sociabilidades violentas (MACHADO DA SILVA, 2004) e de um tipo de masculinidade particular e ali dominante. Opondo-se estas identificação, o jovem afirma:

– Esses cara..., eu num sei quê que essas pessoas têm na cabeça, eles acham isso uma coisa boa! [muito alterado]
 – Se envolver com arma, com droga, com tráfico, com crime?
 – É... tipo, eles acham que é legal, tá ligado? *E hoje em dia... todo, toda criança assim, a maioria das criança acha isso legal.* Não sei por que. Daí

eles tão bem assim. E eu sempre quando..., eu tenho amigos assim, no caso. Só que eu só cumprimento e tal, não me envolvo, a gente conversa.

– Não se envolve muito?

– É... aí eles começam a falar sobre droga, esses ‘bagueio’, eu já saio, já. Eu sempre falo, quando eles tão falando de droga assim, falam assim, “– Nossa, mano, tal. Batemo num piá, ontem, espancamos um piá!”, já ouvi bastante caso assim. Eles falam com o maior orgulho, tá ligado. Eu falo, “– Nossa, mano, pra quê fazer isso, tá ligado? Quê que o piá fez pra vc?” É... “– Ah, pegou a namorada de não sei quem”, mas pra que fazer isso, tá ligado? Eu falo sem pudor pra esses cara. Mas num, num adianta muito. **(Milton, 16 anos)**.

Na sequência, uma jovem narra uma situação vivida com seu primeiro namorado, quando ele tinha vinte e oito anos e ela quinze. O casal saiu junto com outros dois amigos do rapaz, e ele pediu a ela para carregar uma mochila, que sem que ela soubesse, estava cheia de drogas: maconha, pó (cocaína) e pedra (crack), segundo nos informou. Os jovens acabaram sendo enquadrados pela polícia nessa noite e a nossa entrevistada assumiu a culpa por ser a única menor de idade no grupo. O caso se desenrola:

– E eu tava com a mochila. Daí como que era bobinha, né. “Aí, é minha.” Todo mundo era de maior, vou falar que é meu. Daí eu fui lá e falei que é meu.

– Cê quis proteger eles...

– Daí eu falei que era meu.

[...]

– Aí me levaram ali, daí me levaram dentro duma salinha, daí colocaram eles dentro duma cela. Aí me levaram dentro duma salinha lá, daí falaram: “tira a roupa!”, pensando que eu tava com droga no corpo. Daí eu tirei, *daí eu levei, daí eu apanhei bastante*.

[...]

– Bateram aonde e bateram como?

– Ah, com o cacetete. Falaram: “De quem que é a droga, porque você não tem cara de fazer isso!” Daí eu falei: “é minha!”, “Não é sua, olha a tua idade!”

– Mas bateram aonde?

– Ah, bateram na perna, nas costas. Daí ela bem assim: “então vai, vamo lá pra delegada!” Aí me levaram lá, daí eu fui pro juiz, aí tem aquelas meninas que é antes de chegar no juiz, né. *Daí eu não cheguei pro juiz. Só chegou naquelas mulherzinha que fica anotando*. Daí ela: “Num vou levar isso aqui pro juiz.

[pausa] Mas da próxima vez que você vim, daí o negócio vai ser mais embaixo!” **(Graça, 16 anos)**.

No caso acima fica evidente que a jovem foi protegida por não se enquadrar à figura do “criminoso” sob o olhar do poder público, e aqui o gênero importa. Mas importa também “não ter cara”, o que nesta situação concreta foi suficiente para poupar a jovem do julgamento e do possível cumprimento de medida sócio-educativa.

Sobre uso de drogas, quando perguntado, Gilberto conta o seguinte:

– Eu usei a cocaína. Usava a cocaína. Usei a maconha por um mês, não achava legal, parei. Daí eu tomei, já usei o LSD e o *ecstasy*, foram as drogas que eu usei mesmo.

– E qual que era a pira do pó?

– Ah, tipo, deixava você acordado, tirava a fome. E como a gente ficava na biqueira, a gente ficava mais esperto. Ficava esperto, tipo, se a polícia vim, esconder tudo e sair correndo.

– E maconha?

– Maconha, nossa, é um negócio assim que, meu deus do céu, dá até raiva de quem usa isso hoje, eu não suporto o cheiro. Porque é um negócio tipo assim, que nem eu falo pros piá, eu sou bobão assim de natureza. Agora cê vai fumar maconha pra ficar retardado ali, ficar com sono, com preguiça ali. Pra quê? Daí os piá ainda fica bravo. [...] Ainda tem gente que pá dormir tem que fumar, pá comer tem que fumar, pá tomar banho tem que fumar, pra tudo tem que fumar, agora, cara. Ah, pare. Eu já não gosto desse negócio. **(Gilberto, 25 anos).**

Apesar de já ter experimentado algumas substâncias, não é mais usuário. Interessa entender efeitos do uso, impressões, a descrição da “pira”, especialmente pelo fato do debate sobre drogas ser tão marcado pelos tabus em torno do tema. Estes olhares em escala individual revelam outros sentidos, sentidos concretos, em trânsito, dissonantes. Vale narrar mais um trecho completo desta entrevista, na qual o jovem responde quando pergunto se já foi alvo de abordagem policial ali na vila.

– Ah, já. Tanto que uma vez a gente tava na esquina de casa ligando pra minha mãe, ela tinha ido na igreja. Aí vem uma viatura e me aborda na esquina da minha casa. Aí eles começam a perguntar quem que vende droga na rua da minha casa, quem que dá tiro ali na esquina da rua da minha casa... “Eu não sei, não sei.” Acabei falando que não sabia. “É, mas cê mora aqui e não sabe?”, “Senhor, eu fico mais tempo no CISA.” [...] E eu falando que eu não sabia. E ele falou bem assim pra mim “então a gente vai te levar dar uma vultinha!” Eu falei, “ué, pode fazer o que ceis quiser, eu não sei.” “Cara, se nós te pegar na rua a gente vai te matar.” [...] Aí tanto que me ponharam dentro da viatura e me trouxeram até o final da Rua das Andorinhas, algemaram e tudo. [...] Depois me descaram da viatura, me colocaram de frente pra viatura e apontaram os armamentos pra mim e falando “quem que vende droga aqui”. Eu falei “eu não sei”. “Cara, nós vai te matar aqui mesmo”. “Pode matar, eu não sei, como que eu vou falar uma coisa que eu não sei.” Nisso saiu uma vizinha que morava ali perto de casa. Daí ela ficou olhando pro policial assim e ele “Você conhece esse elemento?”

– Elemento?

– Aham, eles falaram assim, elemento. Daí ela, “eu conheço, ele é o Gilberto, ele é filho de um vizinho nosso aí, nós se conhece há oito anos.” “Ah, mas ele faz coisa errada” Daí ela, “Não, o piá é de boa, trabalha com o pai dele e num mexe com nada errado. Aí o policial olhou assim pra mim e deu risada. E nisso ele veio pra abrir a algema e tudo, que eu ainda estava algemado. Aí ele olhou pra minha cara e falou bem assim “ah, o que cê acha de chegar em casa algemado?” Daí eu ainda brinquei e falei bem assim: “cê tá louco, senhor”. Daí ele pegou e foi “ah, porque essa algema não quer abrir”. Daí eu falei, “mas ela não nasceu aqui”. Daí ele deu risada deu ser debochado, né.

[...] Daí ele pegou, soltou a algema e ele mandou eu correr, falou “agora corre!”. Eu falei, “eu não vou correr”. Daí ele “Por que você não vai correr?”. Eu falei “porque eu posso correr aqui, vocês falar que vieram me abordar, eu prendi em fuga e vocês atiraram.” Daí ele “é, você é muito debochadinho, mesmo. Então vaza.” Daí eu continuei andando pelo beco, desci na rua de casa. Daí nisso a minha irmã tava na frente de casa, tudo. Eles passaram dando risada assim e minha irmã chorando. Daí minha mãe xingou um monte eles ainda. Daí nunca mais vi esses policiais que me abordaram.

– Daí cê ficou com medo?

– Não, confesso que não. [sereno].

O relato é complexo e elucida vários aspectos da experiência juvenil periférica: a abordagem policial violenta numa situação trivial em que o jovem ligava para sua mãe do orelhão; a suspeita com relação às drogas e o estereótipo do jovem ligado à criminalidade, o ethos policial presente; o apuro da família ao ver que o jovem estava numa situação de perigo, entre a vida e a morte. A presença da vizinha foi determinante uma vez que ela deu ao policial o testemunho de que Gilberto era “de família”.

Noutro relato, quando pergunto sobre o tema drogas, desenha-se outra relação:

– Ah eu... usei, usei, cheguei a usar sim. Maconha e cocaína. Tipo, em balada, né? Num vou dizer que eu “nossa!”... cada segundo. Não, num sou viciado, “vou ter que cheirar, vou ter que fumar!” Nada a ver, num sou... Cê pode perguntar pra qualquer um... aí no CISA, aí, que todo mundo me conhece. “Não, que o Leó ele fuma quando ele quer!” Mas daí como eu tava fumando e cheirando meu pai [no crime] descobriu. E, e ele não gosta. Nossa, ele ficou louco da cara! Ele: “ó, mano, o negócio é o seguinte: cê quer usar, então... cê quer fazer alguma coisa de errado sobre isso, vai pra longe de mim, caça teu rumo então! Que eu num quero.” Eu falei, “não, então beleza!” Aí eu peguei e nunca mais. Ele num deixa.

– Não usa, a galera [do tráfico] então não usa?

– É, tipo, o cara tem que saber separar. Ou o cara, ou o cara usa, ou o cara... ganha dinheiro com isso. O cara tem que saber separar. Em balada assim, num vou dizer que eu não tomo uma ‘bala’ [ecstasy], que nós num toma uma bala. É diferente. É totalmente diferente você usar cocaína, você usar uma pedra, você usar uma... fumar uma maconha. É diferente. Agora, você ficar ali toda a hora, necessitado ali de uma cocaína, você já é um ‘nóia’. Então... esse daí num é criminoso. [referindo-se ao ‘nóia’] **(Jorge, 18 anos)**.

Aqui a relação com as drogas precisa ser “profissional”, uma vez que o jovem está envolvido com o tráfico e as facções locais, e com as sociabilidades violentas que regem este universo. Se não andar na linha, “já era”. O próximo relato, dele, oferece um exemplo concreto das moralidades em conflito na periferia, entre a obediência e a desobediência ao *status quo* vigente. Referindo-se a um *rap* do Racionais MCs chamado “A vida é desafio”, diz o jovem em questão,

– Tipo, que nem, tudo que eles falam, a gente fala “meu, o *rap* é violento”. Mas o *rap* fala, na realidade, conta a história de todo moleque que mora em vila assim. Tipo, o cara... tipo, ele quer ser jogador, só que ele num tem condição. Sem pai e mãe, num tem condição. Ele vai lá e pedir uma ajuda pro traficante. O traficante vai lá, vai te dar durante sei, sete anos. Vai chegar num tempo, ele não vai conseguir. Daí ele vai ter que fazer o quê? Vai ter que ir pro mundo do crime. Porque ele não vai trabalhar! *Que nem, na minha mente é o seguinte: eu num vô querer ficar trampano aí a vida inteira pra no final da minha vida eu ter, o quê?* Uma casa... mais ou menos e um carrinho popular. Se eu cresci vendo todo mundo muito loco. Piá, piazinho aí de quinze, dezesseis anos num corre da vida aí. Eu penso assim, né. **(Jorge, 18 anos)**.

Nesta passagem há a refutação da identidade do pobre “obediente, honesto e trabalhador” e o *rap* aparece como um modo de representar a vida na periferia.¹¹⁴ A alternativa possível é o mundo do crime. Nele os ganhos são gordos, o retorno é rápido e a ostentação é parte desta rotina: o relógio de ouro, as joias pra “mina”, as viagens, poder sair da vila de “cabeça erguida”.

Passemos na sequência para alguns casos narrados nas situações de entrevista, que nos ajudam a compor este universo de experiências tracejadas pela liminaridade. Encontrar corpos, perder amigos, situações corriqueiras, naturalizadas, comuns. Graça que nasceu no Jardim Holandez, conta:

– Ah, faz tempo já eu encontrei um aqui no CISA, quando não tinha nada aqui, e era tudo mato. Daí encontrei um ali morto ali.
 – Cê encontrou um amigo?
 – Aham, sim, bem conhecido. Ele tinha passado em casa, falou “vâmo lá, eu vou fazer um corre, vou jogar uma bola”. Aí nunca mais veio. Daí, como tinha matagal, né, e a quadra lá era aberta. Daí a gente foi gazeir aula ainda, eu e as menina. *Daí a gente tava vindo pelo meio do mato assim, tinha um corpo lá no chão.* Daí a gente foi ver, ele tava lá. *A cabeça assim toda estourada assim.* Pedrada. Aí tinha um monte de pedra assim no lado. Tenso.
 – Pedrada? E daí o quê que ceis fizeram?
 – Nada, eu voltei correndo, gritando, daí chamaram a polícia. Foi tenso. Aquele dia lá ficou pra história. **(Graça, 16 anos)**.

O CISA antes de ser um centro de convivência era um “matagal”, que servia de área de desova de corpos. Foram muitos os relatos semelhantes, de corpos encontrados. Esta foi uma pergunta realizada em todas as entrevistas, se já haviam visto ou vivido situações de violência extrema. Abaixo um caso de testemunhar alguém matando.

¹¹⁴ Ver: DAYRELL, Juarez. *O rap e o funk na socialização da juventude*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, 2002. OLIVEIRA, Roberto Camargos. **Rap e política: percepções da vida social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2015.

- Fala disso assim, de pessoas morrendo. Cê consegue lembrar alguma situação específica de ter...?
- Que eu... eu lembro só aquela vez que..., a mesma que o Noel te falou daquele dia que o piá morreu. Porque aqui antes o muro era quebrado, né. Na escola então a piazada jogava bola aqui, e jogava bola lá. Dentro do colégio. *E um dia os menino brigaram, acho que por causa de droga, não sei o quê que foi, o outro chegou e falou “ah, então peraí que eu já venho”, e voltou e matou ele na frente de todo mundo.*
- Ahn? [espantada]
- Tava ali, sabe, tipo. A gente tava na escola estudando, nossa educação física, “ah, peraí que eu já venho”. Só que ninguém achou que ele ia voltar, né. Voltou e matou o menino na frente de todo mundo.
- Voltou armado?
- Armado e matou ele na frente de todo mundo. **(Nara, 19 anos).**

A história foi tão rápida que a pesquisadora precisou de um instante para se recompor e entender o caso. Perguntado se já havia presenciado cenas violentas, outro jovem diz:

- Eu já. Ano passado meu amigo morreu. Ele tomou um tiro na cara. Ano passado, em outubro, meu outro amigo morreu, a polícia matou. Esse ano um amigo meu também morreu. Por bobeira. Eu já vi um policial sendo morto, atrás de casa. Eu já vi um amigo meu morrer na mesma rua aqui, da minha casa. [...] O primeiro que morreu, o [fulano]. Ele tinha dezesseis. Ele teve um desentendimento com os pais daí ele teve que sair. Tipo, de casa. Ele num tinha carteira de trabalho, não tinha nada assim. Daí ele começou a vender droga. Ele foi lá no centro, e tipo, começou a vender droga na bica dos cara, perguntou pros caras se podia. E os cara pegaram e deram um tiro na cara dele. Daí ele morreu. O outro foi o [Ciclano, dezessete anos]. Desde criança ele foi envolvido com isso, com crime assim. Daí ele roubou um carro. Daí ele bateu, a polícia começou a perseguir, daí ele pegou e saiu do carro e saiu correndo. Dois amigos dele, um piá e uma mina saíram prum lado e ele foi pro outro. Daí ele entrou numa rua sem saída. Daí os policial pegaram ele, né. Viram se ele tinha alguma tatuagem. Pegaram e viram que ele tinha um palhaço ainda, na perna. Pegaram e mataram ele, porque, tipo, palhaço pros policial é matador de polícia. [...] Daí o outro foi o [Beltrano]. Morreu na rua do colégio Benhard Jung. Ele tomou um tiro. Ele tinha dezessete. O [Beltrano] ele tomou um tiro. Aí ele saiu correndo assim. Ele tomou um tiro e conseguiu correr ainda, mais ou menos até a Betonex ali.
- Mas tomou um tiro de quem, aleatório?
- Não, ele tava devendo, droga. Ele tomou um tiro daí caiu, daí os cara pegaram, chegaram e... mataram ele. Daí cê se puder não citar nomes na parada [a pesquisa]. **(Roberto, 17 anos).**

Quando dou sequência e pergunto quais as causas que levaria os jovens em questão a se envolverem com crime, diz o entrevistado:

- A maioria dos piás aqui assim, dos meus amigos eles iam por causa que achavam legal, “olha só, ganhar dinheiro fácil, pá”. Mas eles não sabiam a consequência que teria, né. Aí, tipo, a consequência foi essa. **(Roberto, 17 anos).**

A sequência de perdas revela de forma única como os dispositivos da violência policial e criminal possuem profundos efeitos na vida de todos na vila, famílias e amigos. Noutra passagem, Graça fala de inúmeras situações semelhantes:

- E esses que morreram? me fala um pouquinho. amigos, colegas, conhecidos?
- Amigos. um, esse ano. final desse ano vai fazer um ano. O [Fulano]. ele saiu daqui, daí começou a se envolver com as coisa errada, roubo, daí a polícia matou. daí ele correu, a polícia matou.
- Mas ele foi pego em flagrante, foi fugir?
- Ele tava com um carro roubado, daí a polícia deu voz, né, pra ele parar. daí ele deu fuga, daí bateu o carro, daí ele saiu correndo. e a polícia acertou um tiro de costa.
- Mas isso aconteceu aqui ou em outro bairro? Cê sabe?
- Ali no Weissópolis. ele tava vindo pra cá com o carro.
- [...]
- Que idade que ele tinha, Graça?
- Ele tinha dezoito.
- E ele era teu amigo de rua, assim?
- Era. nossa, foi criado assim comigo. bastante. minha mãe pegava ele ainda, pá almoçar. bem amigo. Daí ele ficou sabendo que ia ser pai, tudo. aí uma semana depois, a polícia matou. Daí o neném dele nasceu a cara dele. pensa num neném, a coisa mais linda, linda, linda. a carinha dele assim. fazer o quê. **(Graça, 16 anos).**

Quando pergunto a jovem quais seriam as razões dos rapazes se envolverem com crime, ela credita à “mente fraca”. E ainda em mais uma passagem, conta sobre quando encontrou um amigo morto na área externa do CISA, antes de o equipamento ser construído.

- Eu já vi amigo meu morrer assim na minha frente assim. tenso. tenso.
- Me conta. como que foi isso, quando?
- Ah, faz tempo já. Eu encontrei um aqui no CISA, quando não tinha nada aqui, e era tudo mato. daí encontrei um ali morto ali.
- Cê encontrou um amigo?
- Aham, sim, bem conhecido. ele tinha passado em casa, falou “vamo lá, eu vou fazer um corre, vou jogar uma bola”. Aí nunca mais veio. daí, como tinha matagal, né, e a quadra lá era aberta. Daí a gente foi gazejar aula ainda, eu e as menina. Daí a gente tava vindo pelo meio do mato assim, tinha um corpo lá no chão. daí a gente foi ver, ele tava lá. *A cabeça assim toda estourada assim. pedrada. Aí tinha um monte de pedra assim no lado. Tenso.*
- Pedrada? E daí o quê que ceis fizeram?
- Nada, eu voltei correndo, gritando, daí chamaram a polícia. *Foi tenso. aquele dia lá ficou pra história.* **(Graça, 16 anos).**

Ainda sobre a vida no seio de sociabilidades violentas, em 2010, logo que se mudou da Vargem Grande para o Holandez, Elis conta sobre a morte de um primo e sua família, devido a

sua tentativa de sair do crime. No mesmo dia que ela relata, ele teria entregue as armas para os parceiros pois iria sair dessa vida.

— Aí ele, tipo, a mulher que ele tava grávida primeiro engravidou de uma menina, daí nasceu. Daí quando ela tava grávida o meu primo caiu preso, e daí ela morava, eles tavam morando no Weissópolis, daí os cara entraram lá pra catar meu primo. Aí acertou um tiro aqui na barriga do meu primo que tá preso agora. Um na perna da mulher dele. Um no braço da minha tia. E... de raspão em mais num sei naonde na minha tia.

— Mas quem tava catando ele não era a polícia?

— Não, era os vagabundo. Daí tá.

— Mas ele era de alguma facção ou não?

— Não. Ele era do Beco, antigo Beco. Tem gente que já ouviu falar, num sei se cê já ouviu falar.

— Não.

— Má é que já morreram praticamente quase todos aqui do Beco, de Pinhais. Daí ele, tipo, teve uma menina, daí ele resolveu ir embora e sair da vida, sabe. De coisa errada. Daí ele foi entregou tudo as droga, tudo as arma pros amigo dele, deu, sabe. E falou “tou indo embora”. E os amigo dele mesmo, no mesmo dia, chegaram lá de noite e mataram ele, a mulher dele e a sogra dele. E só deixaram a menininha viva, de um ano. E a minha prima tava grávida de 4 meses, de um piá.

— Executaram a família inteira, menos a bebê?

— Uhum. Por que eles não viram a neném. Que a minha prima, a hora que eles entraram eles deram um tiro no meu primo, a minha prima tava no quarto e já jogou a coberta em cima da nenê. [pausa]. **(Elis, 16 anos).**

Neste caso em particular a vida da jovem foi tracejada desde a infância pelos códigos morais do mundo do crime e pela vivência de violências de múltiplas ordens.

Se estas experiências testemunhadas ou conhecidas comuns a quase todos os moradores do Holandez, quem está inserido no “meio” as vive de outros modos, inclusive na posição de protagonista da morte do outro. Vejamos o relato que segue:

— Queria que cê me contasse do teu parceiro que cê perdeu e dessa experiência, assim, de perder amigos...

— *Amigo a gente perde todo dia, né. Toda hora, todo minuto.* Hoje a gente fala, “não, perdi um menino ali, de quinze anos ali, que correu com nós desde pequeno.” Desde criança jogava bola com nós na... na vila aí, na quadra aqui, ali na quadra do Ivanete antes de ter o CISA. Perdemos, mas quê que a gente pode fazer? Todo momento... se é nessa vida aí, cê tem que saber esconder. *Quer entrar, demorô. Cê vai ter fama, vai ter dinheiro, vai ter mulher, vai ter carro, vai ter tudo. Mas também ao mesmo tempo cê pode ser preso, cê pode ser morto, cê pode ficar numa cadeira de roda.* É assim. O cara tem que tá ciente. **(Jorge, 18 anos).**

Novamente aparecem os três destinos dos rapazes que se envolve no mundo do crime. Os jovens parecem se encontrar numa bifurcação: uma vida longa e penosa de trabalhador, ou

uma vida curta e ostentosa de criminoso. Em mais uma passagem transcrita, narra um caso de execução com riqueza de detalhes.

– E esse teu parceiro que cê falou, que era o [Fulano]?
 – Então, o [Fulano] a mesma coisa. Os cara, tipo, ele tava com outro parceiro dele lá de uma quebrada ali de cima. Uma quebrada ali de cima ali, aí... com duas minas no carro, num Celta roubado. E ele pegou e deu fuga dos ‘hômee’ [policiais], só que era à paisana. O cara tava com um Honda Civic, num tinha porque ter matado também. Pegou perseguiu ele, aqui no Maria Antonieta, ele entrou uma rua sem saída. *Os outro conseguiu fugir, ele já tinha tomado um tiro na costela, num conseguiu correr aí... foi executado com um tiro na cabeça.* Mas pra quê fazer isso? Num tem, num tem... aqui no Brasil não existe essa lei, cara! Os cara acabam matando. Só que, tipo, eles num tão vendo. Eles acham o seguinte, que nem muita gente que eu às veiz converso, ali, que é conhecido de... de polícia assim. Fala: “não, mas pra nós ali é mais fácil a gente matar do que prender e amanhã... o cara tá roubando de novo”. Tá, mas pra vocês é mais fácil você matar o cara, pra amanhã você morrer também? Os cara também tem família! [...] Eles não tão pensando no filho deles, na mulher, na mãe, no pai, no vô. Eles acham que só porque eles têm uma farda e um colete ali, nós também não tem a mesma coisa. Entendeu? *A gente não tem farda, a gente não tem colete, mas a gente tem mais poder de fogo que eles.* **(Jorge, 18 anos).**

Jorge diz ainda: “Cada irmão que morre, morrei dois polícia”. A dinâmicas violentas e armadas travadas entre a polícia e os criminosos engendra este círculo vicioso sem fim de mortes gerando mortes – dois códigos em confronto direto, com suas porosidades visto que se tratando de crime organizado estamos falando em termos de envolvimento de operadores do Estado. O relato mostra com mais evidência a associação entre violência e masculinidade, especialmente por dentro do mundo do crime, regido por sociabilidades violentas. Porém, é uma forma de inverter as hierarquias lógicas e sociais estabelecidas, voltando a um ponto de origem, quando lemos pixado no buraco do muro dos fundos do CISA: “Polícia bom é polícia morto”.

Busquei neste capítulo explorar com mais detalhe como os próprios jovens cartografam estas bordas e fronteiras, como se relacionam com a cidade e o pedaço e como interpretam as relações de poder nesta comunidade. É possível revelar a diferenciação da experiência juvenil periférica. E justo concluir a este ponto que os e as jovens escapam as governamentalizações de muitas ordens. As moralidades locais são arenas de conflito e contradição, resistência aos poderes nomes e lugares instituídos, são corpos que resistem à biopolítica. Na vila as imobilidades urbanas são cotidianamente confrontadas e as linhas que demarcam as fronteiras entre o “centro” e a “periferia” são constantemente negociadas. Dada a porosidade destas fronteiras só é possível entender estes universos numa abordagem relacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só a ANTROPOFAGIA nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo.
Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os
tratados de paz. *Tupi, or not tupi that is the question.*
Oswald de Andrade, Manifesto antropófago.

Quem tem consciência para ter coragem, quem tem a força de saber que existe. E no centro da própria
engrenagem, inventa a contra mola que resiste.
Secos & Molhados, Primavera nos dentes (canção popular).¹¹⁵

Falei em nome de quem tá cansado. Falei, o povo aqui tá revoltado. Cansado de ser pisado pelo Estado e de ser
trocado por qualquer trocado.
Samba Brasil, MC Luana Hansen (canção popular).

Nestas considerações finais farei uma recapitulação sintética dos debates e resultados do trabalho, mantendo em vista que o método etnográfico não permite grandes generalizações e respostas “prontas”. Em seguida apresentarei algumas sugestões para a reflexão, em razão dos dados coletados e discutidos. A partir da etnografia realizada num universo social específico, o Jardim Holandez, foi possível capturar – pelas vozes de seus e de suas jovens habitantes – muitas nuances e fissuras nas explicações de caráter especulativo sobre quem vem a ser a juventude pobre brasileira. No nível das interações sociais concretas, os(as) jovens deixam de ser um alvo passivo diante das múltiplas governamentalidades juvenis. Procurei entender como o Estado opera na margem, como é percebido por seus “usuários(as)” e quais as suas respostas aos problemas sociais vividos no cotidiano destes atores sociais jovens considerados “invisíveis”. Se, por um lado, foi possível notar processos de internalização dos estigmas sociais, outras muitas possibilidades interpretativas se abriram.

O trabalho permitiu notar as estratégias de resistência postas em ação, pensadas como transgressões micro-políticas, políticas de um fazer cotidiano – diferentes da acepção convencional de participação pelas vias institucionais. A grande vantagem da abordagem etnográfica é poder restituir na escala individual e grupal como os sujeitos experimentam e constroem sua inscrição no mundo social; em suma, como vivem as relações de poder. É neste sentido que a pesquisa permite, a partir do conceito de fronteiras morais e da ferramenta analítica de cartografia das trajetórias e moralidades, corroborar com a hipótese inicial de que os e as jovens pesquisados(as) são agentes sociais, políticos e reflexivos, dotados de voz – eles negociam a partir de um patrimônio de disposições seu lugar no espaço social: na comunidade, na família, na escola, na igreja, ou em quaisquer outras instituições e pedaços de sociedade

¹¹⁵ Música feita sob a composição original de João Apolinário e João Ricardo Apolinário.

pelos quais circulam. Eles invertem as hierarquias do mundo social, manipulam as normas que definem os “normais” e os “desviantes”; não são só jogados pelo jogo, eles respondem. Em síntese, os e as jovens da periferia urbana são atores políticos que possuem recursos e poder para reinventar os sistemas de classificação correntes, que buscam delimitar quem são, por onde podem circular e quem podem se tornar.

A variedade de perspectivas e histórias escutadas permite notar a diferenciação da experiência juvenil periférica. As moralidades são campos em conflito. Este gesto pode parecer simples, mas é um passo importante de ruptura com as leituras que tomam o contexto de periferia como homogêneo e os jovens das margens como se fossem todos iguais, feitos no mesmo molde. Esta pluralidade de vivências e sentidos também reitera a tese proposta, uma vez que nenhum território explica por si mesmo a singularidade das histórias de suas populações, ou melhor, de seus habitantes. De dentro da vila concreta, percebida como um microcosmos, pude perceber muitas crenças discrepantes entre diferentes pessoas e grupos, uma teia complexa de disputas entre atores, discursos, instâncias e bens simbólicos. Há uma especificidade da vida nas margens, para quem olha a partir do centro, ligada às naturalizadas violações de direitos que precisam ser delineadas nestas considerações. Irei resgatar alguns achados de campo, que de uma forma ou de outra dizem respeito à experiência juvenil periférica. Para pensar nos e nas jovens: uns se envolvem com drogas e crime, uns aceitam trabalhar no mercado, uns se viram em um bico qualquer, uns levam mais a sério o diploma escolar, uns resolvem “ficar pra rua”, uns têm filhos e assim vai. As modulações individuais são infinitas, mas dizem muito respeito à possibilidade de inserção no mundo social, reconhecido ainda como o mundo do trabalho. No sentido construído por Robert Castel (2013), a juventude da periferia está “desfilhada” em relação a este, são como peças sobressalentes no atual sistema econômico vigente. Isso tem um profundo efeito sobre a vida na periferia e sobre as histórias de seus jovens moradores.

O Estado é visto com ambiguidade, ora criticado, ora desejado – isto já foi posto pela literatura citada. O que encontramos no Holandez foi uma descrença com relação às instituições que por vezes atingia a completa resignação, postos os entraves burocráticos do aparelho estatal na resolução de conflitos e problemas experienciados. São muitas as falas que realçam que o serviço tal é uma “bosta”, que “já tô cansada de chamar a polícia”, que na escola “os professores são todos folgados”, que “o postinho é precário”. Há, contudo, outro aspecto que é a positividade das ações governamentais e das políticas públicas. O elogio às mudanças no bairro “em vista de antes”, ao asfalto feito na avenida, à renovação do equipamento e à construção da pracinha, à facilidade de ter uma sede da Subprefeitura ali no bairro. A utilização do CISA em seus

espaços interno e externo; o acesso aos benefícios sociais prestados às famílias; a ajuda pessoal recebida da equipe de técnicos e funcionários.

É preciso salientar o estatuto local de “terminar os estudos” para “ser alguém na vida”. O diploma é almejado e visto como uma ponte para um lugar melhor no mundo laboral, mas por vezes refutado e desprezado, como uma resposta individual à descrença da instituição escolar neste sujeito e ao sentimento de exclusão intra-educacional. Em muitos casos este desencadeava revolta, expressa de diversos modos. A expulsão de certos(as) estudantes é literal: uma prática correntemente utilizada pelos colégios da vila e da região (e não apenas, como pude constatar em outras ocasiões e lugares). O “termo de *expulsão*” é um dispositivo normalizador para afastar os “indesejáveis da escola”. Há um conjunto de fatores que definem o estereótipo dos e das jovens expulsos(as) do sistema público de educação básica local. Os comportamentos considerados agressivos e violentos, a afronta direta à autoridade docente ou da coordenação e da direção, a “indisciplina” e a apatia com relação ao estudo que gera reprovações repetidas e defasagem série/idade, o uso frequente de drogas, a prática de gaguear aulas e somar muitas faltas, dentre muitas outras atitudes que nas lentes das instituições escolares definem aqueles que não se adaptam, não pertencem e que não permanecerão nos bancos escolares até a conclusão do Ensino Médio. Esta última é considerada um grande feito na vila, razão de orgulho e de *status* pessoal, uma promessa de futuro.

O valor familiar dado à escolarização a aos diplomas é fator chave no entendimento das mecânicas de inclusão e exclusão. O ambiente familiar, como agência primária de socialização, tem grande destaque no desenrolar das trajetórias juvenis – como se pôde perceber às avessas nos casos de vivência de violência doméstica e intra-familiar, a qual torna as barreiras institucionais maiores para a finalização do ciclo básico educacional; sem contudo definir de saída o sucesso ou o fracasso nesta arena, como quer crer a opinião popular. A responsabilização da escola, da família e do Estado pela vida das crianças, adolescentes e jovens das periferias urbanas é um tema complexo e urgente. A pesquisa impôs também a necessidade de refletir sobre o processo das ocupações dos estudantes secundaristas em 2016, fenômeno que ajuda a interpretar a juventude em seu papel na transgressão, na denúncia e na crítica às instituições estabelecidas e no *status quo* vigente. As ocupações contra a MP do Ensino Médio fizeram os jovens estudantes do sistema público se tornarem visíveis – em grande parte habitantes das periferias –, o que gerou, evidentemente, repercussões de muitas naturezas. Para citar novamente uma frase de nossos entrevistados, que atinge o nervo da questão, “cê num vê aí um filho de deputado trabalhando no mercado. É a realidade do Brasil hoje.”

No que tange às políticas de assistência, foi possível notar sua lógica distinta no que dizia respeito à administração dos conflitos com e entre os e as jovens da vila. O mais claro exemplo empírico disto está na permissão informal dada pelos operadores do CISA Betonex para os jovens fumarem maconha no espaço, de forma “discreta”. Este era um ponto nodal na relação tensa entre o colégio e o centro de convivência. O tempo no CISA era mais leve, mais descontraído, mais desejado, mais espontâneo. Ali os(as) jovens encontravam razões para estar e para ser – buscavam o fortalecimento de laços, buscavam por um lugar de pertença. Este uso, contudo, não pode ser confundido com a oferta da política em si mesma. Afinal, como mapeado, o equipamento era dividido entre um “dentro” e um “fora”. O espaço interno, mais controlado pelos operadores, era de uso dos e das jovens tidos como bons o suficiente para serem atendidos pela assistência, os e as frequentadores assíduos das oficinas. Na área externa também ocorriam oficinas com estes participantes cadastrados e os instrutores de capoeira, futebol e *skate*.

Na outra extremidade havia os sujeitos que não obtinham ou sequer almejavam este estatuto de assistidos pela política e eram, como na escola, rotulados como “problemas”; especialmente aqueles envolvidos com uso e tráfico de drogas, roubos e outras atividades criminais. Estes já eram os casos de polícia, os “irrecuperáveis”. Mesmo com esta distinção percebida desde a entrada no campo, os “credenciados” e os “não credenciados”, no quadro geral os instrutores do SCFV atuavam por vezes como empreendedores morais, embutidos da vontade de tirar os jovens rapazes “das drogas”, “da maloqueiragem”, “da criminalidade”. Com relação às jovens mulheres, a preocupação maior era com a gravidez e os relacionamentos violentos, por ora também com a prostituição. Ali não se faziam grandes expectativas, o tom de “salvacionismo” se fazia presente. É mister então repensar este alicerce no qual o jovem e a jovem – e não apenas na periferia – é tomado(a) como inerentemente problemático(a) e ávido por ser resgatado(a) de um suposto vácuo moral. Sair deste registro possibilitou fazer outras leituras e entender as categorias de “vulnerabilidade” e “risco” por outros vieses, menos alarmistas.

Uma retomada importante a tercemos na dimensão das relações de gênero é a associação corrente encontrada entre honra, violência e masculinidade. O caso mais claro é o das facadas na escola, e tantos outros relatos de brigas físicas. O *ethos* violento perpassava a constituição das auto-identidades masculinas, em especial embora não apenas. Sair deste comportamento esperado era quase produzir uma quebra. A tensa interação com as polícias atuantes na vila apenas exacerbava esta problemática identificação, bem como a facilidade em ter acesso a armas de fogo; algo que faz emergir também a urgência de um amplo debate sobre armamento e mortalidade violenta, especialmente no contexto político presente, no qual a presidência da

república foi assumida por Jair Bolsonaro. Se a “morte”, a “prisão” e a “cadeira de rodas” eram os piores destinos para os jovens, para as jovens outros elementos precisam ser levantados.

O *ethos* violento esteve presente em muitas falas e histórias ouvidas ao longo da pesquisa de campo: por vezes um simples olhar ou palavra “torta” gerava um conflito com agressão física, arranhões, socos e puxões de cabelo. Sendo assim, a violência e a força também estavam ligadas à constituição das identidades e honras femininas. Mas as violências assumiam outros moldes, sendo a morte mais rara. As violências “privadas”, os abusos e agressões no ambiente familiar, os estupros, as relações tensas com parceiros que pudessem estar envolvidos com crime, as pressões pela responsabilidade de cuidar da casa e dos serviços domésticos. Temos ainda que pensar sobre a maternidade juvenil como fonte de inscrição social. Esta é igualmente uma temática que pede por uma revisão de paradigmas, uma vez que está associada ao desejo e não ao acaso, ao descuido, à promiscuidade, ao plano de “amarrar um homem”. É uma forma de inverter as hierarquias do universo feminino e clamar por um lugar, o de mãe. A influência da maternidade na continuidade ou na interrupção do estudo pareceu ser relevante, uma vez que as demandas de cuidar de uma criança pequena, ou mais, são muitas: amamentar e alimentar, fazer higiene e trocar fraldas, lavar e trocar roupas, educar. Doutro lado, ser mãe produzia um rápido amadurecimento e um objetivo claro de futuro: cuidar dos(as) filhos(as).

Quando Maria Rita Kehl (2004) fala sobre a juventude como um “sintoma da cultura”, no início dos anos 2000, a psicanalista aponta para uma ambiguidade no imaginário social sobre juventude. É tomada de forma utópica como a melhor e mais bela fase da vida, para a qual sempre se desejará voltar. Ao contrário do funcionamento das gerações anteriores, em décadas passadas, quando ser velho e parecer velho era importante para se obter respeitabilidade. No presente há uma espécie de obsessão com este ideal de juventude, liberdade, beleza, fugacidade, fluidez. Mas em outro sentido há esta associação entre juventude e exposição a riscos. Ao tratar sobre processos de construção de subjetividades, a autora diz que para os jovens rapazes a identificação vem da estética da violência e da criminalidade; para as jovens moças, a fonte maior de identidade é a maternidade. Há muita semelhança entre este diagnóstico feito há quinze anos, quando estes ideais já eram considerados limitantes, e o que encontramos em nosso universo empírico. Isto reforça como é imperativo levar em conta a dimensão das relações de gênero para pensar nas culturas jovens. Sobre a categoria raça, tenho ainda uma longa caminhada a percorrer enquanto pesquisadora. A quase ausência de uma reflexão metodológica prévia sobre como abordar a questão no desenvolvimento da pesquisa levou ao “furo” que teve de ser contornado por outras vias. Eu me vi sem uma das variáveis mais fundamentais da pesquisa e foi preciso encontrar uma solução cabível na etapa da análise do material colhido,

que foi a classificação de raça e cor a partir do meu próprio olhar. Como apontado na introdução, não tive como objetivo deixar de lado as dificuldades e solavancos na confecção da etnografia, aquilo que fazemos na “cozinha sociológica”. O evento é um típico caso de constrangimento social transformado em constrangimento lógico. Para além do fator individual, reflete a necessidade de um aprofundamento nas reflexões e formações sobre as categorias raça e etnia, e a importância do olhar interseccional na construção de pesquisas sobre juventude, especialmente nas periferias urbanas, onde a população predominantemente negra.

A partir desta recuperação gostaria de tecer então alguns apontamentos finais e algumas reflexões que dizem sobretudo das implicações éticas e políticas deste escrito. A primeira questão é a do “dever de memória”. Ao trabalhar com narrativas e trajetórias de vida há um compromisso de escuta e tradução que se dá por meio daquele que transcreve um percurso individual, uma operação de traduzir um universo para outro, chamada por Ricoeur (2007) de “círculo hermenêutico”. Espero ao final desta tese poder ter restituído a vida dos e das jovens pesquisados(as), de modo que os leitores e leitoras sintam proximidade com estes narradores e narradoras. Seus relatos, memórias e vozes possuem valor. Um valor ontológico e epistemologicamente continuamente esvaziado. Daí a necessidade de repensarmos as fronteiras afetivas e morais entre o “centro” e a “periferia”. Esta tese versa sobre tais estatutos e pesos com o propósito de provocar um incômodo e de fazer um tipo de denúncia da complexa teia de dispositivos estatais de gestão violenta dos territórios de periferia, vista pela ótica daqueles que os habitam e das implicações práticas deste modelo repressivo e perverso de controle em suas vidas. Em consonância com este dever de memória, cabe também uma pequena menção ao papel dos e das intelectuais brasileiros(as) diante do cenário investigado e dos fenômenos que buscamos explicar partindo do nível micro-cultural.¹¹⁶

Como posto, a distância social entre a vila estudada e a universidade é abissal. Paolo Rossi (2013) chama atenção para o costume nos meios acadêmicos de um certo pessimismo com relação ao futuro e sugere lermos este a partir do que chama de “esperanças sensatas”. Precisamente em razão destas distâncias, nós, pesquisadoras e pesquisadores, temos o compromisso de trazer para dentro deste ambiente lógicas, práticas, discursos, significados e trocas que vêm do lado de “lá” dos muros sociais, das franjas da cidade, das bordas do universo dos estabelecidos. Longe de querer assaltar o protagonismo dos jovens pobres, o objetivo foi o de dar a voz aos que não a possuem nos meios institucionais dominantes e comprovar que eles e elas são atores capazes de se contrapor ao abstrato “sistema” e de produzir mudanças através

¹¹⁶ Ver: BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

do cotidiano. As disputas ferrenhas pelo “lugar de fala”, manifestas com razão pelos movimentos sociais organizados, parecem ter operado um resultado negativo quando acabam por agrilhoar as possibilidades de produzir olhares e tornar visíveis as experiências de vida dos “outros”. Por último, só resta apontar então que aqueles que se propõem a estudar o mundo social e suas teias de poder a partir de vozes periféricas, nos tempos políticos em que vivemos, têm um compromisso moral com o debate público – em suas mais variadas escalas e instâncias – e a disseminação engajada do conhecimento científico para validar experiências sociais invisibilizadas e silenciadas e tidas pelas classes dominantes como indignas de dor (cf. BUTLER, 2010). Se eu tiver algum êxito em traduzir um pouco desta dor, sem resumir os sujeitos pesquisados a ela, me sentirei realizada em meus propósitos enquanto pesquisadora.

REPORTAGENS CONSULTADAS

“PRECURSOR” da moda, Curitiba também terá “rolezinho”. Curitiba, **Bem Paraná**, 15 jan. 2014. Disponível em: < <https://www.bemparana.com.br/noticia/precursor-da-moda-curitiba-tambem-tera-rolezinho>> Acesso em: 31 out. 2018.

A ICÔNICA campanha da Família Folhas. **Blog Petit Pavê**. 19 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.petipave.com.br/single-post/2016/12/19/A-iconica-campanha-da-Familia-Folhas>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

ANÍBAL, Felipe. “Palladium põe batalhão de seguranças para impedir entrada de ‘vileiros’.” Curitiba, **Gazeta do Povo**, Caderno Vida e Cidadania, 24 jan. 2016. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/palladium-poe-batalhao-de-seguranças-para-impedir-entrada-de-vileiros-bxvb45cramkmtor147ovbou0g/>> Acesso em: 05 nov. 2018.

BATISTA, Rodrigo; KADANUS, Kelli. Professora é esfaqueada durante aula em Piraquara. Curitiba, **Gazeta do Povo**, 04 set. 2014. Disponível em: <<https://conta.gazetadopovo.com.br/cadastre-se/?referrer=http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/professora-e-esfaqueada-durante-aula-em-piraquara-ed0xltyx347nlxp5qftlciszy>> Acesso em: 30 jun. 2017.

BENETTA, Leilane; MANASSES, Miguel. Aluno esfaqueia professora dentro da sala de aula. Curitiba, **Tribuna**, 04 set. 2017. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/aluno-esfaqueia-professora-dentro-da-sala-de-aula/>> Acesso em: 30 jun. 2017.

BUBNIAK, Taiana. Nas redes sociais, jovens marcam “rolezinho” em shopping de Curitiba. Curitiba, **Gazeta do Povo**, Caderno Vida e Cidadania, 16 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nas-redes-sociais-jovens-marcam-rolezinho-em-shopping-de-curitiba-9f68qmf06eldrw4yvqable98u/>> Acesso em: 31 out. 2018.

COHAPAR garante na Justiça posse de áreas no Guarituba. **Notícias Cohapar**, Curitiba, 26 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.Cohapar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=849>> Acesso em: 30 jun. 2017.

JUBANSKI, Elizangela; SEVIERI, Daniela. Polícia troca tiros com motorista que fazia parte de quadrilha de roubo a vans em Curitiba. Curitiba, **Banda B**, 09 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/seguranca/policia-troca-tiros-com-motorista-que-fazia-parte-de-quadrilha-de-roubo-a-vans-em-curitiba/>> Acesso em: 03 ago. 2017.

MENINA de 14 anos entra em cava para salvar amigos e morre afogada na Grande Curitiba. **Banda B**, Curitiba, 03 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/adolescentes-se-afogam-em-cava-e-bombeiros-sao-acionados-menina-esta-submersa/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MORAES, Bia. “Rua do Sangue” tira paz de Piraquara. Curitiba, **Tribuna**, 06 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/rua-do-sangue-tira-paz-de-piraquara/>> Acesso em: 04 ago. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de; CUNHA. Aluno de 14 anos reclama de nota e esfaqueia professora dentro de colégio estadual. Curitiba, **Banda B**, 04 set. 2014. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/geral/aluno-de-14-anos-reclama-de-nota-e-esfaqueia-professora-dentro-de-colegio-estadual/>> Acesso em: 30 jun. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de; MALAQUIAS, Djalma. Jovem de 18 anos morre após entrar em cava com amigos em Araucária. **Banda B**, Curitiba, 24 set. 2015. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/bombeiros-fazem-busca-por-corpo-de-jovem-que-entrou-para-nadar-em-cava/>> Acesso em: 24 abr. 2017.

PROFESSORA é esfaqueada por adolescente em sala de aula, diz PM. Curitiba, **Portal G1 PR**, 04 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/09/professora-e-esfaqueada-por-adolescente-em-sala-de-aula-diz-pm.html>> Acesso em: 30 jun. 2017.

RESENDE, Narley. Piraquara é a cidade mais mortal do Paraná. Curitiba, **Paraná Portal**, 06 jun. 2017. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/piraquara-e-a-cidade-mais-mortal-do-parana/>> Acesso em: 04 ago. 2017.

RIBEIRO, Felipe; MALAQUIAS, Djalma. Jovem salva amigos de afogamento em cava, mas não consegue sair e morre em Curitiba. **Banda B**, Curitiba, 03 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/jovem-salva-amigos-de-afogamento-mas-nao-consegue-sair-e-morre-em-curitiba/>> Acesso em: 24 abr. 2017.

LEIS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. **Código de Menores**: Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso em: 14 mar. 2017.

BRASIL. **Código dos Menores**: Decreto n 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em: 14 mar. 2017.

BRASIL. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Departamento de Proteção Social Básica, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. Contextualização histórica das políticas de juventude no Brasil a partir da redemocratização. In: **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; CONJUVE, 2011. p.18-23.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069 de 13 de julho 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 15/03/2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**: Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Juventude VIVA**. Plano Juventude Viva: Plano de implementação para Estados e municípios. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. **Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. LOAS Lei Orgânica de Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> Acesso em: 04 de mar. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016**. Reformulação do Ensino Médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm> Acesso em: 04 de mar. 2019.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**: Construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional De Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Projeto de Lei 4.530 de 2004**. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219> Acesso em: 21/03/2017.

BRASIL. **Proposta de Ementa Constitucional 171 de 1993**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1349513 Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. **Resolução CNAS de 33 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf Acesso em: 04 de mar. 2019.

BRASIL. **Resolução 109 de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Disponível em: [mds.gov.br/acesso-a/resolucao/resolucao-no-109-de-11-de-novembro-de-2009](https://www.mds.gov.br/acesso-a/resolucao/resolucao-no-109-de-11-de-novembro-de-2009) Acesso em: 04 de mar. 2019.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em: 04 mar. 2019.

PARANÁ. **Decreto 6.314 de 29 de março de 2006**. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-6314-2006-parana-dispoe-sobre-o-decreto-estadual-n-809-de-31-de-maio-de-1999> Acesso em: 04 de mar. 2019.

PARANÁ. **Lei Estadual 6.517 de 2 de janeiro de 1974**. Institui a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacoes/LeiEstadual_6517_74.pdf Acesso em: 04 de mar. 2019.

PARANÁ. **Lei Estadual 12.248 de 31 de agosto de 1998**. Cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/leie12248-98.pdf> Acesso em: 04 de mar. 2019.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011. p. 37-72.
- ADORNO, Sérgio. A banalidade da violência contemporânea: o problema da anestesia moral. In: BREPOHL, Marion. **Eichmann em Jerusalém 50 anos depois**. Curitiba: Editora UFPR, 2013. p. 79-101.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 01-11, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALMEIDA, Beatriz Lemos de. Ocupação irregular do Guarituba – Piraquara/PR e ações de melhoria urbana por meio da intervenção pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 43, p.251-271, jul./dez. 2014.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 09-26, jan./abr. 2013.
- AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos et. al. (orgs.). **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BACHELARD, Gaston. **A Psicanálise do Fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. **Revista de Informação legislativa**, Brasília, ano 41, n. 163, p.131-152, jul./set. 2004.
- BATISTA, Vera Malaguti. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 2010.
- BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, Editora Hucitec, 1997. p. 101-115.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BERLATTO, Fábila. A política dos discursos políticos: as duas retóricas da segurança pública do Paraná. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 123-134, out. 2011.

BORDIN, Marcelo; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. A ideia de nação e a hipermilitarização: aspectos sociológicos e políticos. **REVISTA NEP-UFPR** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v. 3, n. 3, p. 284-294, ago. 2017.

BORDIN, Marcelo; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Hipermilitarização da segurança pública no Brasil: discussões iniciais. In: **6º Seminário Nacional de Sociologia e Política** (Anais Eletrônicos). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. p. 1-17.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: _____ (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 6-27.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 1996. p. 74-82.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 17-58.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no *Collège de France*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Introdução: Epistemologia e Metodologia. In: **A Profissão de Sociólogo**: Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 9-21.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 217-227.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. **Configurações**, Braga-PT, n. 3, p. 83-106, 2007.

BURGER, Ednéia Regina; VITURI, Renne Coura Ivo. Metodologia de pesquisa em ciências humanas e sociais: história de vida como estratégia e história oral como técnica – algumas reflexões. In: **XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação** (Anais Eletrônicos). São Paulo: PUC-SP, out. 2013. p. 1-14.

BUTLER, Judith. *Introducción: Vida precaria, vida digna de duelo. Marcos de guerra: las vidas lloradas*. Cidade do México: Editorial Paidós Mexicana, 2010. p. 13-56.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: O cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 98, p. 13-20, mar. 2014.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Direitos legais e direitos efetivos: crianças, adolescentes e cidadania no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 127-142, 1995.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 194-227.

CAVIQUIOLO, Suelen Christine. **Demandas populares nas outras visualidades e materialidades do transporte público em Curitiba**: 1991-2011. 233 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2017

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: COELHO, Magda Prates (org.). **A Oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 255-288.

COMEC. **Revista da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Governo do estado do Paraná; Secretaria de Desenvolvimento Urbano; COMEC, 2017.

CRAVERO, Carolina. *La ciudad disputada: fronteras morales y sociales en el espacio urbano a partir de las políticas de revitalización en áreas “problema” del centro de Curitiba, PR*. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo ou como ter “*Anthropological Blues*”. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História e memória: metodologia da história oral. In: **História oral**: Memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 15-31.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa (orgs.). **Política e afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2009. p.271-288.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-37.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. In: COMTE, Auguste; DURKHEIM, Émile. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973a. p. 505-547.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. In: COMTE, Auguste; DURKHEIM, Émile. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973b. p. 373-463.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Durkheim**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 183-203.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder através de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, Cascavel-PR, v.9, n.10, p. 1-25, 2014.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.285-315.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no *Collège de France* (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FRANCISCO DE SOUZA. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 207-223, jan./abr. 2015.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.

GOFFMAN, Erving. A carreira moral do doente mental. In: **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013a. p. 109-143.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013b.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. Sobre a preservação da fachada – uma análise dos elementos rituais na interação social. In: **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 13-50.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo das trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escala. **Campos**, Curitiba, n. 12, v. 1, p. 9-29, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; KNAUTH, Daniela Riva. **Juventude, sexualidade e reprodução**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1362-1363, jul. 2006.

IPARDES. **Caderno estatístico município de Curitiba**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018a.

IPARDES. **Caderno estatístico município de Piraquara**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018b.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

KULAITIS, Leticia Figueira Moutinho. **Entre a vitimização e a criminalização**: juventude, segurança pública e controle social perverso. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa-PT, n. 49, p. 11-42, 2005.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p. 328-366.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004

MACHADO PAIS, José. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 26, v. 75, p.267-280, 2012.

MACHADO PAIS, José. A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.

MACHADO PAIS, José. Buscas de si: expressividades juvenis. In: ALMEIDA, Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 7-21.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 1-34.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-114.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias de vida e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; PESCAROLLO, Joyce K. Quem tem medo dos jovens? **Revista Igualdade**, Curitiba, v. 42, p. 21-46, 2008.

MORAES, Pedro Rodolfo. Bodê de. **Juventude, medo e violência**. Curitiba: IPARDES, 2006. Disponível em:< <http://goo.gl/xOpA9g> >. Acesso em: 23 set. 2011.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

OZELLA, Sérgio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr. 2008.

PEIRANO, Marisa. A favor da etnografia. In: **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 31-58.

PESCAROLO, Joyce Kelly. **Universalização e precarização da educação: conquistas, impasses e desafios da escola contemporânea**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, set./dez. 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: Marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “dizível” ao “indizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 68-80.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSÁRIO DE SOUZA, Nelson. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 107-122, jun. 2001.

ROSSI, Paolo. **Esperanças**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RUGGIERI NETO, Mário Thiago. Juventude e sociedade: fundamentos sociológicos para uma análise das políticas públicas para juventude no Brasil atual. **Organizações e Democracia**, Marília, v. 13, n. 2, p. 119-132, jul./dez., 2012.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. **Os jovens de Curitiba**: desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania. Brasília: UNESCO, 1999.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma Sociologia da Juventude – releituras contemporâneas. **Sociedade e Política**, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 31-58, abr. 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 1, p. 115-132, mai. 1999.

SOARES, José Francisco et al. **Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras**: um estudo com dados da prova Brasil 2005, 2007 e 2009. Brasília: UNESCO, 2012.

SODRÉ DA SILVA, Roselani; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SOUZA, Sérgio Luiz. Juventude, segregação urbana e sociabilidade na Região Metropolitana de Curitiba. In: SOUZA, Marcilene Lena Garcia de (org.). **Juventude, violência, cidadania e políticas públicas em Curitiba e Região Metropolitana**. Curitiba: Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p. 140-155.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405.

TELLES, Vera. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 15-41, jan./jun. 2015.

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma**: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**: Homicídios e Juventude no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos; FLACSO Brasil, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: ONU Mulheres; OPAS/OMS; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; FLACSO Brasil-RJ, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência contra os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: **Metodologia das ciências sociais** (Parte 2). São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas. p. 399-429.

WRIGHT MILLS, Charles. **A Imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 21, v. 61, p. 31-49, 2007.

ZALUAR, Alba. O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva. In: **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 9-32.

ANEXO 1 – SÍNTESE DO CADERNO DE CAMPO

Dia	Descrição breve	Páginas
1.	Primeira visita; perceber as distâncias entre meu lugar e o campo; conversa com a coordenadora do CISA; olhada geral no equipamento e no Serviço de Convivência; conversa rápida com alguns jovens.	1-5
2.	Conhecer as rotinas e normas da casa; primeiros contatos com instrutores do CISA; observação de algumas oficinas; primeira conversa com uma das assistentes sociais (relato sobre conflitos entre a lógica da assistência e o trabalho na escola vizinha).	6-9
3.	Me sentir mais à vontade na quadra (espaço externo) e com os/as jovens frequentadores/as; observar a “árvore do fumo”; primeira incursão a pé na Avenida Betonex; assistir encontro com mães de jovens em Liberdade Assistida (LA) da medida socioeducativa.	10-13
4.	Sensação de “entrar pra dentro”; conversas com instrutores sobre as limitações da política e as dificuldades de manutenção dos vínculos com os/as jovens (“no papel a política é muito bonita, mas...”); participação na oficina de sertanejo universitário.	14-17
5.	Inquietações sobre o que se estava buscando no campo; ser nomeada como “parte da equipe” do CISA pelos funcionários; conversas com adolescentes na oficina de desenho e de futebol; surto de uma jovem paciente mental na sala de artes.	18-20
6.	Reforma do CISA avançando; muitos instrutores em formação; cobrir acidentalmente a oficina de desenho; aprofundamento na interação com jovens; conversa com assistente social: “o problema do jovem hoje é a droga”; primeira situação de entrevista com uma jovem (teste).	21-22
7.	Acompanhar o passeio cultural no Teatro Guaíra, Orquestra Sinfônica do Paraná; comprometimento com os sujeitos de pesquisa (aceitar um convite); notar os hiatos de classe: olhares da classe média para os jovens da periferia num espaço de distinção.	23-26
8.	Buscando estabelecer melhor a postura de pesquisadora; conversa reveladora com instrutor de capoeira na quadra (“já resgatei muitos moleques...”); acidente de adolescente no muro entre o CISA e a escola; observar ações de sensibilização ao 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes); notar papel das relações de gênero nas sociabilidades locais.	27-32
9.	Dia de formação de profissionais no Centro da Juventude do município (Assistência social, Saúde e Educação); reencontrar vários conhecidos de cursos ministrados antes da pesquisa; aula sobre a doutrina de Proteção Integral e o Estatuto da Juventude; notar diferença de perspectivas entre operadores das políticas citadas.	33-39
10.	Dia de formação de profissionais sobre Saúde Mental no Centro da Juventude; caso emblemático das ‘exclusões do interior’; notar conflitos explicitados e velados de perspectivas entre profissionais das diferentes políticas.	39-42
11.	Acompanhar oficinas de capoeira e violão; conversa com uma das assistentes sociais sobre a criação do CISA (inaugurado em 2011) e a estrutura da política	43-50

	de assistência; coletar informações sobre a Avenida, o território e o público; novamente inquietações sobre o que se buscava na pesquisa (desejo de aprofundar vinculação com os/as jovens).	
12.	Aceleração das obras no CISA e finalização da construção da sede da Sub-prefeitura (transição entre o antigo e o novo equipamento); mobilização para interagir mais com os/as jovens; primeira incursão na comunidade em companhia de uma adolescente frequentadora.	51-54
13.	Relatos sobre a complexidade do Jardim Holandez em comparação com outras redes vizinhas; caso de adolescente expulsa da escola e manejo da situação pela equipe; conversa com gestora da SMAS sobre a idealização do CISA (em 2006, no seio da discussão sobre letalidade juvenil), a política, o Serviço de Convivência e os/as jovens do território.	54-60
14.	Inauguração da Sub-prefeitura (sábado) e da nova área externa do CISA; notou-se a remoção de todos os grafites, pichações e do buraco no muro; conversa com mulher da comunidade (“Ixi, já vivi muito. Minha vida foi comprida...”); reforço dos vínculos com jovens frequentadores; primeiros contatos com um dos diretores da escola vizinha.	61-66
15.	Observação da oficina de desenho; conversa com jovens e profissionais sobre a inauguração no final de semana anterior; segunda incursão na comunidade para tomar um lanche na casa de uma jovem nas “Casinhas” (conjunto habitacional próximo ao CISA), escutar seus relatos e histórias.	67-69
16.	Acompanhar mobilização de jovens do município na Câmara Municipal dos Vereadores sobre violência de gênero e cultura do estupro; observar outro contexto tido como de protagonismo juvenil em um espaço de poder político institucional.	70-75
17.	Conversa com gestora da política de Assistência na SMAS; coletar informações mais aprofundadas sobre a estrutura da política e o perfil dos/as jovens do município; entender melhor sobre a gestão dos operadores do SCFV (“Primeiro é preciso acreditar que as pessoas têm direitos”).	76-82
18.	Conversa com adolescentes da medida socioeducativa; relato de jovem frequentador sobre o envolvimento de seu falecido pai numa facção criminosa (PCC), os “três caminhos”: prisão, morte ou cadeira de rodas; observar e interagir na oficina de <i>skate</i> .	83-88
19.	Equipamento cheio, pracinha ocupada por crianças, jovens e pessoas da comunidade; participar da oficina de embelezamento; conversa com adolescente que havia passado por um aborto espontâneo; conversa com outra jovem, mãe, sobre violência obstétrica (maternidades juvenis); conversa com jovem morador antigo sobre o bairro e o espaço há anos atrás; interações na quadra com jovens em roda de fumo; CISA como ponto de encontro e sociabilidade.	89-94
20.	Dia de formação sobre o Serviço de Convivência no Centro de Formação Cidadã do município de Piraquara; aprender mais sobre as concepções feitas dos usuários e suas prioridades (“as atividades servem para ressignificar vivências de isolamento e violação de direitos”); técnicos/as comentam sobre dificuldades de mobilizar a comunidade; questionamentos sobre como produzir vínculos.	95-102

21.	Encontro Metropolitano em defesa do SUAS no Teatro Heloína Ribeiro de Souza; várias entidades e representantes presentes; mesa com palestras e debates; interação com diversos atores da Rede sócio-assistencial de Piraquara; entender cenário nacional macro no período da pesquisa de campo (“Nunca imaginamos que depois de estruturada a política haveriam retrocessos!”).	103-109
22.	Conhecer o CRAS Guaritubinha em território próximo ao CISA mas tido como de menor complexidade; ir ao CISA pela manhã, em horário fora da rotina de pesquisa; equipamento muito vazio, nenhum jovem para a oficina de <i>breaking</i> .	110-111
23.	Assistir a atividade de integração dos Agentes de Cidadania no Centro da Juventude, com agentes do município de São José dos Pinhais; atentar para as comparações feitas pelos técnicos sobre os jovens de lá e de cá (os “mais vulneráveis”).	112-114
24.	Ministrar curso para adolescentes do projeto Agente de Cidadania do município (a pedidos da coordenação do CISA); tema “Sexualidade e cultura do estupro”; cerca de 20 jovens presentes (não apenas do bairro).	115-119
25.	Participar da oficina de embelezamento; aprofundamento dos vínculos com algumas adolescentes; assistir partida de futebol feminino; interações na pista de <i>skate</i> ; passar um tempo na sala do SCFV; auxiliar uma jovem com pesquisas escolares na sala de informática.	120-122
26.	Novamente relatos da sensação de “entrar pra dentro”; dia de campo agitado; volta na comunidade com um jovem frequentador do CISA (“Essa aqui é a Mariana, ela está fazendo uma pesquisa no CISA e queria dar uma volta na ‘quebrada’”); situação de uma adolescente frequentadora passando mal, confusão na sua casa com a mãe e irmãs, acionamento de ambulância; mais interações com jovens no CISA.	123-129
27.	Retomada após pausa na etnografia (por problema de saúde); questionamentos sobre a escolha do campo de pesquisa; novo foco: escutar as histórias dos/as jovens; interações na sala de artes; volta com um jovem na pracinha e arredores do CISA; observar operação policial no equipamento (choque cultural); interações na pista de <i>skate</i> ; passeio na escola com um adolescente e conversa com alunos/as (“Meu pai não me deixa frequentar o CISA...”); acompanhar duas jovens em casa, conversas sobre relacionamentos (perspectiva de gênero).	130-137
28.	Pracinha cheia de crianças, jovens e pessoas do bairro; CISA como ponto de encontro e sociabilidade; interações na sala de artes e na sala do Serviço de Convivência; conversa com motorista do equipamento e do equipamento vizinho; aproximação empírica com o tema da Segurança Pública (escuta de relatos mais densos sobre violências vividas e observadas pelos/as jovens frequentadores).	138-140
29.	Evento de comemoração ao aniversário do CISA (sábado); equipamento calmo, não muito movimentado; ajudar com decoração e colocação de balões na quadra; apresentações dos/as jovens participantes das oficinas; equipamento de som na quadra e apresentações musicais; tirar várias fotografias, coletar imagens, fazer vídeos das performances.	141-142
30.	Novamente retomada após pausa na etnografia por questões de saúde; cenário tenso na política nacional; notas sobre a necessidade de agilizar a coleta das entrevistas; interações na sala de artes; agendar entrevistas com alguns jovens, anotar nomes e telefones para contato; operação da polícia militar no	143-146

	equipamento e atrás da pista de <i>skate</i> (local de consumo de maconha); conversa com um soldado da PM; alvoroço na vila em função da morte de um jovem menor de idade em razão de um acidente de moto; acompanhar o ritual de velório em sua casa; interações com jovens enlutados/as pela perda de um amigo.	
31.	Coleta das primeiras entrevistas registradas no trabalho com duas jovens frequentadoras do CISA e das oficinas (“credenciadas”).	147
32.	Cenário político agitado; relatos sobre o período de ocupações estudantis de secundaristas em Colégios Estaduais [a pesquisadora fez visitas a 5 escolas de Curitiba e RMC, no centro e na periferia, 2 em Piraquara]; tarde no CISA: consulta à comunidade sobre o PAIF e o Serviço de Convivência moderada pelos profissionais; reforço da visão de que ali é visto como um espaço de “fumar maconha”; queixas sobre falta de atividades para os adultos; relatos de mães sobre “jovens problemas”; conversa na árvore do fumo com três jovens envolvidos com tráfico de drogas.	148-149
33.	Sábado na coordenação da formação dos adolescentes Agentes de Cidadania no Centro da Juventude do município (a convite da gestão da SMAS); tema: “Políticas públicas e Estatuto da Juventude”; notar jovens do CISA Betonex mais retraídos e inseguros; escutar jovens falarem sobre seus direitos e o que entendem sobre estes.	150
34.	Entrevista com uma jovem na primeira metade da tarde; conversa com uma das assistentes sociais em sua sala: narrativa de casos de adolescentes do bairro, dois irmãos envolvidos com roubo e um jovem que havia falecido depois de levar um tiro e ficar acamado; narrativa sobre o trabalho da assistência com as famílias, conflitos e dificuldades atuais em função do cenário político colocado (“Quando o poder está na mão das pessoas erradas o povo sofre, o povo tem que aprender a lutar. As pessoas humildes não sabem que é seu direito!”).	151-152
35.	Coletar uma entrevista com jovem frequentadora no início da tarde; participar de atividade coordenada pela equipe do CISA de consulta dos adolescentes sobre o Plano decenal da Assistência Social; 19 jovens presentes; escutar as impressões deles/as sobre as políticas ofertadas no espaço; lanche e apresentação de violão.	153-154
36.	Coleta de entrevista com um jovem frequentador e da primeira parte do relato de uma jovem recém conhecida na sala do SCFV.	155
37.	Realização da segunda parte da entrevista com a jovem frequentadora do CISA.	156
38.	Tarde tensa no campo; atmosfera de tristeza no equipamento; ser informada sobre a morte de um jovem e ver a notícia veiculada pela imprensa local na sala do SCFV; assistir encontro da medida socioeducativa coordenado por psicóloga responsável; ir ao velório do jovem mencionado em sua casa (vizinha ao espaço), onde estavam todos os funcionários do CISA que trabalhavam neste dia e muitos/as jovens conhecidos/as; interações com a família do velado, escutar relatos sobre sua história de vida.	156-158
39.	Dia seguinte ao velório supracitado; interação inicial com funcionárias e jovens na sala do Serviço de Convivência; assistir campeonato de futebol masculino na quadra; poucos jovens conhecidos, alguns cabisbaixos; observar a oficina de luta; agendar entrevista com um jovem antigo morador do bairro.	159

40.	Interações na oficina de desenho; alvoroço dos jovens no equipamento com o fim do contrato de vários instrutores terceirizados; busca por jovens possíveis de serem entrevistados; interações na fila de matrícula da escola; agendamento da entrevista com um diretor da mesma; entrevista com um jovem.	160-161
41.	Entrevista com um dos diretores da escola; entrevista com um jovem.	161-162
42.	Entrevista com dois jovens, um deles conhecido como “o primeiro frequentador do CISA”.	163
43.	Conversa com uma das assistentes sociais do espaço; interações na quadra durante partida de futebol; entrevista com um jovem.	164
44.	Levar fotografias capturadas durante a pesquisa para profissionais e jovens; entrevista com uma jovem.	165
45.	Conversa com profissionais e adolescentes na sala do Serviço de Convivência; acompanhar o campeonato de <i>skate</i> na pista; ajudar na decoração de natal; notar o esgotamento das possibilidades da pesquisa dentro do tempo de sua realização.	166
46.	Passeio no espaço Caixa Cultural no centro de Curitiba com jovens participantes do programa Agente de Cidadania; novamente observar a periferia no centro da cidade, as distâncias sociais entre os profissionais do museu, outros visitantes e os/as jovens.	167
47.	Mudança da coordenação e da equipe do CISA; conversa com jovens sobre o dia da mulher; ajudar com os materiais de grafite na pintura do muro externo do CISA; despedida do campo.	168-169
	Anexos: caderneta confeccionada no dia da visita à Caixa Cultural como proposta de atividade (sobre a exposição do fotógrafo Sebastião Salgado); telefones úteis coletados durante a pesquisa; tabela das entrevistas com nomes, datas de realização e duração; roteiro das entrevistas utilizado em campo.	170-173

Quadro 3: Síntese do caderno de campo.